UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MÔNICA TEIXEIRA

1964 na USP: O IPM da Faculdade de Medicina como uma produção da direita paulista

São Paulo
2018

MÔNICA TEIXEIRA

**1964 na USP: O IPM da Faculdade de Medicina como uma produção
da direita paulista**

Versão corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Regina Barros da Silva

De acordo:

Márcia Regina Barros da Silva

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

T2621	Teixeira, Mônica 1964 na USP: O IPM da Faculdade de Medicina como uma produção da direita paulista / Mônica Teixeira ; orientadora Márcia Regina Barros da Silva. - São Paulo, 2018. 143 f. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social. 1. Golpe 1964 . 2. GOVERNOS MILITARES (1964-1985) . 3. USP. 4. Faculdade de Medicina USP. I. Silva, Márcia Regina Barros da, orient. II. Título.
-------	---

MÔNICA TEIXEIRA, 1964 na USP: O IPM da Faculdade de Medicina como uma produção da direita paulista Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Agradecimentos

Agradeço a Celso de Castro, por ter me dado a possibilidade de conhecer a íntegra da entrevista de Ênio dos Santos Pinheiro, realizada em 1992.

Agradeço ao Arquivo Geral da USP, especialmente Eliana Rotolo; e à secretaria geral da USP, sob a direção do professor Ignácio Poveda, e em particular a Renata de Góes Cordeiro Pinho dos Reis, pelo acesso descomplicado aos livros de atas do Conselho Universitário.

Ao Arquivo do Superior Tribunal Militar, pelo atendimento profissional e rápido no alcance de IPMs, em especial a Heigon Henrique da Silva Lins.

Agradeço a Márcia Regina Barros da Silva, por ter me recebido e me acompanhado pelos anos da conformação do objeto e da pesquisa.

A Bias Arrudão, pelo apoio na leitura e revisão dos textos.

A ele, e a todos os amigos, por continuarmos amigos.

“A resposta é a desgraça da questão”

Maurice Blanchot

RESUMO

MÔNICA TEIXEIRA, **1964 na USP**: O IPM da Faculdade de Medicina como uma produção da direita paulista. 2018. 143 f. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História. São Paulo, 2018

Em 1964, ao menos três IPMs foram instaurados em unidades da Universidade de São Paulo, com o objetivo de apurar atividades subversivas. O único deles a ter efeitos jurídicos no âmbito do Ato Institucional de 9 de abril de 1964 foi o IPM da Faculdade de Medicina, com base no qual o governador demitiu sete professores de vários departamentos (Erney Camargo, Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Thomas Maack, Luiz Rey, Pedro Henrique Saldanha, Julio Pudles, Reynaldo Chiaverini). O trabalho pretende mostrar a contribuição da doutrina da Guerra Revolucionária, adotada pelos oficiais superiores das Forças Armadas, para a instauração de IPMs e seu papel no conflito de correntes internas a essas mesmas Forças Armadas, que se manifestou com intensidade nos primeiros meses do governo Castelo Branco. Em particular, o IPM da Medicina demonstra a convergência entre o impulso geral proveniente da doutrina da Guerra Revolucionária e interesses dos que detinham o poder de administrar a Universidade de São Paulo buscando evitar mudanças.

Palavras-chave: 1964; Golpe Militar; Guerra Revolucionária; Exército Brasileiro; FMUSP; USP

ABSTRACT

MÔNICA TEIXEIRA, **The University of São Paulo in 1964:** the military-led investigations at the School of Medicine as a product of right-wing politics in São Paulo. 2018. 143 f. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Filosofia. São Paulo, 2017

In 1964 at least three Military Police Investigations (IPM in the Portuguese language acronym) were launched in schools of the University of São Paulo, with the stated objective of assessing and curtailing subversive activities. Only one of these had juridical effects, derived from the Institutional Act of April 9, 1964, which was the IPM on the Medical School. Based on it, the State Governor fired seven professors from several departments (Erney Camargo, Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Thomas Maack, Luiz Rey, Pedro Henrique Saldanha, Julio Pudles, Reynaldo Chiaverini). This work aims at demonstrating the contribution of the Revolutionary War doctrine, which was at the time adopted by the Brazilian military, for the conduction of the IPM investigation, as well as its role in internal dissensions existing in the Brazilian Armed Forces which manifested itself intensely during the first months of the Castelo Branco government. Particularly, the Medical School IPM can be seen as demonstrating convergence between the momentum given by the Revolutionary War doctrine to the investigation, and the special interests of those who had the power and authority to manage the University of São Paulo with the objective of precluding change.

Keywords: 1964; Military Coup; Medical School; USP.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: PARA LER OS AUTOS.....	18
1.1	ANTES DE MAIS NADA	18
1.2	A COISA EM SI	25
1.2.1	<i>Um, entre centenas de outros.....</i>	<i>26</i>
1.2.2	<i>Encarregado e escrivão, multiplicados</i>	<i>29</i>
1.2.3	<i>O Inquérito da Medicina é posto em marcha.....</i>	<i>31</i>
1.3	A COMISSÃO GERAL DE INVESTIGAÇÕES DA USP E SEU RELATÓRIO.....	34
1.4	CGI DA USP, IPM DA MEDICINA: VESTÍGIOS DE QUÊ?	38
1.5	O CURSO DA DISSERTAÇÃO	39
1.6	VISÃO MILITAR, VISÕES SOBRE OS MILITARES	43
1.7	GUERRA REVOLUCIONÁRIA VS. ANTICOMUNISMO	51
2	UM PONTO OBSCURO: GAMA E SILVA SE TORNA REITOR DA USP.....	53
2.1	A TRAJETÓRIA DE GAMA E SILVA ANTES DA REITORIA	56
2.2	ATUANTE NA POLÍTICA	62
2.3	OS DISTÚRBIOS EM CATANDUVA.....	65
2.4	GAMA E SILVA E O IPES	67
2.4.1	<i>Gama e Silva vice-reitor</i>	<i>69</i>
2.4.2	<i>O Plebiscito.....</i>	<i>71</i>
2.5	GAMA E SILVA REITOR.....	74
2.5.1	<i>O reitor e o Dia do Soldado</i>	<i>75</i>
2.5.2	<i>A CPI do IBAD.....</i>	<i>78</i>
3	UTILIDADES DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA	84
3.1	O PAPEL RETÓRICO DAS FASES DE HOGARD	86
3.2	CONTRA A INFILTRAÇÃO, O IPM É A SOLUÇÃO!	87
3.3	O IPM NA PRODUÇÃO NORMATIVA DE ABRIL. O SURGIMENTO DA COMISSÃO GERAL DE INVESTIGAÇÕES	89
3.4	OUTRA UTILIDADE RETÓRICA.....	95
4	DE QUE É VESTÍGIO O IPM DA MEDICINA?	99
4.1	ATÉ AQUI.....	99
4.1.1	<i>A passagem de Gama e Silva pelos Ministérios da Justiça e da Educação</i>	<i>100</i>
4.1.2	<i>A volta de Gama e Silva à reitoria e a CGI da USP</i>	<i>103</i>
4.1.3	<i>O tenente coronel encarregado do IPM da Medicina</i>	<i>105</i>

4.2	O LUGAR DOS IPMS NA CENA PÚBLICA DEPOIS DO GOLPE.....	108
4.2.1	IPM e “linhas duras”	109
4.3	A CRISE DE SÃO PAULO: A LINHA DURA QUE TENTA CERCAR ADHEMAR	111
4.3.1	A Crise de São Paulo: fase ofensiva.....	114
4.3.2	A Crise de São Paulo: o desenlace em agosto	118
4.4	A PRODUÇÃO CIVIL PAULISTA NA INSTRUÇÃO DO IPM DA MEDICINA	125
4.4.1	A carta anônima	125
4.4.2	O relatório da CGI se debruça sobre a Faculdade de Medicina.....	129
4.4.3	A esquerda vista pela direita (civil) da Faculdade de Medicina	135
4.5	A PRODUÇÃO MILITAR NO IPM: O RELATÓRIO DO TENENTE CORONEL ÊNIO PINHEIRO	137
4.5.1	O despacho do encarregado que pôs em marcha o IPM.....	137
4.5.2	A incorporação da produção civil no relatório do IPM.....	138
4.5.3	A interpretação do tenente coronel	149
5	COMO SE FOSSE EM CONCLUSÃO: O IPM DA MEDICINA EXTRAPOLA OS AUTOS	152
5.1	O TERRORISMO CULTURAL NOS PRIMEIROS MESES DA REPÚBLICA MILITAR	152
5.1.1	O terrorismo cultural nas atas do Conselho Universitário	154
5.2	O PONTO DE VISTA INÉDITO DO GENERAL DO IPM DA MEDICINA	156
5.3	A PRISÃO DE ISAÍAS RAW E A SUSTAÇÃO DO CONCURSO DE CÁTEDRA.....	160
5.4	O CONSELHO UNIVERSITÁRIO VOTA A MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE	162
5.5	A DEMISSÃO DOS DOCENTES, VISTO PELO ENCARREGADO	165
5.6	O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DISCUTE A DEMISSÃO DOS DOCENTES	167
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
	REFERÊNCIAS.....	174
	ANEXO A: TRANSCRIÇÃO PARCIAL DO RELATÓRIO DA COMISSÃO GERAL DE INVESTIGAÇÕES DA USP	181
	ANEXO B: A CARTA ANÔNIMA	199
	ANEXO C. TRANSCRIÇÃO DO RELATÓRIO DO TEN. CEL. ENIO DOS SANTOS PINHEIRO NOS AUTOS DO IPM DA MEDICINA.....	203
	ANEXO D. DECRETO Nº 53.583 DE 21 DE FEVEREIRO DE 1964.....	238
	ANEXO E. GENERAL ENIO PINHEIRO FALA AO CPDOC SOBRE O IPM.....	240
	ANEXO F. LUIZ CARLOS UCHÔA JUNQUEIRA FALA AO IPM E À II AUDITORIA.....	248

1 INTRODUÇÃO: PARA LER OS AUTOS

1.1 ANTES DE MAIS NADA

Comecei a pesquisa que embasa esta dissertação de mestrado com perguntas sobre a produção científica de um grupo de professores da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo nos primeiros anos da década de 1960, os anteriores à deposição de João Goulart. O grupo tem a particularidade de ter passado a existir quando da instauração de um Inquérito Policial Militar na Faculdade para identificar pessoas relacionadas a atividades contrárias ao governo estabelecido depois da queda de João Goulart. Esse IPM, na formalidade das normas editadas durante os dias de abril de 1964, constituía parte pequena, bem localizada, de outro IPM, este de abrangência nacional, criado pelo Comando Supremo da Revolução, por meio da Portaria número 1. A portaria determina...

(...) a abertura de inquérito policial militar, a fim de apurar fatos e as devidas responsabilidades de todos aqueles que, no País, tenham desenvolvido ou ainda estejam desenvolvendo atividades capituláveis nas leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social.

Os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, nesta ordem, nomearam encarregado desse inquérito nacional o general de exército Estevão Taurino de Resende, na própria portaria. O Código de Justiça Militar vigente prescrevia a existência de um encarregado¹. O general Taurino começou na cena pública pós-Goulart todo-poderoso, como o ditador (ele ditava aos repórteres suas declarações) do modo de funcionamento da grande investigação que tomaria o país durante os primeiros meses do regime, e da qual o IPM era peça substancial. Em 5 de agosto, o general, desde maio Marechal da reserva, sai de cena, desmoralizado. O desgaste repercutiu sobre o IPM; mas, sob novo comando, este sobreviveu até o princípio de 1965.

O que trouxe a atenção do IPM para o grupo da USP, em 4 de junho de 1964, aquilo que o recortou no interior da comunidade vinculada à Faculdade de Medicina, se vale o escrito no ofício endereçado do quatro estrelas Taurino de Resende ao quatro estrelas Amaury Kruehl, comandante do II Exército, foram as “atividades subversivas que continuavam a ter lugar na Faculdade de Medicina”, e para as quais o encarregado do IPM solicitava instauração de

¹ Diz o Código de Justiça Militar de 1938, em seu artigo 116: *§ 1º Sempre que um comandante de unidade instaurar um inquérito fará comunicação, por via hierárquica, ao comandante de região, divisão, brigada ou da força naval a que estiver subordinado, com sucinto relato do fato e designação do encarregado.*

inquérito (Autos Findos 328, 1º volume, p. 15). Se as atividades “continuavam a ter lugar”, o caso se subsumia à portaria, que abrangia tanto atividades anteriores à deposição de Goulart (“tenham se desenvolvido”), como “posteriores” -- do tipo descrito “ainda estejam desenvolvendo”. Desse quadro normativo, emanava a legitimidade do encarregado para desencadear a investigação, sem a qual a punição não poderia ser aplicada.

Para escolher o grupo de professores objeto do IPM, o encarregado não usou qualquer critério relacionado a características da ciência praticada por eles. O critério do IPM recortou dos habitantes da Faculdade, os que continuavam mantendo “atividade subversiva”; a este grupo, pretendi atribuir uma produção de pesquisa científica a ser conhecida e interpretada. Imaginar hoje que os indiciados de IPM poderiam configurar um grupo com similaridades na produção científica me parece pouco crível; mas quando comecei a investigação, percebi depois, isto estava mudamente ancorado no pressuposto de que a opção pela esquerda conferia uma forma de iluminação que permitiria aos cientistas engajados², por conhecerem o materialismo histórico e dialético, enfrentar o ainda não conhecido (pela ciência) com o melhor uso das armas da razão. Ao longo da pesquisa, observei que um ponto em disputa entre esquerda e direita acadêmicas, no 1964 pós-abril, é se a atividade “subversiva”, “comunizante” desses professores se misturava ou não à prática científica. A disputa ocorre no interior do inquérito (entre o encarregado e suas testemunhas); e fora dele, na voz dos editoriais da imprensa paulista.

Um outro pressuposto, que ruiu mais rapidamente, foi a suposta homogeneidade dos “grupos”, que lhe dariam as características comuns. Como esperado, uma vez visto mais de perto, o grupo do IPM se mostra menos organizado, mais diverso, emanharado, evasivo em seus detalhes. Mantendo ainda apenas o ponto de vista do curso da grande investigação do ano de 1964 pós-golpe, o grupo, de um, passa a ser ao menos três: o IPM indiciou dez professores (mais um estudante e dois funcionários do Hospital das Clínicas); o promotor da 2ª Auditoria da 2ª Região Militar denunciou oito entre eles; o governador Adhemar de Barros

² A expressão foi consagrada por Luiz Hildebrando Pereira da Silva, em suas vívidas, bem escritas e divertidas crônicas, reunidas em *Crônicas Subversivas de um Cientista* (Luiz Hildebrando – Rio de Janeiro: Vieira&Lent, 2012).

expulsou sete do serviço público estadual. O “grupo” da Faculdade, assim, começa integrado por Isaias Raw, Pedro Henrique Saldanha, Nelson Rodrigues dos Santos, Erney Felício Plessmann de Camargo, Reinaldo Chiaverini, Julio Pudles, Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Thomas Maack, Luiz Rey e Michel Pinkus Rabinovitch, os dez docentes indiciados por Ênio dos Santos Pinheiro, o tenente-coronel encarregado do IPM. O promotor, egrégio representante do Ministério Público Militar, diminuiu o grupo para oito: não denunciou Isaias Raw nem Nelson Rodrigues de Souza ao juiz auditor da 2ª Região Militar. Deles, o governador, a quem o Ato Institucional de 4 de abril de 1964 incumbiu de punir os funcionários públicos estaduais, extraiu um terceiro grupo, do qual não consta Michel Rabinovitch³, composto de sete professores demitidos por decreto publicado no dia 10 de outubro de 1964: Luiz Hildebrando, Pedro Saldanha, Thomas Maack, Erney Camargo, Reynaldo Chiaverini, Julio Pudles e Luiz Rey. A ata do Conselho Universitário da USP de 9 de novembro de 1964, realizada quatro semanas depois de o governador punir os professores, registra a confusão que as discrepâncias entre diferentes listas causaram entre os membros. Um vívido debate ocorreu na 553ª sessão do Conselho Universitário, o Co⁴.

Mesmo com as dificuldades impostas pela aplicação desse critério externo de formação, externo ao *ethos* da ciência⁵ (MERTON, 2013, pp. 185-198), no grupo delimitado pelo IPM, é possível distinguir certas características comuns quando os integrantes são postos um ao lado do outro. Descrevi precariamente essas características em *Circa 1962* (TEIXEIRA, 2015), um dos livros comemorativos dos 50 anos da Fapesp. A diretoria da Fundação encomendou um relato sobre aqueles que pesquisavam no Estado no início dos anos 1960; para encontrá-los, usei como ponto de partida as listas de projetos de pesquisa concedidos pela diretoria. Esperava que representassem uma amostra consistente dos pesquisadores em atividade no Estado, de sua localização no território, seus campos de interesse, o valor dos financiamentos. Há listas de projetos concedidos em cada relatório anual da Fapesp ao governo do Estado; dei grande atenção à de 1962, o ano da instalação.

³ Possivelmente por Michel Rabinovitch não ser mais funcionário público em outubro.

⁴ As atas do período coberto por esta dissertação já grafavam assim a abreviatura.

⁵ Robert Merton apresenta esta categoria ética em 1942, na segunda parte do ensaio *A ciência e a estrutura social democrática*. Ao detectar então uma mudança na fortuna da ciência, propõe-se a apresentar sua especificidade com base na prática de um *ethos* interno, de normas expressas por meio de “prescrições, proscricções, preferências e permissões”. Esses imperativos, ele continua, modelam a “consciência científica ou, se alguém preferir a expressão mais atual, seu superego”. Mais: o *ethos*, não escrito, “pode ser inferido do consenso moral entre os cientistas, tal como ele se expressa no uso e no costume”. Quando qualifico o critério do IPM de “externo”, quero significar externo à autorregulação definida por Merton, e que distingue a prática da ciência ainda hoje.

Circa 1962 sustenta a versão de que a Fapesp se firmou como instituição sobre a base da atividade científica existente antes de seu aparecimento. Dessa base saem os 700 pedidos de financiamento enviados à Fapesp no ano de sua inauguração. Deles, 504 foram financiados. Se havia pesquisa em São Paulo, sustenta a versão, os financiados constituíam parte significativa de seus executores. Diferentemente do modo de ser das universidades contemporâneas, não havia, há 60 anos, a identidade entre professor e pesquisador, que hoje é uma espécie de condição *sine qua non* e vem acompanhada do regime de tempo integral. Esse regime funcional não havia se disseminado⁶. Outra característica importante dessa base de 1962 é que ela resulta de uma década da política do CNPq, iniciada em 1951, de não financiar pesquisa em humanidades e ciências sociais⁷, o que pode ter produzido trajetórias diferentes para a história da área.

Havia outras fontes de financiamento além do financiamento federal. Por exemplo, a filantropia científica praticada por fundações como Rockefeller, MacArthur, Ford; financiamentos de agências de pesquisa norte-americanas, como as ligadas à defesa; e doações de industriais⁸. Há pelo menos um exemplo de filantropia da elite paulista: a construção de prédios do Instituto de Física, pagos pela família Jafet, razão de ser dos nomes do auditório Adma Jafet e do Edifício Basílio Jafet, ainda hoje parte do Instituto de Física, então departamento de Física da Faculdade de Filosofia. Outra fonte de financiamento da pesquisa era o orçamento da própria Universidade, determinado ano a ano pelo governo estadual.

A decisão do governador Carvalho Pinto em 1962 de cumprir a Constituição estadual de 1947 e reservar uma percentagem do orçamento do Estado para financiar a pesquisa, que deu origem à Fapesp, pressupõe haver alguma capacidade de pesquisa já instalada no Estado na época, com um corpo de pesquisadores capaz de exercer a pressão política necessária para se viabilizar. Desde a instalação da Fapesp, esse corpo de pesquisadores no Estado cresceu; a comunidade científica paulista de hoje é uma evidência (não a única) disso. Os pioneiros

⁶ Nas consultas a pastas funcionais no Arquivo da USP e também em registros constantes de atas do Conselho Universitário, lê-se com frequência sobre renovações de contrato com instrutores, como era denominado o primeiro passo da carreira, por períodos típicos de 730 dias. A relação de trabalho dos “iniciantes” era precária.

⁷ Na área do Centro de Memória no *site* cnpq.br, as categorias de bolsas concedidas são duas: Ciências Físico-Matemáticas, Puras e Aplicadas; e Ciências Biológicas, puras e aplicadas.

⁸ Relatório da Fundação de Amparo à Pesquisa, 1963, p. 13.

tiveram sucesso: nestes 2010s, a Fapesp financia em torno de R\$ 1 bilhão anual em auxílios à pesquisa e bolsas para uma clientela de cerca de 15 mil pesquisadores ativos a cada ano, incluídos estudantes de pós-graduação⁹. Trata-se de um sistema com produção científica regular. Não se pode dizer o mesmo de 1962: na época, a paisagem da pesquisa se mostrava esparsa no território do Estado, desigual no estado da arte, com raros pontos de concentração. Um desses pontos de concentração, sustentei em *Circa 1962*, se localizava nas cadeiras básicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Há vários elementos na intersecção entre o grupo descrito como “comprometido com a pesquisa” em *Circa 1962* e o grupo dos indiciados pelo IPM. À exceção de Reynaldo Chiaverini, cardiologista, ligado à cadeira de Clínica Médica, os outros membros do grupo do IPM vinham dessas cadeiras básicas, o que indicava, de saída, algum inconformismo, já que a trajetória mais comum dos estudantes de Medicina ia em direção à prática profissional da clínica ou da cirurgia. Da cadeira básica de Química Fisiológica, o grupo do IPM incluiu Julio Pudles, Isaias Raw e Pedro Henrique Saldanha; originalmente da cadeira de Histologia e Embriologia, Thomas Maack e Michel Rabinovitch, que em 1962 haviam se mudado para a Fisiologia e para a Química, respectivamente; e, finalmente, os famosos professores vinculados ao “Departamento Vermelho”¹⁰, à cadeira de Parasitologia, chamado assim pela notória filiação do catedrático Samuel Barnsley Pessoa ao Partido Comunista Brasileiro.

Em 1964, Samuel Pessoa permanecia membro do não muito clandestino PCB, mas já havia se aposentado da Faculdade (PESSOA, 1983, p. 54). Por vontade de Pessoa, Antonio Dácio Franco do Amaral herdara a cadeira, nomeado em 1956. O tenente-coronel Ênio Pinheiro não indiciou no IPM nem Samuel, o catedrático anterior, nem Antonio Dácio, o atual; e sim o instrutor Erney Camargo e os professores assistentes Luiz Rey, Luiz Hildebrando Pereira da Silva e Nelson Rodrigues da Silva. Com Reinaldo Chiaverini, os parasitologistas completam os cinco membros do Partido Comunista indiciados. Thomas Maack também militava em um partido clandestino – o Partido Operário Revolucionário Trotskista¹¹. Havia, assim, entre dez docentes indiciados, seis professores com militância política *stricto sensu*. Michel Rabinovitch, próximo a Maack, declarou que ajudava ambas as organizações de esquerda, sem pertencer a

⁹ Relatório da Fundação de Amparo à Pesquisa, 2014.

¹⁰ Hochman (2014) chama assim o departamento de Parasitologia. O tenente-coronel Ênio Pinheiro também, no relatório do IPM.

¹¹ Para uma introdução ao POR(T) e a outras organizações de esquerda anteriores ao golpe, ver GORENDER, 1987, pp. 33-40.

nenhuma delas¹²; Isaias Raw e Pedro Saldanha, se simpatizavam com a esquerda, não se comprometeram com a militância política. Houve mais indiciados no IPM: o presidente do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, Eduardo Manzano, e dois funcionários do Hospital das Clínicas: Arnóbio Washington, militante sindical¹³, e Israel Nussensveig, médico.

De acordo com a versão relatada em *Circa 1962*, havia consenso entre o grupo interessado na pesquisa da Medicina (incluída nele parte dos indiciados do IPM) sobre como deveria ser transformada a organização da vida universitária, assunto da pauta do Brasil de então. Quando entrevistei remanescentes do “grupo da pesquisa” na Faculdade de Medicina, no período 2011-2013, escutei deles um entendimento comum sobre como o Brasil em transformação¹⁴ deveria tratar de sua universidade. Os professores da pesquisa na Faculdade de Medicina¹⁵ dividiam um ideário de universidade em que haveria condições mais favoráveis à prática da pesquisa, e em todos os campos de conhecimento. Nos anos 2010, lembravam-se de que nos 1960 queriam tempo integral, o fim da cátedra vitalícia, financiamento para bolsas e projetos de pesquisa, mais representação nos órgãos universitários¹⁶. Há nas lembranças certa euforia quando relatam a possibilidade aberta ao professor em começo de carreira de pedir seu financiamento de pesquisa diretamente à Fapesp, sem intermediação dos catedráticos, a quem atribuíam, até ali, dispor do poder de impor seu tema de investigação a todos de seu departamento.

A vontade de pesquisar não era, claro, privilégio de quem simpatizava com o campo da esquerda; nem há qualquer sinal disto na lista de destinatários de auxílios e bolsas da Fapesp. Nos anos do entorno da criação da Fapesp, a esquerda estava longe de ter o “domínio do solo” acadêmico de que parece dispor hoje, especialmente nas ciências humanas e sociais. O laboratório rememorado pelos meus entrevistados como o melhor financiado – na lembrança de todos, sinônimo de “melhor equipado” – se alojava na cátedra de Histologia e Embriologia, de Luís Carlos Uchôa Junqueira, professor de perfil conservador, descrito como muito apegado ao preceito do *ethos* que exige dos cientistas a prática do ceticismo organizado (MERTON, p.

¹² Entrevista à autora, 2012.

¹³ O encarregado investiu na instrução da acusação a Arnóbio Washington. Coube a ele encarnar um dos “tipos” presentes no ideário dos oficiais das Forças Armadas, em particular no Exército, no contexto da deposição de Goulart: o sindicalista corrupto. A dissertação precisou deixá-lo de lado, por falta de tempo.

¹⁴ Refiro-me aqui ao período 1945-1964. Ver, por exemplo, Gomes (coord.), 2015, pp. 23-39.

¹⁵ Empresto a ressalva de Sylvio Sawaya, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e membro do Conselho Universitário em 1964: “Não havia partido da pesquisa na USP”. Entrevista à autora, 2017.

¹⁶ Duarte Pereira, da direção da UNE, falou ao repórter Fábio Eitelberg sobre a reivindicação da representação paritária, “que hoje parece exagerada”, de acordo com a entrevista, de 2014. Consultado em 28 de dezembro de 2017 <https://www.youtube.com/watch?v=oeK0ATlgPsM>.

197), e também um representante a mais de famílias bem enraizadas no Estado entre os catedráticos¹⁷.

Sua carreira contém excepcionalidades, como a idade precoce em que tomou posse da cátedra, 31 anos; ou a criação em 1952, sem nenhum aviso à Faculdade, no segundo ano de sua investidura como catedrático de Histologia, de um Laboratório de Fisiologia Celular. O laboratório nunca existiu formalmente; mas publicou, entre 1951 e 1958, 61 artigos em revistas internacionais¹⁸, uma evidência de regularidade na atividade de pesquisa. Esse laboratório atraía estudantes que, já desde a graduação, queriam fazer uma carreira de professor universitário entranhada com a prática da pesquisa. De que se tratava a prática da pesquisa na Faculdade de Medicina na década que se encerra em 1964? Sobre isso, ouvi Michel Rabinovitch, em 1964 já livre-docente na cadeira de Luiz Carlos Junqueira; Erney Camargo, que assistia aos acontecimentos na cátedra de Parasitologia, aos 30 anos; Ricardo Brentani e Valter Colli¹⁹, iniciantes pesquisadores da cadeira de Química Fisiológica, regida por Isaias Raw; o próprio Isaias Raw, um dos três alvos principais do IPM; Luiz Hildebrando Pereira da Silva, em 1964 já professor assistente²⁰.

O parasitologista Erney Camargo²¹ não tinha, em 2012, explicação satisfatória para os motivos que levaram Junqueira a se envolver com a instrução do IPM da Medicina. O conhecimento disseminado a respeito da cadeia de acontecimentos que pôs o inquérito em movimento atribui ao catedrático papel decisivo, por ter sido ele – versão compartilhada por todos os interlocutores já citados menos um – quem urdiu a Carta Anônima, uma peça de importância destacada na instrução penal (como detalhado na seção 4; a Carta pode ser lida no Anexo B), estopim do curso de acontecimentos que levou à demissão dos docentes, inclusive Camargo. Ainda assim,

¹⁷ No memorial que apresentou no concurso para tornar-se titular no Instituto de Ciências Biomédicas, em 1973, Junqueira atribui sua vocação biológica aos genes Junqueira, “família caracterizada pela sua atividade agropecuária”. Em outro *curriculum vitae*, lê-se: “filho de Ozório Diniz Junqueira e Amélia Prado Uchoa, o que lhe proporcionou vivência em atividades agropecuárias próprias da família paterna e intelectuais da família materna”; Junqueira era também Prado, como enfatizou Luiz Carlos Uchoa Junqueira Filho ao falar sobre o pai em entrevista à autora.

¹⁸ A informação consta do livreto de 18 páginas, aparentemente editado por Junqueira, denominado *Memorial do Laboratório de Fisiologia Celular, Departamento de Histoquímica e Embriologia*, publicado em 1958. O livreto descreve a criação do laboratório, lista seus financiadores (Fundação Rockefeller, Governo Federal, Reitoria) e seus integrantes (oito pesquisadores: seis professores e dois técnicos), as linhas de produção científica, os visitantes. Finalmente, em três páginas, estão relacionados os 61 “trabalhos publicados pelo Laboratório”. Foi encontrado na pasta funcional do professor.

¹⁹ Envolvido no inquérito como testemunha; defendeu os colegas. Fazia parte do grupo de teatro do Centro Acadêmico Osvaldo Cruz.

²⁰ Luiz Hildebrando foi o último professor assistente formado por Samuel Pessôa. Ao lado de Raw e de Thomas Maack, estava entre os principais investigados pelo IPM.

²¹ Entrevista à autora.

ele descreve Junqueira como “o príncipe da pesquisa” da Faculdade no período logo anterior à deposição de João Goulart.

Para esses interlocutores, e outros contemporâneos com quem também conversei, o título carrega consigo dose alta de admiração. Fazer pesquisa, entender seu lugar central, aprender do laboratório, para eles, diferenciava o cientista do presente (dos 1960s) do cientista do passado. O melhor que se podia desejar de um catedrático da Faculdade de Medicina era que praticasse e desse importância à pesquisa, como o modo por excelência de produzir ciência. Junqueira é visto como um dos importantes impulsionadores²² da pesquisa na Faculdade. A prova de conceito de que não existia “Partido da Pesquisa” na Medicina é a proeminência de Junqueira, que teria apontado colegas ao aparato punitivo, apesar de serem os indicados, em sua maioria, pesquisadores.

Pesquisador e conservador – por que não? É provável que houvesse outros, como ele, interessados na pesquisa, à direita e não à esquerda no espectro político²³. Ainda assim, para quem olha a paisagem a partir dos anos 2010, a identidade entre comprometidos com a pesquisa como carreira e como fundamento da vida acadêmica antes de abril de 1964 é maior entre pessoas no campo da esquerda. Entre os sete demitidos, todos eram pesquisadores. O que, afinal, faz o recorte aleatório do “grupo” montado pelo tenente-coronel Ênio Pinheiro menos exterior do que pareceu. Havia um movimento em direção à institucionalização da pesquisa em São Paulo; entre os que se situavam à esquerda, o amor pela pesquisa parecia maior.

1.2 A COISA EM SI

Um pedido ao Arquivo do Superior Tribunal Militar²⁴, em 2014, resultou no pouso suave do IPM da Faculdade de Medicina sobre minha mesa, na concretude de suas 1.100 páginas dispostas em cinco volumes fotocopiados que chegaram a mim pelo correio. Outras 285 páginas,

²² Os indiciados atribuem a Junqueira a autoria intelectual da Carta Anônima, que com o relatório da CGI da USP, compõe o núcleo das informações do inquérito sobre indiciados. Embora sofra da falta de credibilidade que atinge as cartas anônimas, foi tratada como fonte fidedigna pelo encarregado Ênio dos Santos Pinheiro (seção 4).

²³ Entre os professores relacionados ao inquérito que entrevistei, um exemplo de conservador-pesquisador é Ricardo Brentani, grande amigo e admirador de Junqueira (“Para uma história da ciência em São Paulo”, Pesquisa Fapesp, 12/2011, edição 190, consultado em <http://revistapesquisa.fapesp.br/2011/12/26/para-uma-historia-da-ciencia-em-sao-paulo>).

²⁴ Ao assumir a presidência do Superior Tribunal Militar, em 2013, a ministra Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha anunciou que a postura da Corte em sua gestão seria de transparência e abertura. De fato, o Arquivo do STM se esforçou em localizar todos os autos que solicitei, na gestão dela e na seguinte, de José Coêlho Ferreira.

as do primeiro volume, vieram trazidas pela rede mundial de computadores²⁵. O que nasceu Inquérito Policial Militar em julho de 1964 chegou a mim 50 anos depois entranhado nos Autos Findos 328, baixados ao Arquivo por ordem da Auditoria de Correição da Justiça Militar em 12 de maio de 1966. O IPM, principal peça de instrução da ação penal, ocupa 852 das 1.385 páginas. Em 15 de dezembro de 1965, o promotor substituto da 2ª Auditoria da 2ª Região Militar pediu a absolvição dos réus, o que obteve na sessão de 24 de janeiro de 1966 do Conselho Permanente de Justiça Militar. Ninguém recorreu e os autos seguiram para o Arquivo. Como porta de entrada da pesquisa, esse IPM foi e ainda é fonte das interrogações da dissertação. De que é vestígio o IPM da Medicina?

1.2.1 *Um, entre centenas de outros*

O IPM da Medicina tem pouco de caso especial. Fazia parte do IPM maior, principal, e como tal é uma entre as muitas produções que surgem no quadro das normas editadas em abril de 1964. O general Taurino, escolhido para conduzir o IPM-mór pela portaria do dia 14, ocupava desde a madrugada do dia 1 de abril o comando da 1ª Região Militar, por decisão do general Costa e Silva que, ao se declarar chefe do Exército por ser o general mais antigo no Alto Comando dispôs determinados generais em postos chave²⁶. Em 7 de maio, Costa e Silva nomeou Orlando Geisel para substituir Taurino na 1ª RM, aproveitando a passagem do general à reserva como marechal na mesma data. Nesses dias, o presidente Castelo Branco já havia criado, por decreto, a Comissão Geral de Investigações, definida no caput como uma instância para “uniformizar” os resultados investigatórios de todas as modalidades de investigação que tomaram conta do Brasil em 1964, nos meses subsequentes à deposição de Goulart.

Como encarregado do IPM, o general Taurino enviou ao general Kruehl, no comando do II Exército, o já mencionado ofício 114, em que pede a instauração do IPM da Medicina, datado de 3 de junho de 1964. O pedido de Taurino surtiu efeito: em 15 de julho, encarregado do inquérito já designado pelo comandante do II Exército, e escrivão já escolhido pelo encarregado, ocorreu a primeira autuação de documentos. A autuação começa logo com um tropeço na marcha do inquérito: em 28 de julho, aparece nos autos uma “delegação de poderes” pela qual o marechal Taurino, encarregado do IPM, investe ele mesmo, diretamente, o tenente-coronel encarregado para instaurar um inquérito na Faculdade de Medicina. Esse procedimento seguia

²⁵ A digitalização do Arquivo do STM esteve em curso durante a pesquisa. Os outros IPMs que também estudei nesta dissertação, pedidos posteriormente, chegaram todos na forma PDF.

²⁶ *Diário de Notícias*, 02/04/1964, p.1

o estabelecido no Ato do Comando Supremo da Revolução nº 9, editado em 14 de abril como a Portaria número 1. Ocorre que em 28 de julho o IPM na Faculdade de Medicina já estava instaurado e em andamento, como resposta à solicitação do próprio Taurino feita ao general Kruehl, comandante do II Exército, em 4 de junho.

Houve, assim, dois diferentes caminhos de investidura do IPM da Medicina: uma, de general do IPM a comandante de Exército, que designa o tenente-coronel encarregado; outra, do general do IPM diretamente ao encarregado. O tenente-coronel Ênio Pinheiro, engenheiro da arma da Cavalaria, já conduzia o IPM desde 15 de julho, pelo primeiro caminho, que seguia a praxe da Justiça Militar; mas as normas de abril mandavam o outro procedimento, este em que os poderes emanam do general Taurino diretamente ao encarregado. Nos IPMs com que lidei na pesquisa²⁷, prevaleceu a forma estabelecida no surto investigatório-normativo de abril. O caminho “canônico” foi o da delegação de poderes sem a interveniência do comandante do Exército da região.

Essa duplicidade na investidura não foi o único tropeço com que lidou o escrivão, primeiro-tenente José Luiz Pereira Maduro, na autuação do dia 15 de julho. Embora faça parte dos documentos da autuação inaugural, a delegação de poderes, de número 643, chega aos autos por meio de uma juntada do 31 de julho. A juntada e a delegação de poderes são as páginas 50 e 51 dos autos. As páginas seguintes – 52, 53, 54 –, como as páginas anteriores à quinquagésima, todas foram autuadas com data de 15 de julho. Dessa forma, o escrivão permitiu que, nas páginas 50 e 51, o tempo se adiantasse e depois voltasse sobre si próprio.

Os tropeços na marcha dos inquéritos, como sinais da instabilidade do pós-golpe, fazem parte de uma trilha que não pude seguir neste trabalho, entre as muitas abertas pelos IPMs de 1964. Essa trilha se abre em torno da constatação de que importava aos que participaram da implantação do regime militar ter regras, normas, regulamentos, leis a seguir. Este seria um exemplo: não importa que a flecha do tempo vá e volte, desde que esteja garantido que o IPM

²⁷ A pesquisa começou com o IPM da Medicina, mas depois se ampliou para os IPMs de 1964 da USP, no campus de São Paulo. Por isso, também li, em parte ou na íntegra, o IPM da Faculdade de Filosofia e da Faculdade de Direito, que não levaram a punições pelo Ato Institucional, e outros dois IPMs que me foram oferecidos pelo Arquivo do Superior Tribunal Militar: um relacionado a José Serra, por ele ser estudante da USP antes de presidente da UNE, e outro à investigação sobre um grupo de sargentos e cabos do Quartel de Quitaúna, próximo a Osasco. Este apareceu em razão de um dos indiciados ser Thomas Maack, um dos docentes demitidos da Faculdade de Medicina, e dois estudantes da Faculdade de Filosofia, Tullo Vigevano e Maria Hermínia Tavares de Almeida. Também o IPM 709, sobre o comunismo no Brasil, publicado pela Editora do Exército, foi usado na dissertação.

siga os procedimentos. O regime, a marcha dos IPMs indica, se esforçou em criar regras para a exceção e para o estado de inconstitucionalidade imposto ao país.

Houve 763 inquéritos abertos, de acordo com o balanço divulgado sem alarde pelo governo Castelo Branco no primeiro semestre de 1965, o que pressupõe haver 763 dessas delegações de poderes. O IPM da Medicina é, assim, espécie de um gênero prolífico no ano de 1964. Parte dos IPMs Taurino instaurou (os iniciados de 15 de abril e até o final de julho); outra parte coube ao general Hugo Panasco Alvim, que o sucedeu. A numeração dos IPMs-delegados mostra o declínio no ímpeto da grande investigação com a passagem dos meses.

Tabela 1 – Passagem dos dias e instauração de IPMs

10/04 a 03/06	402	8,04	Dia 50
10/04 a 28/07	643	6,12	Dia 105
10/04 a 28/08	687	5,05	Dia 136
Período de tempo	Nº de delegações	Média diária	Intervalo

Entre a Portaria de 9 de abril e a delegação de poderes 643, que instaurou o IPM da Medicina, passaram-se 105 dias, durante os quais o general Taurino delegou poderes para instauração de 642 outros inquéritos: em média, seis por dia para o período. Outra delegação de poderes conhecida da pesquisa estabelece a marca para os primeiros 50 dias após a deposição de João Goulart: é a de número 402 e data de 3 de junho – média maior, de 8 por dia.

Houve “subIPMs” também nas faculdades de Filosofia e de Direito da USP, autorizados pelas delegações de poderes de nº 686 e 687, datadas de 28 de agosto. O general Hugo Alvim designou, respectivamente, os encarregados do IPM da Faculdade de Filosofia e do IPM da Faculdade de Direito por meio delas. O gráfico 1, abaixo, mostra a média de delegações por dia para os períodos.

Gráfico 1 – Média de delegações por dia entre 10 de abril e 20 de agosto de 1964

A acreditar nas datas e na numeração, o ritmo cai cada vez mais depressa durante 1964: houve apenas 44 novos pedidos de inquérito nos 66 dias entre 28 de agosto e 3 de junho, já no quarto mês após a deposição de João Goulart. Com mais datas de IPMs, talvez seja possível relacionar o ímpeto investigatório a outros aspectos da conjuntura. Por ora, observa-se que a tendência da tabela tem paralelo com o desinvestimento político dessa forma de perseguição a adversários por parte do regime que nascia. Os IPMs, muito noticiados nos jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro nos primeiros meses após a deposição de Goulart, se tornaram foco de conflito interno ao espectro da direita, civil e militar, em torno de pontos incômodos para o governo Castelo Branco²⁸.

1.2.2 *Encarregado e escrivão, multiplicados*

Para a execução do IPM da Medicina, o Exército mobilizou dois oficiais: o tenente-coronel Ênio Pinheiro e o escrivão nomeado por ele, tenente José Luiz Maduro. Ênio Pinheiro, o encarregado, se manifesta em nome próprio no inquérito, expressamente, por meio de seu relatório; nele, indicia treze pessoas, de acordo com o figurino desenhado pelas normas de abril. Para que pudesse escrever as 42 páginas da peça que sumariza a investigação, o tenente-coronel exercitou certa argumentação. Ao fazê-lo, não poderia evitar expor um ponto de vista. Seu relatório é rico em associações, como será detalhado à frente, na seção 4, reservado ao IPM. Com o escrivão Maduro, cumpriu eficientemente a tarefa de acusar: entre a primeira autuação, a 15 de julho, e a data de seu relatório, 9 de outubro, produziu a instrução que julgou necessária para os indiciamentos.

O relatório do tenente-coronel se fez acompanhar de um índice do inquérito, em seis páginas que mencionam 246 nomes, entre testemunhas e indiciados. Ao lado de cada nome, a indicação da página em que se encontra a menção, entre as 861 folhas datilografadas, tudo produzido pelo silente tenente Maduro. O escrivão está entranhado em cada letra estampada no IPM. Em nome do encarregado, expediu ordens para citação, busca e apreensão; recebeu, relatou, listou resultados de diligências; anotou e transcreveu as palavras de testemunhas; apensou documentos; registrou despachos.

²⁸ Apoio-me aqui, em Renato Lemos (*In: CASTRO (org.), 2004, pp. 409-438*): “A rede formada por agentes e práticas relacionadas com os inquéritos rapidamente constituiu-se em um ator político específico, que colidiu com setores civis e militares do regime comprometidos como estratégias mais conciliatórias e com as estruturas democráticas paralelas.” (p. 427).

Para que reverberações do encarregado e das testemunhas possam ainda ser detectadas depois de 50 anos, o silêncio do tenente Maduro é necessário. Conheço dele apenas a assinatura floreada, sempre em tinta azul, e a qualidade como datilógrafo. Na “forma de verdade”²⁹ que Michel Foucault denomina inquérito, o encarregado é quem fala, é dele a voz. A voz pede um corpo, dado pelos autos, que é obra do escrivão. Para que o encarregado possa falar por meio dele nos autos, o escrivão emudece.

Mudo ou falante, são dois oficiais por inquérito no mínimo, sendo o da Medicina um entre 763. Assim, a atividade investigatória mobilizou, na estimativa precária da dissertação, algo da ordem de grandeza de 1.500 oficiais. O balanço apresentado pelos responsáveis pelo IPM em 1965 fala no dobro disto, 3 mil. Os IPMs de 1964 na USP e o IPM do Quartel de Quitaúna, os que mais usei durante a pesquisa, não requereram mais que a dupla de oficiais. Já o IPM 709, cujo relatório foi publicado pela editora Biblioteca do Exército em 1966, teve o concurso de um coronel, cinco maiores, seis capitães, um primeiro sargento, sete segundos sargentos, um terceiro sargento e um civil (INQUÉRITO POLICIAL MILITAR 709, 1º volume, p. 9).

Pretendo sustentar que o relatório do tenente-coronel Ênio Pinheiro se socorre de um ideário disseminado por oficiais instrutores nas escolas de comando, em especial do Exército, que encontraram ouvintes atentos nos oficiais em formação. Esse ideário, usado para olhar o Brasil dos anos 1960, tinha sustentação em trabalhos teóricos sobre uma modalidade de guerra denominada Guerra Revolucionária. Outras modalidades de guerra seriam, por exemplo, a Guerra Nuclear, a Guerra Convencional e a Guerra Total.

Uma das tarefas a que se propõe a dissertação é a de identificar se o vocabulário do quadro de pensamento preconizado na teoria da Guerra Revolucionária formou o jargão que autorizou tantos oficiais a tomarem parte na grande investigação desencadeada em 1964. Entre as características atribuídas às etapas de desenvolvimento de uma guerra revolucionária estava a infiltração comunista no interior do Estado, apresentada como evidência do estágio já alcançado no Brasil pela Guerra Revolucionária. A crença de que a ocupação da máquina do Estado por

²⁹ Em “*A verdade e as formas jurídicas*”, que reúne cinco conferências proferidas no Brasil, Foucault afirma que as formas jurídicas são mais que jurídicas: são “formas de verdade”, por afetarem o modo de subjetivação do sujeito e, portanto, de sua relação com o conhecimento. É para poder chegar, por aproximação, a uma “história da verdade” (FOUCAULT, 1996, p. 27) que, na terceira conferência, ele segue o inquérito como “forma de verdade”, desde o esboço na média Idade Média, até sua apropriação pela filosofia e pela ciência ocidentais. O entranhamento do poder no saber, sustenta Foucault, é que está em questão no inquérito; e também em outras “formas de verdade”, como o jogo e o exame.

comunistas fizera parte do plano de desencadeamento da Guerra Revolucionária sustado pela deposição de Goulart fundamentou o direito à investigação. Oficiais investidos dessa crença se puseram em ação para executar o expurgo no funcionalismo público, conforme o ditado nas normas de abril. Entendia-se que, se a investigação não alcançasse os infiltrados, eles permaneceriam incógnitos. Localizar e desenraizar a infiltração foi missão lançada pelo Comando Supremo, como parte crucial do Ato Institucional.

Durante a conspiração, a teoria da Guerra Revolucionária engajou a oficialidade e se tornou fator de coesão no Exército no movimento de quebrar a legalidade frente à necessidade (retórica) de depor João Goulart. Os conflitos sobre a extensão, a oportunidade e a intensidade da investigação e do expurgo se constituíram em eixo de instabilidade política para o governo Castelo Branco e encontraram nos IPMs um canal preferencial de expressão. Nem outros IPMs ocorridos em São Paulo nem o IPM da Medicina deixam de ser sinais dessa discordância precoce entre os conspiradores quanto ao curso da implantação do regime de 1964³⁰.

1.2.3 *O Inquérito da Medicina é posto em marcha*

Para delegar ao tenente-coronel Ênio dos Santos Pinheiro a instauração do IPM da Faculdade de Medicina, o general Taurino não precisou de indícios que, a olhos de hoje, pareçam sólidos. Foram, no entanto, indícios suficientes. Para pedir ao general Kruehl, dentro da praxe do Código de Justiça Militar, que iniciasse a investigação sumária mencionada no Artigo 7º do Ato Institucional (contra aqueles que houvessem atentado contra o “regime democrático” ou a “probidade administrativa”), enviou dois “informes” ao comandante do II Exército, ambos do Serviço Federal de Informação e Contra Informação – SFICI³¹.

O informe de 27 de maio (nº 1.774) relata que *permanece* a atividade partidária dos comunistas na Faculdade de Medicina (apesar da queda de João Goulart); apresenta uma lista de nomes e

³⁰ A dissertação segue as dimensões propostas por Napolitano (2011, p. 215): a conspiração, o levante militar, o golpe, e a partir do Ato Institucional (9 de abril) e da eleição de Castelo Branco (11 de abril), o início de um percurso que levou ao regime militar. Quando esse percurso se completou, para o autor, é ainda ponto de debate.

³¹ Esse serviço surge no governo Getúlio Vargas e é posto para funcionar no governo Juscelino Kubistchek. O general Ednardo D’Ávila Mello, que comandou o II Exército, chefiou o SFICI quando coronel. Nessa primeira onda de repressão, os que derrubaram João Goulart usaram o que estava à mão – a Lei de Segurança Nacional de 1953, esse serviço de informações de JK, o Código da Justiça Militar, de 1938. O Ato Institucional expressamente “reforma” a Constituição de 1946 no que toca ao mandato do presidente da República e outras providências, mas afirma sua vigência naquilo de que o Ato não trata. Por isso, o instrumento que os militares têm para aplicar aos derrotados é a Lei de Segurança Nacional de 1953, sancionada por Getúlio Vargas. Nos Estados, os departamentos de polícia política, como o Departamento de Ordem Política e Social (Dops), também integraram a ‘limpeza’, outra palavra usada com frequência pelas autoridades nos jornais.

informa sobre a edição de 15 de fevereiro de *Novas Perspectivas*, publicação que chamou a atenção do SFICI por exibir, entre nomes de autores de artigos, dois do interesse da investigação: o do instrutor Erney Camargo e o do professor assistente Luiz Hildebrando Pereira da Silva. Já o segundo informe, nº 1.919, datado de 2 de junho, relata Luiz Hildebrando recolhendo contribuições para ajudar companheiros presos³²; informa também que “dentre os comunistas” está outro docente, Michel Rabinovitch, que “alicia jovens para o Partido”. Supondo fiéis numeração e datas, o SFICI produziu presumivelmente 145 informes (do 1.774 ao 1.919) entre 27 de maio e 2 de junho, ao ritmo de mais de 20 por dia. Entre os documentos que disparariam o IPM da Medicina 43 dias depois, esses informes vindos da sede do IPM no prédio do Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro, estão entre os menos substanciosos.

No dia 17 de junho, outro ofício chega a Krueel, agora para acompanhar o informe 50, encaminhado pelo chefe do Estado Maior do IPM, coronel Tasso Villar de Aquino, que veio carimbado: “secreto”. Esse particular informe também é parco de substância: apresenta uma lista de nomes de pessoas ligadas à organização clandestina de esquerda Política Operária – Polop; na lista, há alguém do Grêmio da Faculdade de Medicina de Sorocaba. “Faculdade de Medicina” vem grifado – alguém viu ali um indício para a instrução.

Outro ofício do coronel Tasso, agora assinado “chefe de gabinete do IPM” (não mais “chefe do Estado Maior”), se deu a 19 de junho, dois dias depois do parco informe 50, desta vez para encaminhar ao II Exército a Carta Anônima “sobre atividades comunistas nas faculdades de Higiene, Medicina e Filosofia da Universidade de São Paulo”. O gabinete do IPM se situa no Rio de Janeiro, o que coloca um enigma: que forças teriam impelido uma carta produzida em São Paulo até o Estado Maior do IPM, no Rio de Janeiro, e de volta ao II Exército, endereçada a Krueel? A transcrição da carta anônima em papel timbrado do II Exército, datada de 22 de junho, segue, na ordem dos autos, a cópia enviada da sede do IPM no Rio. No cabeçalho da transcrição, quem datilografou escreveu, para estatuir a “origem” do documento: *Informante*.

O quarto documento autuado pelo escrivão em 15 de julho também percorreu caminho sinuoso. Por ofício, Durval Campello de Macedo, general de brigada, chefe do Estado Maior do II Exército, remete ao coronel Paulo Thomas Alves, denominado “Enc de IPM”, mais um informe, numerado 182, datado de 15 de junho. O documento procede do Estado Maior do I Exército, no Rio de Janeiro, e é endereçado ao Estado Maior do II Exército, em São Paulo. Por isso chega

³² Prisão que “ainda não ocorreu”, observa o informe.

ao general Macedo, chefe do Estado Maior. O coronel Paulo Alves, a quem Macedo destina o informe, está indicado encarregado do IPM da Medicina; se alguma vez teve a posição, não se consolidou nela. Tanto meandro para uma peça inócua do ponto de vista dos indícios: o informe 182 copia o informe 1.919 do SFICI, anteriormente enviado pelo general Taurino, aquele “sobre atividades do sr. Luiz Hildebrando Pereira da Silva”.

Virada esta página, *last but not least*, surge a última peça autuada pelo escrivão Maduro para dar corpo ao IPM naquele 15 de julho. Trata-se de um extrato, o *Extrato do Relatório da Comissão Geral de Investigação de Atividades Subversivas na Universidade de São Paulo, Faculdade de Medicina*. Há outro extrato assim, quase idêntico, no inquérito da Faculdade de Direito, em que as páginas referentes à Medicina foram substituídas por páginas do mesmo relatório, mas relativas à Faculdade de Direito. A caligrafia é a mesma nos dois cabeçalhos, escritos em letra de forma, apesar do intervalo de 29 dias entre a delegação de poderes 643, para Ênio Pinheiro, e a delegação de poderes 687, para o tenente-coronel encarregado do IPM da Faculdade de Direito, “professor” Dirceu Bonnecker de Souza Lobo³³. Nesse intervalo de 44 IPMs instaurados por poderes delegados, o marechal Taurino se viu removido da condução da investigação na forma de inquérito militar, que foi entregue ao muito mais discreto general Alvim. A Alvim coube também, no mesmo dia 26 de agosto, investir outro o tenente-coronel, Bernardo Schonmann, também professor, com os poderes para investigar, por IPM, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e também a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, isto por meio da delegação 686.

Entre esses três inquéritos que investigam unidades da USP, o da Medicina foi o primeiro a ser instaurado e o único a completar o arco prescrito pelo procedimento de expurgo regulado pelo Ato Institucional nº 1, com a demissão sumária dos sete docentes ao final do prazo de vigência do Artigo 7º, em outubro de 1964, os únicos da USP alcançados nesta primeira onda punitiva do regime, em que predominaram os IPMs³⁴.

³³ IPM da Faculdade de Direito, p. 13: “Resolve (...) a) delegar ao Tenente Coronel Professor, 1G 348.763, Dirceu Bonnecker de Souza Lobo poderes para proceder Inquérito Policial Militar, a fim de apurar os fatos e as devidas responsabilidades de todos aqueles que, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, tenham desenvolvido atividades capituláveis nas Leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social. b) determinar que ultimados os trabalhos, que deverão obedecer, no que for aplicável, as normas atinentes aos Inquéritos, fixadas no Código de Justiça Militar, (...), seja remetido a êste Encarregado, apenas o Relatório e a Solução dêsse IPM, não devendo o mesmo, ser remetido à Auditoria competente ou a qualquer outro Órgão de Julgamento antes da autorização dêste Encarregado de IPM”.

³⁴ De acordo com o texto do decreto, o governador afirma que demite os professores “à vista do inquérito policial militar que lhes moveu a Comissão Geral de Investigações” – essa mesma uma formulação imprecisa e improvável, uma vez que Ênio Pinheiro data seu relatório, com que finaliza o IPM, no mesmo 9 de outubro da publicação do decreto do governador. Na lista de atingidos por decretos do governador na data, o nome seguinte ao de Thomas

O arrolamento aqui dos documentos autuados pelo silente tenente Maduro em 15 de julho de 1964 serve a diferentes propósitos. Um, observar o quão tênues podiam ser os indícios para que atingissem “valor de troca” entre o centro, no Rio de Janeiro, e a periferia do IPM; e quão fraca era a coordenação que os ligava. Um mesmo documento, pouco relevante, apareceu duas vezes. A carta anônima (produção da direita paulista) é enviada do Rio de Janeiro por ofício de 19 de junho, trafega pelo quartel do II Exército, endereçada a um oficial (Paulo Alves) que, do ponto de vista dos autos, nunca existiu; e já no dia 22 está sendo transcrita. O escrivão Maduro autuou o ofício datado de 4 de junho, em que o general Taurino pede a Kruel para instaurar o inquérito, consistente com a portaria de Kruel que nomeia Ênio Pinheiro encarregado, datada de 1º de julho – documentos originários do inquérito. Em 31 de julho, interpola uma juntada, em que autua outro documento originário, a delegação de poderes, expedido pelo general Taurino com data de 28 de julho. O que vem antes, e o que segue, tudo tem data de 15 de julho. O escrivão autua o absurdo e o processo segue sua marcha. A instabilidade do pós-golpe se manifestava de muitas formas, inclusive nessa flutuação de procedimentos que marcou a onda investigatória-punitiva, desencadeada nos moldes incertos da produção normativa do mês de abril de 1964, conduzida por oficiais superiores, tenentes-coronéis e coronéis, raramente por oficiais gerais e, parcialmente ou completamente, instruída dentro dos quartéis, às vezes de acordo com os costumes do Código de Justiça Militar, às vezes com as normas de abril, às vezes de acordo com a licença de improvisar que o momento ímpar pedia a esses particulares brasileiros, os oficiais envolvidos nos IPMs de 1964: eles passaram a exercer o poder.

1.3 A COMISSÃO GERAL DE INVESTIGAÇÕES DA USP E SEU RELATÓRIO

É a produção civil da direita paulista que dá sustentação à investigação e ao relatório do IPM da Medicina. Das primeiras 41 páginas do IPM, 33 introduzem, pela ordem, a Carta Anônima, documento que, pela familiaridade no trato das coisas da Faculdade de Medicina, aponta para um autor interno a ela; e o Extrato já mencionado do relatório da Comissão Geral de Investigações da USP. O que pôs em marcha o IPM da Medicina foi essa contribuição, esses polpudos documentos (frente à penúria dos “informes”) confeccionados por um grupo anônimo

Maack (o último dos sete da Faculdade de Medicina) é o do médico e pesquisador Sebastião Baeta Henriques, “lotado no Instituto Butantan”, que estava sendo punido “à vista dos elementos constantes do processo que lhe moveu a Secretaria da Saúde”. Os IPMs serem meio proeminente da execução do expurgo não significa que tenham sido nem únicos nem exclusivos.

de docentes e funcionários da Faculdade de Medicina, e por três professores investidos pelo reitor do poder de indicar outrem à perseguição das novas autoridades. A Carta e o Extrato do relatório da CGI da USP dão ao encarregado (militar) o ponto de partida (civil) para o procedimento de um IPM, nos moldes da Justiça Militar. Mais uma manifestação do caráter civil-militar do golpe, e também do regime que o seguiu, nos limites da (curtíssima) duração deste trabalho -- da elaboração da lista tríplice que levou à nomeação de Gama e Silva, em maio 1963, até a demissão dos docentes da Faculdade de Medicina, em outubro de 1964.

Não encontrei (ainda) rastro de consulta oficial do reitor da USP, Luiz Antonio da Gama e Silva, ao Conselho Universitário³⁵, seja sobre criar e instalar a Comissão Geral de Investigações da USP, seja sobre a nomeação de seus membros³⁶; tampouco encontrei uma data precisa para o início de seu funcionamento. As circunstâncias indicam que o início se deu provavelmente na terceira semana de abril, quando Gama e Silva já poderia ter reassumido o cargo de reitor, depois de retornado a São Paulo de seus onze dias de duplo ministério, Educação e Justiça, em Brasília. A investigação termina no dia 6 de junho, data da assinatura do relatório por aqueles que Gama e Silva escolheu para compor a CGI: Moacyr Amaral Santos, da Faculdade de Direito, na presidência; Jeronymo Geraldo de Campos Freire, catedrático da Faculdade de Medicina; e Theodoreto de Arruda Souto, catedrático da Escola Politécnica “deslocado” para dirigir a Escola de Engenharia de São Carlos e, no momento da nomeação da CGI, único entre os membros com lugar no Conselho Universitário. Trata-se de uma impropriedade referir-se à CGI como uma comissão do Co, seja em razão de não haver deliberação em torno do assunto registrada nas atas, seja em razão de dois dos três membros não integrarem o Co naquele momento.

“Extratos” do relatório subscrito pelos três docentes estão nos autos do IPM da Medicina e nos autos do IPM da Faculdade de Direito, como já mencionei. A caligrafia na folha de rosto de ambos os extratos é a mesma, tudo escrito à mão em letras maiúsculas, caneta esferográfica vermelha, linhas sublinhadas. No inquérito da Faculdade de Filosofia, embora o relatório da CGI não exista como peça singular, é citado literalmente pelo encarregado em vários interrogatórios, o que tomei como sinal de que o documento esteve à mão como peça útil durante a instrução. As atas do Co de 1964, como será descrito mais adiante, mencionam a

³⁵ Sylvio Sawaya, na entrevista concedida à autora em 25 de março de 2017, disse que não houve. Uma falha deste trabalho é que não localizei a tempo a documentação oficial originada ou endereçada ao Gabinete do Reitor, guardada sob administração da própria reitoria, ainda a ser consultada.

³⁶ O que, nos dias de hoje, seria possivelmente feito por portaria e publicação no Diário Oficial.

Comissão na sessão 552^a, de 21 de setembro, e na de 3 de novembro de 1964, esta subsequente ao decreto do governador que demitiu os sete docentes da Faculdade.

Por outro lado, nos autos do IPM, diferentemente do que se passa com os informes e com a carta anônima, não há ofício que acompanhe o Extrato, o que nos priva de informação sobre o caminho e as etapas que o relatório seguiu desde a comissão da USP até as mãos do tenente Maduro. Pode ter sido enviado pelo reitor ao comandante do II Exército, por exemplo. Poderia também ter sido enviado ao general Taurino, no Rio de Janeiro, e depois devolvido a São Paulo, caminho que os autos deixam pensar ter sido o da Carta Anônima. Qualquer que tenha sido o trajeto, quem movimentou no rumo do IPM o relatório da comissão do expurgo da USP – que apontou 52 professores, estudantes e funcionários ao aparato punitivo do 1964 pós-Goulart -- permaneceu à sombra.

Há profusas referências a esse relatório na literatura que descreve o modo de ação da repressão sobre a Universidade de São Paulo subsequente à deposição de Goulart. Trechos do relatório foram reproduzidos no *Livro Negro da USP*, volume publicado pela associação dos docentes em 1978, editado pela antropóloga Eunice Ribeiro Durham, relato seminal de duas ondas de investigação e repressão contra a Universidade, a de 1964, e a segunda, 4 anos depois, em 1968/1969. Gama e Silva aproveitou ambas as ondas para exercer sua “linha dura”; destacou-se mais na segunda onda, quando ocupava o Ministério da Justiça, posição da confiança do presidente Costa e Silva, o que lhe propiciou subscrever o Ato Institucional nº 5, em 1968³⁷ – que marca o início da fase mais dura do regime (NAPOLITANO, 2014, p. 72). Esse, no entanto, é um Gama e Silva posterior ao tempo da dissertação.

Em ambos os extratos autuados nos IPMs, aparecem do relatório da CGI as páginas de 1 a 6, e de 39 a 42 – o começo e o fim, ambos “gerais”. As páginas de 11 a 14 estão só no extrato autuado no IPM da Faculdade de Direito; e da 18 à 32, só no extrato apensado ao IPM da

³⁷ Gama e Silva morreu em 3 de fevereiro de 1979, de infarto do miocárdio, sentado à mesa de almoço costumeiro das sextas-feiras no Automóvel Clube, na rua Formosa, São Paulo. Segundo *O Estado de S. Paulo*, estavam à mesa Eldino Brancante (industrial associado a Olympio Mourão Filho), Otávio Marcondes Ferraz (integrante do Ipes, de acordo com Dreifuss), Moacyr Amaral dos Santos (catedrático da Faculdade de Direito e presidente da CGI da USP), Nelson Virgílio do Nascimento, Luiz Toledo Piza (do Ipes) e o catedrático de Psiquiatria da Faculdade de Medicina Antonio Carlos Pacheco e Silva (do Ipes). O jornal registra ainda que Gama e Silva iria almocar bacalhau ao forno. A aparição anterior 25 de março de 2017 em *O Estado de S. Paulo* havia sido em 1977, quando Gama e Silva reivindicou a autoria exclusiva do texto do Ato 5, em oposição a Jayme Portella, chefe da Casa Militar do governo Costa e Silva, que afirmou ter sido o presidente (que sofreu por um derrame durante o mandato) o maior responsável pela redação do Ato.

Medicina – são partes “específicas”. Procurei a íntegra do documento e também os documentos que o instruíram no Arquivo Geral da USP. Não encontrei traço nem do relatório nem de sua instrução. Tampouco aparece nos catálogos do Arquivo do Estado de São Paulo. Não esgotei a procura³⁸.

Embora não forneçam a íntegra, os extratos preservados pelos inquéritos deixam entrever a argumentação central do relatório da CGI, que é desdobrada em partes específicas para cada diferente escola, das páginas 7 a 38. É nesse segundo bloco do documento que se concentram as páginas que me faltam, num total de 13 (7-10, 15-17, 33-38); e finalmente desemboca no que era o crucial para os investigadores, a lista de pessoas a serem perseguidas. Seguem-se as assinaturas do presidente e dos dois membros. Data do relatório, acima das assinaturas, 6 de junho – dois dias depois da data do ofício em que o encarregado general Taurino solicita instauração do IPM da Medicina ao general Kruel.

Transcrevo nomes proeminentes da lista de suspeitos da CGI, aqueles que frequentavam as páginas dos jornais de São Paulo como autores ou atores do noticiário³⁹ no decênio 1955-1964. Mario Schenberg encabeça a lista da comissão da USP. Seguem-se Fernando Henrique Cardoso, João Cruz Costa⁴⁰, Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior, Flávio Flores da Cunha Bierrenbach, João Batista Vilanova Artigas, Marco Antonio Mastrobuono, José Serra, Samuel Barnsley Pessoa, Michel Pinkus Rabinovitch, Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Erney Felício Plessmann de Camargo, Julio Pudles, Pedro Henrique Saldanha, Thomas Maack, Reynaldo Chiaverini (estes últimos seis demitidos pelo decreto de outubro), Isaias Raw, Paulo Israel Singer, Lenina Pomeranz. Desde a década de 1940, Schenberg era o físico mais famoso do Brasil, ao lado de Cesar Lattes, mais moço (e que não estava na lista); Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes haviam participado com destaque de campanhas em defesa da educação e pelo monopólio estatal do petróleo e fizeram parte das comissões paritárias para aumentar a representação estudantil nos conselhos e nas congregações; Samuel Pessôa havia

³⁸ Curiosamente, nas numerosas conversas que tive na tentativa de localizar a pasta do processo ou apenas uma cópia do relatório, os interlocutores ou confundiam a CGI da USP com as “assessorias de segurança institucional” que funcionaram durante a década de 1970 contigua à Reitoria, ou reagiam com incredulidade ao ouvir sobre a falta da íntegra. Esse documento provavelmente circulou muito e teve muitos exemplares destruídos em fugas da polícia. A chance de a íntegra aparecer depende de arquivos pessoais; ou entre papéis do arquivo do Gabinete do Reitor.

³⁹ O período de leituras da imprensa anteriores à deposição de João Goulart abrange noticiário de 1955 em diante sobre a USP, a Faculdade de Medicina, o financiamento da pesquisa, a Fapesp, e cada um dos docentes da USP de interesse. Inclui *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Última Hora*.

⁴⁰ Reportado como José Cruz Costa. A CGI acertou ao enfatizar, na abertura do relatório, a amplidão da tarefa para ser cumprida em tempo exíguo, como forma de justificar erros. Há vários.

sido candidato a deputado. José Serra, presidente da União Nacional de Estudantes, era um dos “comunistas” que o noticiário mostrava discursando ao lado do presidente João Goulart ou em reuniões com ele. Todos esses, e mais 32⁴¹, compunham a lista dos indicados pela comissão ao reitor Gama e Silva.

No presente, passados mais de 50 anos, há consenso entre os docentes que conhecem o caso sobre o que aconteceu na USP em 1964. A interpretação corrente é de que a organização da CGI pelo reitor Luiz Antonio da Gama e Silva, os nomes que escolheu, a lista produzida por eles, manifestam lances da luta pelo poder na administração da Universidade. Professores de direita, ou nem tanto, viram a oportunidade para se livrar de professores de esquerda, ou de desafetos em quem pudessem pregar o rótulo da esquerda, e a agarraram. Por isso, suspeitam da vociferação anticomunista que permeia o texto do relatório, certos registros nas atas, declarações dadas a jornalistas: nesse entendimento, trata-se de máscara, mera hipocrisia, para encobrir interesses mesquinhos dos conservadores, relacionados como sempre à manutenção de cargos e privilégios nas mãos daqueles que, afinal, os constituíram para uso próprio⁴². A dissertação quer mostrar algo diferente – com ou sem hipocrisia, a vociferação teve efeitos e determinou, parcialmente, o que veio depois dela.

1.4 CGI DA USP, IPM DA MEDICINA: VESTÍGIOS DE QUÊ?

Nesta dissertação, a CGI da USP e o IPM que seu relatório pôs em marcha serão tomados principalmente de duas maneiras. De uma maneira, vejo ambos como vestígios do modo pelo qual a elite paulista exerceu o poder durante a crise de 1964, como o dividiu e compartilhou

⁴¹ Nuno Fidelino de Figueiredo (docente, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências); Fuad Daher Saad (estudante, FFLC); João Miguel (estudante, Faculdade de Direito); Paulo Afonso Sampaio Amaral (estudante, FD); Sergio Resende de Barros (estudante, FD); Paulo Antonio da Silveira (estudante e jornalista, FD); Oscarlino Marçal (estudante, FD); Abelardo Riedy de Souza (professor, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo); Sylvio Barros Sawaya (estudante, FAU); Paulo Guimarães da Fonseca (professor, Escola Politécnica); Abran Bencjan Fajer (professor, Faculdade de Medicina); Roland Veras Saldanha (instrutor, Med); José Barros Magaldi (professor, Med); Israel Nussensveig (professor, Med); Antonio Frederico Branco Lefevre (professor, Med); José Maria Taques Bittencourt (instrutor, Med); Francisco Humberto de Abreu Maffei (médico estagiário, Med); Arnóbio Washington (funcionário, Med); Felga Langfeldt (enfermeira, Med); Eunofre Marques (estudante, Med); Bernardo Boris (médico estagiário, Med); Eduardo Manzano (estudante, Med); Luiz Carlos Raya (instrutor, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto); Clarismundo Souza Filho (instrutor, Med/RP); Edson Sinobara (estudante, Faculdade de Odontologia de Bauru); Maria Fidela de Lima (estudante, Odont/Bauru); Mário Wagner Vieira da Cunha (professor, Faculdade de Economia e Administração); Guilherme Fontes Leal Ferreira (instrutor, Escola de Engenharia de São Carlos); Ivan Rotta (estudante EESC); Adriano Trondi (estudante, EESC), Antonio Marcomini (estudante, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz), Rodolfo Hoffman (estudante, Esalq)

⁴² A leitura de pastas funcionais de professores muitas vezes me espantou, pelo aspecto da privatização dos cargos públicos, a olhos de hoje. Um catedrático, diretor de unidade, autorizou o próprio pedido de licença-prêmio; outro, para dar aulas de sua especialidade no período noturno, ganhava mais um salário de docente; e, quando passou a também lecionar em um curso de extensão da mesma unidade, acrescentou mais um salário a seus vencimentos. Esse mesmo docente nomeou oficial de gabinete primeiro uma irmã e depois o filho.

entre os diferentes grupos que se consideraram vitoriosos. Por esse lado, chamo a atenção para o aspecto da USP como integrante da administração pública estadual e, por isso, objeto e palco das rivalidades entre diferentes grupos políticos no poder; e espero extrair desse cenário um esboço rude do que poderia ser o mapa do território da direita no Estado em 1964.

Por outra vertente, a proeminência do tema da grande investigação para o expurgo é vestígio difícil de ignorar nas movimentações dos principais atores na cena pública pós-Goulart, tal como narrada pelos jornais, e como apreendi em entrevistas, autobiografias e relatos de testemunhas. Até outubro de 1964, havia superposição entre CGIs e IPMs estaduais, ou municipais, ou de outras instâncias, e as do IPM e da CGI nacionais, esta última criada em 27 de abril, pelo Decreto 53.897, do presidente Castelo Branco⁴³. O decreto autorizava a CGI a investigar, mas não desautorizava o IPM da Portaria número 1; a confusão permaneceu durante sua curta existência, como atesta o Relatório da CGI.

A profundidade, o rigor, a radicalidade do expurgo se tornam foco do primeiro conflito que transborda do interior da ampla frente de direita civil e militar. O conflito se polarizou em torno de uma questão posta nos seguintes termos: para que tomamos o poder? Como vamos usar o poder que temos nas mãos? Trata-se de salvar o Brasil pela erradicação dos comunistas e corruptos, ou por uma erradicação matizada pela necessidade de manter o apoio dos partidos políticos de 1945?

1.5 O CURSO DA DISSERTAÇÃO

A seção 2 desta dissertação pretende descrever os que detinham o poder de administrar a USP, a partir da trajetória do advogado Luiz Antonio da Gama e Silva, nomeado reitor a 18 de junho

⁴³ Esse decreto é singular no conjunto do surto normativo. Pretende regulamentar os artigos sétimo e décimo do Ato Institucional – os artigos sobre a perseguição aos funcionários públicos e a políticos com mandato eletivo. Afirma a necessidade da “aplicação uniforme” dos citados artigos (o que sinaliza, a ver do presidente, que faltava uniformidade); por meio do artigo primeiro (de dez) cria a CGI “com a incumbência de promover a investigação sumária” prevista no Ato. No artigo terceiro e seus três parágrafos, estende a legitimidade para abrir investigações a praticamente todas as autoridades da administração pública. O artigo oitavo vincula a CGI ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (ou seja, coloca a CGI no âmbito civil). O décimo estabelece como prazo de existência da CGI os prazos de 60 dias, para o artigo décimo do Ato, e seis meses a partir de 9 de abril, para os efeitos do artigo sétimo. Para presidí-la, Castelo Branco nomeou Estevão Taurino, o que “formalizou” a confusão; e o substituiu pelo Almirante Paulo Bosisio. Datado de 30 de outubro, o “Relatório e Anexos” da CGI expõe a queixa dos integrantes sobre as dificuldades interpostas à ação dela trazidas pelo decreto que a criou. Disponível no Arquivo Nacional, o relatório, em seu anexo 5-A, relaciona os “indiciados que a CGI julgou não passíveis de qualquer das sanções” do artigo sétimo do Ato Institucional. Dessa lista derivam os atestados de “idoneidade” para vários dos indiciados pelo IPM, e que integram os documentos apresentados pela defesa na fase penal dos Autos Findos 328.

de 1963 pelo governador Adhemar de Barros. Paulista de Mogi Mirim, catedrático de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito desde 1944, membro do Tribunal de Taxas e Impostos da Secretaria da Fazenda de 1938 a 1945, Gama e Silva não recebeu diploma da USP (graduou-se em 1933, antes da fundação da Universidade, em 1934) e estava, nessa ocasião, com os adversários políticos do governador Armando de Salles Oliveira – que criou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e, ao agregá-la às três escolas das “profissões imperiais” (COELHO, 1999) – Medicina, Direito e Engenharia –, organizou a Universidade de São Paulo.

As divisões na elite paulista tomavam a forma, nos jornais, de diferenças de opinião dentro da direita civil; por exemplo, *O Estado de S.Paulo*, da família Mesquita, diferia do ponto de vista do *Correio Paulistano*, ligado ao Partido Republicano Paulista, ao menos nas questões eleitorais⁴⁴. O capítulo tenta mostrar a atividade pública de Gama e Silva ao longo de décadas, no quadro dessa elite, pela qual Gama e Silva transitou desde a década de 1930 até a de 1960.

A fonte decisiva para a elaboração do capítulo foi a entrevista concedida à autora por Roberto da Gama e Silva sobre o pai; decisiva no sentido de que dela brotou a maior parte das primeiras questões que me fiz sobre o reitor de 1964. Na lembrança da família, que Roberto transmite, Gama e Silva participou de conspirações em 1957 e 1961, ao lado de militares. Entre esses militares estava Arthur da Costa e Silva, que serviu duas vezes em São Paulo⁴⁵. É a amizade com Costa e Silva que sustentará a projeção nacional de Gama e Silva nos primeiros cinco anos depois do golpe.

O capítulo também se apoia no levantamento minucioso feito por René Armand Dreifuss, apresentado na obra *1964: A Conquista do Estado* (DREIFUSS, 1981), em que descreve detalhes do funcionamento de duas organizações civis da direita brasileira -- melhor dizendo, com base na descrição do autor, principalmente carioca e paulista: o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (Ipes) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad). Ao descrever

⁴⁴ e esse é um entre muitos outros tipos de exemplos, porque também não foi possível sistematizar uma descrição do jornalismo de 1964, que é, à primeira vista, ao mesmo tempo mais pessoal e menos interpretativo.

⁴⁵ Costa e Silva serviu em São Paulo duas vezes. Comandou a 2ª Brigada de Infantaria em Caçapava de maio de 1954 a novembro de 1955, quando ficou ao lado do então general Henrique Teixeira Lott (e da garantia da posse a Juscelino Kubitschek). Foi em seguida nomeado interinamente para o comando da Infantaria Divisionária da 2ª Divisão de Infantaria, por 2 meses, até janeiro de 1956. Em fevereiro de 1959, já general de divisão desde abril de 1958, reassumiu a 2ª DI, no comando da qual permaneceu até julho de 1961, na ocasião em que foi nomeado comandante do IV Exército, em Recife. Fonte: CPDOC, Verbete, *Dicionário Histórico-Geográfico*, consultado em <http://www.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/artur-da-costa-e-silva>, novembro de 2017. Complementado em PORTELLA, 1979, pp. 1030-1031.

as ligações dos membros de ambos os institutos com a vida econômica e social de São Paulo, Dreifuss traça um retrato raro na literatura sobre a elite paulista que conspirou para destituir João Goulart.

É no tecido descrito na seção 2 que brota a CGI da USP. Já o IPM da Medicina tem outra procedência: por ser *inquérito policial militar*, abre a porta para outra galáxia de significados, mais antigos (pois o Exército é do século XIX), que se agregam também para desenhar o contexto em que transita a CGI da USP, como espero mostrar mais tarde, na seção 4, que vai tratar da marcha do IPM da Medicina. Antes, na seção 3, espero rascunhar um quadro, precário, de como os oficiais de IPMs viam o mundo, o Brasil, e nós, que nos opusemos a eles.

A modalidade IPM (uma forma de busca da verdade) apareceu no ordenamento jurídico em 1938, quando da edição do Código de Justiça Militar pelo Estado Novo. Ali se define:

DO INQUÉRITO POLICIAL-MILITAR

Art. 113. O inquérito policial-militar consiste num processo sumário em que ouvir-se-ão o indiciado, o ofendido e testemunhas em número não menor de três, e far-se-ão, além do auto de corpo de delito nos crimes que deixam vestígio, quaisquer exames e diligências necessárias ao esclarecimento do fato e suas circunstâncias, inclusive a determinação do valor do dano.

Parágrafo único. Se o crime for dos que não deixam vestígios ou estes tiverem desaparecido, a autoridade militar, também a esse respeito, inquirirá as testemunhas para suprir, indiretamente, o corpo de delito⁴⁶.

Para o ordenamento jurídico de 1964, o IPM é então um *processo sumário de investigação*, justamente o que pedia o Ato Institucional como passo preliminar ao “expurgo” (palavra dos jornais) dos funcionários públicos aliados de João Goulart. O IPM (junto com os IPMs delegados) ganhou relevância extraquartel por ter sido o instrumento investigatório de eleição das normas da primeira quinzena de abril. Também por ter ido parar sob a responsabilidade do retumbante Taurino. Não era a primeira vez do general em IPMs: os jornais, ao traçarem seu perfil para informar a quem o Comando Supremo havia entregue a condução da investigação, informam ter sido ele o encarregado do IPM sobre o episódio de Aragarças⁴⁷.

⁴⁶ Como, aliás, fazem os historiadores e os cientistas. Os cosmólogos de hoje, por exemplo, interrogam o universo por meio de medidas extremamente indiretas. Os historiadores lidam com o passado; e para tentar reconstruí-lo, buscam o presente de cada passado, indiretamente, nos diferentes vestígios documentais.

⁴⁷ O último dos eventos anti-Juscelino Kubitschek, em 1959.

Taurino aceitou a missão de se encarregar do IPM e passou a cumpri-la – ainda simultaneamente com o comando da 1ª Região Militar. A investigação nacional de que foi encarregado trouxe a Taurino várias oportunidades para expor seu pensamento político à imprensa. Sob o título *O presidente do IPM sobre subversão diz que ainda há comunistas atuando no país*, esclarece o ainda general, em 22 de abril:

– Acredito firmemente que ainda há uma rede de agentes comunistas brasileiros e estrangeiros agindo em nosso país, apesar da intensa ação de desbaratamento dos focos levada a efeito pelo Exército, Marinha e Aeronáutica e pelas polícias dos estados. Deve haver o máximo rigor nas investigações que estão sendo e serão realizadas para que possa ser feita uma erradicação total do comunismo no Brasil. O País tem que compreender que estávamos sob grave ameaça de implantação de um regime totalitário e, para isso, darei conhecimento ao público de tudo que o inquérito policial militar por mim presidido apurar. (*O GLOBO*, 22 de abril de 1964, p. 13, consultado em 20/11/2016)

A notícia transcreve a fala do general na primeira pessoa do singular. Ele diz como pretende estruturar a investigação que “preside” (intitula-se “presidente” e não “encarregado” do IPM). Conta que trabalha “incessantemente”, que já convocou assessores, representantes dos Ministérios da Marinha e da Aeronáutica, do Conselho de Segurança Nacional, do Estado Maior do Exército; um promotor da Justiça Militar; três assistentes secretários datilógrafos; e praças. O general relata que tinha à sua disposição mais 50 oficiais, alunos da Escola de Comando do Estado Maior do Exército, que receberiam poderes de investigar, sempre segundo a notícia de *O Globo*⁴⁸.

Nesses primeiros dias, a impetuosidade do general Taurino de Resende como encarregado da grande investigação pós-golpe garantiu que não seria por falta de notícia dada a jornalistas que a investigação precisaria sair do foco da imprensa. Em algumas ocasiões, o general encarnou a opinião do grupo entre os vitoriosos para quem “os objetivos da Revolução vitoriosa se esgotavam na repressão policial”, para usar a definição da *Coluna do Castello* (CASTELLO

⁴⁸ A história da ascensão e queda do general Taurino tem algo de trágico, porque desde o momento em que assume o IPM – e logo depois também a CGI criada pelo presidente Castelo Branco – enfrenta dificuldades para ficar no posto de chefe da investigação que, ele pretendia, erradicaria totalmente o comunismo do país. A primeira dificuldade é sua passagem à reserva, que já tinha ocorrido a 3 de maio, e se torna a espada que é brandida contra a presença dele na condução do IPM, posto que o lugar é dito privativo de oficiais da ativa em entrevistas nos jornais. Em julho de 1964 começa outro calvário: o filho dele, Sergio Cidade de Rezende, professor universitário, é preso em Recife, solto depois de alguns dias por habeas corpus do STF, e imediatamente preso novamente por Helio Ibiapina de Lima, autoridade militar local. O general Taurino defendeu o filho publicamente e esteve pessoalmente em Recife para tentar protegê-lo. Em 7 de agosto, Castelo Branco o exonera e o substitui por um general de divisão, Hugo Panasco Alvim, que levou o IPM até o encerramento, no primeiro semestre de 1965. Como já mencionado, em 7 de agosto Taurino também foi substituído pelo general Orlando Geisel no comando da 1ª RM.

BRANCO, 1976, p. 6) para a corrente que, no correr das semanas a partir do golpe, dizia ser a erradicação dos comunistas e dos corruptos a razão central para o movimento que derrubou Goulart. Havia insatisfação desses extremados (outra expressão de Carlos Castello Branco), e Taurino – entre abril e o início de agosto – encarnou parte dessa insatisfação. Quando ele saiu, outros o substituíram no palco político conflituoso, ao menos no cenário paulista. Não posso afirmar que esses outros oficiais da “linha dura” (a expressão fazia parte do jargão) estivessem unidos a ele por qualquer laço mais organizado.

Nesses conturbados meses, as declarações do presidente Castelo Branco eram as de quem queria tirar a investigação do centro da arena pública para transmitir a mensagem da volta do país “à normalidade”. Essa era justamente a volta que descontentava esses oficiais; o que lhes interessava era o contrário, a preservação da exceção nos moldes da quinzena de domínio absoluto do Comando Supremo da Revolução. Taurino entrou em mais de um confronto direto com Castelo Branco; no mais barulhento deles, pleiteou publicamente do presidente a prorrogação do Artigo 10º do Ato Institucional, que autorizava a suspensão de direitos políticos. Os “investigadores” militares, Taurino como abre-alas, exigiam mais tempo para indiciar e punir. Em 9 de junho de 1964, no entanto, como previsto pelo surto normativo de abril, encerrou-se a vigência do Artigo 10º. Quem teve direitos políticos suspensos teve; quem teve mandato cassado foi cassado; quem manteve direitos políticos e mandato havia escapado.

No tempo da dissertação, entre 1963 e 1964, isso era o que o presidente Castelo Branco dizia querer, e foi o que aconteceu. Estêvão Taurino não se deixou abater pela derrota, explicitada nos jornais na primeira semana de junho: na data fatídica da expiração do Artigo 10º, da cassação de mandatos, chamou os jornalistas e mostrou trabalho: divulgou balanços do trabalho do IPM e da Comissão Geral de Investigações. Na prestação de contas, mencionou 74 órgãos civis sob investigação em IPMs – mas não a USP ou qualquer uma de suas unidades.

Órgãos *civis*, enfatizou Taurino ao apresentar esses resultados. Com o IPM, ele enfatizou, militares investigaram civis, em mais uma manifestação do que o jornalista Carlos Castello Branco chamou, já na primeira semana após o golpe, de “a avassaladora presença do poder militar no comando do País”. Na mesma coluna, informava, por outro lado, os político já ali estariam “alarmados com a rápida deterioração do poder civil” (*JORNAL DO BRASIL*, 4 de abril de 1964, p. 4).

1.6 VISÃO MILITAR, VISÕES SOBRE OS MILITARES

No esforço de ver o mundo e o Brasil com olhos da parcela de oficiais envolvida na execução de IPMs, a pesquisa percorreu a literatura. A deposição de João Goulart por uma conspiração em que houve participação expressiva de civis e de militares, e a subsequente consolidação do regime sob inequívoco comando militar, colocaram interrogações a gerações de sociólogos, cientistas políticos e historiadores. A literatura procura compreender, na vertente que interessa à dissertação, o que tornou as Forças Armadas o ator político que, em 1964, optou por não devolver o poder aos civis.

Nesse sentido, destaco a questão que o golpe pôs para José Murilo de Carvalho, tal como relatada por ele em 2005: “Como foi possível ignorar as mudanças por que passara esse ator político, responsáveis por sua nova postura?” (CARVALHO, 2005, p. 8) É a perplexidade contida na questão que me chama a atenção, uma perplexidade que ainda move a produção acadêmica sobre os militares brasileiros. As interrogações ensejam as primeiras produções acadêmicas nos 1970s. Em 1976, um dos pioneiros do campo afirma conhecer, além do estudo de Carvalho de 1974 (republicado em CARVALHO, 2005, pp. 13-81), mais dois que tratavam das relações entre os militares e o Brasil (COELHO, 1976, p. 32).

Sobre o estudo de Coelho (1976) *Em busca de identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira*, afirma Santos, no prefácio, que a obra “subverte a percepção tradicional e expõe a história política do país sob o ângulo da organização militar”. Essa nova perspectiva, dita “organizacional” (CHIRIO, p. 9), trazida pelos estudos de cientistas políticos e sociais nas décadas de 1970 e 1980 (NAPOLITANO, 2011, p. 211) sobre a relação dos militares com o poder, introduz a novidade de colocar as Forças Armadas não mais como sujeitas a uma dinâmica de forças que lhes é externa, e sim como, digamos, sujeitos da própria história. Essa mudança de perspectiva trouxe atenção para o modo de ser da vida militar, para sua sociabilidade própria, para o sistema de educação e formação de oficiais capazes de comando, com a pressuposição de que conhecê-los poderia trazer respostas para a pergunta de 1964: Afinal, o que houve de diverso para que, à deposição do presidente da República, se sucedesse não outro civil presidente da República, mas um marechal-presidente, e depois outro, e depois outros? Até onde a vista desses intelectuais alcançava, os oficiais-generais intervinham quando “necessário”, retiravam o presidente, punham outro no lugar e voltavam a seus afazeres.

Carvalho começou a apresentar respostas com “As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador”⁴⁹, o estudo de 1974 citado por Coelho. Trata-se da história da instalação nacional do Exército, do estabelecimento de uma estrutura que configurasse uma organização (CARVALHO, 2005, p. 59); a abrangência no território do Brasil se deu concomitantemente à ampliação de seu poder político. A origem social dos envolvidos nos vários “tenentismos” do período é valorizada como elemento de explicação. Para o historiador, para o período, não é possível falar em Forças Armadas “coesas”, pois ele localiza nos embates entre Marinha e Exército a capacidade desestabilizadora que lhes atribui desde o título do estudo. O artigo aponta para a necessidade de uma historiografia sobre os militares, historiografia que Carvalho reportava como escassa ou inexistente.

O segundo trabalho citado por Coelho é o de Alfred Stepan que, como observará Maud Chirio (2012, p. 9), é quem constitui o Exército como legítimo objeto científico, ao indicar a existência de documentos acessíveis para o desdobramento de estudos. Tratado como “obra de referência” já em 1976, é isso que *Os militares na política: As mudanças de padrões na vida brasileira* continua a ser: um ponto de parada obrigatório nas revisões do campo. Como cientista político, Stepan apresenta sua tentativa de estabelecer um modelo capaz de descrever padrões para a interação entre militares e civis – para ele, o ponto crucial. Em sua caracterização, os militares se constituem em “subsistema” de um “sistema político global” (STEPAN, 1975, pp. 46-65) e sua atuação na República teria sido a de um “poder moderador”. Para Santos (1986), o mérito de Stepan é colocar o comportamento político das Forças Armadas como variável de seu modelo – diferentemente da vertente da literatura que via o papel das Forças Armadas como caudatário da dinâmica econômica vigente para o Brasil no pós-guerra.

Os 1970s foram também a década em que chefes militares publicaram memórias de suas participações nos acontecimentos de 1964 e dos anos seguintes. Um dos primeiros da série, curiosamente, é a descrição do governo Castelo Branco apresentada pelo seu chefe da Casa Civil, Luiz Viana Filho, político baiano do Partido Social Democrata. Em 1967, tornou-se governador da Bahia (por eleição indireta, em 1966, indicado por Castelo Branco), repetindo o pai, Luiz Viana. Escreve sua rememoração em dois tomos, publicados em 1975, coedição da Editora Biblioteca do Exército, volume 125 da Coleção General Benício, com a José Olympio, quando senador por seu Estado. Na descrição que faz, Viana Filho dá forma a um Castelo

⁴⁹ Coelho encontrou o artigo em *Cadernos do Departamento de Ciência Política*, 1, março de 1974. Essa publicação precede a versão mais conhecida, capítulo V do segundo volume do Tomo III, *O Brasil Republicano*, da coleção História da Civilização Brasileira, Difel, 1977.

Branco legalista, obstinado, trabalhador, bom político, excelente militar, culto. A representação persuadiu muitos, em parte por desenhar o espaço onde se encaixou o tipo oposto, o militar grosseiro, inculto e violento – o *troupier*.⁵⁰

O livro de Luiz Viana Filho se distingue também no conjunto biográfico/autobiográfico pelo texto palatável. Percorri os textos de Olímpio Mourão Filho (1972) e Carlos Luís Guedes (1979), os dois generais de Minas Gerais. Mourão Filho se diz o desencadeador da queda de Goulart, por ter iniciado a movimentação das tropas sob seu comando em Juiz de Fora em 31 de março. Guedes conta outra história: ele teria sido o iniciador do movimento no dia 30 de março, coordenadamente com o governador do Estado, José Magalhães Pinto. Atravessei também o depoimento de 1979 do general Jayme Portella de Mello, chefe da Casa Militar do marechal Costa e Silva e seu antigo aliado; e o apaixonado texto de 1976 do coronel Hernani D’Aguiar – como Portella, um admirador de Costa e Silva.

A produção memorialística coloca obstáculos à leitura, especialmente porque os oficiais acreditam que relatam o que é verdadeiro, para o bem da História. Quando escrevem, estão reformados e mais perto de morrer; os dois primeiros (Mourão e Guedes) se opõem claramente ao que foi feito a partir da movimentação de tropas iniciada por eles. Mourão Filho morreu em 1972, mas seu *A verdade de um revolucionário* só foi publicado 6 anos depois, com edição do historiador Hélio Silva. Guedes, Portella e D’Aguiar escreveram mais perto da Lei da Anistia, de 1979, um dos marcos do declínio do regime montado a partir de 1964. São textos produzidos para a posteridade. Mourão Filho endereça a posteridade em seu prefácio, em que considera não ser próprio dos que “quase sempre involuntariamente fazem História” escrevê-la; mesmo assim, continua, se deixou tomar pelo “dever” de publicar suas memórias: “(...) *Para restabelecer a verdade. Para destruir os falsos e numerosos heróis, a começar por mim próprio.*” O que descrevem cada um desses diferentes chefes (ou seus porta-vozes: é Costa e Silva que se escuta no livro de Jayme Portella, e é Castelo Branco quem é ofertado ao leitor por Luiz Viana Filho), de suas diferentes perspectivas, é uma versão do verdadeiro que revela fortes rivalidades entre os oficiais, construídas e alimentadas ao longo das demoradas carreiras

⁵⁰ Para Farias (FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Entre-vistas**, Um *troupier* na política: entrevista com o general Antônio Carlos Muricy, pp. 124-146), o *troupier* é apenas “um militar de tropa”. Mais adiante no mesmo texto, ela diz que “Castelo sempre foi considerado um intelectual, estudioso, bom instrutor, ligado à Escola Superior de Guerra, isto é, ao chamado grupo da Sorbonne. Já Costa e Silva, embora tenha sido primeiro aluno na Escola Militar, afastou-se dos estudos e dedicou-se mais à tropa, podendo ser chamado de *troupier*”. Há uma questão para a literatura em torno do uso estereotipado dos *troupiers* como radicais, e dos outros, os instrutores, como os intelectuais. Neste trabalho, não farei a associação.

militares. Outro detalhe a considerar sobre esses personagens é terem sido (os) *generais* em (de) 1964.

O que conduz às marcantes entrevistas arquitetadas e realizadas pelos pesquisadores do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, que, no início dos 1990s, audaciosamente, decidiram que era a hora de ouvir militares que ocuparam o poder entre 1964 e 1985. Que oficiais a pesquisa do CPDOC privilegiou em sua busca de entrevistados para formar “um banco de entrevistas orais sobre os governos militares”? *A posteriori*, responde Maria Celina D’Araújo:

[...] a totalidade dos depoentes era relativamente jovem em 1964 e ocupava posições médias na hierarquia: não eram oficiais-generais. Eram oficiais, de maiores a coronéis, sem posições importantes de comando e liderança no movimento conspiratório, mas que em muito pouco tempo se tornaram responsáveis pela administração de importantes esferas de ação militar e do próprio governo. (...) Os pesquisadores ainda não haviam voltado sua atenção para esse conjunto de militares. Os “generais de 64” monopolizaram as atenções. (D’ARAÚJO, 1994, p. 11)

O foco em oficiais que desempenharam missões de governo, que não tiveram participação expressiva na conspiração e envolvidos nos recursos “de segurança e informações usados pelo poder para sua consolidação e expansão” (FERREIRA, p. 48) foi o que possivelmente criou a oportunidade para que, entre os 12 entrevistados do grupo, figurasse (para minha alegria) Ênio Pinheiro, o tenente-coronel do IPM da Medicina, entrevistado em 1992 por Maria Celina D’Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso de Castro. O interesse dos pesquisadores nele, reformado como general de divisão em 1992, esteve principalmente em ele ter sido encarregado de montar a Agência Central do Serviço Nacional de Informações em Brasília, no governo de Costa e Silva, em que o chefe do SNI era Emilio Garrastazu Médici, e de criar a Escola Nacional de Informações, para treinamento de analistas, quando o general se tornou presidente o terceiro presidente do regime militar.

Em 2017, Celso de Castro, diretor do CPDOC, generosamente me enviou a íntegra da entrevista de Ênio Pinheiro, em que encontrei dez páginas inéditas (Anexo E), nas quais o general narra a lembrança que tinha, em 1992, das ações e das razões de si mesmo como o tenente-coronel encarregado do IPM da Medicina, entre julho e outubro de 1964. Por outro lado, Ênio Pinheiro se deixa entrever na condução do inquérito e, mais claramente, em seu relatório. Com a cessão do trecho inédito da entrevista, a dissertação pôde observar as versões de Ênio Pinheiro em diferentes temporalidades. O assunto integrará a seção 4.

Vejo vitalidade nessas entrevistas, publicadas aos 30 anos da queda de João Goulart, que ainda enriqueceram meus caminhos da pesquisa sobre 1964, nestes primeiros anos da sexta década desde a queda de Goulart e 20 anos depois de terem sido realizadas. A intenção dos pesquisadores, de constituírem um banco de dados, se realizou. As entrevistas ocorreram entre os governos Sarney e Collor, um tempo difícil na desorganização da vida do país que se manifestava na velocidade do crescimento da inflação – e não só da vida econômica. As representações se transformam com a passagem do tempo; os relatos dos generais testemunham certas mudanças. Felizmente alguém os chamou para que narrassem suas lembranças. O que está nas entrevistas é o que pôde ser dito, nem mais, nem menos, e nas várias dimensões do verbo poder, no início da década de 1990.

No artigo em que apresenta a metodologia do trabalho, parte de um volume organizado por Marieta Ferreira sobre História Oral, Maria Celina D'Araújo recorda que o sentimento de medo perpassava a fase de preparação das entrevistas. Entre a montagem da argumentação para convencer os convidados, decidir certos limites de negociação – por exemplo, ficou acordado que o oficial podia a qualquer tempo parar a gravação –, do rito a ser seguido para a aprovação final do transcrito⁵¹, e, ainda, a possibilidade de recusa, os pesquisadores sentiam a aragem do medo – mesmo amainada por alguns anos de redemocratização. Passados mais de 50 anos desde o golpe, não é para nos esquecermos: os militares metiam medo. Isto estava embutido nas questões colocadas àqueles ex-poderosos militares; e também nas palavras que desencadearam nos entrevistados, que contaram o que lhes foi possível pensar e contar – entre as margens do rio da história do tempo em que viveram.

As entrevistas dos “militares golpistas” (CHIRIO, 2012, p. 16)⁵² fundamentam, ao lado dos “traços arquivísticos”, a análise da relação entre a vida política do país e seus militares (oficiais generais, superiores e subalternos) apresentada em *A política e os quartéis*, de Chirio (2012). Sobre o banco de dados do CPDOC, que utilizou, diz a historiadora francesa:

A novidade dessa iniciativa e de seus resultados não procede tanto da “palavra concedida” a oficiais golpistas, mas antes do fato de que o Exército perde seu monopólio de produção: o início do estabelecimento científico de um *corpus* de fontes orais que traduz a “versão militar” do golpe e da ditadura permite integrá-la na construção de um relato histórico. (CHIRIO, 2012, p. 19)

⁵¹ É o transcrito da entrevista que está depositado no banco de dados do CPDOC. A voz dos entrevistados, em comum acordo com eles, não foi preservada, de acordo com D'ARAUJO, 1994.

⁵² Como chamá-los? Não cheguei a uma só resposta. Conspiradores, golpistas, vitoriosos, vencedores, direita militar...

Ao lado dos trabalhos de Martins Filho (1993, 2008), o estudo de Chirio influenciou fortemente a concepção (precária) da dissertação sobre a forma pela qual os militares exerceram o poder logo depois da deposição de João Goulart. Em seu livro, Chirio concentra boa parte da atenção nos oficiais nascidos em 1920 – entre os quais estão os tenentes-coronéis e coronéis conservadores de 1964. Ao fazê-lo, põe de lado a geração de 1900 – que lutou com a FEB na Itália e veio *indisciplinadamente* (a ênfase é dela), de quartelada em quartelada, participando ativamente da vida política do país, da deposição de Getúlio Vargas, em 1945, até a deposição de seu herdeiro político, João Goulart, em 1964. Ao desviar os olhos da política dos generais e dar atenção à política dos tenentes-coronéis, Chirio retira esses oficiais da relativa obscuridade em que se encontravam na literatura⁵³, apresenta-os em suas convergências e divergências, e singulariza-os em um de seus papéis relevantes depois da queda de Goulart: são tenentes-coronéis muitos dos encarregados de IPMs. No caso da USP, além do tenente-coronel Ênio Pinheiro, do IPM da Medicina, tinham a mesma patente os encarregados do IPM da Faculdade de Filosofia, tenente-coronel professor Bernardo Schonmann (da Escola de Cadetes de Campinas), e da Faculdade de Direito, o também tenente-coronel professor Dirceu Bonnecker.

Menciono ainda outro corpo de conversas com militares, as do Programa de História Oral do CPDOC/FGV⁵⁴, realizadas em 1981. Em particular, a do general de Exército Antônio Carlos Muricy⁵⁵. Os militares, como membros de uma organização fechada, diversa de todas as outras, convivem de acordo com um conjunto peculiar de regras. A entrevista do general Muricy, em sua transcrição de 768 páginas, dá a conhecer várias dessas práticas⁵⁶, o que permitiu melhor avaliação das informações que foram surgindo da pesquisa.

⁵³ Embora, ao apresentar os doze entrevistados do projeto do CPDOC, D'Araújo enfatize que, em 1964, estavam entre maiores e coronéis. Mais adiante: "[...] se o golpe de 1964 não pode ser escrito sem a participação dos generais, o regime que se seguiu foi basicamente obra de militares que só atingiram o generalato anos depois"(p. 11). Também Carlos Castello Branco, em 3 de abril de 1964, ao falar da conspiração que levou ao golpe, afirma que seu "núcleo ativo" era formado por coronéis.

⁵⁴ Sobre o tratamento da entrevista para transformá-la em fonte oral, ver FARIAS, Ignez Cordeiro de. Um *troupiér* na política: entrevista com o general Antônio Carlos Muricy. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Entrevistas**, pp. 124-146.

⁵⁵ MURICY, Antônio Carlos da Silva. Antônio Carlos Muricy I (depoimento, 1981). Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. 768 p. dat. Entrevista na íntegra livre para leitura e downloading em <http://CPDOC.fgv.br/acervo/historiaoral/entrevistas>, por Ignez Cordeiro de Farias, Aspasia Camargo, Lucia Hippolito. Ano: 1981.

⁵⁶ Um rápido exemplo: quem é escolhido instrutor das escolas de comando? O que é um oficial E2? As praxes organizacionais, nem sempre escritas, foram sendo compreendidas da leitura da memorialística e, em certos casos, esclarecidas com oficiais.

Outra fonte copiosa de entrevistas com oficiais que participaram da conspiração, da deposição de Goulart, ou da administração do regime, é a série 1964 – 31 de março, publicada em 2003 pela Editora Biblioteca do Exército, em 11 tomos, organizada pelo general Aricildes Motta. A utilidade dessa fonte para a dissertação se deu pela quantidade de entrevistados, em que estão incluídos oficiais de destaque menor na conspiração e na implantação do regime. Entre as dezenas de entrevistas, há nomes como o do oficial Augusto Cid de Camargo Osório, referido como cointegrante de conspirações da direita paulista em que também esteve envolvido Luiz Antonio da Gama e Silva, durante os anos 1950; Tasso Vilar de Aquino, o chefe de gabinete do IPM-mór de 1964; e Ferdinando de Carvalho, o encarregado do conhecido IPM 709⁵⁷.

Destaco, na coleção, a participação do general Otávio Costa. Em texto aparentemente preparado de antemão, ele apresenta seu muito refletido ponto de vista (do ano 2000) sobre as formas de participação política do Exército durante a República (profissional, pretoriana, cesarista, militarista⁵⁸), sobre a relação entre a formação da Guarda Nacional e a composição social do Exército (a oligarquia se apoderava das posições na Guarda Nacional e restou ao Exército apostar na educação dos homens jovens das classes médias para formar oficiais⁵⁹). Seu ponto de vista, como enfatiza, é o de um instrutor das escolas militares, tenente coronel em 1964, de onde observou o desdobramento do governo Goulart, e onde permaneceu logo depois do golpe.

Recordo-me claramente, estava na Escola de Estado Maior, como instrutor, e as conferências da Escola Superior de Guerra versavam sobre guerra revolucionária. Havia aquelas famosas ‘cinco fases da Guerra Revolucionária’ (...) Essas idéias, desenvolvidas, primeiro, na Escola Superior de Guerra, passaram às escolas de Estado Maior das três Forças Armadas. As apostilas começaram a correr por todo o estamento militar. Mais tarde, sendo já chefe do Estado Maior o futuro presidente Castelo Branco, a doutrina da guerra revolucionária tomou conta do Exército, os currículos de todas as escolas militares estavam com um percentual enorme de guerra revolucionária, ninguém ensinava nada que não tivesse de 30 a 40% de guerra revolucionária (Motta, 2003, Tomo 2, p. 60).

Otávio Costa também faz parte dos 12 oficiais que o CPDOC selecionou para entrevistas. Em 1964, como Ênio Pinheiro, era tenente-coronel e instrutor na Escola de Estado Maior⁶⁰. Costa

⁵⁷ Carvalho liderou os “coronéis dos IPMs” que, em setembro de 1964, pressionaram e embaraçaram o marechal Castelo Branco em busca de obter a prorrogação da vigência do Artigo 7º do AI, que limitava as garantias dos funcionários públicos, de forma a facilitar sua remoção dos quadros da administração.

⁵⁸ Octavio Costa, in Motta, 2003, Tomo 2, p. 45

⁵⁹ Idem, *ibidem*.

⁶⁰ Ambos, segundo Ênio Pinheiro, foram instrutores na escola por 8 anos. “(...) Também por isso nós fomos bater no governo depois. Eu, o Otávio, o [Carlos Alberto] Fontoura, nós todos fomos instrutores daquele tempo. Éramos parte da elite intelectual do Exército.”

atribuirá, nessa entrevista, a radicalização de uma corrente dura entre oficiais à “doutrina da guerra revolucionária” (D’Aguiar, 2014, pp. 88-91).

1.7 GUERRA REVOLUCIONÁRIA VS. ANTICOMUNISMO

Há distinção entre a doutrina da guerra revolucionária e o anticomunismo no contexto da crise de 1964? Há uma, crucial, no entendimento da dissertação, que motiva a presença da primeira na sustentação do trabalho. Como mostra Motta (2000, pp. 293-300), o surto anticomunista de 1961-1964 (tomadas as associações anticomunistas como seu sintoma) é um fenômeno do mundo *civil* (pp. 293-301), sendo o Ibad e o Ipes apresentados ali como de grande relevância naquele universo. Supor – ou não – que a superposição entre ser de direita e ser anticomunista fosse completa nos 1960s foge ao escopo da dissertação. Importa discernir que o anticomunismo “puro” é um fenômeno do mundo civil, e a direita civil paulista é o pano de fundo da seção 2.

Já a guerra revolucionária elabora o anticomunismo, e vê os comunistas como agentes de uma modalidade de guerra, de ameaça à segurança interna. A modalidade de guerra denominada revolucionária se tornou objeto de estudo pelos militares, profissionais do assunto, para ser combatida; já vinha acontecendo em várias partes do mundo – China, Grécia, Cuba, Argélia, Indochina –; requeria ser bem conhecida. Assim, se tornou tema da vida militar e se disseminou no Exército e nas outras Forças ao ser incorporado no currículo das escolas, o lugar mantido pelas Forças Armadas, enquanto organização, para formar e treinar suas lideranças. A guerra revolucionária, como tema da vida militar, traz para as normas de abril a noção de que o aparelho do Estado foi infiltrado por comunistas e corruptos e que, por meio do IPM – o inquérito policial *militar* –, dá a oficiais superiores a tarefa da erradicação. Para erradicar, o IPM invade o mundo da administração civil e chega à Universidade de São Paulo e à Faculdade de Medicina, o que será tratado na seção 4.

Por outro lado, na instabilidade do governo de João Goulart, a guerra revolucionária tem, em relação ao anticomunismo, uma vantagem que chamarei de retórica. Ao sair da caserna e chegar à cena pública, a guerra revolucionária “debulha” o comunismo em fases, torna mensurável seu “progresso”, transforma-o em uma lista de enunciados sobre a situação cotidiana que, sem necessidade de malabarismos mentais, permite a quem a maneja ordenar a crise, dar previsibilidade à instabilidade, explicar a inflação, a falta de dinheiro, as greves de serviços

essenciais. Para o anticomunismo e para a guerra revolucionária, o comunismo é o inimigo. Mas só a guerra revolucionária oferece um manual de instruções para o caótico dia a dia brasileiro.

No *corpus* memorialístico, o tema do anticomunismo e da doutrina da guerra revolucionária é um entre outros abordados pelo general Octávio Costa. O ex-chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República em 1968/1969 coloca assim a questão:

(...) Durante nosso período cesarista, no período em que as Forças Armadas eram manipuladas por Vargas, chegamos a inúmeros episódios, como o de 1935, sufocado a ferro e fogo na Praia Vermelha e em Natal. A partir de 1935, Getúlio desencadeou terrível hostilidade contra o pensamento e a ação dos marxistas. (...) Essa intoxicação mental que as Forças Armadas passaram a sofrer foi por influência desse período cesarista. Terrível doutrinação antimarxista, absolutamente intolerante e radical (...) Era um dilema maniqueísta: quem pensa como nós é nosso amigo, quem discorda de nós é inimigo (D'ARAUJO, 2004, p.74).

Costa prossegue em sua interpretação, que se assenta sobre uma espécie de divisor de águas. Segundo ele, em 1992, quando concedeu a entrevista, essa “doutrinação” continuava. “As pessoas costumam debitar esse antimarxismo exacerbado à Revolução de 1964. Nada mais falso” (idem, ibidem, p.74).

(...) havia uma guerra que nos parecia estar aqui dentro. Era a guerra que acendia o estopim da revolta nos campos e a insatisfação popular nas cidades. Via-se nela um retrato do que fora estudado por Bonnet⁶¹. Também havia o testemunho dos portugueses sobre sua experiência em Angola. Isso tudo contribuiu para a formação da nossa própria doutrina de guerra revolucionária, que resultou no movimento militar de 1964. (D'ARAUJO, 2004, pp.75-76).

A guerra parecia aos oficiais de 1964, formados nas escolas de comando sob influência francesa, *estar aqui dentro*. Esta foi a principal utilidade da guerra revolucionária – tema que será tratado da seção 3. Mas agora é vez não dos militares, mas dos civis de 1964, em particular os de São Paulo.

⁶¹ BONNET, 1963, *Guerras insurrecionais e revolucionárias*.

2 UM PONTO OBSCURO: GAMA E SILVA SE TORNA REITOR DA USP

Como Luiz Antonio da Gama e Silva chegou a reitor, em agosto de 1963? Por nomeação do governador de São Paulo, Adhemar de Barros. Então, como hoje, a escolha do governador se restringe aos nomes que compõem uma lista tríplice, votada no Conselho Universitário, o Co. Em 2 de maio de 1963, o Co se reuniu para votar a lista daquele ano. Qualificados para votar havia 33 conselheiros. Deveriam ser 35, mas o representante dos antigos alunos, eleito em 21 de abril, tomou posse só em dezembro; e ainda não ocorrera a eleição do representante dos professores “de disciplina”⁶². Mesmo com o Co diminuído, os conselheiros, consultados pelo reitor, decidiram que o número mínimo de votos necessários para um nome entrar na lista seria 18. Cada conselheiro poderia votar em até 3 nomes.

No primeiro escrutínio, Antonio Barros Ulhôa Cintra, o reitor, com 25 votos, e o historiador Eurípedes Simões de Paula, diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com 24 votos, superaram o quórum mínimo e garantiram seus lugares na lista, o que deslocou a disputa para o nome a ocupar o terceiro lugar. Para a ala direita do Co, eram nomes inofensivos: Adhemar não escolheria nem um, nem outro, já que ambos eram vistos como parte de uma abrangente ala esquerda. Além disso, o governador não se furtava a manifestar, nas semanas anteriores à votação para a lista tríplice, que queria nomear Zeferino Vaz reitor da USP⁶³, que havia escolhido secretário estadual da saúde no início de seu mandato, janeiro de 1963.

Para isso, o veterinário e parasitologista Zeferino Vaz teve que deixar a direção da Faculdade de Medicina da USP em Ribeirão Preto, uma sua criação (Teixeira, 2015, p.64). Para a votação da lista tríplice, Zeferino Vaz fez o caminho contrário: foi exonerado da secretaria pelo governador no dia 1 de maio, para reassumir a direção da faculdade e ocupar seu lugar no Co. No primeiro escrutínio, nem ele, com 16 votos, nem o vice-reitor Gama e Silva, com 17, atingiram o quórum mínimo necessário. Houve votos para mais sete conselheiros, e um voto em branco.

⁶² Havia representantes ao Conselho Universitário de professores associados, adjuntos, de disciplina, assistentes, instrutores e livres-docentes; e de antigos alunos.

⁶³ Sob o título “*Será substituído o Secretário da Saúde de São Paulo*”, contava o despacho de São Paulo publicado em *O Globo* de 16 de abril de 1963 que Zeferino Vaz estava prestes a ser afastado, pois seria indicado para a reitoria da USP pelo governador. Segundo a nota, quem confirmava a notícia era o próprio Zeferino.

No segundo escrutínio, o Conselho manteve os 16 votos de Zeferino Vaz, mas tirou dois de Gama e Silva, que ficou com 15. Houve um voto em branco e um voto em Antonio Adamastor Correa, da Faculdade de Odontologia. Cada conselheiro, possivelmente, votou em um só nome, diferentemente do que havia ocorrido no primeiro escrutínio. Finalmente, no terceiro escrutínio, em que caía a necessidade do quórum, nova reviravolta: Zeferino Vaz perdeu um voto e ficou com 15, Gama e Silva ganhou um e ficou com 16 – o que colocou seu nome no terceiro lugar da lista tríplice. O voto em Adamastor e o voto em branco se mantiveram.

Os jornais noticiaram o caso como uma derrota do governador, que não havia conseguido obter do Co um lugar na lista para seu predileto. Essa não seria a primeira vez que professores da USP enfrentariam governadores⁶⁴. O resultado no Co não foi, no entanto, uma completa surpresa – já na sessão extraordinária de 23 de abril de 1963, a candidatura Zeferino havia sofrido um revés, pois o Co não aprovou a ata da eleição do representante de antigos alunos e seus suplentes. Com isso, a sessão da lista aconteceu sem que os antigos alunos tivessem representante.

A votação para a escolha do representante havia acontecido um dia antes, no 22 de abril, com quatro candidatos bem cotados: Luiz Ferreira Martins, histologista, da Faculdade de Veterinária; Laurindo Minhoto Junior, da Faculdade de Direito; Marco Antonio Mastrobuono, da Escola Politécnica; e Floriano Cavalcanti S. Martins. Apuradas as urnas, venceu Ferreira Martins, voto certo para Zeferino Vaz⁶⁵; o segundo colocado, Laurindo Minhoto Junior, no entanto, impugnou o resultado. No mesmo 22 de abril, haviam ocorrido também as votações para definir representantes de duas outras categorias docentes: dos professores assistentes, em que venceu Fernando Henrique Cardoso, da Faculdade de Filosofia, e dos livres-docentes, que escolheram Vanderley Nogueira da Silva, da Faculdade de Medicina. As atas referentes a essas escolhas foram aprovadas e ambos puderam assumir suas cadeiras no Co no dia 2 de maio para participar da eleição; mas não Luiz Ferreira Martins, que poderia ter colocado Vaz na lista, em eleição tão apertada. Assim, a derrota no Co era o fim de um processo.

A ata da sessão de 2 de maio registra que Zeferino Vaz, após a escolha da lista, pediu a palavra. Elogiou os eleitos e a democracia, afirmou ser o cargo de reitor uma aspiração legítima sua, que recusara antes por querer completar o trabalho de implantação da Faculdade de Medicina de

⁶⁴ Antes, em 1955, em caso muito rumoroso, Mario Schenberg e João Cruz Costa enfrentaram o governador Jânio Quadros.

⁶⁵ Entrevista de Luiz Ferreira Martins à autora.

Ribeirão Preto. O registro na ata do Conselho reproduziu a fala de Zeferino Vaz na primeira pessoa, sem aspas:

O Conselheiro Fernando Henrique Cardoso fez alusões a uma entrevista que teria sido dada por mim à imprensa. Já tive a oportunidade de desmentir tal entrevista e o faço agora de novo. Os que bem me conhecem sabem perfeitamente que não seria do meu feitio deixar o Conselho em qualquer situação de constrangimento. (Livro 28, p.201frente)

O desmentido a que Vaz se referia havia sido publicado pelos jornais a 30 de abril, a apenas 3 dias da votação da lista tríplice, e nele Zeferino Vaz também se referiu ao “constrangimento”. Que constrangimento? À imagem de autonomia do Conselho Universitário da USP na escolha dos três nomes aos quais o governador ficaria restrito para nomear o reitor. Zeferino Vaz não escondia a combinação com o governador. No dia da escolha dos representantes, esteve presente nos locais de votação. Mais: houve quem fizesse notar aos jornalistas o aumento da frequência de carros oficiais da Secretaria da Saúde trazendo gente do complexo do HC para o campus do Butantã. A ata continua:

Em aparte, Conselheiro Fernando Henrique Cardoso esclarece que só citou o nome do professor Zeferino Vaz, anteriormente, por instado. Ajunta que ficou satisfeito quando leu nos jornais o desmentido o professor Zeferino Vaz à citada entrevista (...). (Livro 28, p. 201 frente)

Zeferino Vaz apontou Fernando Henrique Cardos diretamente como a fonte de seus problemas na eleição; e ele, ao responder, vestiu a carapuça. O secretário da Saúde exonerado ainda endereçou as insinuações de manipulação de votos e de transporte de eleitores que pairavam sobre a eleição do representante dos antigos alunos. A ata registra que Zeferino Vaz, para se defender, esclareceu que “em pleitos anteriores, como é notório, veículos oficiais também foram utilizados e nunca se protestou” (Livro 28, p. 201frente). E tudo isso, completa, para impedir que o representante eleito dos antigos alunos – Luiz Ferreira Martins – exercesse o “direito de voto”.

A interpretação de Zeferino Vaz é plausível: a movimentação às claras do governador e de seu secretário, vista como uma forma de constrangimento, agregou um grupo no Conselho Universitário que viu na composição da lista tríplice a oportunidade de dar ao governador uma demonstração da força da USP; e, ao mesmo tempo, enfraquecer internamente o diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Os jornais contam que, terminada a sessão do Conselho, Zeferino Vaz foi ao Palácio dos Campos Elíseos se encontrar com Adhemar de Barros. Na segunda-feira seguinte, voltou ao comando da Secretaria da Saúde. No dia 18 de junho, mais de um mês depois do término do mandato de Ulhôa Cintra, Adhemar de Barros nomeou Luiz Antonio da Gama e Silva reitor da USP.

Na análise de *O Estado de S. Paulo*, jornal enlaçado⁶⁶ à fundação da USP e inimigo de Adhemar de Barros, o intervalo de 35 dias entre a votação da lista pelo Conselho Universitário (2 de maio) e a nomeação do novo reitor (18 de junho) expressou a contrariedade do governador com a lista tríplice e a resistência em nomear quem não queria. Segundo o matutino, os juristas do governo do Estado foram mobilizados em busca de uma solução que “ladeasse” a ausência de Zeferino Vaz na lista, solução que não teria sido encontrada. Por outro lado, o nome de Gama e Silva não era assim tão difícil de engolir: não faltavam laços de amizade quase familiares para adoçar a pílula da nomeação. A cunhada do governador havia se casado com um Figueiredo Ferraz; e os Figueiredo Ferraz eram íntimos da família de Gama e Silva, vizinhos de muito tempo na cidade paulista de Mogi Mirim.

2.1 A TRAJETÓRIA DE GAMA E SILVA ANTES DA REITORIA

Antes de 1963, Adhemar de Barros já havia nomeado Gama e Silva para outro cargo na administração. Em 1938, Getúlio Vargas⁶⁷ escolheu Adhemar de Barros para ser o interventor do Estado Novo em São Paulo; e foi Adhemar de Barros quem, a 22 de junho, nomeou Gama e Silva membro contribuinte do Tribunal de Impostos e Taxas da Secretaria da Fazenda, a primeira de sucessivas nomeações que Gama e Silva obteve para essa posição, por diferentes governadores, até 1945. O jornal *Correio Paulistano*, do Partido Republicano Paulista, registra, no dia seguinte a essa primeira nomeação, a visita de agradecimento que Gama e Silva faz ao interventor.

Gama e Silva aparece com frequência nas páginas do *Correio Paulistano* na década de 1930, os anos em que ocupou cargos de redator no jornal. A menção mais precoce a ele vem sob o título “*Pelas escolas*”⁶⁸, em 1930. Sucintamente, relata sua aprovação no vestibular da Faculdade de Direito com nota 8, e “plenamente”. A colação de grau como bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais não foi noticiada; mas aconteceu a 5 de janeiro de 1934. Quando Gama e Silva colou grau ainda faltavam 20 dias para o decreto de fundação da USP ser assinado. Foi dos últimos acadêmicos de Direito a se formar pela Faculdade de Direito de São Paulo, e não pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

⁶⁶ Havia 29 anos que uma aliança entre o jornal, o governador de São Paulo Armando de Salles Oliveira e pessoas como Fernando de Azevedo resultara na fundação da USP. Ver Ernesto de Souza Campos, **História da Universidade de São Paulo**, p. 75, para essa versão

⁶⁷ Existe o entendimento de que, ao fazê-lo, Getúlio “inventou” Adhemar de Barros.

⁶⁸ *Correio Paulistano*, 26 de abril, p. 14, no pé da página.

A partir de 1932, o PRP – que mergulhou em silêncio a partir da vitória de Getúlio Vargas em 1930 – experimentou uma espécie de volta à vida, liderando o movimento de São Paulo por uma Constituição⁶⁹. Em 1933, o *Correio Paulistano* noticia a participação do Partido Progressista Acadêmico, braço do PRP na Faculdade de Direito, nas eleições do Centro Acadêmico XI de Agosto. Primeiro presidente do PPA: Gama e Silva. Em 1935, já advogado, professor de Lógica e de Português em escolas secundárias particulares da cidade, é arrolado em uma nota como membro do diretório do PRP da Consolação; e o jornal anuncia seu nome na primeira página em várias ocasiões como atração entre oradores em comícios e encontros políticos. Nesse período, até 1937, houve várias eleições. Como redator do *Correio Paulistano*, mencionado como tal a partir de 1935, e como militante destacado do PRP, Gama e Silva trabalha nas eleições de 1933, que escolheram os deputados constituintes de 1934; e nas eleições para as Assembleias Legislativas, pós-Constituição, que elegeram indiretamente governadores e senadores em 1935⁷⁰.

O *Correio Paulistano*, nessa década, não relacionava seus jornalistas no Expediente – só o redator-chefe, no alto da primeira página. As referências a editores são esparsas. Em 1937, Gama e Silva é descrito pelo jornal como “redator político”; e, dias depois, como “sub-redator-chefe”, ao representar o diário no funeral de um perrepista importante. Gama e Silva, na década de seus 20 anos, levava a palavra do PRP pelo Estado como “orador eloquente” (ou tribuno, as duas expressões mais frequentes usadas pelo jornal para qualificá-lo); era ele também quem escrevia no *Correio Paulistano* a versão do PRP sobre os acontecimentos que cobria. Na década, continuava o processo de enfraquecimento vivido pelo partido a partir da vitória da Aliança Liberal. Parte da elite paulista, que não havia lutado em 1932, se aproximou de Getúlio Vargas depois da derrota, enquanto o Estado ficou ocupado. Esse grupo formou o Partido Democrático, que se ampliou ao se transformar em Partido Constitucionalista, para atender a legislação eleitoral de 1934. Os “peceístas” venceram as eleições legislativas estaduais, ao derrotar o PRP; com isso, ganharam o governo do Estado, eleito pela Assembléia.

Em 1938, com o Estado Novo, Getúlio Vargas se inclina para o PRP em busca do apoio de São Paulo. Em uma jogada de oportunidade do lado de Getúlio Vargas, que queria um aliado no

⁶⁹ Para uma história sucinta do PRP, com suas inflexões até este período e depois, ver os verbetes do CPDOC, sobre o PRP e o PC. Para aprofundar a dinâmica da relação econômica, social e política que se expressou no PRP, ver Castro Santos, 1987.

⁷⁰ Nessa eleição, Adhemar de Barros estreou na política como deputado estadual pelo PRP.

Estado, e diante da persistência de Adhemar de Barros, que lutou pelo cargo, o ex-deputado estadual (pois o Estado Novo desfizera o Poder Legislativo) acabou sendo a escolha de Getúlio para o lugar de interventor de São Paulo. Adhemar de Barros interventor foi, para o PRP, como voltar ao governo do Estado que, antes de 10 de novembro de 1937 – dia da decretação do Estado Novo –, estava com os “peceístas”.

Daí a entusiástica primeira página que noticia a nomeação de Adhemar de Barros no *Correio Paulistano* em 1938. Na edição do dia 29 de abril, a fotografia do interventor ocupou 1/4 da primeira página (isto já no terceiro dia da cobertura). Bigodinho fino, rosto comprido, olhos escuros pousados no infinito, gravata-borboleta branca, o político estava se lançando. O entusiasmo do jornal perrepista era transbordante. A 22 de junho, houve a escolha de Gama e Silva para o Tribunal de Impostos e Taxas. Portanto, até aí nada parecia separar, na prática da política, o PRP (e Gama e Silva) de Adhemar de Barros, até certo ponto uma criatura de Getúlio Vargas.

Em 1941, aos 28 anos, Gama e Silva se casou com Eddy de Mattos Pimenta e se concentrou na vida profissional. Em seus currículos publicados pelos jornais, o primeiro cargo de professor universitário está registrado em 1944, quando se tornou, por concurso, livre-docente de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito. Da livre-docência à cátedra levou 9 anos – de 1945 a 1951 regeu a cátedra como substituto; em 1951 foi nomeado catedrático interino; finalmente, em 1953, “após brilhante concurso de títulos e provas”⁷¹, tornou-se professor catedrático de Direito Internacional Privado. Feito catedrático, abriu-se para Gama e Silva todo um conjunto de posições exclusivas na administração da universidade, que ele percorreu em 10 anos: membro do Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade de Direito, em 1955; vice-diretor, em 1956; diretor interino, por 7 meses, entre 1958 e 1959; em 1959, diretor da Faculdade, nomeado por 3 anos; e reconduzido em 1962 por mais 3. Nesse ano, passou a acumular o cargo de vice-reitor de Ulhôa Cintra. Finalmente, em 1963, reitor⁷².

Esse aspecto de Gama e Silva é o dos documentos nos arquivos, das biografias oficiais que os jornais passaram a publicar a partir de sua escolha para reitor. Mas como se liga o advogado nos seus 20 anos ao homem amadurecido que julga reclamações tributárias na Secretaria da Fazenda, desembaraça importações e exportações da indústria, dá aulas na Faculdade e em

⁷¹ *O Estado de S. Paulo*, 27 de junho de 1953, p. 14.

⁷² Dois de seus descendentes disseram à autora que Gama e Silva “foi galgando todos os cargos”.

escolas secundárias, e depois ao catedrático escolhido reitor em 1963? É difícil acompanhá-lo diretamente, pois Gama e Silva viveu em relativa obscuridade até 1964; mas é possível imaginar sua vida política por meio do PRP.

Os vestígios da carreira de Gama e Silva na USP estão preservados nos arquivos da Universidade. Quanto à vida na cena pública, até os anos 1940, pouco se encontra. Situo Gama e Silva no período 1930-1945 como muito dedicado ao PRP, até onde pôde. A extinção dos partidos em 1938 não significou inicialmente nem o fim do *Correio Paulistano* nem das redes do PRP, como se vê pelo episódio Adhemar de Barros interventor. Ainda assim, Gama e Silva parece submergir nos anos do Estado Novo, mantendo, porém, as nomeações sucessivas para o Tribunal da Secretaria da Fazenda.

Com a redemocratização e a campanha eleitoral para a Presidência da República em 1945, os perrepistas tentam fazer ressurgir a agremiação a partir dos registros partidários de 1937. De quando em quando, nas notícias de outros jornais (que não o *Correio Paulistano*) sobre o rearranjo das forças de direita em partidos políticos, o nome de Gama e Silva aparece como participante das várias negociações políticas em curso, sempre pelo PRP. Em novembro de 1945, o *Correio Paulistano* volta às mãos do PRP⁷³, e Gama e Silva assume como redator-chefe. Até a eleição do marechal Eurico Dutra, em 2 de dezembro, a vida política esteve instável e o PRP enfrentou dificuldades particulares, por ser um partido estadual, que não mais eram permitidos, e pelo declínio, desde 1930, daquilo que representava em São Paulo – “a oligarquia”. No início do Estado Novo, o PRP aproveitou os bons momentos com Getúlio Vargas; em 1945, a situação era outra. O que restava do PRP – Gama e Silva incluído – se opunha simultaneamente a Adhemar de Barros e a Getúlio Vargas; e estava nisto com a União Democrática Nacional, criada de acordo com a nova legislação, com direitos que o PRP não tinha.

Correio Paulistano, PRP e Gama e Silva apoiaram o brigadeiro Eduardo Gomes para suceder “o ditador” Getúlio Vargas (assim o qualificavam os perrepistas); o Brigadeiro seria o candidato oficial da UDN, borrando ainda mais a pouco nítida linha que distinguia PRP de UDN. A candidatura do Marechal Dutra foi lançada depois da do Brigadeiro; o Brasil teria então, nas eleições presidenciais de 1945, a chance de escolher entre dois militares, os dois mais fortes

⁷³ Durante o Estado Novo, o jornal continuou a circular, mas passou às mãos de uma empresa sem ligação com o partido.

candidatos. Em 1945, outro perrepista, Wladimir Toledo Piza, o redator-chefe do *Correio Paulistano* quando Gama e Silva foi escolhido redator político nos anos 1930, escreveu uma carta pública a Dutra, endereçando a questão de um segundo militar no pleito. Tratava-se de uma admoestação ao Marechal, a quem o perrepista vai dando lição sobre lição no texto.

Interessaram à dissertação as lições que evidenciam o pensamento de Toledo Piza, tomado como porta-voz do PRP, sobre o lugar das Forças Armadas durante o Estado Novo e na redemocratização. O jornalista acusa Dutra, pessoalmente, e o Exército (mas não a Marinha nem a Aeronáutica), por terem afiançado e ainda afiançar a ditadura que “oprima, assassina, suborna, envergonhando o Brasil aos olhos mundo”⁷⁴. Em seguida, argumenta que a candidatura de Dutra faz “o jogo do ditador, de dividir as Forças Armadas Brasileiras”. Finalmente, sugere que Dutra teria tido a oportunidade de, antes, afastar Vargas, assumir a Presidência da República, nomear militares honestos para interventores nos Estados, fazer um alistamento eleitoral, presidir a eleição e entregar o poder ao eleito. Wladimir Toledo Piza não deixou dúvida de que a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes sentira a ameaça que Dutra representava.

A carta de Piza apareceu logo no início do ano e da longa campanha eleitoral, que iria até 2 de dezembro, dia da eleição. Em 1945, deu tempo até de haver um brevíssimo golpe militar, a 29 de outubro, para substituir o enfraquecido Getúlio Vargas por José Linhares, o presidente do Supremo Tribunal Federal, e acabar com o “queremismo”⁷⁵. Como não existia a figura do vice-presidente, o Exército substituiu o presidente que depôs pelo primeiro na linha legal de sua sucessão⁷⁶.

Pouco antes dessa quartelada, no mesmo mês de outubro, Toledo Piza, em nome do PRP, novamente havia se pronunciado sobre a questão do lugar reservado aos militares. A ocasião foi um comício do Brigadeiro em Uberlândia, a 15 de outubro de 1945. As falas de Toledo Piza, como os da juventude de Gama e Silva, sofriam de certa grandiloquência. Cito os parágrafos introdutório e final do discurso, no trecho que se refere às Forças Armadas.

⁷⁴ Nesse trecho, Toledo Piza aproveita para se desvincular de Adhemar de Barros: “Jamais tive contatos com a ditadura. Recusei a pasta da Educação e Saúde Pública em São Paulo quando convidado pelo senhor Adhemar e disso só tenho motivos para me orgulhar.”

⁷⁵ Um relato pormenorizado das circunstâncias da deposição de Vargas em 1945 está em Ferreira, 2007, pp. 285-301.

⁷⁶ As Forças Armadas agem, no quadro político, de quatro diferentes maneiras, segundo Octávio Costa (D’ARAÚJO; SOARES, Visões do golpe, 2014). Esse seria a maneira pretoriana.

Ao Exército, à Marinha e à Aeronáutica, devia ser reservado o papel de assumir, perante a Nação convulsionada, dividida e desesperançada, a função de *numes tutelares*, como legítimos expoentes que são da Pátria Brasileira, na hora em que nossa terra se via com a maior crise de sua história (*Correio da Manhã*, 16/10/1945, p. 14)

Toledo Piza estava falando do momento que vivia. A maior crise da história, para ele, seria o ditador presidir a eleição que terminaria o Estado Novo. Quatro parágrafos depois, o fecho:

A Nação, porém, crê nos seus militares. A cada golpe que recebe, a cada assalto de que é vítima, a cada punhalada com que é ferida, mais e mais ardentemente encara a esperança de um auxílio. Que não há de faltar na hora decisiva, para a Paz Brasileira. A Nação olha, neste momento, para a Caserna (*Correio da Manhã*, 16/10/1945, p. 14).

Dito pelo PRP, feito pelo Exército – 13 dias depois, sem perturbar a eleição, saiu Getúlio Vargas, entrou José Linhares, e, mesmo assim, foi Dutra quem ganhou a eleição e não o Brigadeiro. Dutra, ministro da Guerra estadonovista, representava a continuação do getulismo, o que tornava a derrota dos antigetulistas mais difícil. Diz a lembrança familiar que Gama e Silva teria desistido da vida partidária aí. Pode ser. Nas eleições de 1949, o “velho partido”, como o PR (agora os partidos são nacionais...) é tratado por um jornal, se divide sobre apoiar ou não o candidato da UDN, o ex-prefeito de São Paulo, Francisco Prestes Maia, ao governo do Estado. O Partido Republicano escolhe apoiar a UDN, e Gama e Silva escolhe deixar o partido, depois de 20 anos de dedicação.

Ter deixado o PRP não significou, no entanto, o fim da vida política de Gama e Silva⁷⁷, que guardou do PRP (conforme as palavras de Toledo Piza) uma vontade de incluir os militares na solução dos problemas políticos do Brasil. Durante a década de 1950, seu nome aparece nos jornais ligado ao Centro de Indústrias do Estado de São Paulo e ao conglomerado agrário industrial Companhia Prada Indústria e Comércio. Em 1954, Gama e Silva assina o balanço da Companhia Industrial Algodoeira Perondi como vice-presidente. O presidente era Agostinho Prada, imigrante italiano que, a partir de Limeira, também presidia a Prada Indústria e Comércio, a Companhia Refinadora de Óleos Prada e a Companhia Imobiliária Prada. Os Prada – deduz-se dos balanços – criaram também uma Fundação Prada, para assistência social, cujo balanço Gama e Silva assinava como diretor secretário. Em 1959, passa a integrar a diretoria da Ciesp, e permanece ligado aos interesses dos Prada. Ao longo da década, aparece também como consultor jurídico do Sindicato da Indústria de Energia Hidrelétrica no Estado de São Paulo e toma parte no debate sobre a regulamentação do setor. Nos festejos do quarto centenário da

⁷⁷Aliás, ele se candidatou a deputado federal pelo PR-UDN em 1945 e não se elegeu.

Capital, como presidente do Instituto Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional, conseguiu lugar oficial para o II Congresso Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional. Relatos de decisões suas de 1955 no Tribunal de Impostos e Taxas mostram que ele voltou a integrá-lo. Em 1956, deixa de ser presidente da Cruz Vermelha em São Paulo; em 1959, ocupava o cargo de presidente da Associação de Antigos Alunos da Faculdade de Direito.

São atividades de um paulista influente. Ocupou cargos administrativos que, para serem obtidos, requeriam manejo de capital político. Conviveu com os industriais, representou interesses de setores relevantes, fez caridade. Dirigir a Faculdade de Direito agregou prestígio a ele. Tinha terras em Agudos, município vizinho a Bauru, no interior do Estado. No mundo político institucional, tem amigos influentes, dois ao menos de dimensão nacional: Ulisses Guimarães, vizinho do Jardim Paulistano – as mulheres, Mora e Eddy, eram muito próximas; e Auro Moura Andrade, senador por São Paulo, membro de uma família relacionada à família de Gama e Silva, ambas do interior do Estado.

2.2 ATUANTE NA POLÍTICA

Parte da vida política transcorria, para homens de negócios e altos funcionários públicos paulistas, em banquetes. Era costume honrar homens de destaque com banquetes por adesão. As adesões eram publicadas nos jornais. Em março de 1959, 300 pessoas se reuniram em São Paulo para um banquete em torno do vice-almirante Silvio Heck – um dos oficiais mais ativos nas conspirações para evitar a posse na Presidência da República, em 1955, de Juscelino Kubitschek, político tido por Heck como aliado dos comunistas e dos getulistas. Entre os que aderiram à homenagem havia não só oficiais da Marinha, mas também das outras Forças; e civis. Por sua atuação contra JK 4 anos antes, Heck foi postergado nas promoções a almirante e se viu obrigado à reforma como vice-almirante⁷⁸, o que havia acontecido nos dias da homenagem. Tratava-se, então, de uma manifestação da direita paulista⁷⁹ em apoio de um notório anticomunista e antigetulista. Na mesa principal do almoço estavam Heck e senhora, o almirante Carlos Penna Boto, fundador da Cruzada Brasileira Anticomunista em 1952, e também participante da resistência à posse de Juscelino Kubitschek, Julio e Francisco Mesquita,

⁷⁸ Título da reportagem de *O Estado de S. Paulo* de 17 de março de 1959: “Do povo de São Paulo recebeu Silvio Heck as platinas de Vice-Almirante”.

⁷⁹ Em 5 de março, em uma das notas de divulgação do acontecimento publicadas por *O Estado de S. Paulo*, os três nomes que abriam a lista de apoiadores eram Waldemar Ferreira, Reynaldo Saldanha da Gama e Luiz Antonio da Gama e Silva.

da família proprietária de *O Estado de S.Paulo*, e Gama e Silva, diretor da Faculdade de Direito⁸⁰, que foi um dos oradores.

Essa é uma marca de Gama e Silva pós-1950: neste primeiro exame de sua trajetória na política paulista, vê-se que ele frequenta oficiais superiores das Forças Armadas. A vida política de Gama e Silva se desenrola ao lado de militares. Na memorialística, uma versão dos acontecimentos que “desembocam” em 1964 chama a atenção para “derrotas”⁸¹ sucessivas da direita desde a redemocratização, que levaram certos civis a dirigirem o “olhar para a caserna”, especialmente a partir do suicídio de Getúlio Vargas. Mas já antes disso, a partir do episódio de 1949 com a UDN e Prestes Maia, Gama e Silva se volta aos contatos militares. A aliança política e a amizade pessoal com o general Arthur da Costa e Silva foram cultivadas nas passagens do general por São Paulo, de maio de 1954 a janeiro de 1956, e depois de fevereiro de 1959 a julho de 1961⁸². O filho Roberto se lembra dos oficiais que frequentavam a casa; entre eles, o aviador Haroldo Veloso, citado como líder das sublevações de Jacareacanga e Aragarças, ambas protestos contra JK; se lembra também de a mãe lamentar que o pai estivesse envolvido nesses acontecimentos. As listas de adesões nos jornais, e a de presentes a cerimônias administrativas, confirmam a proximidade de Gama e Silva com os oficiais constitucionalistas de 1932; e também com jovens como os coronéis do Exército José Thomaz e Cid Camargo Osório⁸³.

⁸⁰ Havia mais dois professores da USP na mesa: Ernesto Leme (reitor de 1951 a 1953) e Reynaldo Saldanha da Gama, catedrático de Mineralogia da USP, oficial da Revolução de 1932 e, em abril de 1964, comandante da Guarda Civil de São Paulo.

⁸¹ A segunda nos onze dias que separaram 25 de agosto de 6 de setembro de 1961; a quinta de uma série de golpes e tentativas de golpe da qual parece ter feito parte Gama e Silva, que começa com o Manifesto dos Militares, de 1954, que pediu a renúncia de Getúlio Vargas e o enfraqueceu a ponto de levá-lo ao suicídio. Ao se suicidar, o presidente desorganizou a articulação para substituí-lo que estava em curso. Em novembro de 1955, uma série de reviravoltas termina, pela liderança do general Henrique Lott, por garantir a posse de Juscelino Kubitschek, eleito com o apoio do PTB e dos comunistas; 1956 (Jacareacanga), 1957 (Santos) e 1959 (Aragarças). Na visão da memorialística consultada nesta dissertação, todos esses movimentos reuniram diferentes punhados de pessoas dentro de um mesmo grupo maior. Uma dissidência grave se deu quando os ministros militares de Jânio Quadros cederam à solução parlamentarista, o que foi entendido por uma parcela importante na articulação civil-militar que depôs Goulart como uma traição.

⁸² Ver nota 44.

⁸³ Ambos os coronéis frequentavam a casa de Gama e Silva. Entrevista de Roberto da Gama e Silva à autora.

Todo esse estamento da direita, inclusive o catedrático de Direito Internacional Privado, se engajou na campanha de Jânio Quadros à Presidência da República com entusiasmo⁸⁴, mais uma vez em uníssono com a posição adotada pela UDN paulista⁸⁵.

O entusiasmo com Jânio vinha de ele se apresentar como um homem severo, disposto a varrer a corrupção – fosse ela corrupção dos costumes ou corrupção na administração pública. É recorrente nas entrevistas de quem se articulou pela deposição de João Goulart⁸⁶ a figura de Jânio Quadros como o salvador da Pátria nas urnas de 1960. De quê a Pátria precisava ser salva, para essa direita? Da aliança de centro-esquerda que, desde a redemocratização em 1945, vinha se fortalecendo nacionalmente⁸⁷. Para seus apoiadores da direita, o valor de Jânio Quadros estava em não vir nem do petebismo, nem do “peleguismo”⁸⁸, nem do comunismo, os três cavaleiros que a direita, especialmente desde o suicídio de Getúlio Vargas, havia escolhido como adversários⁸⁹.

Nas eleições de 1960, além de Jânio Quadros, havia outro candidato à Presidência originário de São Paulo: Adhemar de Barros. No Estado, Jânio teve perto de 1,6 milhão de votos e Adhemar 880 mil; o marechal Henrique Lott, candidato pelo PSD/PTB, ficou com o 1/6 restante, 440 mil votos. No Brasil, Lott ficou em segundo e Adhemar em terceiro. João Goulart, vice da chapa de Lott (votava-se separadamente para presidente e vice-presidente), teve 920 mil dos votos paulistas, mais que o dobro do cabeça de chapa; a tendência se repetiu no país, e Jango foi eleito vice com 4,5 milhões de votos. Jânio chegou ao final da apuração com cerca de 5,6 milhões de votos.

A vitória de Jânio Quadros alegrou seus apoiadores, mas a eleição de João Goulart – que incorporava petebismo e peleguismo e negociava com os comunistas – atrapalhou a festa dos conservadores. Quando Jânio tentou um golpe para se fortalecer e renunciou, oficiais e civis de

⁸⁴ Essa união em torno de Jânio Quadros é referida com frequência pelos militares entrevistados no projeto do Coco. A austeridade e a firmeza contra a corrupção fizeram a direita pensar em Jânio como forma de chegar ao poder sem golpe.

⁸⁵ A UDN paulista de então era, digamos, um grupo de cobras criadas. Dois nomes como exemplo: Herbert Levy e Roberto de Abreu Sodré. Em entrevista, Roberto da Gama e Silva explicitamente mencionou que o pai “não gostava” da UDN. Várias vezes, no entanto, coincidiram as posições adotadas por Gama e Silva (dentro ou fora do PRP) com as da UDN, no período 1945-1964. Pode acontecer de a lembrança se referir ao pós-1964: em 1967, sendo Abreu Sodré governador e Gama e Silva ministro da Justiça, houve um episódio célebre, em que o primeiro disse ao segundo que, em São Paulo, mandava o governador. E o governador não iria mandar invadir a USP.

⁸⁶ Na memorialística, por exemplo, reunida pelo projeto do CPDOC.

⁸⁷ Entre outros autores, ver GOMES, 2015, p. 36.

⁸⁸ Quando a direita usava a palavra, queria enfatizar a ligação dos sindicatos com o governo Goulart.

⁸⁹ As palavras são as utilizadas pela direita no período. O tema das palavras preferidas pela direita será mais aprofundado e detalhado na seção 3.

direita se organizaram para, antes de tudo, impedir a posse do vice-presidente. Para uma parte dessa direita, a solução parlamentarista, negociada entre os ministros militares e o Congresso Nacional, foi mais uma da lista longa de recentes derrotas.

2.3 OS DISTÚRBIOS EM CATANDUVA

A partir de 1960, o nome de Gama e Silva passa a aparecer em posição de maior destaque em *O Estado de S.Paulo*. É ele quem informa os colegas de diretoria do Centro das Indústrias e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo sobre “os lamentáveis fatos ocorridos recentemente em Catanduva”⁹⁰. O correspondente do interior do jornal relatou quais incidentes foram aqueles, ocorridos no início de abril de 1960, parte de manifestações “populares” de protesto contra aumentos de tarifa e falta de fornecimento de energia elétrica. Depois de observar que havia um problema de qualidade do serviço em “algumas” cidades do interior do Estado, escreveu o jornalista de *O Estado*:

Em Catanduva, os acontecimentos tiveram início com uma passeata estudantil a reclamar contra o aumento. Logo após a passeata, que teve caráter pacífico, houve outras manifestações e a polícia teve de intervir. Em consequência, generalizou-se a confusão: os mais exaltados depredaram os escritórios da Cia. Nacional de Energia Elétrica. A outras escaramuças de rua, seguiu-se forte fuzilaria, e os policiais (...) foram impotentes para conter a manifestação. Os ânimos pareciam estar arrefecidos quando se deu a explosão de uma bomba, o que veio acender novamente o estopim da discórdia. Os populares furaram o cerco da polícia e chegaram até o prédio da Cia. Nacional de Energia Elétrica, que foi novamente depredado. Morreram, por ferimentos durante as agitações, três pessoas e outras nove ficaram feridas. Os prejuízos da concessionária atingiram 40 milhões de cruzeiros. (OESP, 10 de abril, p.22)

Gama e Silva, desde pelo menos os anos 1950, mantinha a posição de consultor jurídico da associação das companhias de eletricidade, majoritariamente, à época, de capital estrangeiro. Na reunião entre Ciesp e Fiesp, o que ele ofereceu aos diretores – *O Estado de S.Paulo* reproduziu – foi a leitura dos “lamentáveis acontecimentos” a partir de sua posição, conferida por dirigir a Faculdade de Direito da USP, participar da diretoria da entidade que representava a indústria paulista, ser juiz do Tribunal de Impostos e Taxas, entre outras ocupações. Em sua apresentação do caso, Gama e Silva põe em palavras a retórica, se escuto bem, do capital estrangeiro. Ele começa manifestando a estranheza da situação do setor elétrico – solicitado a resolver problemas pelo “poder público”, ao mesmo tempo em que tramita no Legislativo proposta para que só se permita que empresas majoritariamente nacionais gerem ou distribuam

⁹⁰ *O Estado de S.Paulo*, 8 de abril de 1960, p. 19.

eletricidade. O que se trata não de nacionalismo, mas de socialismo, e “com vista à mudança do regime”. Segue o argumento: em virtude da falta de energia, “uma organização” liderou a depredação da sede da empresa de eletricidade, que, no entanto, não foi a única “visada”. A “organização” integra campanha sistemática contra empresas de capital estrangeiro, capaz de criar suficiente insatisfação para que, “nas explosões”, se possa incendiar definitivamente o regime do país.

A versão é como um esboço do substrato de argumentos que criou as condições para a deposição de João Goulart: há uma campanha socialista para mudar o regime constitucional do Brasil (que, nem sequer é necessário mencionar, é democrático). Nesse novo regime, não haverá lugar para empresas estrangeiras. Como Catanduva se encaixa na campanha? Em primeiro lugar, diz Gama e Silva, não falta energia para Catanduva. O que resultou no corte de luz foi um imprevisto, uma explosão em uma linha de transmissão. Isto, somado ao protesto contra o aumento de tarifa, é que levou ao quebra-quebra, de resto adredemente preparado pela “organização”, que estava apenas à espera de uma oportunidade para fazer a insatisfação explodir. Como se a inflação que sufocava o país poupasse as empresas de energia, continua ele, que não conseguiam mais pagar “despesas essenciais” e por isso obtiveram um aumento de tarifa de 60 centavos por kw/h⁹¹. Vê-se, completa o consultor jurídico das usinas, que há “um plano de tendências esquerdistas que visa combater o capital privado no setor de eletricidade”.

E a quê Gama e Silva poderia estar se referindo ao mencionar “uma organização”? Nos despachos dos repórteres, descrevem-se “ânimos exaltados”, “multidão enfurecida”, “manifestação popular”, justificados pela irregularidade do fornecimento de energia para essa região do interior do Estado, que compreende São José do Rio Preto e Ribeirão Preto, coberta pela Estrada de Ferro Mogiana, irregularidade suficiente para instaurar certa exasperação entre os moradores para com a companhia elétrica; difícil de ver onde está a “organização” que Gama e Silva pleiteia. Do conjunto das notícias sobre o que aconteceu em Catanduva no primeiro final de semana de abril de 1960⁹², o que se entende é que o excesso de energia disponível em relação à necessária, que Gama e Silva mencionou em certo momento em *O Estado de S. Paulo*, não existia ainda. Viria a existir quando a construção de uma linha de transmissão fosse concluída. Que linha de transmissão em obras seria essa? Aquela em que ocorrera a explosão que levou à

⁹¹ A conversão precisa é difícil, dada a história das moedas brasileiras. Uma estimativa que encontrei: 60 centavos de cruzeiro em 1960 equivalendo a 48 centavos de real de 2017. Isto resultaria em um valor de kw/h mais de duas vezes maior em relação ao cobrado pela Eletropaulo em dezembro de 2017.

⁹² Para mim, um grande mistério e uma enorme surpresa. Existe um inquérito no Dops sobre o caso.

falta de energia, que não poderia ser qualificada então de imprevisto, visto que a capacidade de fornecimento da Companhia Nacional de Energia Elétrica era reconhecidamente menor do que a demanda de Catanduva e das cidades vizinhas, razão pela qual estava sendo feita a obra.

O caso de Catanduva teve proporções para exigir a ação do governador, que enviou para a cidade dois delegados, um do Dops, outro da regional de Araraquara. No terceiro dia da cobertura do caso, dia do enterro de um dos três mortos pelos tiros de soldados da Força Pública (“Este morto pede Justiça”, alguém escreveu no caixão), a *Folha de S.Paulo* noticia que os delegados enviados à cena dos acontecimentos atribuíam a elementos estranhos a Catanduva haverem insuflado a população; que esses elementos permaneciam na cidade para tentar obstruir o trabalho da polícia e criar ambiente para novas manifestações. Os “elementos estranhos” mencionados pelos delegados, um dos quais cunhado de Gama e Silva⁹³, provavelmente é que inspiraram a “organização”.

O episódio diz mais, para além de explicitar o entendimento pró-capital estrangeiro do catedrático. Por um lado, sinaliza que existia uma exasperação subjacente ao cotidiano da população, senão do Brasil, ao menos no interior de São Paulo. Havia instabilidade e insatisfação sociais, prontas para tomarem a forma de fúria coletiva – o que, pode-se imaginar, soava amedrontador. O episódio traz ainda outro sinal: de que a elaboração pública do que viria a ser a retórica que depôs João Goulart e sustentou o regime militar estava em marcha já no governo JK. Que explicações poderia haver, entre contemporâneos, para que uma irrupção como a de Catanduva ocorresse? O que estava acontecendo? Gama e Silva e *O Estado de S.Paulo* forneceram naquelas linhas do jornal de abril a seguinte resposta: gente que não gosta do capital estrangeiro, por ser socialista, organiza explosões de insatisfação como a de Catanduva como parte de uma campanha que tem por objetivo substituir o regime atual (democrático) por outro de tendências esquerdistas. A versão se enriqueceria nos anos seguintes, mas algo da espinha dorsal já se encontrava ali.

2.4 GAMA E SILVA E O IPES

Tendo em vista a apresentação de Gama e Silva do caso Catanduva, não surpreende o encontro entre ele e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, este sim, segundo o clássico do historiador René Dreifuss 1964: *A Conquista do Estado*, “uma organização” dos anos 1960 – a organização

⁹³ Benedito Nunes Dias, casado com Nívia, irmã de Eddy.

que, de acordo com o acadêmico, sob o impulso da lógica do desenvolvimento capitalista, montou uma conspiração tão bem engendrada que tornou a queda de João Goulart inevitável⁹⁴. No pormenorizado trabalho de Dreifuss, Gama e Silva tem lugar no organograma do Ipes: membro do Grupo de Doutrina e Educação do Ipes de São Paulo.

Havia outros professores da USP no mesmo comitê: Miguel Reale, A.C. Pacheco e Silva, Antonio Delfim Netto (20 anos mais moço que Reale e Pacheco) – respectivamente, da Faculdade de Direito, da Medicina e das Ciências Econômicas. Coordenava as atividades do GDE José Luiz Nogueira, e cabia ao grupo fornecer relatos bem informados a serem utilizados pelo grupo de ação encarregado de acompanhar a conjuntura e pelo grupo que cuidava das publicações. No Ipes relatado por Dreifuss, esses grupos “operavam em dez principais áreas de ação política e ideológica: nas Forças Armadas, Congresso, Executivo, classe empresarial, sindicatos, classe camponesa, Igreja, partidos políticos, mídia e nas camadas intermediárias” (DREIFUSS, 1981, p. 85). Havia seções do Ipes em Porto Alegre, em Santos e em mais meia dúzia de cidades. Talvez Gama e Silva tenha sido escalado para essa posição por suas decantadas qualidades como orador.

A data de nascimento oficial do Ipes é novembro de 1961, de acordo com o minucioso relato de Dreifuss. Paulistas se locomoveram ao Rio de Janeiro, onde estava o já reformado general Golbery do Couto e Silva, cercado por seu primeiro núcleo. Entre os que participaram da reunião Gama e Silva não é relacionado. Ele tampouco integra a longa enumeração de nomes que compõem “a estrutura formal de autoridade – São Paulo” (p. 176), da qual fazem parte, por exemplo, os professores A.C. Pacheco e Silva e Ernesto Leme⁹⁵. E nem a relação de “Proeminentes Figuras de Associações de Classe do IPES-Rio e IPES-São Paulo” (p. 181).

Ocorre que várias das relativamente escassas referências a Gama e Silva anteriores à deposição de Goulart apresentam-no como “liderança” na conspiração. Por outro lado, Dreifuss descreve haver um setor encoberto do Ipes, encarregado, digamos, das operações clandestinas. Uma hipótese a ser considerada é Gama e Silva ter desempenhado papel relevante nesse lado mais obscuro da operação, não podendo, por isso, figurar explicitamente no lado mais iluminado da organização, aquele de seus porta-vozes oficiais. A ideia é, à primeira vista, corroborada pela

⁹⁴ Entre outros, Fico, 2004, p. 50.

⁹⁵ Ernesto Leme fazia parte da direção do Ipes em São Paulo (DREIFUSS, 1981, 178). Também A.C. Pacheco e Silva, catedrático de Psiquiatria da Faculdade de Medicina, listado como um dos representantes do Ciesp no mesmo Instituto (idem, ibidem, p. 181).

informação de Dreifuss de que, em São Paulo, o Ipes tinha mais ação e menos pensamento – quer dizer, a maior parte das operações obscuras foi executada pelos paulistas.

2.4.1 *Gama e Silva vice-reitor*

Em maio de 1962, Ipes em pleno funcionamento, o governador Carvalho Pinto nomeia Gama e Silva vice-reitor⁹⁶. Nessa função, substituiu Ulhôa Cintra em vários impedimentos⁹⁷. Assim, se houve um plano do Ipes de deixar Gama e Silva nas sombras, o plano não funcionou bem. Em agosto, vice-reitor e diretor da Faculdade de Direito, ele lidera, como primeiro signatário, o manifesto de 38 professores a respeito da movimentação estudantil no Largo de São Francisco e no Brasil. O manifesto foi publicado por *O Estado de S.Paulo*, com destaque, no dia 10 de agosto de 1962. O momento era o seguinte, na luta política entre a administração da Faculdade de Direito e o bem articulado movimento estudantil: o Centro Acadêmico XI de Agosto contestava a aprovação do nome de Alexandre Augusto de Castro Correa no concurso para preenchimento da cátedra de Direito Romano. Coube a ele, ao vencer o concurso, suceder Alexandre Correa, seu pai. Essa era a questão específica, fácil de articular com a questão que o movimento estudantil considerava mais geral: a luta pela reforma universitária, concretizada nas reivindicações como extinção das cátedras e paridade de representação nos órgãos colegiados. A contestação ao concurso levou à “ocupação” da Faculdade, no mesmo período em que a UNE preparava a greve do 1/3⁹⁸. Professor nenhum podia entrar. A reunião da

⁹⁶ A lista tríplice para vice-reitor votada no Co colocou Mário Guimarães Ferri e Adamastor Correa ao lado de Gama e Silva (OESP, 26/05/1962, p.9).

⁹⁷ Em uma nota de última página sobre a lista tríplice de 1960 (10/05/1960, p.48), que resultou no reitorado de Ulhôa Cintra, *O Estado de S.Paulo* narra que o médico fazia parte “da oposição” no Co, e que teve 15 votos contra 14 do reitor em exercício, Gabriel Teixeira de Rezende. Ruy Leme, da Economia, venceu Zeferino Vaz no terceiro escrutínio e integrou a lista. A nota também informa que Ruy Leme e Gama e Silva eram os “independentes” do Co. Se for assim, Zeferino Vaz perdeu duas vezes para o mesmo grupo. A expectativa da nota não é a de que Ulhôa Cintra seria o escolhido. Tendo sido, minha hipótese é de que os independentes tenham migrado para a nova “situação”.

⁹⁸ Entre as reformas de base, figurava a reforma universitária. A principal reivindicação do Movimento Estudantil era aumentar a representação do alunado para 1/3 da composição dos órgãos colegiados. Sobre a greve do 1/3, Sylvio Sawaya, secretário do Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, contou a seguinte lembrança: “Ela foi memorável. Chegou um momento que estava crítico, todo mundo caindo fora, resolveu-se que ia-se tomar as faculdades, ia-se se tomar a Medicina, não sei o que mais, e a FAU. E aí nós fomos lá e tomamos a FAU, porque a Medicina estava cercada, mas a FAU deu pra tomar. O Licínio, que era o caseiro, nós pedimos para ele abrir a porta, que o nosso colega fulano tinha que guardar a Vespa dele lá dentro, o Maurício..., aí na hora em que ele abriu a porta, a gente entrou. Aí lacramos todas as portas, para não ter problemas. Devíamos ter umas cinquenta pessoas ou mais. Foi um movimento significativo. Aí passamos o dia fazendo discursos no terraço lá em cima, tinha prédios em construção, a gente falava com os operários. Dois dias depois, me aparece no portão da frente, descendo aquela escadinha, o Fernando Henrique, o Juarez Brandão Lopes e o Ulhôa Cintra. “O senhor quer entrar?”, perguntei. E ele: “Não entro em faculdade tomada.” Isso foi gozado porque o Ulhôa Cintra era um grande reitor e de boas posições. Um ano depois, eu era o presidente do DCE, nós fizemos juntos o Primeiro Fórum Universitário da USP. Ele foi o presidente da mesa, eu o vice-presidente, e o Fernando Henrique o secretário. O grande expoente desse fórum foi Paulo Duarte. A relação era próxima. O Juarez, o Fernando, iam ao DCE, a gente estava querendo fazer um debate sobre o socialismo. A gente vivia por ali. Nesse acordo, depois que o Ulhôa foi

Congregação teve que acontecer, segundo um jornal, em um escritório nos arredores do Largo de São Francisco.

O movimento estudantil ter criado essa situação para os docentes da USP não impediu “o governador do Estado em exercício, desembargador Sylos Cintra”, de receber os estudantes antes e depois da assembleia do XI de Agosto para tomar conhecimento da decisão dos acadêmicos – que não desocupariam a escola. Por seu lado, uma pequena comissão de professores, liderada pelo reitor Ulhôa Cintra, e da qual Gama e Silva fazia parte, foi pedir a especial atenção do chefe da polícia, delegado Virgílio Lopes da Silva, para a ocupação da Faculdade. A notícia de *O Estado de S. Paulo* de 10 de agosto, mesmo dia da publicação do manifesto, informa que, às 2h, o Dops procederá ao “desalojamento dos estudantes”. O jornal fechou antes das 2h.

Gama e Silva abre a argumentação não com o movimento estudantil, mas com a “ameaça à legalidade democrática”, haja vista a tentativa de apressar a volta do parlamentarismo – apresentada como um atropelo às regras constitucionais. Em seguida, afirma-se que os signatários não desconhecem a necessidade de reformas⁹⁹. O texto passa então a acusar as entidades sindicais de “se arvorarem” em senhoras do destino do país e os “organismos estudantis” de quererem subverter as hierarquias acadêmicas; frente a elas, assevera o texto, “os órgãos estatais se omitem, tomados de pânico, como se fossem desconsoladas testemunhas da dissolução progressiva do princípio da autoridade”¹⁰⁰. A reivindicação do 1/3, completa o manifesto, é a “prova cabal do caráter revolucionário do movimento desencadeado no âmbito universitário”. Como na argumentação apresentada por Gama e Silva no caso Catanduva, o manifesto delineia um quadro em que “minorias ativas”, em sindicatos que são dignos “de todo o apreço e louvor” quando se limitam às suas “competências” e também dentro do movimento universitário, desejam influir nos destinos do país – o que é apresentado como censurável. Contra a desordem, diz o texto, brota uma reação “salutar” de outros estudantes, que é um chamado para “todos os homens responsáveis pelo país”. Não se pode postergar “as tradições cristãs de nossa formação histórica” nem violentar a “consciência cívica do povo brasileiro”.

lá, passaram-se dois ou três dias, eles fizeram o acordo, o acordo foi de 1/3 para três. Passamos de um a três representantes no Conselho Universitário. E aí acabou a greve.”

⁹⁹ O país precisar de reformas era ponto pacífico no Brasil de então. Os políticos se diziam reformistas, inclusive Castelo Branco.

¹⁰⁰ *O Estado de S. Paulo*, 10 de agosto de 1962, p. 15. “*Ocupada a Faculdade de Direito; os professores lançam manifesto*”.

Esses argumentos estavam em debate e elaboração no Grupo de Doutrina e Educação do Ipes de São Paulo (DREIFUSS, 1981, pp. 198-199). O manifesto descreve os movimentos sindical e estudantil como reunidos no mesmo “desígnio revolucionário”, ao qual o governo também serve, por omissão ou conivência. Esses são os inimigos. A eles nos opomos “nós”, que temos conosco a tradição cristã (ou seja, a Igreja Católica) e a consciência cívica (virtude típica dos militares). Devemos escutar “o chamado à responsabilidade”.

2.4.2 O Plebiscito

O anticomunismo não se explicita no manifesto dos professores da Faculdade de Direito, embora o solo em que foi plantado já se encontrasse fertilizado para isso. O debate público sobre a data do plebiscito que decidiria pela continuidade ou não do regime parlamentarista estava em curso. João Goulart propunha a antecipação da consulta para outubro de 1962; mas, em 15 de setembro, o Congresso votou a lei complementar que marcou o referendo para 6 de janeiro de 1963.

Pode não ter sido tudo o que João Goulart queria; para a direita civil e militar que havia acordado dar posse de Jango sob a condição do parlamentarismo, a movimentação vitoriosa do presidente foi um sinal. De quê? Em 3 de janeiro de 1963, quando a vitória de Goulart já era o resultado antecipado do plebiscito, foi mais uma vez pela voz do vice-reitor da USP e diretor da Faculdade de Direito que *O Estado de S. Paulo* interpretou o sinal para seus leitores. Em sua principal página¹⁰¹ de política, o jornal conta que procurou Gama e Silva para reforçar os pareceres “luminosos e irrefutáveis” de outros dois “juristas” (ambos professores da Faculdade de Direito) – Waldemar Ferreira e Vicente Rao (que constam das relações de membros do Ipes atestadas por Dreifuss e estiveram também entre os primeiros a assinar o manifesto da greve do 1/3) – a respeito da legalidade da convocação do plebiscito. Na declaração de Gama e Silva¹⁰², transcrita *in totum*, lê-se que a norma constitucional que havia instituído o parlamentarismo em 1961 previa a realização de consulta popular sobre o regime apenas quando faltassem 9 meses para o fim do mandato do presidente João Goulart. Como a antecipação fora votada sem seguir o figurino requerido para mudança constitucional, tratava-se, então, de “criminoso esbulho”. Nessa aparição pública, Gama e Silva organizou a versão sobre os acontecimentos em torno de

¹⁰¹ *O Estado de S. Paulo*, 3 de janeiro de 1963, p. 4. “Gama e Silva: O referendo do dia 6 é criminoso esbulho”.

¹⁰² Que, não se deve perder de vista, era catedrático de Direito Internacional Privado, sem, portanto, qualificação especial para falar de Direito Público Constitucional.

uma tríplice crise: “de legalidade, de autoridade e de probidade”. Introduziu ainda a ideia de que necessária seria “a troca dos homens que nos desgovernam”, e não a discussão sobre manter, ou não, o parlamentarismo. O problema, como essa direita via a conjuntura desde 1954, era João Goulart, não o regime parlamentarista ou presidencialista.

Antes de terminar seu argumento, Gama e Silva se permite certa divagação. Cita um conto de Arthur Azevedo, “*Plebiscito*”, para comparar a população de brasileiros à “criança de outrora”. Ele apresenta a leitura do cenário do país no último parágrafo, em que reverbera a tríplice crise:

E porventura o referendun mudará as coisas, restaurará a autoridade do poder público, criará um regime de legalidade, imporá a moralidade no trato dos negócios do estado, terminará com a inflação e as filas, deterá a alta do custo de vida, normalizará a vida institucional do Brasil? Não acredito... porque a solução não está no plebiscito. (OESP, 3/1/1963,p.4)

De acordo com a visão que preside o livro de Dreifuss, para o Ipes, e para seu *daimon*, o general Golbery do Couto e Silva, influenciar a opinião pública¹⁰³ era condição *sine qua non* para a organização alcançar seus objetivos. Da posse de João Goulart até sua deposição, o Ipes organizou um grupo de ação especializado em “Opinião Pública. Garantir a transmissão da doutrina gerada nos grupos de Doutrina e Levantamento de Conjuntura, por qualquer meio, era considerado crucial. Como avaliar a articulação entre os jornalistas empregados por Julio de Mesquita Filho, e os profissionais do direito Waldemar Ferreira e Gama e Silva, que resultou na publicação do parecer de ambos, em relação ao esforço de comunicação descrito pelos papéis do Ipes¹⁰⁴? De acordo com a leitura de Dreifuss, para os ipesianos havia três formas de realizar a “projeção da doutrina”: a projeção poderia ser feita em nome do Ipes; sem mencionar o Ipes; ou, terceira opção, na forma de “doutrina democrática”. Foi essa a forma que Gama e Silva abraçou no parecer publicado em *O Estado de S.Paulo* ao falar em legalidade, probidade, autoridade. Por um lado. Por outro, a valer a informação de que o diretor da Faculdade de Direito era, já desde novembro de 1961, da “liderança militante do IPES em São Paulo” (Dreifuss, p. 375, informação creditada a Hélio Silva), é possível que Gama e Silva estivesse soprando uma senha para ouvidos sensíveis a frequências mais obscuras.

Neste ponto, uma observação de Dreifuss sobre o Ipes: do que se sabe sobre o livro, o historiador teria encontrado no Arquivo Nacional relatórios de reuniões, relatórios de conjuntura, relações de pessoas, demonstrações contábeis, lista de publicações, cartas, organogramas da organização. Nas notas, o historiador vai apresentando suas fontes. Quando

¹⁰³ O Ipes tinha um grupo especializado em “Opinião Pública” já há 55 anos.

¹⁰⁴ Filmes de TV, filmes para cinema, folhetos, artigos em jornais, propaganda, uma infinidade de recursos.

se trata do Ipes, esses documentos oficiais são, em geral, a base informativa da construção. Deles surge o Ipes de Dreifuss, um Ipes que parece tão completo, que sabe de tudo, está em todos os lugares relevantes. Organismo de interação civil-militar, o Ipes surge como capaz de operar e manipular, por intermédio de membros seus colocados em lugares-chaves, de Olímpio Mourão Filho, especialmente quando serviu em São Paulo como comandante da 2ª Divisão de Infantaria, ao governador Adhemar de Barros. Segundo o livro, Gama e Silva (junto com Ernesto Leme) influenciou para que Mourão indicasse a Adhemar o nome de Reynaldo Saldanha da Gama para comandar a Guarda Civil; e também pediu ao governador para nomear um deputado ligado ao Ipes para ocupar um cargo no Dops, o lugar da coleta de inteligência no Estado¹⁰⁵, de forma a evitar que a organização pudesse vir a ter suas ações dificultadas. O Ipes de Dreifuss não tem orifícios. Até mesmo para a intrigante ausência de resistência dos apoiadores do governo o Ipes agiu: a organização é que teria desmontado e neutralizado o dispositivo militar de João Goulart. Esse Ipes concebido a partir de documentos oficiais da organização parece mais expressar o desejo da “elite orgânica” sobre a ação da organização do que sua vida concreta.

Isso, no entanto, não empobrece a edificação dreifussiana do complexo Ipes/Ibad. Entre as riquezas do livro está o panorama que oferece da direita paulista, ou de certa direita paulista, justamente a direita na qual transita Gama e Silva. Vista pelo ângulo do pertencimento à organização da “elite orgânica”, sua escolha para reitor da USP, em julho de 1963, é a nomeação de um membro do Ipes-São Paulo por um governador do Estado também ligado ao Ipes-São Paulo. E, voltando ainda uma vez à disputa pelo lugar na lista tríplice, é preciso registrar: não há notícia de Zeferino Vaz pertencer ao Ipes no livro de Dreifuss – o que não afetou a preferência de Adhemar de Barros¹⁰⁶, que o teria nomeado se tivesse chegado à lista tríplice, ao invés de Ulhôa Cintra ou Eurípedes Simões de Paiva. Em junho de 1963, a fama de “liberal” de ambos, como descreveu um membro do Co¹⁰⁷, na conjuntura de radicalização que o país atravessava, seria o suficiente para afastar do nome deles a pena do governador.

¹⁰⁵ Dreifuss credita a informação, da p.375, a Eldino Brancante, in Mourão Filho, **Memórias: a Verdade de um Revolucionário**, pp. 205-206.

¹⁰⁶ Sobre a demora ou não na nomeação de Gama e Silva: no caso do reitor anterior, Ulhôa Cintra, a lista foi votada no Co no dia 9 de maio de 1960, o governador Carvalho Pinto o nomeou em 10 de maio, no dia 16 ocorreu a posse. De acordo com SILVA (2012, pp. 149-161), a “conspiração” para fazer Ulhôa Cintra reitor aproveitou a oportunidade de ter Plínio de Arruda Sampaio entre os mais influentes assessores do governador Carvalho Pinto. Em entrevista à autora, Fernando Henrique Cardoso confirmou o papel de Plínio. Na disputa entre Zeferino Vaz e Gama e Silva, as atas do Co sugerem que FHC teria se oposto ao primeiro. Gama e Silva, assim, contou com o apoio dele e, pela contagem de votos, de outros que haviam votado em Ulhôa Cintra. A deposição de Goulart, neste caso, afetou com força o futuro projetado pelo grupo acadêmico ao qual pertenciam, pelo menos, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Hildebrando à época da formação da lista tríplice.

¹⁰⁷ Em entrevista à autora, pediu sigilo.

2.5 GAMA E SILVA REITOR

Gama e Silva se tornou, então, o reitor. No confronto entre apoiá-lo ou apoiar Zeferino Vaz, o quê teria pesado para os conselheiros? Um argumento que circulou contrapunha Gama e Silva, um homem cordato, a Zeferino Vaz, um truculento¹⁰⁸. O diretor da Medicina de Ribeirão Preto ter aparecido nos jornais antes da escolha do Conselho Universitário dizendo ser o candidato do governador agregou à tese da truculência. Por outro lado, em 1959, Gama e Silva havia apoiado publicamente a iniciativa de Carvalho Pinto de regulamentar o artigo 123 da Constituição paulista, que determinava a criação de uma fundação de amparo à pesquisa¹⁰⁹. Este era um ponto fundamental de quem defendia a expansão da atividade de pesquisa nos anos Goulart¹¹⁰, pelo qual valeria a pena fazer uma aliança. Mas uma aliança em torno do financiamento da pesquisa na USP não teria sido possível com Zeferino Vaz? Afinal, uma diferença crucial entre a faculdade dirigida por Vaz em Ribeirão Preto e a escola da Avenida Dr. Arnaldo estava na ênfase à pesquisa¹¹¹. A ala da situação do Co preferiu Gama e Silva a Zeferino Vaz, e foi com Gama e Silva, “apartidário” desde a volta de Getúlio Vargas à Presidência da República em 1950, que, na longa juventude havia se entusiasmado pelo PRP, onde aprendeu a ser antigetulista e depois quase udenista, e antijuscelinista, janista, antijanguista, antinacionalista e anticomunista, que a USP atravessou o segundo semestre de 1963 e o primeiro trimestre de 1964, com João Goulart, e depois de abril, sem ele.

Gama e Silva dirige seu primeiro Conselho Universitário como reitor em 5 de agosto de 1963. Um assunto demorado da sessão foi a mudança na regra sobre a frequência mínima obrigatória dos estudantes nas disciplinas para a prestação de exames¹¹². Terminada essa questão, o conselheiro presidente do DCE, um dos três da representação estudantil, propõe um voto de congratulação ao estudante José Serra, da Escola Politécnica, por ter sido eleito presidente da UNE. O voto é aprovado sem que Gama e Silva ou outro conselheiro se opusesse. Na sessão de

¹⁰⁸ Entrevista de Silvio Sawaya à autora.

¹⁰⁹ Gama e Silva aproveitou uma reunião das diretorias da Fiesp e do Ciesp para elogiar a iniciativa de Carvalho Pinto de nomear uma comissão para propor o projeto de lei que criaria a Fapesp (OESP, 20/06/1959, p.15), “que merecia todo o aplauso e apoio das entidades da indústria paulista”. Ele listou os membros da comissão: Francisco de Paula Vicente de Azevedo, secretário da Fazenda; José Bonifácio Coutinho Nogueira, secretário da Agricultura; Fauze Carlos, Saúde e Assistência Social; Queiroz Filho, da Educação; e Gabriel Teixeira de Carvalho, reitor da USP. Note-se que o tema foi o principal da entrevista coletiva que Ulhôa Cintra, sucessor de Gabriel Carvalho, deu aos jornais logo após sua nomeação: precisamos de financiamento, vamos fazer a fundação etc. Lendo os jornais, parece mesmo que estava tudo bem combinado entre a Casa Civil de Carvalho Pinto para a nomeação de Ulhôa Cintra, tendo como bandeira a instalação da Fapesp. *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S.Paulo*, 10 a 17 de maio de 1960.

¹¹⁰ Que era um programa, também, do tipo modernizante. Esse impulso está precariamente descrito em *Circa 1962*.

¹¹¹ *Circa 1962*, p. 64.

¹¹² Primeira sessão como reitor. Como vice- reitor, dirigiu muitas sessões em lugar de Ulhôa Cintra.

2 de outubro, o Co vota o apoio da USP ao projeto de lei que tornaria 10 de dezembro o Dia Internacional dos Direitos Humanos¹¹³; na de 5 de agosto, vota por unanimidade contra três projetos de lei que criavam novas faculdades, de Medicina Veterinária, de Ciências Econômicas e Odontologia e de Farmácia, em Igarapava, Sorocaba e Guaratinguetá, respectivamente. As concessões para aprovação de matérias da pauta ocorriam pelo lado da direita e da esquerda. Na 543ª sessão do Co, em novembro de 1963, Gama e Silva, na abertura da reunião, pôs em discussão proposta dele mesmo: o reitor não queria comparecer ao V Fórum dos Reitores, “em virtude de a Portaria Paulo de Tarso¹¹⁴, que regula a matéria, prever a representação de 1/3 de estudantes na sua composição”. Se o fórum é de reitores, perguntou o reitor, que razão haveria para a presença de estudantes? Pois o Conselho votou, unanimemente, a favor da ausência do reitor no Fórum – ou seja, contra a UNE, que havia sido homenageada, na pessoa do politécnico José Serra, 3 meses antes. Sylvio Sawaya, representante dos alunos, votou com o reitor e contra a UNE¹¹⁵.

2.5.1 *O reitor e o Dia do Soldado*

A decisão de Gama e Silva de não deixar o V Fórum de Reitores e sua regulamentação passarem em branco pode se vincular a um episódio de que só encontrei relato em *O Estado de S. Paulo* – página 4, a principal do noticiário político – no dia 25 de agosto de 1963, um domingo. Pela nota, depreende-se que Gama e Silva havia preparado uma cerimônia antecipada para o Dia do Soldado, na sexta-feira, na Faculdade de Direito: o reitor criou uma oportunidade para se apresentar como orador, falando sobre o Duque de Caxias, no Salão Nobre da Faculdade de Direito. A pretexto da homenagem, foi convidado a vir ao Largo de São Francisco o que a notícia descreveu apenas como “[u]m grupo de oficiais superiores do II Exército”, entre eles provavelmente uma fonte do relato publicado pelo jornal. Os oficiais, ao subirem as escadas do pátio em direção ao Salão Nobre, se viram provocados por “um pequeno número de estudantes, visivelmente comunistas”, que, concentrados ao pé da escada que leva ao 1º andar e enquanto os oficiais subiam em direção ao Salão Nobre, gritaram vivas... aos sargentos. A nota informa que oficiais também se sentiram desacatados pela ausência de quaisquer estudantes na palestra do recém-nomeado reitor Gama e Silva. Mais, acrescenta o jornal: ao mesmo tempo, o Centro

¹¹³ Ata da 541ª Sessão do Co, em 2 de outubro de 1963, folhas 66 e 66 verso. Livro 27.

¹¹⁴ Paulo de Tarso, ministro da Educação, tinha como chefe da assessoria no ministério o secretário geral da Ação Popular, Herbert de Souza, o Betinho. A AP era, assim, muito influente no ministério, uma espécie de prova de conceito de que os comunistas estavam no poder. Note-se que a UNE, a UEE de São Paulo, o DCE de São Paulo e o Centro Acadêmico Osvaldo Cruz, da Faculdade de Medicina, entre outros, estavam sob a direção da Ação Popular. O lugar da AP será objeto de mais estudo, posterior à dissertação.

¹¹⁵ Ranieri, 2005, p.359.

XI de Agosto havia programado a entrega ao general Pery Bevilacqua, comandante do II Exército, e a um “seu ajudante de ordens”, a insígnia de uma ordem honorífica criada pela entidade. A indignação entre os oficiais atingiu o ponto de haver reação dos mais exaltados, contida pelos moderados, no relato da notícia.

O episódio apresenta várias faces para a apreensão de quão espesso estava se tornando o ar cotidiano respirado (pela direita) em São Paulo nos meses anteriores à deposição de João Goulart. Uma delas era a divisão que não se escondia mais entre os oficiais superiores do II Exército: enquanto Pery Bevilacqua, o comandante (escolhido pelo presidente da República), recebia uma medalha na sede do Centro Acadêmico, homenageado por estudantes alinhados a Goulart, uma parte dos oficiais superiores do mesmo II Exército, seus comandados, subia as escadas para ouvir um conhecido representante da oposição paulista ao governo federal, um homem de direita, membro do Ipes, falar sobre o Patrono do Exército.

Convidar militares para uma cerimônia de apreço ao Exército, no Dia do Soldado, na Faculdade de Direito, se encaixa também nas atribuições do grupo de Gama e Silva dentro do modo de funcionar do Ipes: a “coordenação das atividades com as Forças Armadas”¹¹⁶, tarefa apropriada para quem, como o reitor da USP, vinha mantendo articulações políticas com militares antigetulistas em terras paulistas ao longo de décadas¹¹⁷. Ao lado do apreço ao controle da opinião pública, o Ipes considerava outra prioridade, no trato com as Forças Armadas: infundir nos oficiais o sentimento de que uma intervenção militar viria revestida de legitimidade social. Na ação do ipesiano Gama e Silva no Dia do Soldado, o tiro saiu pela culatra: a hostilidade aos oficiais poderia indicar a falta da legitimidade social. A nota de *O Estado de S. Paulo* oferece uma interpretação “corretiva”: a ilegitimidade dos que hostilizavam os oficiais (um “pequeno grupo de comunistas”) privava a manifestação de qualquer valor para avaliação do possível apoio social à intervenção em planejamento¹¹⁸.

¹¹⁶ Dreifuss, op. cit., p. 190.

¹¹⁷ Um exemplo: Gama e Silva foi o orador (e um dos organizadores) do jantar no Automóvel Clube de São Paulo oferecido a Arthur da Costa e Silva em 10 de agosto de 1961, quando o general deixou o comando da 2ª Divisão de Infantaria para assumir o comando do IV Exército.

¹¹⁸ A instabilidade marca o período e há controvérsia sobre quais teses tinham apoio popular e em qual momento. Em 25 de agosto de 1963, o *Correio da Manhã* noticia na página 9: “GB – 73% defendem a reforma agrária”, em que o jornalista Francisco Pedro Couto expõe resultados de pesquisa Ibope. Recentemente, a Unicamp divulgou resultados de pesquisa IBOPE, do Arquivo Leuenroth, sobre a popularidade de João Goulart em março de 1964 que mostram sua aprovação na casa dos 70%

(<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/464707-JANGO-TINHA-70-DE-APROVACAO-AS-VESPERAS-DO-GOLPE-DE-64,-APONTA-PESQUISA.html>). Mas houve festa popular nos dias seguintes à instalação do Comando Supremo da Revolução, em São Paulo (por exemplo, *Diário da Noite*, 2 de abril de 1964, p. 1, texto legenda: “Vitória da Democracia – Todo o povo comemorou, ruidosamente, a vitória das forças fiéis ao regime democrático, tão logo foi anunciado o recuo das forças q. eu tramavam a

Outro ponto de destaque no episódio são os “vivas aos sargentos”, que, nesse relato pela direita, desencadeiam “indignação” nos oficiais superiores. A provocação atinge um ponto sensível: a hierarquia, a disciplina e os riscos de sua subversão. Maior poder aos sargentos, menor poder dos oficiais. João Goulart encetava uma política clara de valorização dos “suboficiais”; e o apoio a eles se apresentar por meio de estudantes da Faculdade de Direito dava corpo à ideia de existir uma aliança bem articulada entre governo Goulart e forças de esquerda, movida pelo desígnio revolucionário.

O episódio do Dia do Soldado soa como uma entre seguidas ocasiões em que integrantes de grupos de direita possam ter se sentido encurralados e grupos não de esquerda um pouco atemorizados. A leitura dos jornais¹¹⁹ oferecia os ingredientes que, usados seletivamente, tornavam mais suculentas versões espontâneas de o país caminhar para o “caos” ou a “anarquia”, ou forneciam argumentos para engrossar versões disseminadas diretamente pelo desígnio dos grupos de ação do Ipes.

Parênteses para o noticiário dos jornais da sexta-feira, 23 de outubro de 1963, até terça-feira, 27 de outubro. Na noite do dia em que Pery Bevilacqua, general do governo, confraternizava no XI de Agosto enquanto Gama e Silva e seus oficiais superiores convidados ficavam expostos à hostilidade de acadêmicos de Direito, João Goulart protagonizou na Cinelândia¹²⁰ um comício em memória de Getúlio Vargas. Se havia um divisor de águas, que cindia e amargurava os oficiais do Exército, depois da insurreição comunista de 1935, era o apoio a Getúlio, ou a oposição a ele. Pois João Goulart fez o comício, noticiado no dia 24: em seu discurso, teria convidado “o povo” a continuar “a revolução” iniciada pelo presidente morto em 1954 por meio das reformas de base. Mais: na noite do próprio Dia do Soldado de 1963, domingo, dia 25, depois das comemorações oficiais, Goulart e o ministro da Guerra, general Jair Dantas Ribeiro, compareceram a uma homenagem prestada a eles pela direção do Clube dos Suboficiais e

implantação do comunismo entre nós. Chuvas de papéis, passeatas e fogos deram um aspecto festivo, alegre, a São Paulo, que, mais uma vez, escreveu vibrante página de civismo na história política do Brasil”.

¹¹⁹ Em *Elos Partidos*, Oliveiros Ferreira observa que a televisão, nesse período, tem uma parcela já considerável de influência. No entanto, dada a precariedade dos arquivos radiofônicos e televisivos do país e a elusividade de sua mídia, não temos quase nada disponível dos grandes debates que os jornais (estes sim, muito disponíveis) registram terem acontecido na TV. Exemplos: Brizola vs. João Calmon; vários pronunciamentos bombásticos de Carlos Lacerda; entrevistas de políticos ao programa *Pinga-Fogo*, de debates, semanal, também repercutiam e eram por isso registradas nos jornais.

¹²⁰ A Cinelândia, na cidade do Rio de Janeiro, era Estado da Guanabara, território de Carlos Lacerda e logradouro em que não se permitia a realização de manifestações, pelas regulamentações guanabarinhas. Foi mais uma oportunidade para a disseminação da boataria sobre o I Exército intervir no Palácio das Laranjeiras, residência oficial do governador da Guanabara.

Sargentos da Aeronáutica. Ambos foram e discursaram¹²¹: primeiro o presidente, que elogiou seu ministro da Guerra e reiterou a necessidade das reformas de base. Depois, o ministro, que falou de hierarquia e disciplina nas Forças Armadas e de sua consequente inquebrantável unidade – justamente porque as divergências internas entre os oficiais se agudizavam¹²² e se evidenciavam. Provocações provavelmente não ajudavam a desanuviar o ambiente.

Nesse vai e vem da conjuntura, dominada pela “polarização dos atores” (SANTOS, 1986), os grupos de ação do Ipes trabalhavam os ingredientes para tecer versões que organizassem os acontecimentos a favor do objetivo maior de convencer militares e civis de que depor João Goulart era necessário e, em consequência, legítimo. Uma versão crível explicava movimentos recentes do governo – o comício em homenagem a Getúlio Vargas em solo governado por Carlos Lacerda¹²³, a visita do presidente e do ministro da Guerra aos sargentos da Aeronáutica, o comandante do II Exército ir a um “quartel” do movimento estudantil em São Paulo, tudo no Dia do Soldado – como reveladores do desejo de Goulart em subverter a ordem constitucional para permanecer no poder depois de 1966, quando terminaria seu mandato¹²⁴. Na versão que ia ganhando contornos mais nítidos, Goulart, apresentado como algoz da Democracia, constituiu para a direita um lugar de vítima, no qual se apresentava como derrotada sempre que a Democracia tivesse sido “derrotada”. A Democracia, cada vez mais se diria, já não aguentava mais e chamava os homens à responsabilidade¹²⁵. Vestidos de cordeiro, os lobos da malta estavam tratando do futuro.

2.5.2 A CPI do IBAD

Outro cenário de hostilidade contra os grupos civis organizados de direita passou a ser, a partir de junho e até setembro de 1963, a CPI do Ibad. Ibad: Instituto Brasileiro de Ação Democrática,

¹²¹ *Correio da Manhã*, 22 de janeiro de 1963, p. 3.

¹²² Os oficiais próximos ao presidente João Goulart tendiam a ser getulistas, nacionalistas, e queriam reformas de base. Os oficiais da direita eram em geral antigetulistas, por isso antijanguistas, e, se tinham um líder civil, seu nome era Carlos Lacerda.

¹²³ Apesar das leis do Estado da Guanabara não permitirem manifestações políticas na Cinelândia, houve acordo entre federação e ente federativo sobre o comício. Lacerda, no entanto, decretou ponto facultativo na sexta-feira, dia 23, para tentar esvaziá-lo. Há uma interessante descrição da chegada de contingentes à praça em *O Estado de S. Paulo*, sábado, dia 24.

¹²⁴ O ponto de vista está bem apresentado na reportagem de política, originária da sucursal de Brasília, publicada na mesma página em que se reporta a provocação da Faculdade de Direito sobre a repercussão da homenagem a Getúlio Vargas (OESP, 25/10/1963, p.4).

¹²⁵ Havia ataque ao governo também pela esquerda. Com a palavra, o deputado Leonel Brizola, do PTB, na sessão da Câmara de 26 de junho de 1963, a respeito da performance do Executivo desde o plebiscito em 6 de janeiro: “[o governo] ...Emaranhou-se (...) no monetarismo, numa política econômico-financeira reacionária e clássica, que transferiu o poder para os grupos e as classes dominantes quando, após o plebiscito, o poder estava exatamente nas mãos do povo, através de suas lideranças” (*Correio da Manhã*, 27 de junho de 1963).

o gêmeo do Ipes naquilo que Dreifuss sintetizou como o “complexo Ipes-Ibad”. Se o complexo foi decisivo para o sucesso da deposição de João Goulart, a CPI atacava seu âmago. O deputado Paulo de Tarso Santos (PDC-SP) foi quem requereu a CPI, em abril. Foi instalada no dia 30 de maio, apesar de quatro de seus membros terem se retirado por não concordar com a indicação do presidente e do relator. Terminaria na primeira semana de setembro, quando João Goulart mandou suspender as atividades do Ibad no Rio de Janeiro, e em seguida do Ipes, sem esperar a conclusão da CPI, baseado, possivelmente, no relatório de um inquérito policial militar que havia mandado instaurar. Essa CPI se concentrou na atuação do Ibad no financiamento de candidatos às eleições parlamentares de 1962¹²⁶. Haveria uma segunda CPI, de outubro até fevereiro de 1964, presidida pelo deputado Ulisses Guimarães, que fez recomendações para um projeto de lei.

Na primeira CPI, o PSD tinha três lugares, e, com isso, o direito à presidência, que ficou com Peracchi Barcelos, do Rio Grande do Sul. Os pessedistas se aliaram a um dos deputados da UDN, Laerte Vieira, de Santa Catarina, e deram a ele o lugar de relator. O outro deputado da UDN, José Aparecido, estava entre os acusadores do Ibad, e pertencia à chamada Bossa Nova do partido, ou seu “grupo de vanguarda”¹²⁷. Ele, e mais Doutel de Andrade, do PTB, e Armando Rolemberg, do Partido Republicano, que representava também o Partido Democrata Cristão e outros pequenos partidos, deixaram a reunião em protesto contra a indicação para relator “de um simpatizante notório” do Ibad e do Ipes, como José Aparecido classificou Laerte Vieira em reunião secreta do partido de ambos dias depois. Esse atrito gerou uma troca de correspondência não amistosa entre o PTB e o PSD, partidos que, coligados, deram sustentação ao governo Juscelino e ao governo Goulart em 1963 (FIGUEIREDO, 1993, p. 36).

Resultou, afinal, que Laerte Vieira acabou afastado. Em seguida, o próprio presidente da CPI, Peracchi Barcelos, se viu obrigado a declinar a condição de beneficiário do apoio eleitoral da Associação Democrática Parlamentar, uma das entidades coordenadas do esquema do Ibad. Aconteceu na sessão de 3 de julho, quando veio depor Francisco Lampreia, um dos fundadores da organização, diretor de uma agência de publicidade intitulada Promotion e também assessor do presidente da Associação Democrática Parlamentar, deputado João Mendes, da UDN da

¹²⁶ Ler sobre a CPI do Ibad é como um túnel do tempo. O Ibad fazia parte de um trio de entidades – ele mesmo, a Associação Democrática Parlamentar e a empresa de propaganda Promotion – que escolheram financiar candidatos afinados com certo programa aos governos estaduais e ao Legislativo. A pergunta principal da CPI era sobre a origem dos dinheiros que transitavam nessas três entidades.

¹²⁷ *Correio da Manhã*, 6 de junho de 1963, “*Diretório da UDN debate em segredo as críticas a seu líder na Câmara*”.

Bahia. Ter sido financiado pelo Ibad passou a custar, do ponto de vista da imagem pública, como reconheceu o deputado Amaral Neto, que não era da CPI, mas assumiu o papel de atacar a esquerda para defender o Ibad e a ADP. No discurso conhecido como “da mala”, Amaral Neto menciona que seria “crucificado” por se colocar a favor das entidades. Peracchi Barcelos, o presidente da CPI, reclamou com os colegas por chamarem-no “ibadiano”.

Paulo de Tarso Santos, já ministro da Educação, foi o primeiro chamado para depor à CPI. O deputado baseou seu depoimento em um informe do Departamento Federal de Segurança Pública, órgão do Ministério da Justiça. De acordo com o informe, o objetivo do Ibad seria tomar o poder em curto prazo. Para isso, buscava desmoralizar o governo¹²⁸. Em 1962, havia se concentrado em eleger parlamentares para tentar impedir a volta do presidencialismo. A poderosa organização teria usado sua força econômica para influenciar o Congresso e faria sentir sua presença como grupo de pressão. O informe havia sido produzido ainda no parlamentarismo, dizem as notícias, quando o DFSP esteve sob a chefia do coronel Carlos Cairolí¹²⁹, militar aliado ao governo.

O troco não demorou, e veio de uma Associação Nacional dos Ex-Dirigentes Universitários. Se Paulo de Tarso acusava o Ibad de financiar atividades políticas, o ministro conhecia bem o assunto, respondeu o Ibad. Em ofício enviado ao presidente da CPI, a associação aponta Paulo de Tarso como responsável pelo Plano Financeiro e de Sustentação da Ação Popular, organização de esquerda que, conforme documento de 1962 anexado por essa Anedu ao ofício, teve suas bases assentadas em documento de maio de 1962. “Percebe-se, assim que o deputado Paulo de Tarso não é nenhum jejuno no mister de reunir recursos para a ação política daqueles que seguem sua orientação”¹³⁰. O documento vinha assinado por “Betinho”, registrou *O Globo*; Betinho, Herbert de Souza, que havia se tornado chefe da assessoria do Ministério da Educação¹³¹ com Paulo de Tarso ministro.

¹²⁸ “Ação parlamentar é parte do IBAD e visa à tomada do poder”, *Correio da Manhã*, 27 de junho de 1963.

¹²⁹ Ver verbete do CPDOC, em <http://www.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cairolí-carlos-molinari>.

¹³⁰ O ofício do presidente da Associação, José Carlos Graça Wagner, foi transcrito na íntegra em *O Globo*, “Paulo de Tarso incumbido de obter meios para a Ação Popular”, 8 de julho de 1962, p. 6.

¹³¹ Sobre a intimidade de interesses entre Ministério da Educação, UNE e Ação Popular, ver: 1964, Univesp TV: entrevista de Duarte Nogueira a Fábio Eitelberg. Duarte traça o cenário dos meses pré-deposição com grande precisão desde sua posição privilegiada de vice-presidente da UNE e membro da Ação Popular, que dirigiu da clandestinidade nos piores anos da ditadura militar.

No discurso em que se disse candidato a crucificação, Amaral Neto devolveu o ataque contra o Ibad – financiador clandestino de campanhas políticas – ao acusar o PTB de Leonel Brizola de “pagar programas de televisão” em dinheiro vivo, acondicionado em malas. De onde vinha esse dinheiro?, perguntou o deputado, aos gritos, em seu discurso ao plenário. A CPI, por outro lado, revelou detalhes do negócio entre o jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, e o Ibad, feito por meio da Promotion: por 2 milhões de cruzeiros mensais, o jornal colocou espaço editorial à disposição do Ibad (“manchetes do interesse do Ibad”) e se comprometeu a defender as posições da entidade. O acordo vigorou de junho a outubro de 1962. Seguiu a mesma lógica de um negócio que o Ibad fez repetidas vezes em mais de um lugar do Brasil: comprar horários em rádios para veicular um programa de rádio, *A Semana em Revista*. Por curto período, em 1961, o programa foi transmitido pela Rádio Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro.

O *Jornal do Brasil* retomou o caso da transmissão de *A Semana em Revista* durante o transcurso da CPI, em 1963, para se apresentar como o primeiro dos jornais a ter denunciado o Ibad. Conta o redator que a Rádio JB contratou com o Ibad, por intermédio da Promotion, a transmissão do programa, com duração de 45 minutos, especificamente às sextas-feiras, por 35 mil cruzeiros. Contrato por programa. Com o tempo, diz o diário, a direção da emissora passou a se incomodar com o tom descabidamente anticomunista dos organizadores, até o ponto de se ver obrigada a “suspender a irradiação” do programa. Tudo isso é o redator do *Jornal do Brasil* falando em uma edição de domingo de 1963 (28 de julho de 1963, p. 9). O caso acontecera dois anos antes: em 30 de setembro de 1961, a suspensão do programa do Ibad; em 5 de outubro de 1961, o *disclosure* do *Jornal do Brasil*, em que pede desculpas por não ter suprimido o programa há mais tempo e descreve o que suprimiu dos programas – “tolices” dos redatores do Ibad, dizia o editorial de 1961: uma nota que chamava Evandro Lins, o Procurador-Geral da República, de defensor de causas comunistas; outra que dizia ser comunista fichado e confesso o Secretário-Geral de Imprensa da Presidência da República, Raul Ryff; por associação, acusava também de comunista o chefe da Casa Civil da Presidência da República, Hermes Lima. O editorial nega que o *Jornal do Brasil* fizesse parte de uma “máquina estruturada” contra o governador Carlos Lacerda, como argumentou o Ibad ao saber da decisão de supressão das notas do programa.

A “gемelidade” entre o Ibad e o Ipes tinha limites. O Ibad nasceu antes do Ipes, ainda no fim da década de 1950¹³². O que o Ibad diz, como diz, e quem diz pelo Ibad tampouco combina

¹³² Dreifuss credita a informação a aerograma do cônsul americano em São Paulo ao Departamento de Estado, datado de 16 de agosto de 1963. Nota 119, p. 122.

com a imagem mais refinada e discreta que recobriu o estratégico Ipes quando associado ao general Golbery do Couto e Silva. Durante os meses de encampação branca de *A Noite*, é possível ver o Ibad se comunicando sem intermediários, explicitando uma linha editorial. A 14 de agosto, “*Contraste violento entre as justas esperanças do povo e a ação do Governo*”, em três linhas, no alto da página, caixa alta, quatro das seis colunas disponíveis. Embaixo do título, duas colunas: *O que o povo esperava do Governo; O que o governo vem realizando*. Ou, em 16 de agosto de 1962: “*Interferência indébita do ministro da Educação em assuntos exteriores*”, na mesma disposição gráfica do artigo anterior. E quem seria o ministro da Educação? Paulo de Tarso Santos, o deputado que requereu a CPI do Ibad.

Falando em nome do Ibad, o deputado Amaral Neto, no discurso “da mala”, 12 de junho de 1963, vocifera no microfone do plenário da Câmara: “Não há ninguém mais mal educado que eu”, isso logo antes de desencadear o ataque ao governo, que segundo ele também viveria de um fluxo ilícito de recursos, na forma de dinheiro transportado em malas, para pagamento de horários na TV ocupados por Leonel Brizola. A certa altura, menciona que duas empresas, a Sanbra e a Anderson Clayton¹³³, teriam sido chantageadas para apoiar o voto no presidencialismo.

O assunto Ibad atingiu seu pico no início de setembro, com a intervenção do Executivo no Ipes e no Ibad, e a autodissolução da primeira CPI. A segunda foi instalada em 10 de setembro, sob a presidência de Ulisses Guimarães, do PSD, tendo por relator Pedro Aleixo, da UDN. Essa comissão se voltou mais para o estabelecimento de regras que impedissem as eleições de serem afetadas por quem manobrasse seu financiamento. Ainda em fevereiro de 1964, Ulisses Guimarães trabalhava no projeto de lei que apresentaria a partir das recomendações da CPI. Nesse noticiário de nível nacional, ainda que sobre a organização irmã do Ipes no meio parlamentar, o nome do reitor da USP não aparece. Até esse ponto, como visto, Gama e Silva é parte de um grupo bem articulado da direita paulista que mantém ligações com os oficiais superiores servindo no Estado. Não tem projeção nacional.

Nomeado reitor, Gama e Silva atingia em 1963, aos 50 anos, o topo de sua carreira antes do golpe. Dirigiu a sessão do Conselho Universitário do dia 5 de agosto como reitor já empossado

¹³³ Programa *Câmara É História*, da Rádio Câmara. Trechos do discurso de Amaral Neto, 12 de junho de 1963: [http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/CAMARA-E-HISTORIA/340118-DISCURSO-DA-MALA---BLOCO-02-\(-33-54-\).html](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/CAMARA-E-HISTORIA/340118-DISCURSO-DA-MALA---BLOCO-02-(-33-54-).html).

e logo se ausentou para uma viagem à Europa. As atas registram sua ausência das reuniões do Co de 3 de setembro e de 2 de outubro, ambas presididas por Mário Guimarães Ferri. Os jornais noticiam sua volta em 1 de outubro. Provavelmente soube da suspensão do Ibad e do Ipes já no exterior. Quando volta ao Conselho, expõe seu desgosto, ao recusar-se a ir ao Fórum organizado pelo ministro Paulo de Tarso Santos, um representante do poder da esquerda. Respondeu na sua dimensão estadual, de reitor da Universidade de São Paulo.

3 UTILIDADES DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA

O *corpus* memorialístico confirma a prevalência da guerra revolucionária entre os temas que vêm à lembrança dos oficiais quando lhes é pedido falar sobre 1964, o golpe e o regime. Era tópico presente nas escolas de Estado-Maior – nos estudos sobre as técnicas das várias modalidades de guerra que, correndo o risco de dizer o óbvio, compõem o cerne da formação de um oficial que aspira chegar a general de Exército. O estudo da guerra revolucionária entrou no debate “profissional” dos oficiais brasileiros por influência francesa (MARTINS FILHO, 2008), o que chama a atenção para a influência dos militares dos Estados Unidos – onde ela andava? Andava distante, pois as Forças Armadas dos EUA estavam se preparando para a modalidade guerra nuclear, ou guerra total, cenários distantes para países na margem. Conta em 1992 Octávio Costa:

No interregno entre 1945 e 1964, nesses 19 anos, há uma terrível perplexidade militar. (...). Para quê guerra devemos preparar-nos? Então começamos a tomar conhecimento de novas experiências: a da guerra interna na Grécia, das guerras da França na Indochina e na Argélia (...) Era a guerra infinitamente pequena, a guerra insurreccional, a guerra revolucionária (D'ARAÚJO, p. 75).

Ou, segundo outro oficial, já general em 1964, e participante ativo da conspiração e da movimentação de tropas:

O Estado-Maior do Exército, preocupado com a evolução do problema político no Brasil, quis esclarecer os oficiais a respeito da técnica da guerra revolucionária. A gente só pode combater alguma coisa quando a conhece. Então, a primeira coisa a fazer é definir as técnicas e depois estudar como combatê-las. Este foi um período em que o Estado-Maior fez uma série de conferências, depois difundidas pelas diferentes regiões do país, e determinou que fossem examinados os casos de guerra revolucionária. Inclusive, o Castelo, já no comando do IV Exército, organizou uma manobra de quadros, em que somente figuravam oficiais. Era uma situação de guerra revolucionária no Nordeste, com uma hipótese de guerra plausível, por exemplo: as Ligas Camponesas conseguiriam sublevar e dominar tal cidade... Os diferentes problemas eram debatidos e isso dava um conhecimento da parte técnica e, ao mesmo tempo, libertava a imaginação criativa, digamos assim. Então, uma porção de cérebros começou a trabalhar sobre aqueles problemas e idéias surgiram. E isso era o que se queria. (MURICI, 1981, p. 461)

Mas de quê falavam esses oficiais quando falavam em *guerra revolucionária*? A expressão carrega ambivalências. Uma delas, o duplo uso, pela oficialidade conservadora, da expressão “revolucionário”. Lê-se, por exemplo, na entrevista do general Murici, que “revolucionário não

é aquele que esteve ao lado da Revolução de 64. Revolucionário é aquele que tem a alma revolucionária” (p. 93). Em outra sessão do depoimento¹³⁴, ele explica:

“(...) Mao Tsetung (...) posicionou a guerra revolucionária no seu sentido perfeito: ela é uma guerra global. (...) ele declara que enquanto não se compreender que a guerra é global, atingindo todos os âmbitos da nação, desde o lado humano até o lado das estruturas econômicas e sociais, o comunismo não poderá vencer. Esses estudos foram filtrados, aos poucos, principalmente pelos franceses, (...) que começaram a difundi-las no mundo. Saía um artigo numa revista aqui, outro lá, isso foi codificado e chegou-se ao nome de guerra revolucionária, que (...) foi dado pelos próprios comunistas a esse tipo de luta. É comunista a definição de guerra revolucionária” (MURICI, p. 461).

Há, portanto, para esse oficial, e para outros que, desde a *Revolução* de 1930, se envolveram com a vida política brasileira, ao menos esses dois usos distintos da palavra, um para designar a si próprios, “revolucionários” em 1964, e outro para designar aqueles que tomam como seus maiores adversários, nos dois “grandes surtos anticomunistas”, identificados por Motta (2000, pp. 224-329). Para os militares, em seus textos e depoimentos, não parece haver nenhuma dúvida sobre quando usam a palavra a respeito de si ou a respeito de seus piores inimigos. Eles passam de revolucionário a revolucionária sem qualquer dificuldade.

Murici nota que “é comunista a definição de guerra revolucionária”. Nossos oficiais serão, assim, *contra* a guerra revolucionária. Quem traz a notícia da guerra revolucionária são textos franceses, que incorporam a leitura de artigos de Mao Tsetung (como menciona Murici) da segunda metade da década de 1930¹³⁵ -- quando o Partido Comunista Chinês lutava contra o Partido Nacionalista, de Chiang Kai-shek --, nos quais o líder chinês define quais as estratégias mais certas para o sucesso da guerra (popular) que, como já se sabia nos anos 1950, havia levado o PCC ao poder. Segundo Chirio (2012, p.21), os primeiros artigos traduzidos por oficiais brasileiros são os do coronel Jacques Hogard, o mais conhecido dos divulgadores¹³⁶ da guerra revolucionária no Brasil.

Alguns pontos da versão hogardiana da guerra revolucionária: trata-se da modalidade marxista-leninista para a tomada do poder; há ações previstas na guerra revolucionária que não são militares, que precedem a guerra aberta e pretendem conquistar o apoio da população; a guerra

¹³⁴ MURICY, Antônio Carlos da Silva. Antônio Carlos Murici I (depoimento, 1981). Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. 768 p. dat. Entrevista a Aspásia Alcântara de Camargo; Ignez Cordeiro de Farias; Lucia Hippolito.

¹³⁵ No site marxists.org, há os principais textos da segunda fase da guerra popular na China.

¹³⁶ Para um perfil de Hogard, ver VAILLATOUX, Marie Catherine. “Hogard et Nêmo. Deux théoriciens de la ‘guerre révolutionnaire’”. *Revue Historique des Armées*, n. 232, 2003.

revolucionária é guerra interna, mas seus soldados podem receber ajuda do movimento comunista internacional; o qual, segundo os textos de divulgação, visa à derrota da democracia e dos valores cristãos (ANTONIO CARLOS MURICI, *Diário de Natal*, 5-7 de junho, 9 de junho de 1963). Ponto crucial da teoria de Hogard é a descrição do processo de desencadeamento da guerra revolucionária que, de acordo com essa apresentação, se desenvolve em cinco fases ou etapas.

3.1 O PAPEL RETÓRICO DAS FASES DE HOGARD

Em 1963 e 1964, cada vez mais desabridamente, a teoria da guerra revolucionária vai deixando o ambiente mais reservado das escolas de comando das Forças Armadas e se derramando pelo mundo civil. Quando Castelo Branco, comandante do IV Exército em 1963, adverte Antonio Carlos Murici, comandante da Guarnição de Natal, em um episódio decorrente de palestra que o último havia proferido em um teatro potiguar, ele o faz porque o tema da guerra revolucionária deveria ficar restrito aos militares¹³⁷, dentro dos quartéis, e não fora deles, pois entre os civis estavam os inimigos, aqueles que executavam a guerra revolucionária de acordo com um plano pré-determinado.

A versão da teoria da guerra revolucionária que derramou de oficiais para parte do mundo civil descrevia esse plano pré-determinado (que Goulart estaria seguindo) como organizado em fases. O desenrolar da guerra revolucionária, dizia a versão mais disseminada da literatura militar francesa, se dava em cinco fases, cada uma definida por meio de uma lista de critérios. Transcrevo três das cinco fases da versão de guerra revolucionária apresentada pelo presidente da UDN, deputado federal Olavo Bilac Pinto, em janeiro de 1964¹³⁸. Proponho chamar as fases de estrofes do poema da guerra revolucionária; e de versos, cada um dos critérios a ser preenchido.

Segunda fase

Ampliação da infraestrutura

Organização da rede de informações

Organização da rede de vigilância

Infiltração de agentes especializados nos órgãos do governo e partidos políticos

Promoção de greves desordens e sabotagem

¹³⁷ É o próprio Murici quem diz na palestra.

¹³⁸ Transcrito do discurso do deputado de janeiro de 1963. É possível que Bilac tenha recebido a descrição das fases de Antonio Carlos Murici, que, na entrevista ao projeto de História Oral do CPDOC, de 1981, relata ter se encontrado com o político.

Esforço principal nas contradições internas selecionadas

Terceira fase

Consolidação da infraestrutura

Organização da rede de resistência

Obtenção de armamento

Ampla infiltração no governo em todos os escalões

Promoção de greves com motivação política ostensiva

Terrorismo seletivo e sistemático, atentados pessoais

Organização de guerrilheiros

Ampla infiltração nos partidos políticos, ostensiva

Controle de organizações estudantis e trabalhistas

Controle político de certas áreas

Controle de certos setores governamentais

Infiltração nas Forças Armadas

Quarta fase

Rebelião franca, surge o exército revolucionário

Demonstração de força política no âmbito nacional

Criação de zonas liberadas

Terrorismo amplo, ação psicológica intensa

Instalação progressiva das hierarquias paralelas

Organização da superestrutura nacional” (PINTO, s/d, pp.64,65)

Os grifos são meus, e serão úteis mais adiante. Minha hipótese é que essa organização em etapas, transformada em grade de leitura dos acontecimentos, deu à teoria da guerra revolucionária a capacidade retórica de ordenar e estabilizar o curso cada vez mais errático do noticiário dos primeiros anos dos 1960s no Brasil. Se os versos descreviam, em conjunto, fases da guerra revolucionária, então tornava-se possível ler os acontecimentos como a execução premeditada de um plano. Havia uma ordem por trás do noticiário das greves repetidas (nos transportes, por exemplo), da capacidade do governo de mandar começar ou parar uma greve, de Luiz Carlos Prestes afirmar que o PC estava no poder. Os movimentos do governo, uma vez significados como parte de um plano previamente engendrado, revelado a partir do poema das fases, agregavam credibilidade à retórica da guerra revolucionária. Além disso, apontavam um culpado: João Goulart, sozinho, ou com seus aliados, os comunistas. A parte do noticiário sobre corrupção, que havia, se integrava à formulação mais geral das hipóteses da guerra revolucionária subjacente à bolchevização estava implicado um ataque à base moral da sociedade cristã, que abria as portas à prática da corrupção. O governo estava sob o controle dos comunistas, e além disso era corrupto.

3.2 CONTRA A INFILTRAÇÃO, O IPM É A SOLUÇÃO!

A infiltração como critério caracterizador de fase da guerra revolucionária aparece na estrofe da segunda fase; reaparece, agravado, na terceira fase, como “ampla infiltração”, e, mais uma vez, na quarta fase, quando se transmuda em “instalação progressiva de hierarquias paralelas”. A *infiltração dos partidos políticos* ocorre na segunda e na terceira fases. Como a infiltração mais ampla, a infiltração nos partidos se agrava progressivamente: na fase dois, é mencionada como parte da infiltração ampla na máquina administrativa; na fase 3, ganha verso próprio (*Ampla infiltração nos partidos políticos, ostensiva*). A *infiltração nas Forças Armadas* surge em um verso da terceira fase.

Uma característica marcante do governo Goulart foi o troca-troca de cargos por apoio político (SANTOS, 1986, pp. 124, 126). É plausível que alguém munido dos óculos fornecidos pela teoria da guerra revolucionária interpretasse a movimentação como uma forma de ceder áreas “em todos os escalões” do governo (fase 3, verso 4). Um dos momentos muito lembrados do governo Goulart, a revolta dos sargentos de Brasília, em setembro de 1963, era subsumível no verso *infiltração nas Forças Armadas*; e, por outro lado, a *infiltração nos partidos políticos* reverberava as falas do deputado Amaral Neto (do IBAD), durante vários meses de 1963, em que apontava o deputado federal Leonel Brizola como o inimigo número 1 da ordem pública, a pior das influências sobre Goulart, o membro do PTB inventor e organizador dos grupos dos onze, o corrupto que recebia dinheiro em malas para pagar horários na programação da Radio Mayrink Veiga. Brizola era o mais visado dos *infiltrados nos partidos políticos*. Mas havia dezenas de outros, na visão dos militares – como se viu nas listas de cassações que acompanharam o primeiro Ato Institucional.

Vista a partir dessa grade de leitura, a situação retratada pelos jornais em São Paulo e no Rio de Janeiro conferia crescente verossimilhança aos versos sobre a infiltração. Esse entendimento comum, partilhado por meio da instrução militar, criava também o solo para assentar a vindoura derrubada de Goulart como necessária à manutenção da ordem constitucional. Dentro da grade de leitura dos oficiais, a distribuição de cargos públicos tinha propósito certo: infiltrar a máquina pública com os partidários da bolchevização do Brasil, uma etapa do desenrolar da guerra revolucionária, já em curso. Na mesma ótica, como não entrever na proposta de formação dos “grupos de onze companheiros”¹³⁹ por Brizola, o verso *organização da rede de resistência* ou, mais grave ainda, *organização de guerrilheiros*?

¹³⁹ Neste link <https://www.scribd.com/doc/126121463/Onze-Cart-Ilha-1> está disponível para download um documento de sete páginas, *Organização dos “Grupos de Onze Companheiros” ou “Comandos Nacionalistas”*, subscrito pelo deputado Leonel Brizola, e datado de 29 de novembro de 1963. Nele, prevê-se que o desfecho da

Esse jogo de confronto e confirmação, que ganha verossimilhança, em parte, em razão da vagueza dos versos, capazes de subsumir como típicas muitas diferentes condutas do governo Goulart, deu mais uma utilidade à teoria da guerra revolucionária: a de poder ser usada como uma chave para o convencimento do público. Como mencionado no capítulo anterior, o IPES, ator importante da conspiração, atribuía importância à legitimação social da conspiração que deporia Goulart – ou seja, legitimação entre civis, não apenas entre oficiais.

Considero que esses enunciados geraram efeitos, antes e depois da derrubada do presidente, o que demonstra sua efetividade. O desenrolar do curso da guerra revolucionária antes de abril como estratégia retórica, ordenadora das circunstâncias, preditora e justificadora, precisou, depois de abril, ser fornida de evidências. A retórica vencedora, baseada nas “fases”, agregou a perseguição aos comunistas infiltrados na máquina pública à identificação dos corruptos – que, como mencionado, decorria do ataque à ordem subjacente à mentalidade comunista.

O efeito da pregação sobre a infiltração, antes de abril, se transformou na necessidade de realizar o expurgo, depois de abril. O principal instrumento sob controle militar para a execução da desinfiltração da máquina pública foi o IPM.

3.3 O IPM NA PRODUÇÃO NORMATIVA DE ABRIL. O SURGIMENTO DA COMISSÃO GERAL DE INVESTIGAÇÕES

A crença de que a máquina federal estava tomada por comunistas e corruptos, sustentada durante a preparação para a deposição de João Goulart como parte da versão de que havia uma guerra revolucionária em curso no Brasil, fundamenta o artigo 7º do Ato Institucional e seus parágrafos. Enfatizo o primeiro e o quarto.

Art. 7º - Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade.

situação política do Brasil estaria próximo, desfecho que levaria para “um governo forte, o golpe e a ditadura”. Para resistir, o povo deveria se organizar; e a forma de organização preconizada no texto seria justamente a formação de “grupos de onze” – como um time de futebol – que se mantivessem alertas e, quando necessário, engrossassem entidades como a Frente de Mobilização Popular, CGT e UNE, entre outras. A articulação entre os grupos de onze (havia um formulário a ser preenchido, que integrava o texto) se daria por meio da transmissão da Radio Mayrink Veiga. Acompanhá-la, lê-se na p. 9, era “tarefa importante para os companheiros”. Leonel Brizola liderava a “Campanha do Esclarecimento”, todas as sextas feiras às 22h30, horário da Guanabara.

§ 1º - Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos.

§ 2º - Ficam sujeitos às mesmas sanções os servidores municipais. Neste caso, a sanção prevista no § 1º lhes será aplicada por decreto do Governador do Estado, mediante proposta do Prefeito municipal.

§ 3º - Do ato que atingir servidor estadual ou municipal vitalício, caberá recurso para o Presidente da República.

§ 4º - O controle jurisdicional desses atos limitar-se-á ao exame de formalidades extrínsecas, vedada a apreciação dos fatos que o motivaram, bem como da sua conveniência ou oportunidade.

Esse artigo, ao despir os funcionários públicos das garantias referidas no *caput*, foi o remédio posto no Ato Institucional para viabilizar a erradicação dos funcionários públicos que a versão pré golpe dizia estarem infiltrados nos três entes federativos. Para fazê-lo, preconiza o parágrafo primeiro, só mediante investigação sumária, e dentro do prazo de 180 dias. A Justiça, diz o artigo 4º, pode perguntar se houve ou não a investigação sumária (uma formalidade extrínseca) determinada pelo rito contra quem tenha “tentado (...) contra o regime democrático e a probidade da administração pública”; mas não pode perguntar sobre a substância, a conveniência, ou oportunidade da investigação.

O efeito do artigo 7º se desdobra na Portaria nº 1, já mencionada, de 14 de abril, a data fatal para a expiração dos poderes punitivos do Comando Supremo da Revolução que seriam entregues (por determinação dele próprio), no dia seguinte, a Castelo Branco, já indiretamente eleito pelo Congresso. Depois de sete considerandos, e sem mencionar o Ato Institucional, a portaria do Comando Supremo da Revolução determina a abertura do IPM,

a fim de apurar fatos e as devidas responsabilidades de todos aqueles que, no país, tenham desenvolvido, ou ainda estejam desenvolvendo, atividades capituláveis nas Leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social.

É essa mesma Portaria que nomeia o general de brigada Estevão Taurino de Rezende (e comandante da 1ª Região Militar) como chefe geral da investigação conduzida por militares: Segundo as normas do Código de Justiça Militar (em que os IPMs são previstos, como forma de buscar a verdade), Taurino oficia a Amaury Kruehl, em 4 de junho, para que instaure inquérito sobre acontecimentos na Faculdade de Medicina e no Hospital das Clínicas; 50 dias depois, é o mesmo Taurino quem se ajusta ao Ato 9 editado pelo Comando Supremo¹⁴⁰, que permite a delegação dos poderes do encarregado do IPM, para formalizar a autoridade do tenente-coronel Ênio Pinheiro sobre a investigação sumária da Medicina.

Os IPMs se adequavam às normas de abril e se tornaram o instrumento preferido dos oficiais envolvidos no expurgo dos infiltrados “em geral”, aqueles difusos na máquina administrativa. Mas havia também, como já mencionado, os infiltrados nos partidos políticos, e nas Forças Armadas¹⁴¹. Como militares dispõem das garantias dos funcionários públicos, o Artigo 7º já cuidava deles (... *transferidos para reserva ou reformados...*); já a infiltração nos partidos políticos ensejou o Artigo 10,

Art. 10º No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos,

provavelmente o artigo mais duro em todas as normas de abril.

Há ainda outro desdobramento da caça à infiltração (para evidenciá-la e comprovar o modelo da Guerra Revolucionária aplicado ao governo Goulart) nas normas de abril. Trata-se do Decreto Lei 53.897, editado no dia 27, portanto uma produção normativa já do governo (civil-

¹⁴⁰ CJM, Art. 1º Os Encarregados de Inquéritos e de Processos, para a apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu Patrimônio e a Ordem Política e Social, ou de atos de Guerra Revolucionária, poderão, sem prejuízo de suas atribuições já previstas em Lei:

- A) Delegar a servidores da sua confiança tôdas as atribuições que lhe competem, para a realização de Diligências ou Investigações, que se tornem necessárias, em qualquer ponto do Território Nacional;
- B) Requisitar quaisquer Inquéritos ou Sindicâncias em curso, ou já concluídos, pertinentes à matéria a investigar, ou sob investigação.

¹⁴¹ O impacto da política pró-sargentos do governo Goulart sobre os oficiais é visto, na versão militar de 1964, como o principal fator desencadeante da movimentação militar de 30 e 31 de março. Dentro da hipótese de trabalho da dissertação, as relações cordiais, de apreço, de atenção a reivindicações, entre o governo e as várias associações de soldados, sargentos etc. parecem ter tido o efeito de atemorizar os oficiais. Mais prestígio para essas patentes representaria diminuição do prestígio das patentes de oficiais subalternos e superiores. Hierarquias paralelas” estavam se formando, já que o canal direto do sargento com o presidente da República não passava pelos oficiais.

izado¹⁴²) de Castelo Branco. O decreto, longo, tem a assinatura de todos os ministros, civis e militares e, pelas reações na imprensa, surpreendeu. Dizem o *caput* e o Artigo 1º:

O presidente da República, no uso de suas atribuições constitucionais e tendo em vista a necessidade da aplicação uniforme do disposto nos artigos sétimo e décimo do ato institucional,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão Geral de Investigações, com a incumbência de promover a investigação sumária a que se refere o artigo sétimo, parágrafo primeiro, do Ato Institucional de 9 de abril de 1964.

O decreto fixou em três os membros dessa Comissão, e a subordinou ao Ministério da Justiça, órgão civil. Que lugar teria a CGI na investigação prevista no Ato Institucional? No dia 5 de maio, decreto publicado no *Diário Oficial* apontou os integrantes da CGI. Castelo Branco nomeou Taurino, (no dia em que foi reformado marechal) já reformado como marechal, presidente da Comissão, o que borrou os limites entre a CGI e o IPM. Além do marechal, dois nomes civis a compuseram: Carlos Povina Cavalcanti, então presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, e um advogado carioca, José Barreto Filho¹⁴³.

A CGI foi extinta, como previsto, em 9 de outubro de 1964; quanto ao IPM, avançou até a metade de 1965. Mas não com o marechal Taurino, que foi exonerado (sob explícito protesto¹⁴⁴) nos primeiros dias de agosto de 1964. Castelo Branco escreveu-lhe uma carta. Começa assim:

“Prezado amigo Estêvão: Estou-lhe escrevendo a propósito de sua exoneração do encargo dos IPMs. Lamento seu afastamento da direção das averiguações. A mais penosa além de indispensável tarefa criada pelo Ato Institucional (...) (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12/08/1962, pp. 2 e 9)

¹⁴² Apenas uma blague: Castelo Branco, imediatamente antes de assumir a Presidência, pediu a reforma. Era general de Exército e foi promovido a marechal nessa ocasião. Luiz Vianna Filho lê o movimento como o ato de Castelo Branco de tirar a farda e dar conteúdo civil, à sua passagem pela Presidência da República. Por outro lado, a historiografia dos 50 anos do golpe discorda da interpretação de que o primeiro grupo militar a assumir o governo era culto, bem preparado, gente civilizada. Era a “Sorbonne”. Como todo esquema, a clivagem dos oficiais em “cultos”, castelistas, da Sorbonne, moderados vs *troupiers*, da linha dura, violentos, grossos, não se sustenta quando a análise caminha para o detalhamento. Ver também nota 43.

¹⁴³ Nessa primeira formação, a comissão existiu por pouco tempo: em 24 de julho, exonerou-se o marechal; Povina e Barreto seguiram-no, em decreto publicado no dia 6 de agosto. Uma nova comissão tomou posse dia 7 de agosto, encabeçada pelo almirante Paulo Bosisio, da reserva remunerada; e dois advogados, Amarílio Lopes Salgado e Felipe Luiz Paeta Filho. Em 30 de outubro, com a entrega de seu relatório, a comissão é extinta. Tudo de acordo com o relatório da CGI, documento rico, que atesta a rapidez da ascensão e queda do tema da investigação nos primeiros meses do governo Castelo Branco e também o inconformismo dos investigadores. Há um anexo só para criticar a letra do decreto e apontar seus erros políticos e legislativos. Há algum debate em torno do assunto nos jornais. Carlos Povina Cavalcanti endereça a questão no rico texto *Com Investigação Sumária não se consegue a justiça que a revolução desejava* (*O Globo*, 8/8/1964, p.9).

¹⁴⁴ “*Vingar-me-ei do Govêrno!*”, diz o título na primeira página do *Diário de Notícias*, edição de 12/8/1964. A legenda começa assim: “O marechal Taurino, decepcionado e estarecido, diz que o presidente da República cometeu grande e lamentável injustiça ao exonerá-lo da presidência dos IPMs”.

O rápido fulgor do marechal Taurino tem início ainda nos primeiros 15 dias de abril, em que o poder constituinte esteve com o Comando Supremo da Revolução¹⁴⁵. As “averiguações”, porém, não esperaram pela instauração formal do IPM para serem desencadeadas. Notícias de ações averiguatórias passam a abundar nas páginas de política dos jornais, dedicadas à cobertura da crise. Os departamentos de polícia política (civis...), de acordo com os jornais, foram os primeiros a entrar em ação:

Diligência em Faculdade

Uma caravana de policiais do DOPS ocupou ontem à noite as dependências do centro acadêmico da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, onde foram detidos diversos elementos comunistas, muitos dos quais não eram sequer estudantes. A polícia apreendeu os arquivos da entidade, embora os estudantes tivessem tentado destruí-los. Foi apreendido, também, farto material subversivo, em grande parte impresso na própria faculdade. (*O ESTADO DE S.PAULO*, 3/4/1964)

Ou, em outro jornal:

Supra financiava férias de diretores do Centro Acadêmico XI de agosto

Policiais do DOPS, sob o comando do coronel Gustavo Borges, secretário da Segurança, e acompanhados de jornalistas, deram uma batida nos escritórios da Supra e encontraram, entre outros documentos, a abertura de crédito de Cr\$ 15 milhões ao Centro Acadêmico XI de Agosto, para que os estudantes se divertissem, quando em gozo de férias, em Ribeirão Preto. (*JORNAL DO BRASIL*, 3/4/1964)

Supra era o acrônimo de Superintendência da Reforma Agrária, comandada até abril pelo advogado João Pinheiro Neto, que chegou à máquina federal no governo JK e lá permaneceu até o golpe, e que a direita odiava particularmente. De abril até o final de maio, os jornais passaram a ter no general Taurino a principal fonte de informações sobre as investigações para a erradicação e o expurgo. O encarregado, altissonante, manifestava sempre que possível seu compromisso com a erradicação dos comunistas. Mandava abrir inquéritos: no “ex-gabinete de JG” (*JORNAL DO BRASIL*, 1/5/1964), na Fazenda (*O ESTADO DE S.PAULO*, 5/6/1964), no Ipase (*O GLOBO*, 18/06/1964) e em mais, como se sabe, ao menos 600 outros lugares, inclusive a Faculdade de Medicina da USP.

Nesses meses, o poder do governo Castelo Branco deriva do equilíbrio de um condomínio civil-militar, em parte sustentado pelo compromisso explícito do retorno à “normalidade democrática”, representada pela antecipada devolução do poder aos políticos civis, com eleições presidenciais previstas para 1965. A importância dada a manter o Congresso em

¹⁴⁵ De acordo com o preâmbulo do Ato Institucional, “À Nação”. Ali se afirma que a revolução tem poder constituinte.

funcionamento¹⁴⁶ ganha clareza ante a lembrança (viva, em 1964) de um dos argumentos que compunham a retórica da deposição de João Goulart -- o presidente, a serviço dos comunistas, planejava fechar o Congresso Nacional, como parte do golpe de Estado para bolchevizar o País. Não poderiam os vitoriosos, logo depois da derrubada do presidente, fechar o Congresso Nacional.

No item “retorno à normalidade democrática”, uma espécie de contador de tempo à disposição de todos eram os prazos do Ato Institucional: os do Artigo 7º, com vigência até 9 de outubro, e o 10º, das cassações de mandatos e direitos políticos, até 9 de junho. Pois Taurino, presidente do IPM e da CGI, usou sua penetração nos jornais¹⁴⁷ para pressionar Castelo Branco pela prorrogação desse prazo¹⁴⁸. Outro ponto de atrito do general Taurino com o governo foi sua passagem para a reserva. A coluna Correio Militar, do *Correio da Manhã*, noticiou em 3 de maio que Castelo Branco assinara o decreto de sua promoção a general de Exército, transferência para a reserva e promoção subsequente ao posto de marechal. “O Marechal Resende Neto, segundo estamos informados, vai ser convocado para o serviço ativo, a fim de continuar presidindo a comissão de inquérito policial militar instaurado pelo Alto Comando Revolucionário (...)” (*CORREIO DA MANHÃ*, 3/5/1964, p. 17) Taurino quis que o governo movesse a Câmara para repetir o que fora feito para o general Olímpio Mourão Filho: uma lei especial para mantê-lo na ativa, o que tramitou com facilidade no congresso nos dias posteriores ao golpe, dada a súbita popularidade de Mourão. O governo Castelo, no entanto, não patrocinou a mesma criação legislativa para o marechal Taurino.

Os embaraços que Taurino trouxe ao governo com a prorrogação dos prazos do Ato, a passagem para a reserva, e o conflito com o IV Exército que, durante o mês de julho, prendeu seu filho Sergio Cidade de Rezende em Recife, sob alegação de manter atividades contrárias o governo, resultaram em sua exoneração. Do acompanhamento do noticiário e da memorialística não transparece, no entanto, que a ele se possa atribuir representar um grupo menos “moderado” entre oficiais superiores. Não encontrei evidências de liderança dele sobre aqueles a quem

¹⁴⁶ Na literatura, vejo na Coluna do Castello, no *Jornal do Brasil*, um arauto desse condomínio durante o ano de 1964. O presidente se sustentava em políticos da UDN e do PSD. Adhemar de Barros recebeu tratamento de aliado. Havia a expectativa de que haveria eleições presidenciais, e as candidaturas – de Magalhães Pinto, de Carlos Lacerda, de Juscelino Kubitschek (até 9 de junho) estavam se colocando.

¹⁴⁷ Mais do que todos os jornais, o jornalista aliado de Taurino estava em *O Globo*.

¹⁴⁸ “Taurino de Resende pede a prorrogação do prazo para cassação de mandatos” (*O Globo*, 2/6/1964, p. 16); “Castelo Branco não atende a pedido do marechal Taurino para prorrogar o Artigo 10 do Ato Institucional” (*O Globo*, 4 jun. 1964, p. 7); “Não será mesmo prorrogado o art. 10 do Ato Institucional” (*O Globo*, 5 jun. 1964, p. 2). Aqui, Taurino se mostra um gênio da manipulação da notícia (que requer certa docilidade de *O Globo*): nas notícias do dia 4, é ele quem conta aos jornalistas o que teria dito Castelo Branco; e no dia 5, porque Taurino havia desafiado a autoridade de Castelo Branco para decidir sobre a prorrogação, é ele quem desmente a si próprio, reiterando o que Castelo Branco já teria lhe dito antes.

delegou poderes. Suas declarações, antes da investigação chegar a seu filho em Recife, eram as de um duro. É provável que Taurino tenha sido uma responsabilidade de Costa e Silva – para dar a ele o comando da Região Militar e depois da investigação e, depois, também para tirar dele ambos os postos. Teria cabido ao então ministro da Guerra contar ao marechal Taurino que o IPM não era mais seu encargo. Taurino já não tinha, a essa altura, o apoio de nem de Costa e Silva nem de Castelo Branco. Ao afastá-lo, no entanto, os generais não estavam afastando um líder da “linha dura”, ou dos “coronéis de IPMs”: apenas o impetuoso Taurino¹⁴⁹.

Por isso, a queda de Taurino não significa o fim dos IPMs. O discreto general Hugo Panasco Alvim levou a “penosa tarefa” até a dissolução da comissão de IPM de âmbito nacional¹⁵⁰, decretada pelo presidente da República em fevereiro de 1965, com sucesso apenas parcial. Notícias de seu relatório final só apareceram no segundo semestre.

3.4 OUTRA UTILIDADE RETÓRICA

O poder retórico da versão francesa da guerra revolucionária aplicado à situação brasileira também mostrou efetividade ao fornecer uma medida do risco que ameaçaria o país afetado por ela. Para os entendidos em GR, o período da dissertação (maio/1963, outubro de 1964) tem as marcas da terceira fase do desenvolvimento da guerra revolucionária. Há a infiltração, que já comentei. Agora tomo mais dois enunciados da terceira fase, versos grifados nas páginas 78-79: *Controle de organizações estudantis e trabalhistas* e *Controle de certos setores governamentais*. Onde se lê “organizações estudantis”, trata-se da UNE; “organizações trabalhistas”, CGT, o Comando Geral dos Trabalhadores. Ambas, sob direção da esquerda – como se lia nos jornais. O presidente da UNE eleito em 1963, aluno da Escola Politécnica da USP, fazia parte da Ação Popular, tida como organização de esquerda; na condição de presidente da UNE, conversava com alguma frequência com o presidente da República. Este, por sua vez, por certo período, teve como ministro da Educação o deputado federal Paulo de Tarso Santos, do PTB, suficientemente próximo à Ação Popular para escolher como chefe da assessoria do ministério Herbert de Souza, um fundador da organização – o mais tarde famoso Betinho, irmão do Henfil.

¹⁴⁹ A essa altura, agosto de 1964, Costa e Silva havia afastado, entre a direita militar, os generais Olímpio Mourão e Carlos Guedes; agora Taurino; e possivelmente, também o marechal Cordeiro de Farias antes mesmo de Mourão e Guedes, conforme Ferreira, 2007, p. 500.

¹⁵⁰ *O Globo* (9 fev. 1965, p. 2) Dissolvida a comissão de IPM por ato do presidente da República.

Bastava a afirmação de que a Ação Popular era uma organização contrária à democracia e essas ligações dariam veracidade à existência de um “controle de setores governamentais” (o setor sendo o Ministério da Educação) e de um controle sobre as “organizações estudantis”, a UNE. Com isso, quatro dos versos da terceira fase encontravam correspondência com o noticiário. Esse foi o jogo de correspondências que Bilac Pintodesenhou em declarações aos jornais e discurso na Câmara Federal em janeiro do ano que mudou a trajetória do Brasil. A coreografia do presidente nacional da UDN começou no dia 15: depois de uma reunião de seu partido em Brasília, manteve “encontro com a imprensa política de Brasília” (*O GLOBO*, 16/1/1964, Matutina, p. 3), no qual jornalistas registram que ele teria dito...

“que ‘grupos rurais e elementos da orla marítima estão sendo armados e que se prepara um golpe popular’, acrescentando que será organizado publicamente um movimento democrático em defesa da legalidade, no qual será debatida a hipótese de se armar a população civil para ‘resistir à altura’. O Sr. Bilac Pinto, geralmente um homem sóbrio e reservado, conversou com os jornalistas, na Câmara (...).” (*JORNAL DO BRASIL*, 16/1/1964, p. 3)

Esse texto vinha sob o título “*Bilac Pinto quer dar armas ao povo para defender a legalidade*”¹⁵¹.

Segue outro destaque da conversa, por outro jornalista:

“Acrescentou que a distribuição de armas a esses movimentos populares demonstra uma mudança na orientação golpista do governo; não tendo conseguido, apesar de intentado várias vezes, dar um golpe pelos meios tradicionais – burocrático e militar – o governo resolveu agora modificar esse esquema e armar os sindicatos, com o que espera destruir as instituições democráticas.” (*O GLOBO*, 16/1/1964, Matutina, p. 3)

O título de *O Globo*: “*Bilac Pinto: O Governo arma os sindicatos para o Golpe*”, em letras capitais. Bilac Pinto informou também aos jornalistas que havia conversado com o governador Adhemar de Barros no dia anterior, em São Paulo, sobre o mesmo tema.

¹⁵¹ Bilac Pinto demorou a abraçar essa interpretação e, segundo o jornalista Mauro Guimarães, *ajustou* seu pronunciamento, ao procurar “reduzir a termos” as notícias publicadas no dia 16. Não houve nenhum acordo com Adhemar de Barros para armar a população, embora o governador devesse ser elogiado por isso; e que também não pretendeu fazer nenhum alarmismo. A declaração custou ao deputado. Por exemplo: o colunista Carlos Castelo Branco chamou as declarações de Bilac Pinto de “terrível advertência”. (*Jornal do Brasil*, 17/01/1964, p. 4)

O governo Goulart não ignorou o adversário. O ministro da Justiça e o da Casa Civil pediram provas; o próprio Goulart entrou no assunto no dia 21 de janeiro. Bilac Pinto entregou uma resposta aos jornalistas, reproduzida na íntegra em mais de um jornal¹⁵².

(...) [A guerra revolucionária] se desenvolve geralmente em cinco fases. As duas primeiras são de “gestação” nelas predominando a guerra psicológica, a preparação e a criação de um ambiente pré-revolucionário. A terceira fase é a da subversão da ordem. A quarta, da subversão franca. A quinta e última, da conquista do poder. (...) Estudos realizados na Escola Superior de Guerra e nas escolas de estado-maior por oficiais superiores das nossas forças armadas chegaram à conclusão de que, no Brasil, a guerra revolucionária está na terceira fase. Essa fase é precisamente aquela em que se opera a obtenção de armas. Relacionando a conclusão daqueles estudos com informações de que armas foram recentemente distribuídas a sindicatos rurais da orla marítima; de que há vários núcleos já armados em diversos pontos do território nacional e de que, armamentos tem sido apreendidos em diversos estados, deliberei depois de avaliar a gravidade desses fatos, denunciá-los, a fim de alertar a nação e estimular os civis a se organizarem para a defesa do regime. A terceira fase da guerra revolucionária está adiantada porque várias das etapas que a caracterizam já foram realizadas, tais como: ampla infiltração comunista no governo em todos os escalões; infiltração nas forças armadas; promoção de greves com motivação política; ostensiva infiltração nos partidos políticos; controle de setores governamentais; controle de organizações estudantes e trabalhistas” ((DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 22/1/1964, p. 3).

As repercussões continuaram. O Conselho de Segurança Nacional emitiu nota negando ter conhecimento de tráfico de armas (*JORNAL DO BRASIL*, 24/1/1964 p. 4). Com a repercussão das declarações, o líder do governo, Doutel de Andrade, do PTB, pediu esclarecimentos do líder da UDN na sessão seguinte, cheia de apartes e tiradas entre governistas e oposição. O presidente da UDN aplicou a técnica do encaixe entre os versos das fases e a situação brasileira. Ele recitou o verso “Promoção de greves com motivação política ostensiva”, e emendou:

“Quem pode ignorar a participação do presidente da República nas greves políticas que este País tem padecido?” Disse o deputado mineiro que as greves políticas, orientadas pelo presidente da República, constituem, essencialmente, ‘um instrumento desta agitação preparatória da deflagração da guerra revolucionária no Brasil.’” (*O ESTADO DE S.PAULO*, 24/1/1964, p. 36)

O título ocupou quatro colunas na contracapa do primeiro caderno: “*Bilac Pinto revela à Câmara os fatos que comprovam os preparativos para a revolução*”. Qualquer que fosse a revolução, o redator acertou.

¹⁵² Para todo o episódio, li o *Diário de Notícias* (“*Bilac: Goulart confessa que golpistas são seus amigos*”, o *Diário da Noite* (“*Bilac confirma denúncia sobre contrabando de armamentos*”), *O Estado de S.Paulo*, o *Correio da Manhã*, o *Jornal do Brasil* e o *Globo* (“*Bilac apresenta as provas que Goulart pediu*”), todos de 22 jan. 1964, p. 14.

4 DE QUE É VESTÍGIO O IPM DA MEDICINA?

4.1 ATÉ AQUI

Nas páginas precedentes, descrevi a que ponto a pesquisa chegou, em sua precariedade e insuficiência, perante as possibilidades que se abrem a partir dos autos do IPM da Medicina. Foram os autos que me levaram a Luiz Antonio de Gama e Silva, o reitor da USP, eleito havia menos de um ano em abril de 1964; sobre ele, encontrei o que contei até agora – tratava-se de um homem conservador, tão conservador quanto o colégio de catedráticos da Faculdade de Direito possa representar o conservador, ligado, senão à oligarquia, ao partido da oligarquia; ativo membro da elite do mundo dos negócios na metropolitana São Paulo, diretor do Centro das Indústrias de São Paulo, amigo de amigos influentes, muito relacionado a oficiais superiores e generais que serviram no Estado na década anterior à deposição de Goulart. Constituiu família e a instalou na rua Jacarezinho, no Jardim Europa. Em 1957, esteve em um grupo paulista que planejou a deposição de Juscelino Kubitschek, quando o presidente aportasse em Santos vindo do Rio de Janeiro, rebelião que nunca começou. Em 1961, participou da primeira reunião do Ipes em São Paulo e tornou-se membro da “liderança militante” da organização a nível estadual. Recebia muito em casa, talvez sintoma do crescimento de sua relevância política, a partir do início da década de 1960, e notadamente a partir de abril de 1964. Era, também, muito religioso e tinha laços familiares com a Igreja¹⁵³.

A movimentação na casa incluía a contribuição da política universitária – Roberto da Gama e Silva, nascido em abril de 1951, se lembra de visitas regulares dos catedráticos apoiadores do pai no Conselho Universitário – para discutir os assuntos da gestão da USP, como confirma um participante eventual dessas conversas, Luis Ferreira Martins, em 2017. Passada a sessão que escolheu a lista tríplice em 1963, cessou o questionamento ao nome de Martins como representante dos antigos alunos no Conselho Universitário. Ele assumiu e apoiou a gestão de Gama e Silva. O filho Roberto lembra também de o pai receber a visita de Carlos Lacerda, pelo menos uma vez, às vésperas da queda de Goulart; e de militares (ligados ao Ipes, segundo Dreifuss) como Cid Osório, oficial do Exército, e Haroldo Veloso, da Aeronáutica¹⁵⁴. Já na

¹⁵³ Uma irmã de Gama e Silva, freira, secretariou o cardeal Agnelo Rossi, prefeito da Congregação para a Evangelização dos Povos, na Cúria Romana. Rossi foi arcebispo de São Paulo de novembro de 1964 a 1970 quando, já cardeal desde 1965, rumou para o Vaticano. Até 1984, esteve nessa posição de prefeito.

¹⁵⁴ O inflamatório Carlos Lacerda desempenhou papel relevante na conspiração e na conformação do regime. Usou a televisão para atacar seus adversários, inclusive Castelo Branco. Não dei conta de incluí-lo, especialmente por aportar extensa bibliografia. Em seu relatório, o tenente-coronel Pinheiro fará referência a um texto de Lacerda

posteridade da dissertação, artistas famosos (como Eva Wilma) passaram a frequentar a casa da família, chamados pelo reitor para ajudar a criar a Escola de Comunicações e Artes; e quando Gama e Silva se tornou ministro da Justiça do governo (de seu amigo) Costa e Silva, aí a romaria passou a incluir mais políticos. Mas o que está em curso em 1963/1964 precede a passagem de Gama e Silva pelo Ministério da Justiça, notabilizada pela edição do Ato Institucional nº 5, cinquenta anos atrás neste 2018.

4.1.1 *A passagem de Gama e Silva pelos Ministérios da Justiça e da Educação*

Em maio de 1964, Luiz Antonio da Gama e Silva já estava de volta a São Paulo e a seu cargo na USP, depois de ocupar, por onze dias, dois cargos no ministério do presidente Ranieri Mazzilli – o substituto constitucional de João Goulart, ilegitimamente empossado no cargo na madrugada de 2 de abril pelo presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, uma vez que o presidente eleito estava em Porto Alegre, território nacional¹⁵⁵. Nos primeiros dias de abril, Ranieri Mazzilli, do PSD de São Paulo, tentou estender sua interinidade por 30 dias, o que rapidamente foi descartado pelo Comando Supremo da Revolução, exercido na prática por Costa e Silva, comandante do Exército, a Força Armada mais poderosa, mais antiga, mais numerosa. Dia 4 de abril, o presidente Mazzilli deu posse a quatro ministros civis – três deles sendo Arnaldo Sussekind, do Trabalho, Vasco Leitão da Cunha, das Relações Exteriores, e Otávio Gouveia de Bulhões, na Fazenda. O quarto, simultaneamente¹⁵⁶ Ministro da Educação e da Justiça, era Luiz Antonio da Gama e Silva. Assim que o golpe venceu, Costa e Silva chamou o reitor da USP ao Rio de Janeiro, e depois a Brasília, e o apontou ministro¹⁵⁷ a Mazzilli.

Castelo Branco não o escolheu seu ministro, mas ainda assim Gama e Silva se mostrou bastante ativo nos poucos dias de abril de 1964 em que esteve no poder. Como ministro da Justiça, constituiu uma comissão (da qual fez parte seu irmão Matias) para “ordenar o trabalho” (*Jornal*

sobre a “infiltração” de esquerda nas universidades, publicado no *Diário de Notícias*, o que poderia ser interpretado como um sinal da admiração de que Lacerda gozava entre oficiais, referida na literatura. (Chirio, 2012).

¹⁵⁵ *Jornal do Brasil*, 02/04/1964, p. 1: *Goulart resiste no Sul e Congresso empossa Mazzilli*.

¹⁵⁶ Todos os ministros que o presidente Mazzilli nomeou por decreto dia 6 de abril acumularam duas pastas, menos o da Aeronáutica, Brigadeiro Correia de Melo. Eram eles, além de Gama e Silva: Costa e Silva (ministro da Guerra e das Minas e Energia); Augusto Rademaker, da Marinha e da Viação; Octavio Gouveia de Bulhões (Fazenda e Indústria e Comércio). Vasco Leitão da Cunha, do Exterior e da Saúde; Arnaldo Sussekind, do Trabalho e da Agricultura. *Jornal do Brasil*, 7 de abril, p. 4.

¹⁵⁷ O general Luis Guedes relata e Oliveiros destaca um episódio que envolveu Costa e Silva, Mourão e a presidência da Petrobrás, em que o ministro da Guerra cita Gama e Silva. Costa está contando que Mourão aceitou a presidência da Petrobrás logo no dia 2 de abril. Continua: “Fiz então lavrar o ato de nomeação pelo Gaminha e ele [Mourão, nota do A.] seguiu para assumir as funções de presidente”. Gaminha era Gama e Silva, àquela altura Ministro da Justiça e da Educação de Mazzilli (FERREIRA, p. 563, citando [GUEDES, pp. 241-242]).

do Brasil, 8/04/1964, p. 12) antes que se assentasse no cargo. Preparou para o dia 11 de abril o ato revogatório do Decreto 53.700/64, assinado por João Goulart no comício de 13 de março, conhecido como “decreto da Supra” (que determinou a desapropriação de terras às margens de rodovias, ferrovias e açudes federais para fins de reforma agrária). O próprio Gama e Silva leu a exposição de motivos do decreto revogatório perante a Câmara dos Deputados, reunida na manhã da sessão vespertina em que se daria a eleição indireta do general Castelo Branco como presidente. De acordo com um jornalista, Gama e Silva classificou o Decreto 53.700 de inconstitucional e ilegal, causas de sua revogação, e se disse o emissário, da parte do governo Mazzilli, de uma...

...“palavra de confiança (...) em nossas Forças Armadas, na certeza de que, restaurada a ordem jurídica constitucional, as reformas fundamentais que estão no pensamento de todos nós e que são os nossos fundamentais objetivos e que se inscreveram mesmo como razão de ser da revolução vitoriosa, em que o povo e as Forças Armadas salvaram o Brasil das hordas comunistas (...), desse clima de tanta insegurança que aflige a todos os brasileiros, iremos restaurar em nossa Pátria, sob as bênçãos de Deus, o clima de progresso e permanente felicidade.” (DIÁRIO DA NOITE, 13/4/1964, p. 3)

Gama e Silva dá, aqui, mais uma prova de sua aliança com os generais no poder. Mostra-se, ele também, partidário da realização de reformas. O “reformista” Gama e Silva, como ministro de dois ministérios, tomou várias providências para revogar e extinguir medidas do governo deposto.

Nos dois últimos dias da gestão, com Castelo Branco já eleito, o ministro Gama e Silva e o presidente Mazzilli assinam juntos seis decretos, além daquele que revogou o decreto da Supra. No dia 13 de abril, Gama e Silva extinguiu o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o Iseb¹⁵⁸, e passou seu acervo para o Ministério da Educação, por meio do Decreto 53.884; destituiu membros e extinguiu o Conselho Consultivo e Deliberativo da Escola Paulista de Medicina, que havia sido designado por João Goulart em 31 de dezembro de 1963¹⁵⁹, pelo Decreto 53.885.

¹⁵⁸ Sobre o Iseb, consultar o verbete do CPDOC em <http://www.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/instituto-superior-de-estudos-brasileiros-iseb>, em que o Instituto é apresentado como a sede do pensamento nacional-desenvolvimentista.

¹⁵⁹ Este caso foi assunto de discussão no Conselho Universitário da USP, 546ª Sessão, a 09.03.1964 (RANIERI, 2005, p.213) – ou seja, Gama e Silva já o conhecia antes de ser ministro. Os conselheiros designados no Decreto 53.373 de Goulart, de 31/12/1963, para compor o Conselho Consultivo e Deliberativo da Universidade Federal de São Paulo foram os seguintes: Marcos Lindemberg (catedrático da escola), Paulo de Camargo Almeida (erroneamente creditado como catedrático da Escola de Engenharia de São Paulo, quando era da Escola de Engenharia de São Carlos), Fernando Henrique Cardoso (professor da Filosofia), Fausto Castilho (Faculdade de Filosofia de Araraquara); Antonio Angarita Silva (FGV), Roberto Frade Monte (Mackenzie); Sylvio Sawaya, presidente do DCE da USP, e José Carlos Seixas, representante da UNE. Publicação original do decreto; DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, Seção 1, 3 de janeiro de 1964, p. 38.

O Decreto 53.886 vem com data do dia 14 para extinguir o Programa Nacional de Alfabetização¹⁶⁰; segue-se o 53.887, que revogou um decreto de Jango, de 21 de fevereiro de 1964¹⁶¹, que instituía um programa de adoção de livros didáticos editados pelo governo. Existem mais dois decretos assinados por Gama e Silva no dia 14 de abril, um deles o 53.888, que cria a Confederação Brasileira de Bridge. Finalmente, Gama descansou ao assinar o Decreto 53.889, que extinguiu a Confederação Brasileira de Automobilismo (que havia sido criada por Jango em 20 de março de 1963) e devolveu ao Automóvel Clube do Brasil “a direção nacional do automobilismo”.

Nos jornais aparecem mais dois feitos: a extinção da Comissão de Cultura Popular, feita no âmbito do Departamento Nacional de Educação (*Correio Braziliense*, 8 de abril de 1964, p. 1) e, no dia 14, a demissão de “inspetoras de ensino, interinas, nomeadas pelo ex-Ministro Paulo de Tarso”, que haviam sido anteriormente presas como guerrilheiras no Equador, segundo o mesmo *Correio Braziliense* (15 de abril de 1964, pp.1-2). Nesse derradeiro dia, Gama e Silva também nomeou “diretor de segurança nacional” do Ministério um senhor Amado Menna Barreto Filho; manteve o coordenador geral da Rádio Educadora de Brasília, suspendeu o regime de intervenção nas universidades do Rio Grande do Sul e do Espírito Santo, depois da destituição de seus reitores. Na transmissão de cargo a Flávio Suplicy de Lacerda, o ministro da Educação de Castelo, esteve presente o repórter do *Correio Braziliense*, que registrou o discurso do ministro que deixava o cargo:

“Na ocasião, o professor Gama e Silva lembrou seu trabalho de limpeza do Ministério, em seus curtos dias à frente daquela pasta onde maior se fazia sentir a infiltração comunista. Salientou que essa infiltração chegara ao ponto de desvirtuar os próprios fatos da nossa história, como ocorreu com a edição da “História Nova” pelo próprio Ministério. Lembrou que proibira, imediatamente, a edição de novos exemplares dessa aberração e mandara apreender os que já foram distribuídos.” (*CORREIO BRAZILIENSE*, 17/4/1964, p. 3)

Antes de deixar o cargo, encontrou tempo para nomear Zeferino Vaz, que derrotara na USP, reitor da Universidade de Brasília. Isto, de acordo com reportagem de um caderno especial comemorativo do Dia do Trabalho, publicado pelo *Diário da Noite*. O repórter, anônimo, afirma

¹⁶⁰ Lê-se entre os considerandos: “(...) Considerando ainda que o material a ser empregado na Alfabetização da População Nacional deverá veicular ideias nitidamente democráticas e preservar as instituições e tradições de nosso povo (...)”. O decreto de Gama e Silva e Mazzilli concordava com a necessidade de alfabetizar, o que vinha expresso no decreto; mas não com o material utilizado.

¹⁶¹ O decreto assinado por João Goulart e Júlio Furquim Sambaquy, de acordo com o texto do decreto de Gama e Silva, “fere o princípio da liberdade de ensino”. Fere mais que isso, na minha opinião – é centralizador e autoritário, aos olhos de hoje. O decreto está no anexo D.

incorretamente sobre o ex-diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto: “Quando o governador do Estado indicou seu nome na lista dos três professores da Universidade de São Paulo” (aí foi a incorreção) “encontrou viva oposição por parte dos catedráticos conhecidos por seus pendores pelas esquerdas”¹⁶² (aqui, esteve parcialmente correto – também a direita do Co se opôs a seu nome). Zeferino Vaz e o repórter conversaram no aeroporto, no embarque do primeiro para Brasília:

“—Vou para (...) atender ao professor Gama e Silva (...) cuja atuação no Ministério da Educação foi breve mas das mais proveitosas. Susteve a tempo portarias dos ministros anteriores que iam aumentar o caos preparado. O que estava acontecendo no Ministério da Educação era espantoso (...) A história do país ia ser ensinada nas escolas de maneira que contrariava toda a verdade e todo o mérito dos homens que construíram uma civilização ímpar no trópico.” (DIÁRIO DA NOITE, 01 de maio de 1964, p. 29)

Para a ocasião, o repórter entrevistou também o vice-reitor da USP, Mário Guimarães Ferri, que exerceu a reitoria enquanto Gama e Silva esteve ministro. Tratou-se da construção da Cidade Universitária. Segundo o vice-reitor, em 1964, praticamente toda a verba solicitada pela USP, 18 milhões de cruzeiros, havia sido concedida pelo governo do Estado, o que, ele esperava, permitia prever a aceleração das transferências para o novo campus¹⁶³.

A reportagem do Diário da Noite menciona, de passagem, que Gama e Silva reassumira seu cargo, sem precisar a data, mas possivelmente na semana do dia 20 de abril. A data importa para situar com mais precisão quando teria nascido a Comissão Geral de Inquérito da USP -- no intervalo entre a volta de Gama e Silva, estimada como 20 de abril, até 17 de maio, data de sua menção mais antiga nos jornais.

4.1.2 *A volta de Gama e Silva à reitoria e a CGI da USP*

Em um texto sobre os acontecimentos políticos paulistas na semana que terminava, o jornalista Rolf Kuntz, da sucursal do Jornal do Brasil, em razão de declarações de Paulo Duarte, do Instituto de Pré História da USP e membro do Conselho Universitário, afirmava que:

“(...) Desde o começo da semana está funcionando a Comissão designada para indicar os nomes que deverão ser expurgados da Universidade. Compõem-na

¹⁶² O repórter não entendeu bem a primeira parte. Mas a segunda parte me parece similar à interpretação de Zeferino expressa no discurso que fez ao Co no dia em que não teve os votos para entrar na lista tríplice.

¹⁶³ Segundo Ferri, havia àquela altura 7.199 professores, estudantes e funcionários da USP na Cidade Universitária. A Faculdade de Filosofia já tinha 1595 de seu contingente de 3 mil pessoas no campus. A Poli já estava ali com 15 professores, 71 assistentes e 862 alunos. Ferri ainda cita a Faculdade de Farmácia e Química, com 163 pessoas no Butantã. (DIÁRIO DA NOITE, Caderno Especial de 1/5/1964, p. 29)

três professores considerados sem muita expressão: Moacir Amaral dos Santos, da Faculdade de Direito, Geraldo Pereira [refere-se a Jeronymo Geraldo de Campos Freire, nota do A.], da Faculdade de Medicina, e Teodoreto Souto, diretor da Escola Politécnica de São Carlos.” (*JORNAL DO BRASIL*, 17/05/1964, p. 14)

O texto situaria o início dos trabalhos da CGI na semana iniciada em 11 de maio. A incerteza em torno da data de nascimento ou de instalação da CGI da USP brota de, até agora, a pesquisa não ter conseguido encontrar um vínculo material entre o reitor e a criação da Comissão. Na ata da sessão do Co, em 21 de setembro de 1964, Moacir Amaral dos Santos afirma a responsabilidade do reitor¹⁶⁴, como relato no próximo capítulo. Buscas por portaria ou ato do reitor publicados no *Diário Oficial do Estado* resultaram infrutíferas.

A imprensa paulista refere a iniciativa de Gama e Silva: o editorial publicado na *Folha de S.Paulo* em 21 de maio, “*O Ato na Universidade*”, assume como certa a existência da Comissão, logo na primeira linha: “É duvidoso que dos trabalhos da comissão nomeada na Universidade de São Paulo para aplicação das medidas previstas no artigo 7 do Ato institucional resultem providências úteis”, começa o editorialista, para dizer que, se há comunistas na USP, são poucos e, entre eles, seria necessário verificar se e quais trocaram “o ensino de sua matéria específica pela pregação ideológica ou doutrinação.” Feito esse ponto – a respeito da fronteira entre o exercício do magistério e o ativismo político, tema muito discutido nas circunstâncias de 1964 na USP e em seu entorno –, o editorial chega de volta à dúvida que havia introduzido antes: a USP precisaria não de investigação sobre “comunistas”, e sim de uma investigação sobre como melhor organizar uma universidade pública para cumprir sua missão de pesquisa e ensino. Esse editorial é mencionado nos autos do IPM da Medicina, na Carta Anônima (abaixo no capítulo, íntegra no Anexo B), peça da instrução do Inquérito Policial Militar¹⁶⁵.

A terceira menção à CGI nos jornais aparece na nota publicada em *O Estado de S.Paulo*, de poucas e sóbrias linhas. “Foi designada pelo reitor, prof. Gama e Silva, e está iniciando seus trabalhos, a comissão encarregada do expurgo na Universidade de São Paulo”, começa o único parágrafo da nota (*O Estado de S.Paulo*, 27 de maio de 1964, p. 4). Seguem-se mais algumas linhas ocupadas pelos nomes e títulos dos professores designados. O texto de *O Estado* não deixa dúvida sobre a responsabilidade do reitor Gama e Silva pela designação da comissão.

¹⁶⁴ Ata da sessão 552^A, livro 28, p. 43.

¹⁶⁵ A Carta atribui a autoria desse editorial ao jornalista e cientista José Reis.

Como falta qualquer referência a datas, resta assumir que, a 21 de maio, quando o editorial da *Folha* a menciona, ela já existia, em confirmação à notícia anterior do *Jornal do Brasil*.

Se sobre a data precisa da instalação da CGI há incertezas, sobre sua existência há evidências inequívocas, especialmente por alguns de seus efeitos -- como a demissão dos docentes em outubro e a prisão de Luiz Hildebrando e de Isaias Raw em julho. O relatório final da CGI da USP data de 6 de junho e é assinado pelos três professores membros; nele, o nome do reitor Gama e Silva não é mencionado nem uma vez; e o texto não endereça o relatório especificamente a autoridade alguma. Ao ser recebido nos autos do IPM, o relatório da CGI legitima a perseguição contra docentes, funcionários e estudantes da Faculdade de Medicina.

4.1.3 *O tenente coronel encarregado do IPM da Medicina*

O IPM também chama a atenção para Ênio dos Santos Pinheiro, encarregado de mantê-lo em marcha, engenheiro da Arma da Cavalaria. Ao tenente-coronel Pinheiro coube conduzir o inquérito: é ele quem fala por meio do quieto escrivão Maduro. General de brigada em 1971, Pinheiro esteve entre os oficiais para quem o regime militar criou boas oportunidades profissionais. Em 1964, recebeu a penosa, mas indispensável¹⁶⁶ tarefa de extirpar comunistas da Faculdade de Medicina; promovido a coronel em dezembro, foi incumbido de construir uma ferrovia em Goiás, tarefa de sua especialidade e à qual se dedicou pelos 2 anos seguintes.

Pinheiro recebeu a encomenda de estender 230 quilômetros de trilhos em Goiás do deputado e marechal Juarez Távora, ministro da Viação do governo Castelo, a quem conhecia desde aspirante: quando tenente-coronel, o oficial fora o primeiro comandante do aspirante Pinheiro. Como capitão, frequentou cursos militares nos Estados Unidos sobre construção de estradas de ferro e de rodagem -- daí ser o escolhido para comandar o Batalhão Ferroviário. Concluída a estrada de ferro, no governo Costa e Silva, o coronel Pinheiro soube pelo *Diário Oficial*, com surpresa (segundo relato dele em 1992, sobre 1967), de sua nomeação para um posto no Serviço Nacional de Informações.

Na entrevista aos pesquisadores do CPDOC, afirma que ainda desconhecia, 25 anos depois, as razões de tal designação. No SNI, começou na agência de São Paulo; mais tarde, o general Emílio Médici, chefe do Serviço no governo Costa e Silva, deu a ele a missão de criar a agência central em Brasília. O feito mais importante da carreira de Pinheiro na comunidade de

¹⁶⁶ Carta de Castelo Branco a Estevão Taurino, já mencionada, em que Castelo se refere à investigação como “a mais penosa além de indispensável tarefa criada pelo Ato Institucional (...)” (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 12/8/1962, pp. 2 e 9).

informações, no entanto, ainda estava por vir: no mesmo ano em que saiu general, 1971, recebeu do agora presidente Médici a incumbência de criar a Escola Nacional de Informações, tarefa que desempenhou com sucesso¹⁶⁷. Ao passar à reserva, em 1979, e a convite de Paulo Maluf, voltou a São Paulo para dirigir a Dersa, estatal estadual que cuidava das estradas de rodagem paulistas.

Tudo isso, não se pode esquecer, aconteceu depois do tempo da dissertação. Em 1964, Ênio Pinheiro era um entre centenas de tenentes-coronéis que participaram do esforço organizado em torno do IPM, nos primeiros dias de abril, para erradicar comunistas e corruptos. Uma observação a ser feita é que a carreira militar de Pinheiro pré-1964 teve uma peculiaridade: por duas vezes exerceu o cargo de governador do Território de Rondônia. Na primeira vez, major, ficou de 1950 a 1954; deixou o cargo em consequência do suicídio de Getúlio Vargas. Em 1961, voltou ao governo, nomeado dia 13 de outubro pelo presidente Goulart, por alguns meses. Nascido em 1915, chega ao IPM em seu quinquagésimo ano de vida.

Durante 2 dos 3 anos da pesquisa, julguei que o relatório do IPM da Medicina seria praticamente o único caminho que a pesquisa teria para perscrutar o modo de pensar do tenente-coronel, já que Pinheiro viveu a vida discretamente. Foi sua pertinência à comunidade de informações – especialmente como criador da Escola Nacional de Informações – que o tornaram alvo do interesse do projeto 1964 e Regime Militar, do CPDOC. A entrevista concedida aos pesquisadores Maria Celina D’Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso de Castro, está publicada¹⁶⁸; mas havia trechos inéditos, a que o historiador Celso de Castro me deu acesso. Na segunda das duas sessões da entrevista, a 16 de dezembro de 1992, o general Ênio Pinheiro, da reserva, transitou por suas lembranças dos meses em que atuou como o encarregado do IPM da Medicina, 28 anos antes. Com o acesso a esse material não publicado, a pesquisa se viu em meio à abundância: além do relatório do IPM de 1964, com seus dizeres manifestos e latentes, entrei em contato com as palavras do general a se lembrar de se sentir instrumentalizado na posição de encarregado do IPM da Medicina, e perplexo com a corrupção do governo Collor.

A lembrança do encarregado Pinheiro reitera o papel decisivo do reitor Gama e Silva no desencadeamento do IPM da Medicina. Houve outros fatores – sempre há; mas Gama e Silva e

¹⁶⁷ De acordo com STEPAN (1986, p.29) a Escola Nacional de Informações “era uma escola profissional, de quatro graus, que tinha por incumbência o treinamento de todos os candidatos ao Sistema Nacional de Informações, a aplicação de testes e o ensino de inglês, espanhol, russo, alemão, francês e italiano e, eventualmente, árabe (...)”. Foi extinta no governo Collor e o general lamenta isto durante a entrevista que concedeu ao CPDOC.

¹⁶⁸ A entrevista do general Ênio dos Santos Pinheiro foi publicada em três partes, nos volumes **Visões do Golpe, Os Anos de Chumbo** e **A Volta aos Quartéis** (D’ARAÚJO, org., 2014, 1994, 1995).

os conservadores da USP, determinadamente, e Ênio dos Santos Pinheiro, algo a contragosto, garantiram, juntos, que o IPM acontecesse, pré-requisito para que, a 9 de outubro, pudesse ocorrer a erradicação de sete professores “comunistas” do quadro docente da Faculdade de Medicina da USP, por meio de decreto do governador Adhemar de Barros, a quem o reitor era subordinado e, em medida a ser aquilatada, de quem era aliado.

Ao escolher concentrar a atenção no tenente-coronel Pinheiro e no reitor Gama e Silva, a dissertação foi compelida a se concentrar não sobre os investigados, mas sobre os investigadores. Esse deslocamento abriu espaço para a navegação na extensa literatura dos que se perguntam sobre as Forças Armadas e sua relação com a vida política do Brasil. As primeiras, mostra a literatura, nunca estiveram longe da segunda durante os anos da República¹⁶⁹. A surpresa que a literatura deixa transparecer sobre 1964 se refere à inédita permanência das Forças Armadas no exercício do poder, não propriamente à deposição de um presidente constitucionalmente eleito, algo corriqueiro na dinâmica da República.

Em consequência desse ineditismo, além dos conhecidos gerais, que tomavam as decisões políticas para a crise e depois devolviam o poder aos políticos civis, entraram em cena em 1964 coronéis, tenentes-coronéis, majores, e nela permaneceram nos anos do regime. Coube a oficiais o exercício cotidiano do poder. Por isso, é frutífero procurar nos IPMs traços do modo pelo qual os oficiais¹⁷⁰ das Forças Armadas exerceram o poder que chegou a eles como consequência da decisão dos chefes militares de permanecerem no poder. A produção escrita contida nos IPMs, o roteiro da produção de provas, o entendimento que o encarregado tem sobre a missão, como se deu seu futuro depois dos IPMs no Brasil “militarizado”¹⁷¹, o destino judicial reservado à essa produção inquisitorial – aí estão campos a explorar. Para a presença militar poder ser *avassaladora*, como Carlos Castelo Branco, o cronista político do *Jornal do Brasil* logo percebeu que seria, foi necessário engajar quadros militares no exercício do poder – em funções de Estado antes exercidas por civis –, como secretários da segurança pública, por exemplo; ou nos postos antes ocupados por “partidários” de Goulart¹⁷², como ministros, secretários

¹⁶⁹ Por exemplo, Fernando Henrique, Univesp TV. José Murilo de Carvalho, 2005.

¹⁷⁰ Oficiais não só do Exército, mas também, embora em menor número, da Aeronáutica e da Marinha, pouco tratadas aqui.

¹⁷¹ Para usar as categorias já mencionadas do general Octavio Costa, em D’Araujo, 2014, p. 71 e seguintes: “As Forças Armadas, em qualquer país, em qualquer tempo, se colocam em quatro grandes vertentes: ou elas são profissionais, ou são pretorianas, ou são cesaristas, ou são militaristas. (...) E desgraçadamente chegamos à última etapa, a do militarismo.”

¹⁷² Lembra-se Roberto da Gama e Silva de, na quinzena em que seu pai foi ministro de Ranieri Mazzilli, foi, com dona Eddy e os irmãos, para Brasília. Durante a estadia, passeou de carro pela nova capital, ciceroneado, sempre de acordo com a lembrança, pelo general Olímpio Mourão Filho; que mostrou escritórios com aspecto de terem sido abandonados às pressas pelos ocupantes com a que da de Goulart.

executivos, diretores de autarquias; mas também em funções novas – como as de encarregados e escrivães de IPMs, ou das outras várias modalidades investigatórias que, pelas normas de abril, deveriam vir preliminarmente ao expurgo. Há encarregados que produziram inquéritos bem concatenados e relatórios circunstanciados; e encarregados apenas apressados, que se desincumbem em relatórios curtos. O relatório do IPM da Medicina figura no primeiro tipo¹⁷³.

4.2 O LUGAR DOS IPMS NA CENA PÚBLICA DEPOIS DO GOLPE

Ter o IPM da Medicina no centro da pesquisa me mostrou também a dimensão que os IPMs tomaram na cena pública do 1964 pós-golpe. Os IPMs, naqueles meses, corporificaram a grande investigação, destinada a salvar o Brasil do comunismo e da corrupção infiltrados na máquina pública. Para certos grupos que provisoriamente se amalgamaram dentro das forças vitoriosas, o lugar da eliminação da corrupção como legitimador da derrubada de Goulart cresceu *depois* da conspiração. A chamada “Crise de São Paulo”, em julho e agosto de 1964, exprime essa tendência da direita civil-militar; no caso paulista, liderada por grupos ligados à UDN e a Carlos Lacerda. Já nas normas de abril, ao lado da “preservação dos valores democráticos”, aparece a necessidade da “restauração da probidade moral”. A perseguição aos corruptos tem tanto espaço nos jornais quanto a punição dos subversivos durante o 1964 sem Goulart.

O noticiário registra o vigor dessa vontade de investigar e punir que intoxicou o ar do Brasil a partir de abril de 1964; e sua consubstanciação por meio o instrumento IPM. No imediato pós-golpe, as “comissões do expurgo” enchiam as páginas dos jornais – *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, designou como “de expurgo” a CGI da USP. Havia múltiplos expurgos, múltiplas sindicâncias. Em uma só página do *Jornal do Brasil* de 1º de Maio informa-se que havia uma Comissão do Expurgo estadual, com três membros, instalada pelo secretário da Segurança da Guanabara, o coronel Gustavo Borges, e com jurisdição sobre os três Poderes; no Tribunal Regional do Trabalho (já investigado pelo expurgo estadual), estava em funcionamento uma comissão incumbida da “investigação sumária” de atos praticados por seus funcionários “contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade funcional”; e outra comissão especial estava designada para realizar o expurgo de funcionários da Assembleia Legislativa (outra sobreposição) da Guanabara que tivessem participado de “atividades extremistas”. Em Campos, no Estado do Rio de Janeiro, o prefeito, “atendendo às exigências do Comando Revolucionário

¹⁷³ Os relatórios dos encarregados da Faculdade de Filosofia e da Faculdade de Direito considerei apressados. O relatório do coronel Sebastião Alvim, que investigou uma sublevação de sargentos e cabos que Thomas Maack, um dos perseguidos do IPM da Medicina, teria ajudado a fomentar, é o mais bem circunstanciado.

Civil”, de cinco membros – inovação local –, demitiu mil funcionários municipais, todos contratados pelo prefeito antecessor, que sofreu *impeachment* pelo Legislativo imediatamente depois do golpe. Parte dos funcionários poderia voltar ao cargo, conta a notícia; mas só depois da “triagem ideológica”. Em Belo Horizonte, lê-se na mesma página, estava em atividade a Comissão de Triagem do Conselho Estadual de Aplicação do Ato Institucional.

4.2.1 IPM e “linhas duras”

O lugar destacado dos inquéritos na cena pública não escapou à literatura, que identifica nos IPMs o embrião do endurecimento do regime, de que o Ato Institucional nº 2 é marco importante (FICO, 2004, p. 36). Outra parte da historiografia, interessada na Justiça Militar, destaca o caráter de “rede de agentes e de práticas” dos IPMs e de seus encarregados, o que os alça à condição de “ator político específico” (Lemos, 2008, p.427). Compartilho desses pontos de vista, que explicam fenômenos como os “coronéis dos IPMs”, de que é emblemático o encarregado do IPM 709, coronel Ferdinando de Carvalho. Em novembro de 1964, esse grupo de coronéis é recebido por Castelo Branco; e deles se diz na imprensa serem da “linha dura”. Havia, porém, mais na linha dura, além da linha dura entre coronéis e tenentes-coronéis formados na cartilha da guerra revolucionária.

A expressão “linha dura”, no decorrer de 1964, tudo uso amplo – aparece contextos diversos, em geral associados à aplicação rigorosa de um pensamento ou de uma medida. A expressão não era usada exclusivamente para os assuntos internos ao Brasil. Assim, havia linha dura contra Cuba na OEA (*Diário de Notícias*, 19 de julho, p. 1), na Sunab contra comerciantes (*Diário de Notícias*, 21 de agosto, p. 2); entre grupos na esquerda que professavam a “linha dura” de Mao Tsetung, como, por exemplo, os grupos dos 11, de Leonel Brizola (*O Globo*, 11/6/1964, p. 4). Em agosto de 1964, o presidente Castelo Branco tenta se apropriar da expressão; é o que registra o “matutino de maior circulação no Rio de Janeiro” (o *Diário de Notícias*), na primeira página do dia 19 do mesmo mês. Em discurso durante entrega de espada a novos generais, de improviso, Castelo afirmou que seu governo adotava duas formas de “linha dura”: nas ações de expurgo e na seleção para as promoções militares. O almirante Silvio Heck, o ex-ministro da Marinha homenageado em São Paulo (seção 2), se serve da expressão para se autodesignar, ao acusar o governo de ceder à “corrupção e à politicagem” (21 de julho, p. 3); e também para o comandante do IV Exército, Justino Alves, caracterizar o momento vivido pelo país em fase de “limpeza da área, na linha dura de descomunização do ambiente nacional; do extermínio da corrupção que avassalara a Nação (...)” (19 de maio, p. 1). No *Correio da Manhã*, a expressão é frequente também nas páginas políticas. O jornal registra que a cassação de

Juscelino Kubitschek, a 9 de junho de 1964, teria sido a decisão mais grave tomada pelo governo, pensamento atribuído ao presidente da República, e tratada como clara vitória da “linha dura”, entidade que nem o *Correio*, nem qualquer jornal, se preocupa em definir.

No panorama paulista, os IPMs sobre corrupção reuniram militares da reserva, da ativa e civis próximos à UDN, com a anuência e o apoio do marechal Taurino de Resende – que delegou poder ao oficial que encarnou a caça aos corruptos em São Paulo. Sebastião Dalysio Mena Barreto, na reserva desde 1955, pertencia a essa geração de generais mais antigos, como Estevão Taurino¹⁷⁴. Mas é marcante na linha dura paulista a proeminência civil. Mesmo o Mena Barreto, embora general, tinha estabelecido na cidade um negócio de engenharia e incorporação. Também as comissões de sindicância que grassaram nos primeiros meses são iniciativas de civis, que se autoimpuseram a responsabilidade de desencadear o expurgo e salvar o Brasil. Também a CGI da USP foi posta em marcha por dirigentes civis da máquina administrativa.

Já os IPMs contra comunistas ficaram com oficiais mais jovens, maiores, tenentes-coronéis, coronéis, frequentemente instrutores das escolas de comando militares, que aplicaram à coisa investigada – a infiltração comunista – a grade de leitura da guerra revolucionária, que, como já mencionado, contribuiu para legitimar a quebra de legalidade¹⁷⁵.

Outra característica do noticiário em torno dos IPMs nos meses imediatos à destituição de Goulart foi a sobreposição e confusão entre essa forma inquisitorial e a Comissão Geral de Investigações criada pelo presidente Castelo Branco por meio do Decreto 53.700, de 28 de abril, que pretendeu regulamentar o Ato Institucional, e tinha como objetivo expresso no *caput* “uniformizar” as investigações, e subordinada ao Ministério da Justiça. O presidente nomeou Taurino presidente dessa CGI assim que o encarregado do IPM passou à reserva. A CGI deixa

¹⁷⁴ A característica mais fluida do qualificativo corrupto (em relação a comunista) permitiu o uso mais amplo dos IPMs da corrupção contra adversários políticos. Por exemplo: seria difícil sustentar que Adhemar de Barros fosse comunista; já ele corrupto parecia ser coisa simples de provar sumariamente. Essa é uma hipótese de trabalho para explicar porque, nos primeiros 6 meses do golpe e do novo regime, houve a expansão do discurso contra a corrupção, em detrimento do discurso contra comunistas. Não quero dizer que os IPMs deixaram de lado a caça aos comunistas; isto, o regime não fez. Mas a caça à corrupção também compôs o cenário.

¹⁷⁵ Relatos e textos de várias fontes mostram que Castelo Branco conhecia a teoria da guerra revolucionária. Por exemplo: Aliomar Baleeiro, deputado federal da UDN pela Bahia, in VIANNA, 1986, conta ter se encontrado com Castelo ainda na fase conspiratória, em que o general se mantinha discreto, e o futuro presidente ter concedido que “havia coincidência entre o conceito de guerra revolucionária dos comunistas e os atos de Jango”. Isto fez Baleeiro sair de lá “com a impressão de que suas palavras valiam por uma promessa de ação”, pois Jango estar com a guerra revolucionária equivalia a estar “fora das atribuições constitucionais”, aspas aqui do próprio Baleeiro. A lembrança expressa o ponto de vista de um civil: Baleeiro fala como se Castelo precisasse ser “iniciado” à teoria da guerra revolucionária; quando acontecia o oposto – era ele, o deputado federal, que estava, um tanto ingenuamente, sendo “iniciado” no assunto por Bilac Pinto, presidente de seu partido e principal divulgador para público extraquartéis do quadro de leitura fornecido pela teoria da guerra revolucionária.

de existir transcurso seis meses do Ato Institucional¹⁷⁶, em outubro. O tema dos IPMs, no entanto, atravessou 1964.

Nessa fase precoce, à medida em que 1964 avança rumo ao final da vigência do artigo 7º do Ato, o confronto noticiado nos jornais se dá entre generais contra a corrupção e o governo federal, e o tema em torno do qual se dá o conflito não é a perseguição a comunistas. O que vai alinhando esses oficiais são as vicissitudes que encontram quando saem a perseguir políticos que consideram corruptos. Essa “linha dura”, ao mirar na corrupção, sabe que acertará em certos políticos e não em outros, e em seus respectivos partidos; assim, a ênfase na corrupção se consolida depois do golpe como instrumento de luta política no interior da direita; antes do golpe, a necessidade da união contra Jango minimizou o assunto. Esses oficiais levam o debate para o campo da finalidade do movimento que depôs Goulart: não era para restaurar a moralidade?, perguntam. A resposta do governo, que Castelo Branco expressa em diversas ocasiões ao longo de 1964, secundado por Costa e Silva, é a de que o compromisso do novo regime é a volta à normalidade; e que as Forças Armadas se encontram unidas.

Havia pouca dissensão interna entre oficiais quanto à caça aos comunistas; já a erradicação de políticos corruptos não parecia ser um caminho que o governo Castelo Branco estivesse disposto a trilhar em 1964, pelo potencial de criação de conflitos no interior da direita civil que havia se unido contra Goulart. A “Crise de São Paulo” expressa esse conflito no âmbito do Estado.

4.3 A CRISE DE SÃO PAULO: A LINHA DURA QUE TENTA CERCAR ADHEMAR

Não houve mês de 1964, depois da deposição de Goulart, que tenha se passado sem conflitos entre os vitoriosos. Agosto, no entanto, foi particularmente tenso. Foi o mês em que Castelo Branco exonerou o marechal Estevão Taurino do encargo do IPM-mór; e também o do ápice da “Crise de São Paulo”. O detalhamento de lances da Crise de São Paulo permite delimitar dois dos campos da direita civil paulista: de um lado, a UDN local, comprometida com a candidatura Carlos Lacerda à Presidência; de outro, o arco de alianças em torno do nome de Adhemar de Barros para as eleições de 1965.

¹⁷⁶ Em 26 de fevereiro de 1969, na onda repressiva subsequente ao Ato 5, registra o jornalista Maurício Loureiro Gama em sua coluna política no *Diário da Noite*, em nota sobre a instalação imediata de uma “Comissão Estadual de Investigações”, que o governador Abreu Sodré estaria em perfeita sintonia com uma nova “CGI”: “Já se diz que o celeberrimo inquérito da CMTC, instaurado no tempo do enérgico general Dalysio Menna Barreto, vai ter desfecho afinal.” A comissão, formada por Hely Lopes Meireles, Virgílio Lopes da Silva e Luis Francisco de Carvalho, iria se avistar, segundo a nota, com Gama e Silva, ministro da Justiça. O inquérito da CMTC, como se verá adiante, desgastou Castelo Branco perante a chamada “linha dura”.

O golpe, embora repentino, não fez desaparecer instantaneamente o Brasil pré-abril de 1964. Apesar da ascensão dos militares, os olhos da política profissional permaneceram postos na próxima campanha presidencial, mesmo depois da decisão do Congresso pós-cassações pela prorrogação do mandato de Castelo Branco. Lacerda e Magalhães Pinto, adversários na UDN, Adhemar de Barros, “esteio” da vitória de abril, haviam se unido aos militares contra Goulart, mas não para deixar os generais com o poder. No horizonte de 1964, a Presidência da República voltaria a mãos civis depois do mandato de Castelo Branco.

Estevão Taurino de Resende tentava influir na movimentação política, via declarações aos jornais, e sofreu repetidas derrotas, impostas por Castelo Branco e Costa e Silva. Já em maio, amargou um primeiro dissabor: apesar de deixar pistas pelos jornais de seu interesse em ser trazido de volta ao serviço ativo, se viu marechal na reserva já a partir do início do mês. Com a passagem para a reserva, perdeu o comando da 1ª Região Militar; a mesma ameaça se estendia sobre seu lugar no IPM (já que era possível argumentar que encarregados devem ser do serviço ativo)¹⁷⁷. Castelo Branco lhe destinou a presidência da CGI depois de sua passagem à reserva.

Um belo dia de maio, lê-se o título em *O Globo*:

“*O Marechal Taurino de Resende afirma que é de estarrecer a corrupção que vai pelo Brasil*”

É de estarrecer, de desanimar, de entristecer, a constatação da corrupção que vai por este Brasil. Se apurássemos tudo, o País se esvaziaria, declarou ontem à imprensa o Marechal Estevão Taurino de Resende (...) ao comentar a profundidade dos trabalhos que estão sendo realizados tanto na CGI quanto no Inquérito Policial Militar que também preside.” (*O GLOBO*, 27/05/1964, p. 12)

A partir daí, Taurino não deixaria mais de lado o tema da corrupção. Em 5 de junho, entre outras reivindicações que fará a Castelo Branco durante o mês, o marechal usa o jornalista de *O Globo* para divulgar a íntegra de um telex que dirigiu ao presidente da República:

“Tendo sido informado pelo Coronel Paulo Souto, encarregado do Inquérito Policial Militar da Caixa Econômica Federal de São Paulo, que as investigações envolvem seriamente o atual presidente daquela Caixa, rogo a Vossa Excelência substituí-lo no interesse da apuração rigorosa de fatos graves, bem como prover três vagas atualmente existentes no Conselho Administrativo. Cordiais Saudações. (*O GLOBO*, 06/06/1964, p. 7)

O tom é de quem queria determinar a Castelo Branco a execução de certas ações, como se o presidente estivesse sob suas ordens e não o contrário. A nota serviu também para não deixar dúvida quanto ao apoio do encarregado àquele a quem delegara a ordem para perseguir as irregularidades da Caixa Econômica Federal, chamado por ele ao Rio de Janeiro em 26 de maio -- Paulo Emilio Souto (“tenente-coronel, da arma da Artilharia, oficial do Estado Maior, da 2ª

¹⁷⁷ Que, no entanto, conseguiu manter até o início de agosto.

Região Militar” [*O ESTADO DE S.PAULO*, 27/05/1964, p. 34)] – para receber pessoalmente a incumbência. A missão do oficial, explica a nota na contracapa do 1º caderno da edição de *O Estado*, seria a de apresentar um trabalho tão bom na Caixa Econômica Federal em São Paulo quanto o já em execução na Caixa Econômica Federal no Rio de Janeiro pelo coronel Onaldo Raposo, também designado por Taurino para a tarefa.

Castelo Branco não respondeu a Taurino (como fez em todas as ocasiões de desafio criadas pelo marechal) e nem removeu Favorino Rodrigues do Prado Júnior¹⁷⁸, o presidente da Caixa em São Paulo nessa data, nem mais adiante, nos 10 dias finais de outubro de 1964, quando o tenente-coronel Souto, frustrado pelo fim da vigência do Ato Institucional, convocou os jornais para uma entrevista que levou o IPM da Caixa ao ponto alto de sua trajetória na imprensa paulista e carioca. Com os poderes sumários previstos no Artigo 7º do Ato Institucional já expirados, Paulo Emilio Souto reapareceu nos jornais para apresentar seu relatório. Na ocasião, acusou Auro de Moura Andrade, o presidente do Senado, do PSD, de sustentar Favorino Prado no cargo, para se beneficiar, ele próprio, de negociações que envolviam a Caixa¹⁷⁹. Prado é referido comumente como cunhado de Auro de Moura Andrade.

No mesmo dia em que *O Globo* registra o pedido de Taurino para a “remoção” do presidente da Caixa em São Paulo, o encarregado teria recebido também um IPM sobre acontecimentos do Pará, em que o assunto é mais uma vez a corrupção; o encarregado, general Ernesto Bandeira Coelho, declara: “– Subversão, praticamente, não existe no Estado do Pará. (...) O que lá existe é profunda corrupção. As provas são em grande número (...), focalizando ao todo 70 elementos de destaque nas administrações locais.”

A punição a corruptos também é o motivo que o marechal Taurino aponta para sua decisão de deixar a presidência da CGI, em 21 de julho: “Essa Comissão [a CGI] pune apenas os miúdos, os pequenos funcionários, pois os maiores, os implicados na corrupção e na subversão, não são atingidos pelo artigo 7º do Ato Institucional” (*O GLOBO*, 22/07/1964, p. 13). A desavença entre Taurino e o governo se agrava progressivamente, até a primeira semana de agosto, quando

¹⁷⁸ O que, de qualquer modo, no ordenamento de abril, não caberia a ele, mas ao governador do Estado. Adhemar de Barros, no entanto, em 10 de outubro, não demitiu Favorino como fez com os docentes da Faculdade de Medicina, o que motivava a carta dirigida a ele pelo almirante Paulo Bosísio, mencionada na nota abaixo.

¹⁷⁹ Na maior parte dos relatos sobre “corrupção”, as acusações se dão em torno do preenchimento de cargos segundo critérios pessoais, para com isso colher benefícios especiais. Um relato pormenorizado do que haveria de provas contra Favorino Prado na Comissão Geral de Investigações, presidida em outubro não mais por Taurino, mas pelo almirante Paulo Bosísio, está em “*CGI estranha que Adhemar tenha poupado cunhado de Auro*” (*JORNAL DO BRASIL*, 29/10/1964, p. 3). Em muitos casos, o que a CGI usava para incriminar vinda dos IPMs.

o marechal expõe sua insatisfação com a exoneração do IPM, determinada por Castelo Branco, e antecipada a ele por Costa e Silva. Em sua trajetória pelos acontecimentos de 1964, Taurino migrou de aliado de primeira hora de Costa e Silva, e apoiador de Castelo Branco, a opositor de ambos; começou com os olhos postos nos comunistas, mas desviou seus esforços para a denúncia da suposta leniência do primeiro governo revolucionário com os corruptos civis.

4.3.1 *A Crise de São Paulo: fase ofensiva*

Na história da pesquisa, o rastro premonitório mais antigo de que haveria uma “Crise de São Paulo” em julho e agosto de 1964 é o do dia 16 de maio, data em que o governador dirige uma advertência suave a adversários e a aliados. Em entrevista publicada na página política de *O Estado de São Paulo*, Adhemar de Barros anunciava sua “nova linha” (palavras do redator do jornal) de atuação. Tratava-se, como destacado no título, de uma linha de “tolerância na ‘operação limpeza’”. Adhemar propunha como sua nova política a “recuperação das ovelhas” que pudessem ter se extraviado “por ignorância ou por serem inocentes úteis”, em contraposição a uma política de perseguição a ovelhas perdidas para fins de punição. Ir muito “a fundo” contra comunistas e corruptos, alertava o governador, traria o risco de “agitação política”, de acordo com a escolha que fez das palavras. Como parte da nova tolerância, continuava a entrevista, Adhemar de Barros teria determinado ao Departamento de Ordem Política e Social a libertação de vereadores que haviam sido presos na última semana¹⁸⁰.

A advertência não intimidou os mandantes dos IPMs contra a corrupção no Estado. Dez dias depois da entrevista, o marechal Taurino ordenou o IPM da Caixa Econômica Federal; na data, já acontecia o IPM do Serviço Federal de Repressão e Prevenção com os Crimes da Fazenda Nacional, em Santos, presidido pelo general Sílvio Correia de Andrade; e ainda, na esfera da IV Zona Aérea, desenvolvia-se o IPM sobre a Recebedoria Federal em solo paulista. Mas a Crise de São Paulo – a que se deu em torno de dois IPMs conduzidos pelo mesmo grupo, o IPM da CMTC, Companhia Municipal de Transportes Coletivos e o IPM sobre a Moagem de Trigo – toma corpo simultaneamente ao desencadear oficial do IPM da Medicina, que se põe em marcha na metade de julho, com a primeira autuação de documentos pelo tenente Maduro e a

¹⁸⁰ Na mesma página 4, *O Estado de S. Paulo* registra que os “edis” David Lerer e Molina Jr. já haviam sido soltos ao tempo da escritura da matéria e que Laercio Cortes e João Carlos Meirelles (PDC) seriam soltos ainda na noite do dia 15 de maio. Também na edição de 16 de maio, o *Diário da Noite* registra a soltura de João Miguel, estudante da Faculdade de Direito da USP e ex-presidente do Centro Acadêmico. Para mantê-lo incomunicável por mais de 20 dias, o Dops não esperou pelo relatório da CGI da USP, que o apontou entre os “suspeitos”, e nem o relatório do IPM da Faculdade de Direito, que o indiciou (*Diário da Noite*, 16/05/1964, p. 2). Na primeira página da edição, uma fotografia mostra o governador no ato de doar seu salário para a Campanha Ouro para o Bem do Brasil. A manchete principal informa “*Chove o ouro da redenção*”.

tomada do primeiro depoimento, o do catedrático de Parasitologia, Antonio Dácio Franco do Amaral.

Acusações de envolvimento em irregularidades relacionadas ao uso do dinheiro público e da máquina administrativa estavam longe de se constituir em acontecimento inédito na vida pública do governador de São Paulo, alvo latente do IPM da CMTC. Em 15 de julho, uma notícia curta registra...

Por determinação do marechal Taurino de Rezende, o general Dalysio Mena Barreto, presidente da nova Comissão de Inquérito Policial Militar instalada na Capital, requisitou na tarde de ontem todo o processo relativo à sindicância e inquérito instaurados para apuração das numerosas irregularidades ocorridas na CMTC, em 1960 e 1961. O Juiz despachou favoravelmente, devendo ir hoje ao Tribunal de Justiça um membro do IPM apanhar os autos do processo. O novo IPM foi instalado há dias no Ibirapuera, em próprio cedido pelo prefeito Prestes Maia, e antigamente ocupado pelo Pronto Socorro (...). (*O ESTADO DE S.PAULO*, 15/07/1964, p. 12).

Oficializou-se, assim, essa “Comissão do Inquérito Policial Militar” – título inovador --, presidida por um general da reserva, e de acordo com a notícia, com a benção e a delegação de poderes do marechal Taurino. Fica autorizada, conseqüentemente, a iniciativa de chegar a Adhemar. O caminho escolhido por Mena Barreto é o de reabrir uma investigação já arquivada pela Justiça do Estado, sobre a CMTC.

No dia seguinte, 16 de julho, *O Estado* detalha a responsabilidade do presidente da Comissão de IPMs de São Paulo: “apurar casos de subversão e atos atentatórios à probidade administrativa”¹⁸¹. No dia 17, a *Folha* noticia que os dezoito volumes da sindicância da CMTC e mais os seis volumes de inquérito policial subsequente (de 1961) já estariam no Ibirapuera. Acrescenta: “A área de trabalho da Comissão (Parque Ibirapuera, antigo Pronto Socorro) foi considerada militar, estando guarnecida pelo Exército” (*FOLHA DE S.PAULO*, 17/07/1964, p. 10). No mesmo dia 17, o IPM ouviu a primeira testemunha, o “capitão Joaquim Leite de Almeida, antigo superintendente da CMTC”. Passado o final de semana, Mena Barreto ouviu “o ex-pagador-chefe da CMTC”, Valter Rebelo, no dia 20. No dia 22, convocou a comparecer ao antigo Pronto Socorro “os srs. Adelávio Sette de Azevedo (ex-diretor da CMTC e atual subchefe da Casa Civil do governador do Estado) e Cesar Dias Batista, secretário particular do sr. Adhemar de Barros” (*FOLHA DE S.PAULO*, 23/07/1964, p. 15), ambos com escritórios no

¹⁸¹ Não há vestígio de ingerência de Dalysio Mena Barreto nos IPMs da USP.

Palácio dos Campos Eliseos, sede do governo estadual. O IPM da CMTC, na ofensiva, parecia querer ir “a fundo” – justamente o lugar que Adhemar de Barros advertira, seria aquele que levaria à agitação política.

A próxima cena do IPM foi o comparecimento para depor de Azevedo, o subchefe da Casa Civil, acompanhado de seu superior imediato, ninguém menos do que o próprio chefe da Casa Civil do governador Adhemar de Barros, Artur Audrá. Azevedo teria respondido a perguntas por duas horas e depois liberado (*CORREIO DA MANHÃ*, 23/07/1964, p.1) Diz ainda o *Correio* que ficou combinada para a segunda feira seguinte, 27 de julho, a apresentação de Cesar Dias Batista, o secretário de Adhemar. Na terça feira, dia 28, “dois elementos teriam sido presos pelas autoridades após prestarem depoimentos” (*O ESTADO DE S.PAULO*, 29/07/1964, p. 13). Um dos presos foi identificado no noticiário do mesmo dia como Joaquim Leite, o ex-superintendente da companhia de ônibus; só no dia seguinte se confirmou a identidade do segundo preso – Cesar Batista, o secretário particular de Adhemar, havia sido “recolhido” pelo IPM a uma unidade do II Exército, em seguida ao depoimento que, como combinado, prestou à tarde. O subsecretário da Casa Civil, Sette de Azevedo, frente à escalada do IPM, preferiu deixar São Paulo rumo a Uberaba, de onde era originário.

4.3.1.1 *General Dalysio Mena Barreto, uma liderança da direita civil ligada à UDN*

Mas quem seria o general que comandava a investida, tão decidido a atacar o círculo mais próximo ao governador? Em 1938, quando Adhemar de Barros se tornou o interventor paulista, Mena Barreto havia chefiado o departamento de Segurança Pública. Até ser transferido para a reserva como general de divisão, em setembro de 1955, Mena Barreto passou boa parte de seu tempo de coronel no Estado Maior da 2ª Região Militar, na capital do Estado. Em 1954, fez parte da comissão que organizou a participação da 2ª Região no IV Centenário de São Paulo. Na descrição feita por Dreifuss (principalmente p. 379 e seguintes) a partir dos documentos do Ipes, já “estava ligado ao estado maior dos empresários e militares” ipesianos paulistas, desde novembro de 1961, na condição de chefe de uma seção do movimento civil-militar (p. 379). Nessa versão, é descrito como um líder civil-militar, que operava uma “estrutura para a ação” apoiada nos “grupos de ação e de estudo do IPES em São Paulo”, organizada em setores de preparação psicológica das massas; informações; mobilização e finanças¹⁸². Mena Barreto coordenava essas suas atividades, sempre segundo o registro de Dreifuss, com outro ex-militar

¹⁸² O relato apresentado por Dreifuss (p. 380) é um exemplo da tendência à idealização da própria estrutura nos documentos do Ipes. A “estrutura” descrita pretende ser capaz de planejar em detalhes a operação secreta e deve ser tomada como aquilo que o Ipes sonhava ser, não aquilo em que o sonho se transformou ao frequentar a história e a geografia de São Paulo nos 1960s.

da cena paulistana: Reinaldo Saldanha da Gama, professor de Mineralogia da USP¹⁸³, que havia feito parte do trio paulista fundador do Ipes e comandava um grupo clandestino de operações especiais de “oitenta homens”. Outro seu colaborador era Juvenal Sayão (ou Sayon), líder da “unidade de ação” do Ipes, de que faziam parte Gama e Silva e outro reitor da USP frequentador das listas de conspiradores: Ernesto Leme, da Faculdade de Direito, reitor da USP de 1951 a 1953.

Segundo essa versão, Mourão Filho chegou a São Paulo em março de 1963, para comandar a 2ª RM, e se tornou simultaneamente o chefe ostensivo dessa estrutura do Ipes. Ostensivo porque, ingenuamente, Mourão foi levado a acreditar que a estrutura não preexistia a sua chegada. Na mesma linha manipulatória, Mourão teria sido levado pelo grupo de Sayão a sugerir ao governador Adhemar de Barros o nome de Reinaldo Saldanha da Gama para dirigir a Guarda Civil paulista, vista na época como um importante recurso para o caso de confrontação militar com forças de Goulart. Outra manobra do mesmo grupo do Ipes teria sido feita por meio de Gama e Silva, que sugeriu a Adhemar nomear Juvenal Sayão para um cargo no Dops, com o objetivo de antecipar qualquer movimentação contra a conspiração que pudesse partir dali. Mena Barreto se tornou o chefe do “Estado Maior civil” de Mourão, grupo que em muito coincidia com membros da estrutura do Ipes. O escritório do general, no Largo São Bento, foi ponto de encontro dos conspiradores, de acordo com Eldino Brancante, outro membro do Ipes muito citado, o autor de um “relatório do Estado Maior Civil de São Paulo”, endereçado ao general Mourão Filho e publicado como um anexo no seu livro de memórias (MOURÃO, 2011, Anexo Único, *Relatório do Estado Maior Civil de São Paulo*)

Nas listas de conspiradores civis, um nome frequente nas redondezas desse grupo de conspiradores é o do deputado Herbert Levy, então uma liderança da UDN paulista. Em um depoimento sobre o início do governo Castelo Branco, Levy explicita a posição da UDN paulista frente ao governador Adhemar de Barros. Ao fazê-lo, contextualiza a ação dos IPMs da corrupção no Estado.

“Quando a revolução decidiu manter o Congresso aberto, criava automaticamente uma dificuldade básica para o presidente: a de negociar com forças que compunham a maioria e contra as quais se fizera, em última análise, a revolução. Isso obrigou o presidente Castelo a manobrar para ir cumprindo os objetivos do governo. E o gosto pela política (...) levou-o muitas vezes a transigências com elementos comprometidos para servir a seus objetivos políticos (...). O governador de São Paulo, Ademar de Barros, cujo passado lhe dera ampla e notória reputação de improbidade, fora, entretanto, pela sua firmeza ao lado da revolução e contra o presidente João Goulart, um dos seus

sustentáculos (...). Se bem que fosse um contrassenso sustentar a revolução um homem da notoriedade do então governador, à testa do principal Estado da Federação, falando ao presidente Castelo em nome dos líderes revolucionários de São Paulo pouco tempo depois de iniciado seu governo, disse-lhe que não pretendíamos criar-lhe dificuldades pedindo a cabeça do governador.” (VIANNA FILHO, op. cit., pp. 35-36)

Pedir a cabeça, não; mas, sim, tentar cortá-la por meio dos IPMs da corrupção: esta foi a tarefa a que se dedicou o general Mena Barreto.

4.3.2 *A Crise de São Paulo: o desenlace em agosto*

No dia 30 de julho, com o secretário particular de Adhemar preso pelo IPM, o general Amaury Kruehl, comandante do II Exército, e o secretário da Segurança Pública de São Paulo, general Ivanhoé Gonçalves Martins, se envolvem no caso entre IPMs e Adhemar de Barros, ao emitirem comunicados “quase que simultâneos”, de acordo com o *Jornal do Brasil*, para informar que “pessoas inquiridas em IPMs em São Paulo somente serão presas e encaminhadas a dependências da polícia ou do Exército depois de seus depoimentos terem sido examinados pelo comando do II Exército ou pelo Secretário da Segurança”. Embora o jornal tivesse registrado a recepção da nota do II Exército nos Campos Elíseos como “autêntico habeas corpus” para correlegionários do governandor sob ameaça, ainda assim não levou a tranquilidade aos jardins do Palácio: “temia-se a possibilidade de novas prisões” (JORNAL DO BRASIL, 31/7/1964, p.4).

De toda a forma, a nota conjunta de Kruehl e Ivanhoé foi a primeira reação obtida pelos IPMs da corrupção frente ao mutismo do governo de São Paulo (Adhemar fizera a advertência em maio e depois se calou). Ela marcou uma inflexão por parte de Adhemar de Barros, que aparece no noticiário de 4 de agosto: ele passou à ofensiva. Sob o título “*Prisão do Secretário é parte de uma manobra visando ao cerco de Ademar*”, escreveu o jornalista Mauro Guimarães, de São Paulo:

A prisão do secretário particular do Sr. Ademar de Barros, mantida e efetivada apesar da nota oficial do Comando do II Exército, não pode ser considerada isoladamente, como consequência de uma simples investigação policial militar, mas como parte integrante de manobra de cerco do governador paulista, partindo de áreas civis e militares que lhe fazem oposição intransigente. A nota expedida pelo General Kruehl, com o propósito de evitar embaraços administrativos nos quartéis, está sendo interpretada em conhecidos setores políticos como conivência do comandante do II Exército com o governador Ademar de Barros, na tentativa que este estaria fazendo para aliviar seus auxiliares envolvidos pelo IPM da CMTC. (JORNAL DO BRASIL, 4/08/1964, p. 4)

A restrição também a Kruel fica melhor compreendida pelas palavras que o deputado Herbert Levy relatou ter usado, em reunião com o presidente Castelo Branco, e na presença de Paulo Egídio Martins, então ministro de Indústria e Comércio (definido na reminiscência de Levy como “homem da corrente ortodoxa paulista”):

Nessa reunião fiz-lhe sentir, com o apoio do ministro, que o que se passava em São Paulo, com a conduta impune do governador, e mais a presença, como comandante do II Exército, do general Amaury Kruel, amigo de Goulart e empurrado a contragosto para aderir à revolução, era uma dose insuportável para o povo paulista. (VIANNA FILHO, op. cit., p. 36)

Kruel ser amigo de Goulart já havia sido ruim o suficiente para os udenistas; depois do golpe, o acréscimo da presença dele no comando do II Exército à difícil coabitação com Adhemar, mantida em razão da aliança na fase conspiratória, tornava ainda mais “insuportável” a vida da UDN paulista, aos olhos de Levy – que, como todos os políticos, estavam postos na campanha vindoura para a Presidência da República em 1965, ou 1966, servia aos objetivos da UDN e de seu candidato Carlos Lacerda desgastar Adhemar, que também disputaria o pleito. Também amargurava a UDN o general e o governador terem se aproximado graças ao esforço de Costa e Silva¹⁸⁴. Nesse contexto, Mena Barreto age a despeito da advertência da nota conjunta do II Exército e da Secretaria da Segurança Pública, ao manter sua ofensiva contra Adhemar.

Como o repórter político do *Jornal do Brasil* (o mesmo Mauro Guimarães do “cerco ao governador”) havia escrito no sábado anterior, 1º de agosto, São Paulo já vivia “dias pré-revolucionários”, em razão da expectativa criada pelo embate entre Adhemar de Barros e “áreas civis e militares que lhe [ao governador] fazem oposição intransigente”, entrincheiradas nos IPMs sob o comando de Dalysio Mena Barreto. A coluna informa ainda, ao referir-se ao mutismo do governador, ausente há 19 dias dos Campos Elíseos:

“O que se pode antecipar é que o senhor Ademar de Barros não pretende produzir nenhum pronunciamento que signifique defesa pessoal. Pelo contrário,

¹⁸⁴ Tendo vindo a São Paulo no dia 27 de maio para cumprir agenda que incluiu doar “Ouro para o Bem do Brasil” ao lado de Castelo Branco, no saguão do prédio dos Diários Associados, reunião com a diretoria da Fiesp/Ciesp (da qual fazia parte Gama e Silva), e participação noturna em um programa de televisão, Costa e Silva foi recebido em almoço por Adhemar de Barros. Em seu discurso, contou ter aproximado “o meu amigo e brilhante colega Amaury Kruel do eminente governador Adhemar de Barros, pedi-lhes que se entendessem, porque o Brasil exigia essa união e ela se fez” (*O ESTADO DE S.PAULO*, 27/05/1964, p.1 2). O programa de televisão mencionado era o *Pinga Fogo*, da TV Tupi, a partir das 21h. Em seguida a esse compromisso, conta *O Estado* em texto publicado na p. 17 da edição de 28 de maio, Costa e Silva jantou na casa do reitor Gama e Silva. Terminado o jantar, houve uma “nota pitoresca”, palavras do redator: “a serenata que estudantes da Faculdade de Direito dedicaram ao general Costa e Silva”, que incluiu um desafio do qual participaram Gama e Silva (cujo verso foi “saudação ao Costa e Silva da Revolução”), Auro de Moura Andrade (verso: vou “fazer o verso com atenção, porque verso de senador pode acabar em cassação”) e Reinaldo Saldanha da Gama, da Faculdade de Filosofia e comandante da Guarda Civil, “que fez uma quadrinha recordando a Revolução de 32”. Sebastião Mena Barreto esteve no ágape, que terminou com a retirada de Costa e Silva e comitiva às 23h30.

já se fala numa denúncia que o governador estaria resistindo em formular com o propósito de não agitar ainda mais o panorama político nacional.” (*idem, ibidem*)

Dias depois, rumores sobre a transferência de Amaury Kruel do comando do II Exército chegam à *Coluna do Castelo*, na forma da seguinte nota:

“*Afastamento de Kruel*”

Em fontes políticas relacionadas com o Governo, transpira a informação de que o afastamento do General Amaury Kruel do Comando do II Exército é encarado como um importante fator no esforço de debelar a crise de São Paulo. Entende-se que a substituição do Comandante do II Exército deixaria o Sr. Ademar de Barros mais atento às realidades imediatas e, portanto, com espírito mais conciliador. (*JORNAL DO BRASIL*, 08/08/1964, p. 4)

A nota evidencia que Adhemar, com o apoio de Kruel, não estaria apresentando esse “espírito mais conciliador”. Na mesma edição de 8 de agosto, na mesma página 4 do *Jornal do Brasil*, lê-se um pouco abaixo da nota sobre Kruel, sob o título “*PSP pode romper com Castelo, diz Cantídio*”:

O Partido Social Progressista poderá romper com o Marechal Castelo Branco, caso o Presidente não tome providências para que cesse a onda de desmoralização que o IPM da CMTC, presidido pelo General Mena Barreto, vem desenvolvendo contra o governador Adhemar de Barros. A informação foi prestada ontem pelo Deputado Cantídio Sampaio. Disse ainda o parlamentar que “esta medida seria tomada à revelia do Chefe do Executivo paulista”. (...) O deputado Cantídio Sampaio considera “uma verdadeira perseguição ao líder civil do movimento revolucionário de 31 de março a campanha que lhe vem sendo movida, cujo objetivo é o de atingi-lo diretamente, através do envolvimento de seus elementos de maior confiança.” (*JORNAL DO BRASIL*, 8/8/1964, p.4)

Algumas linhas abaixo...

(...) Em vista desse estado de coisas, o clima é de revolta no seio da bancada do PSP, que julga ser incompatível com o prosseguimento de seu apoio ao Poder Central. -- O PSP é o fiel da balança no Congresso (...) [Cantídio] (A)firmou também que a oposição será francamente hostil, sem meio termo (*idem, ibidem*).

Cantídio Sampaio deixou claros os termos: ou Castelo Branco fazia cessar a “perseguição”, ou o partido do perseguido passaria à oposição. Visto ser o PSP “o fiel da balança”, a oposição a Castelo sairia fortalecida e, de acordo com a promessa feita, seria mais hostil. Por outro lado, na mesma notícia, outro porta-voz de Adhemar, o deputado Arnaldo Cerdeira, “em nome dos integrantes da bancada do PSP”, afirma que o grupo, “por estar unanimemente a favor do governador Adhemar de Barros, empresta como o próprio chefe do Executivo todo o apoio ao Presidente da República”. Pela voz de Cantídio, Adhemar apedrejou; e pela de Cerdeira, afagou.

O governador se movimentava, por meio de porta-vozes, mas as forças do general Mena Barreto não recuavam. Afonso Bossi, “assessor jurídico do Governador Adhemar de Barros”, foi levado pela segunda vez a prestar depoimento (*JORNAL DO BRASIL*, 11/08/1964, p. 4) e mantido preso; nessa data, além de Cesar Batista, havia já outro preso, ex-arrendatário de linhas de ônibus, “Sr. Otaka Svacina”. Na noite de 11 de agosto, Mena Barreto expediu ordem de prisão contra o subchefe da Casa Civil, Adelávio Sette de Azevedo, aquele que havia comparecido dias antes para depor, e que depois preferira deixar a capital rumo a Uberaba. Em resumo, a 12 de agosto, o saldo era de três presos, dos quais pelo menos dois eram auxiliares próximos de Adhemar Barros no governo paulista, e mais a ordem de prisão contra o subchefe da Casa Civil, o mais graduado entre perseguidos.

Em 9 de agosto, na Câmara Municipal, um vereador decidiu lançar moção de solidariedade a Mena Barreto, “em vista da campanha que se faz atualmente, para afastá-lo da presidência de alguns IPMs” – mostrando que o IPM sentia a reação do governador sendo sentida. No dia 13 de agosto, um repórter presente a “um flagrante de câmbio negro de farinha de trigo”, feito pelo IPM da moagem do trigo e acompanhado pelo próprio general Mena Barreto, registrou suas declarações dele sobre rumores de sua saída dos IPMs:

– Não me subordino a nenhum corrupto. Tenho um passado que nenhum corrupto há de manchar. É preciso limpar este mar de lama. Tenho um partido, o da Democracia, que prevê também a limpeza deste país. Levarei todos os corruptos em que deitar mão às barras dos tribunais.” (*JORNAL DO BRASIL*, 13/08/1964, p. 4)

Os rumores, estava claro já no mesmo dia, tinham sim fundamento, e é isto que torna o embate tão interessante. A investida udenista, identificada como representante de uma “linha dura”, já estava derrotada no dia 12 de agosto, quando Dalysio falou ao *Jornal do Brasil*. Naquela altura, já havia retirada sua autoridade sobre o inquérito da CMTC, e também o do trigo. Castelo Branco e Costa e Silva, ambos, haviam escolhido o lado do governador Adhemar de Barros. De acordo com a sucursal de Brasília do *Jornal do Brasil*:

“O ministro da Guerra, general Costa e Silva, após gestões junto ao presidente da República, conseguiu que o General Hugo Panasco Alvim avoque a si o IPM destinado a apurar a corrupção em São Paulo, afastando, em consequência, o General Mena Barreto.” (*JORNAL DO BRASIL*, 13/08/1964, p. 4)

A partir de então, a imprensa passa a apresentar a versão de que adversários políticos se apoderaram dos IPMs comandados por Mena Barreto como instrumentos de manobra contra o governador, movidos por interesses que não coincidiam com os interesses maiores dos que se

uniram para derrubar Goulart. Do ponto de vista retórico, a versão ademarista marcou ponto ao deslocar o debate sobre o IPM de seu conteúdo – as irregularidades da CMTC e da moagem do trigo – para perguntar a que ou a quem essa forma de busca da verdade estaria servindo. Sob o título “*Governo avocou os IPMs de São Paulo para evitar a luta entre desafetos*”, a sucursal de Brasília do *Jornal do Brasil* consolida o argumento que definiu o vencedor do embate, em reportagem que analisou a semana política paulista, marcada pela avocação dos IPMs de Mena Barreto:

“Os círculos oficiais consideram que o objetivo fundamental do Inquérito da Revolução é apurar os crimes de subversão e de corrupção praticados nos últimos governos e seus beneficiários, não admitindo, em consequência, que seja transformado em instrumento de pressão de grupos inimizados ou rivais que deles se queiram para eliminar desafetos ou adversários políticos. No caso de São Paulo (no Inquérito Policial Militar da CMTC), tudo indica que um grupo político conseguiu influir na composição da Comissão Delegada e procura transformar o inquérito em arma dos seus próprios interesses e não da Revolução.” (*JORNAL DO BRASIL*, 15/08/1964, p. 4)

A versão que prevaleceu deu a vitória ao governador do Estado por ter viabilizado o apoio do presidente Castelo Branco e do ministro da Guerra Costa e Silva a ele na Crise de São Paulo. O governo ficou ao lado dos interesses revolucionários, e não propriamente a favor de Adhemar. O argumento já vinha sendo preparado:

Está sendo esperada, para qualquer momento, a medida principal do presidente Castelo Branco, visando a desafogar o ambiente de apreensões em que o governador Adhemar de Barros vem se debatendo há vários dias, acossado por militares da “linha dura” e, ainda por cima, seus inimigos pessoais. A providência é o afastamento do general Dalysio Mena Barreto da direção do inquérito policial militar da CMTC, anunciado pelo general Costa e Silva (...). (*DIÁRIO DA NOITE*, 13/08/1964, p. 2, “*Castelo Desafoga Ademar de Barros*”)

Ou, na versão do *Correio da Manhã*, apurada pelo Rio e sucursais de São Paulo e Brasília, com o título “*Castelo exige a defesa de Ademar*”:

“O presidente da República está firmemente disposto a prestigiar o senhor Ademar de Barros e impedir por todos os meios, que os inquéritos militares, em São Paulo, se transformem em armas de pressão política contra um dos baluartes do movimento de 1º de abril”. Esta informação foi liberada, ontem, através de fonte militar ligada ao seu gabinete e cumprindo determinação do próprio marechal Castelo Branco. Ao mesmo tempo, ao reassumir nos Campos Elíseos o cargo de secretário particular do governador paulista, o sr. Cesar Dias Batista foi calorosamente saudado pela sua liberação. Dezenas de pessoas o cumprimentaram, no Palácio, a começar pelo sr. Ademar de Barros.” (*CORREIO DA MANHÃ*, 15/08/1964, p. 1)

E sob o intertítulo “*VITÓRIA*”:

Interpretada como autêntica vitória do governador, juntamente com o fim do inquérito sobre a CMTC, a libertação dos srs. Cesar Dias Batista e Afonso Bossi provocou grande alegria nos Campos Elíseos, onde se anuncia, para a

próxima segunda feira, a volta do sr. Adelávio Sette de Azevedo. (*CORREIO DA MANHÃ*, 15/08/1964, p. 1)

Um porta-voz do governador, na mesma notícia do “dia da vitória”, afirmou ao jornal que o general Mena Barreto seria um “militar faccioso”; e que só sua demissão faria São Paulo “voltar a respirar o clima da verdadeira democracia” (*idem, ibidem*). Pronunciou-se também o II Exército, por meio de “fonte ligada ao comando”, em nota proveniente da sucursal de São Paulo do *Jornal do Brasil*:

“A atitude do general Hugo Panasco Alvim, em avocar os inqueritos da CMTC e do trigo, representa o pensamento do governo federal, empenhado em apurar os fatos com imparcialidade muito embora alguns grupos políticos inexpressivos queiram imprimir interpretação diferente na opinião pública (...). (*JORNAL DO BRASIL*, 15/08/1964, p.4)

Para apelar Adhemar de Barros (diríamos hoje: em nome da governabilidade), Costa e Silva e Castelo Branco criaram a solução via Panasco Alvim, que havia tomado posse no lugar do marechal Taurino de Resende apenas 4 dias antes. Enquanto buscava o fim da Crise de São Paulo, o governo enfrentava no Rio de Janeiro a insatisfação de ex-encarregado do IPM. Imediatamente após a posse de Alvim, no dia 12 de agosto, noticiou o *Diário de Notícias*, o jornal dos militares cariocas, que a disposição de Taurino era se vingar do governo, por estar “estarecido e decepcionado” com o presidente da República. O *Diário* ouviu dele a promessa de que faria uma “denúncia à nação, apontando os inimigos que ainda ameaçam o país e a corrupção que continua grande”. Frustração muito semelhante se expressava na reação de Mena Barreto na imprensa nacional, em seu protesto contra ter perdido a autoridade sobre os IPMs da corrupção, que atinge seu ponto de máximo no dia 17 de agosto. Título principal da primeira página da edição do *Correio da Manhã* no dia seguinte: “*Mena Barreto desafia Castelo*”, despacho da sucursal de São Paulo. O jornal registra nas primeiras linhas a pergunta do general da CMTC: “quem, em nome da Pátria, passou procuração a uma eventual cúpula revolucionária para transigir com a corrupção?” O *Diário de Notícias* estampou a pergunta retórica do general no título. *Mena: Cúpula pode transigir com Corrupção?* (*Diário de Notícias*, 18/08/1964, p. 10).

Poderia? Mena Barreto formulou a pergunta depois de ler o editorial de *O Estado* sobre a avocação dos IPMs e as investigações das irregularidades de Adhemar. Intitulado “*Explicação necessária*” (*OESP*, 15/08/1964, p.3), o extraordinário editorial se posta na defesa da decisão de Alvim ao avocar os IPMs. Sem meias palavras, o jornal afirma a corrupção de Adhemar e a impossibilidade (antevista pelos revolucionários paulistas) de levar adiante a operação limpeza no Estado em razão da “palavra empenhada” na aceitação da aliança com o governador de São

Paulo, uma união que quis evitar a “ameaça mortal” que pairava a nação, com João Goulart. Militares e civis da conspiração, “entre os quais nos incluímos desde a primeira hora”, diz o editorialista, não “hesitaram” em acolher Adhemar. Por isso, o jornal se perfilava ao governo Castelo Branco na decisão de tirar os IPMs do general Mena Barreto para evitar desgaste ao governador.

A única resposta que o “repto” de Mena Barreto obteve, sobre o compromisso do governo Castelo Branco com a limpeza do país, veio na forma do discurso de improviso pronunciado pelo presidente na recepção a novos generais noticiada em 19 de agosto. À declaração do general da reserva, de que fazer parte da “linha dura”, Castelo Branco rebateu um pouco canhestramente, dizendo aos oficiais presentes que seu governo adotava “a linha dura usada na promoção de expurgos e punições, mas também para a seleção que indicou os novos oficiais ao generalato”, o que se constituía em um elogio aos promovidos.

O novo regime preferiu, naquela altura, se afastar da “linha dura” de Taurino de Resende e Mena Barreto, oficiais já fora do serviço ativo. Para afastar Taurino e também para afastar Mena Barreto, em agosto, Costa e Silva e Castelo Branco agiram juntos, de acordo com as declarações de ambos. Não encontrei sinais de pertencimento nem de Amaury Kruel nem de Gama e Silva (ambos vinculados a Costa e Silva) ao grupo civil-militar udenista. Além disso, Gama e Silva e Roberto de Abreu Sodré cultivavam uma inimizade, que viria a se expressar durante o governo do segundo em São Paulo, enquanto o primeiro exercia o ministério da Justiça, no período Costa e Silva. Em 1964, Gama era reitor da Universidade de São Paulo nomeado pelo governador do Estado¹⁸⁵. Gama e Silva não era “ademarista”, mas se acomodara ao governador.

Quanto ao tenente coronel Ênio dos Santos Pinheiro, não se sabe. Não há vestígio de proximidade entre os IPMs capitaneados por Mena Barreto para perseguir Adhemar e o IPM da Medicina. Ao relatar o inquérito, Pinheiro busca aplicar o conhecimento que mostra ter sobre a teoria da guerra revolucionária; na rota de seu caminho até o generalato, transformou-se em oficial da comunidade de segurança (o que o qualificaria para integrar outro grupo da linha dura de 1964). Não encontrei sinais de vínculos do tenente-coronel na direita paulista; na entrevista de 1992, diz que a conspiração da qual fez parte tinha centro no Estado Maior do Exército, no Palácio da Guerra, no Rio de Janeiro, uma perspectiva diferente da perspectiva paulista. Possivelmente, tratava-se de um forasteiro em São Paulo. Teve, antes, postos no Rio de Janeiro, onde havia forte influência de Carlos Lacerda sobre oficiais. Em seu relatório do

¹⁸⁵ Segundo o filho Roberto da Gama e Silva, o pai não gostava da UDN.

IPM, Pinheiro traz a opinião de Carlos Lacerda sobre a infiltração comunista – referência ao verso do poema das fases da guerra revolucionária – na vida universitária¹⁸⁶, o que poderia ser indicação de um ponto em comum com a UDN de Roberto de Abreu Sodré e de Herbert Levy.

Quando Pinheiro voltou a São Paulo, depois da passagem à reserva, veio trazido por Paulo Maluf. Em dezembro de 1964, ao deixar o II Exército, foi levado pelo vínculo com Juarez Távora, um misto de marechal e deputado federal, vinculado a uma tradição de prática política na caserna diferente dos oficiais mais modernos de 1964. As questões que colocará a seu comandante Krueel a respeito do IPM da Medicina, no entanto, se parecem com as questões colocadas pelos acontecimentos em torno do IPM da CMTC: o inquérito é para buscar a verdade ou para fazer o mal a desafetos? Embora a questão pareça a nossos olhos hipócrita, ou de um formalismo sem consequências, ela esteve presente no 1964 pós-deposição de Goulart.

4.4 A PRODUÇÃO CIVIL PAULISTA NA INSTRUÇÃO DO IPM DA MEDICINA

A produção civil que instrui o IPM – em especial a Carta Anônima¹⁸⁷ e o relatório da CGI¹⁸⁸ da USP – tem caráter anticomunista. Seu anticomunismo, no entanto, não está estruturado, como entre os oficiais superiores, de acordo com a grade de leitura da guerra revolucionária.

4.4.1 *A carta anônima*

A carta anônima entra nos autos de forma peculiar – sendo uma produção paulista, surge nos autos do IPM da Medicina acompanhada de ofício do chefe de gabinete do IPM-mór, coronel Tasso de Aquino, por ele despachada para São Paulo do prédio do Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro, e dirigida ao chefe do Estado Maior do II Exército. Chamo a carta de produção paulista, e produção civil, porque, embora anônima, tem autores declarados – “acadêmicos” da Faculdade de Medicina da USP. Se vale a declaração, a carta foi ao Rio de Janeiro para voltar a São Paulo por razão que a dissertação desconhece. Em 19 de junho, um ofício do coronel Tasso a endereça a São Paulo; no carimbo de protocolo de recebimento, a data registrada como

¹⁸⁶ Ao selecionar a notícia que registrou um “pronunciamento” do governador da Guanabara sobre ensino superior reportado pelo *Diário de Notícias*, “Lacerda: comunismo veio pelas universidades” (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 27/09/1964) para integrar a instrução do IPM da Medicina, Pinheiro demonstra a) estar ao alcance do *Diário de Notícias*, o jornal definido como aquele lido pelos militares udenistas no Rio de Janeiro; b) algum apreço pela retórica do governador.

¹⁸⁷ A carta anônima foi transcrita a 22 de junho, e escrita depois de 21 de maio, data do editorial da *Folha de S. Paulo* “Ato na Universidade”, que a menciona.

¹⁸⁸ Em 6 de junho, a CGI da USP assinou seu relatório; como já mencionado, não encontrei um documento que possa marcar seu início.

da chegada ao quartel-general do II Exército é 26 de junho; e dia 30, para o trânsito até o Estado Maior. Nos autos, há essa cópia (parece ser uma reprodução fotostática), com essas datas; segue-se a ela uma transcrição, feita no papel timbrado do II Exército, datada de 22 de junho de 1964. As datas discrepantes pedem suposições. Uma reforça a hipótese de que a carta é paulista: quando chegou via Rio de Janeiro, já era do conhecimento do II Exército e já tinha até sido transcrita. A transcrição é mais legível, e foi numerada como Informe 277/64 (**Anexo B**). Quem a transcreveu só transcreveu 11 dos 12 itens constantes no texto da cópia¹⁸⁹. As folhas da cópia fotostática têm duas rubricas: de um tenente-coronel (ainda não decifrada, que também aparece em outro documento vindo do Rio de Janeiro) e a do silente escrivão, o tenente Maduro.

O caráter anônimo da carta não evita que nela se imprimam traços de quem a escreveu. O intuito dos “acadêmicos” que, por meio dela, se dirigem (a ninguém menos que) às “Autoridades”, é relatar que, no tempo presente da carta, apesar de Goulart já ter sido deposto, havia comunistas em atividade na Universidade de São Paulo. O “núcleo bolchevista” ainda operava, segundo a carta, em três faculdades: Higiene¹⁹⁰, Filosofia e Medicina. O “pequeno grupo acadêmico” (outra autoqualificação dos anônimos autores) não veio antes a público por receio: receio de que houvesse bolchevistas também na Reitoria e até no Dops; receio de sofrerem intimidação, a mesma intimidação que levava mesmo “catedráticos de direita” a empregarem comunistas, como a Carta insinua. Ou os catedráticos buscavam com isso “lograrem um crédito de gratidão por parte destes [os comunistas empregados], antes sempre arrogantes a ameaçar uns e outros com o ‘paredão’?”

Ainda nesse contexto mais geral que caracteriza sua primeira terça parte, a Carta Anônima expõe como os comunistas se aproveitam da condição de professores para levar estudantes a atitudes de esquerda; e classifica-os como “maus brasileiros – *se brasileiros são* (grifo do A.)”, destaque relevante que será tratado abaixo. Ainda no início, a Carta Anônima expressa um ponto de vista comum à linha dura agrupada em torno do tema da corrupção nos IPMs. Para os “acadêmicos”, a situação nos meses depois do golpe fazia com que temam “seriamente pela concretização dos ideais que nortearam a Revolução de 31 de março de 1964”. Esse grupo civil, já em maio, se perfila ao lado de oficiais da “linha dura” da anticorrupção – que somente se

¹⁸⁹ Diz o item que não foi transcrito: “12. Com sinceras excusas pela liberdade que tomámos e pela maneira como viemos à presença das Autoridades, permitimo-nos apresentar a Vossas Excelências os nossos melhores votos de sucesso, principalmente no que diz respeito à limpêsa da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Higiene da Universidade de São Paulo!” A que Excelências terá sido endereçada a carta?

¹⁹⁰ Atual Faculdade de Saúde Pública da USP.

tornariam visíveis para os jornais a partir de julho, com a atuação coordenada entre general Mena Barreto com o marechal Taurino de Resende¹⁹¹.

Encerrado o prólogo, a carta se volta para ataques pessoais. Escolhe como primeiros alvos Michel Rabinovitch e Isaias Raw. Informa às Autoridades sobre eles, e a quem procurar caso provas sejam necessárias. Começa assim o item 6:

“Expulsos do departamento do íntegro Prof. LUIZ CARLOS UCHOA JUNQUEIRA (que, ao que se diz, possui farto material comprobatório de suas atividades subversivas), foi o russo israelita e famoso encabeçador de movimentos estudantis da Faculdade de Medicina, MICHAEL PINKUS RABINOVITCH, prontamente recebido pelo prof. ISAIAS RAW, também israelita, dirigente do departamento de Química (...).”

Os “acadêmicos” reiteram por 3 vezes a menção à condição de estrangeiros de acusados na Carta, sem acanhamento, sob o manto do anonimato. Embora comece com Rabinovitch e Raw, o assunto do item 6 vai além do Departamento de Química Fisiológica (onde “aliás, faz-se muito de política e pouco de química”). Na descrição da carta, o núcleo “pensante” bolchevista – Michel mais a célula comunista do Departamento de Parasitologia – arregimentou José Reis (a quem a carta atribui o editorial da *Folha de S.Paulo*, do dia 21 de maio de 1964, com o título “*Ato na Universidade*”) e Paulo Duarte (que, em carta enviada ao diretor de *O Estado de S.Paulo*, Julio de Mesquita, publicada em 15 de maio¹⁹², relatou prisões de cientistas, da USP e de fora da USP) para, juntos, “atacarem (...) a extensão do Ato Institucional às Universidades!”. Os acadêmicos se perguntam se são apenas eles que se sentem “assustados” com essa capacidade de articulação demonstrada pelo núcleo pensante. Muito indignou também os que escreveram essa parte da carta que um manifesto “com assinaturas como a de um Lucas Nogueira Garcez, Professor Ulhôa Cintra, Jayme Cavalcanti (...)” tenha entrado em circulação, manifesto que,

¹⁹¹ Uma entre outras indicações da coordenação Dalisio-Taurino: a 24 de julho, já em plena movimentação em torno dos auxiliares de Adhemar, e às vésperas de perder o comando do IPM-mór, o marechal Taurino recebeu no Rio de Janeiro o oficial que seria encarregado, ao lado do civil Juvenal Sayão (militante do IPES), de investigar as irregularidades no comércio do trigo em São Paulo (JORNAL DO BRASIL, 24/07/1964, p.7; OESP, 25/07/1964, p.13). Há divergências entre os jornais sobre o nome do oficial, Major Luiz Carlos Pires Moreira, ou Luiz Carlos Pinho.

¹⁹² Esse editorial é das primeiras menções nos jornais à Comissão de Geral de Investigações formada pelo reitor Gama e Silva. Sugere que ao invés de se preocupar com supostos comunistas, deveria se preocupar com mudanças na organização da Universidade de São Paulo para torná-la mais de acordo com os anos 1960. Paulo Duarte, na época diretor do Instituto de Pré-História da USP, relata, entre outros casos de perseguição, o da prisão do geneticista Warwick Kerr por um delegado de Ribeirão Preto. Kerr, desde 1962, ocupava o lugar de diretor científico da Fapesp. No final de 1964, antes do término de seu mandato, aceitou ser substituído por Willian Saad Hosne. Ver Circa 92, p. 166.

“em resumo, exige do presidente da República que deixe em paz os intelectuais, que se lhes dê mais verba, com o risco de, não sendo atendidos, emigrarem para os EE UU da América, onde, dizem, há grande procura por cientistas (e onde, obviamente, pela ‘ciência’ que cultivam seriam aceitos).” (Carta Anônima, Anexo B, item 6)

Aqui, a carta poderia estar se referindo ao documento subscrito por outros pesquisadores e professores além dos citados enviado a Castelo Branco. A Presidência da República teria recusado a carta, devolvendo-a aos signatários¹⁹³.

Depois da amplitude larga no item 6, a carta ganha alguma disciplina nos itens seguintes, que se concentram em três departamentos. O item 7 revisita a Química Fisiológica; o oitavo visita a Fisiologia; e nos itens 9 e 10 chega ao Departamento de Parasitologia. O item 11 trata da Faculdade de Higiene. A descrição dos “comunistas” feita pelos autores da Carta Anônima mobiliza ódio, mesquinhez, despeito, ao lado da xenofobia e antissemitismo, bem fincados no solo do anticomunismo. Por exemplo:

- a) Isaias Raw, no item 7, é dito ter se infiltrado na Unesco para “usufruir – dentro da mais pura moral comunista – das belas verbas norte americanas, viagens gratuitas ao exterior, cercando-se de outro lado, de toda uma camarilha de vermelhos (...)”;
- b) Alberto Carvalho da Silva, catedrático de Fisiologia, segundo o que diz o item 8, “exibe certa similaridade de comportamento com os marxistas: é gregário, mas só de agregados vermelhos” – como Thomas Maack, “famoso pixador¹⁹⁴ excretado pelo já mencionado J.(sic) C. Junqueira”;
- c) Maria Deane, docente do Departamento de Parasitologia, teria levado um técnico do Instituto de Medicina Tropical a se declarar nazista “unicamente para fugir à sua doutrinação comunista”;
- d) Judith Klotzel, técnica no Departamento de Parasitologia, “não faz senão destruir os aparelhamentos de quantos laboratórios frequente”, mas “por obra de algum espírito santo vermelho, há muitos anos vem recebendo bolsas de valor universitário”;

¹⁹³ A carta, publicada pela *Folha de S.Paulo* em 16 de setembro de 1964, tem nomes ilegíveis na lista de signatários. Encabeçavam a iniciativa Antonio Barros de Ulhôa Cintra, Fernando de Azevedo, Mario Guimarães Ferri, Jayme Cavalcanti e mais 66 nomes, de acordo com o jornal. Ao final da carta, um redator acrescentou: “Há dias, os representantes da inteligência brasileira insistiram e o documento foi entregue ao gen. Golbery do Couto e Castro, chefe do Serviço Nacional de Informação, que prometeu levá-lo ao presidente.” (*FOLHA DE S.PAULO*, 16/09/1964, p. 11)

¹⁹⁴ Thomas Maack é descrito como um pichador mural (com x) por fichas suas arquivadas no DOPS, referência 30 C 1 17070.

- e) No item 9, sobre a técnica Eny Guimarães, do Departamento de Parasitologia, a carta diz ser “elemento não ativo mas de toda a forma suspeito por ser esposa do jornalista Rado Guimarães, reconhecidamente vermelho (...)”;
- f) E, finalmente, no item 11, Elza Berquó, catedrática de Estatística na Faculdade de Higiene, é dita professora de alunos que apresentam baixo aproveitamento, “muito mais eficiente na promoção de champanhotas, no recinto mesmo daquela faculdade, ao pessoal da embaixada de Cuba”.

4.4.2 *O relatório da CGI se debruça sobre a Faculdade de Medicina*¹⁹⁵

O relatório da CGI da USP, assinado por Theodoretto Souto, da Escola Politécnica; Moacyr Amaral dos Santos, da Faculdade de Direito; e Jeronymo Geraldo Campos Freire, da Faculdade de Medicina, despende 16 de suas 42 páginas na descrição do foco de “comunismo organizado”¹⁹⁶ instalado na Faculdade de Medicina. Na USP, haveria mais um foco como o da Medicina, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras¹⁹⁷, de acordo com o que escreveram os docentes na parte introdutória do texto,. Como já mencionado, essa introdução começa com a conversação (comum aos que queriam acima de tudo erradicar infiltrados, fossem comunistas, fossem corruptos), sobre o esforço requerido para investigar ante a exiguidade de tempo oferecido para tal. Para situar a dimensão da tarefa, o relatório descreve a USP aos trinta anos:

A amplidão do campo das investigações, abrangente de todos os setores da Universidade de São Paulo, que compreende 16 escolas e vários institutos, espalhados em diferentes pontos da Capital e em diversas cidades do interior, nas quais servem 1908 professores e mais docentes, além de alguns milhares de funcionários efetivos e extranumerários e se agasalham 12 826 alunos, fazia evidente à comissão não lhe ser possível, no exíguo prazo que lhe foi assinado, senão um trabalho de superfície (...). (**Anexo A**, p. 1/176 da dissertação)

A USP aos trinta anos: professores, 2 mil; alunos, 12 mil; funcionários, alguns milhares; dezesseis escolas, dispersas pela cidade de São Paulo e pelo interior.

Sistemático, o relatório se organiza em itens. O item 1, primeiras linhas acima citadas, enumera as dificuldades interpostas ao trabalho da CGI. Além da amplidão, para tão pouco tempo, há

¹⁹⁵ Trata-se, como já mencionado, do extrato do relatório da CGI da USP, que contém a introdução geral, uma parte referente às atividades dos indiciados na Faculdade de Medicina, e a lista de sugestões para punição – **Anexo A**.

¹⁹⁶ **Anexo A**, p. 3, item 5.

¹⁹⁷ O IPM da Faculdade de Filosofia não autuou um extrato do relatório da CGI da USP. Por isso, nesta fase, ainda não foram encontradas as páginas relacionadas ao segundo “foco”.

também os obstáculos trazidos por características próprias dos investigados, descritas no item 2. A primeira mencionada é a habilidade dos docentes “comunistas, ou esquerdistas em geral”, de se dissimularem, “no trato comum com os colegas”; outra, a ação deliberada que encetam para a conquista de amigos “estranhos à sua seita (...) de modo a obter-lhes a confiança cerrando-lhes os olhos e tapando-lhes a boca”. A perfídia dos docentes comunistas, mais a dimensão da USP, e ainda a tendência da maioria dos docentes de só atentarem para “sua ciência e arte”, assunto de um parágrafo, tudo dificultou o trabalho de investigação que, apesar de todas as dificuldades, a comissão conseguiu realizar – já que, ao final do relatório, produziu sua lista de “suspeitos”, como chamou.

A Faculdade de Medicina entra em foco no item 14 do Relatório. No *caput*, o item aponta Samuel Pessôa como instalador da célula comunista do Departamento de Parasitologia, com mais dois elementos: um mais ativo, Luiz Hildebrando Pereira da Silva; e um dito apenas “ativo”, Erney Felício Plessmann de Camargo. Essa célula teria a partir dali se irradiado para os departamentos de Bioquímica, Fisiologia, 2ª Clínica Médica, Clínica Neurológica. Ao incluir essas duas cadeiras clínicas, o relatório chega ao Hospital das Clínicas, e indica médicos, estagiários, enfermeiras e outros funcionários como suspeitos. O item 14 cita, no total, dezoito pessoas, entre os quais dez docentes, cinco médicos do Hospital, um funcionário administrativo e uma enfermeira.

Os itens 15 e 16, a CGI dedicou às atividades estudantis. Sobre o Centro Acadêmico Oswaldo Cruz (Caoc), o relatório como que complementa a acusação da Carta Anônima sobre os comunistas da Faculdade se aproveitarem da condição de professores para influenciar os estudantes. A diretoria do Caoc é “manipulada pelos comunistas”. Quais? Na congregação e no CTA (em que o presidente do Centro, Eduardo Manzano, figurava como um entre três representantes dos alunos) por Reynaldo Chiaverini; e por Luiz Hildebrando Pereira da Silva que, em nome de outros docentes “comunistas”, discursou em uma muito citada assembleia de estudantes ocorrida em 1º de abril. Esse último episódio atravessará todo o subsequente IPM, sinal da importância que o encarregado dá a ele. Sobre o jornal *O Bisturi*, do centro acadêmico, a CGI destaca a publicação de “artigos nitidamente subversivos”, como os do já citado Michel Rabinovitch (outro professor dito doutrinador de estudantes) sobre “concursos à cátedra” (tema situado, dessa forma, entre aqueles classificados como subversivos) e do médico Bernardo Boris Vargaftig – que aparece na Carta Anônima cognominado de “doutorando russo”.

Ao passar ao item 16, o relatório desdobra um reexame da organização “comunista”, agora com maior atenção às pessoas. A fonte das informações é creditada a “fichas do Dops”. Reaparecem Samuel Pessôa, “elemento perigoso”; Luiz Hildebrando Pereira da Silva, qualificado de

“extremamente perigoso” e com a “vida toda entregue a atividades comunistas e comunizantes”, membro da “célula ‘mater’ da difusão do comunismo na Faculdade de Medicina na Universidade de São Paulo”. Escreve o relatório: “Tal célula era frequentada, segundo informações seguras, por todos os elementos comunistas quer da faculdade (ciências básicas) quer do Hospital das Clínicas” (**Anexo A**, p. 3/185 da dissertação). A Hildebrando o relatório atribui algumas ações específicas: ter provocado e agitado, já depois da queda de Goulart, “uma assembleia de estudantes que havia sido proibida pelo diretor”, na qual falou em nome de “um grupo de assistentes, todo comunistas”; e “mais recentemente ainda” (o que pretende reforçar a afirmação da continuidade das atividades na Medicina, mesmo depois de abril) ter procurado convencer uma funcionária da Faculdade a ajudar perseguidos, ou suas famílias, com dinheiro ou alojamento, atividade imputada também a Erney Camargo. O relatório indica a fonte dessa informação, cujo nome aparece manuscrito no fim do parágrafo: Elfried Kirchner, que “prontamente”, teria repellido a proposta de Hildebrando.

O relatório dá informações indiretas sobre a instrução do processo¹⁹⁸ da CGI e sobre os documentos que a compuseram. Na introdução, informa ter ouvido 44 pessoas, entre elas diretores de certas escolas. Elfried Kirchner depôs à CGI; outros nomes mencionados são os de Antonio Dácio Franco do Amaral, o catedrático de Parasitologia; Aderbal Tolosa, diretor clínico do Hospital das Clínicas. Silvio Sawaya, presidente do Diretório Central de Estudantes e, nessa condição, membro do Conselho Universitário, lembra-se de ter sido chamado a depor.

No item 18, o relatório volta ao Departamento de Bioquímica. A Comissão incrimina, primeiro, Isaias Raw. Cientista de reputação, com atitudes de esquerda, e não de um democrata, escrevem os docentes investigadores Souto, Santos e Freire. Há duas atitudes citadas: ter assistentes com inegáveis atividades de esquerda (como já havia mencionado a Carta Anônima); e não ter seguido a maioria da Congregação da Faculdade de Medicina que, na sessão de 3 de abril, votou uma moção de apoio às Forças Armadas. Trechos da ata dessa sessão, que começou dia 3 e terminou dia 8 de abril, copiados a 15 de maio por Dante Nese, secretário da Faculdade de Medicina, constituíram o documento 101, de acordo com a referência no relatório da CGI. Nos autos do IPM, a 17 de julho o escrivão junta uma cópia de trecho de ata da congregação, numerada, à mão, doc. 101. Esse documento teria então transitado da CGI para o IPM. Por alguma razão, o encarregado julgou necessário atestar sua autenticidade, procedimento adotado só neste caso. Está escrito na primeira folha, paralelamente à margem esquerda: “Julgo

¹⁹⁸ Até agora, os volumes que contêm a instrução do processo da Comissão não foram encontrados pela pesquisa.

procedente o presente documento. Quartel em São Paulo, em 17 de julho de 1964”. Sob o texto datilografado, a elegante e bem distribuída assinatura do tenente-coronel Pinheiro.

A moção, que a ata da Congregação relata ter sido apresentada, já escrita, por Edmundo Vasconcellos, catedrático da 17ª Cadeira de Clínica Cirúrgica (CAMPOS, 2004, p. 411), também tem redação em itens. Isaias Raw, relatam Souto, Santos e Freire, a partir da ata, votou contrariamente ao item 3,

“que apoiava o ato das Forças Armadas, que fizeram o Brasil voltar à ordem, à obediência às leis e à dignidade hierárquica de comandante e comandados (...). Esse voto implica (sic) na declaração de que é contrário à Revolução, que visou acabar com o comunismo e a corrupção no Brasil. Significa, ainda, não se achar de acôrdo com a “operação limpeza”, que se está fazendo neste País para livrá-lo dos corruptos e comunistas.” (Anexo A, p. 4/186)

Corruptos e comunistas, para o relatório, estão no mesmo plano. O texto mostra que a CGI acresceu às atitudes reprováveis de Raw a de não concordar com a erradicação. Nesse ponto, o relatório confirma a força agregadora que a ideia anti-infiltração teve na versão corrente entre a direita sobre as prioridades dos primeiros dias depois da deposição de Goulart; e também o papel privilegiado que assumiu, na conjuntura, a autoimposta tarefa da “desinfiltração”. O trecho da ata da sessão de 3 de abril traz a íntegra da moção. Diz o terceiro item, nas próprias palavras do catedrático Vasconcellos:

3 – apoia por este ato os bravos civis e as gloriosas Forças Armadas que, por um movimento irreprimível da opinião pública fizeram retornar o País à ordem, à obediência, ao repúdio a ideologias estranhas e comunistas e trouxeram ao Brasil, o caminho cristão da Paz Social, dos direitos básicos do homem, do respeito às leis e da dignidade hierárquica de comandante e comandados, dirigentes e dirigidos em todos os setores e atividades do trabalho, quer intelectual, quer manual (...).” (Folha 70, autos do IPM da Faculdade de Medicina).

A recusa em assinar a moção, assim como a assembleia de estudantes no dia 1º de abril, percorre o IPM. Em 20 de julho, quando Isaias Raw estava preso no quartel da 2ª Divisão de Infantaria em razão do inquérito. Perguntado, contou ao encarregado sobre a aprovação do item 3 da moção na Congregação:

“sua declaração foi acompanhada pelo prof. ALBERTO CARVALHO DA SILVA; deseja declarar que essa reunião foi feita sob um ambiente de coação, provocado por professores que gritavam e exigiam definição pró ou contra a revolução, inclusive o Prof. CAMPOS FREIRE fazia parte do grupo que assim agia na reunião; que essa foi a única atitude política que o depoente tomou com relação à Revolução (...).” (IPM da Medicina, folha 96)

O professor Campos Freire, a que se refere Raw, é o membro da CGI nomeado por Gama e Silva. Catedrático de Clínica Urológica da Faculdade, tomaria a iniciativa, em 1965, de formar uma equipe de transplante renal no Hospital das Clínicas que realizou os primeiros transplantes de rins em São Paulo¹⁹⁹.

Como evidências da “linha ideológica” de Raw, a CGI aponta quatro “fatos”. Abre a fila o acolhimento do “notório comunista” Michel Rabinovitch em seu departamento, o que a Carta Anônima já havia trazido ao conhecimento do IPM. O que a CGI aporta como novidade é a introdução de outra carta nos autos – não uma carta inteira, mas parte de uma carta escrita por Thomas Maack a Michel Rabinovitch em 1962. Esse é outro documento que, sob o número 106, transitou da instrução da CGI para os autos²⁰⁰. O relatório prossegue com a identificação de Julio Pudles e Pedro Henrique Saldanha como outros dois comunistas no departamento, o que o torna “um ninho de elementos subversivos, fato ao qual [Isaias] não dá a mínima importância” – mais uma vez, o tema é o da falha em engajar-se à operação limpeza. Outra atitude de Isaias “julgada suspeita” pela CGI é ter concordado, na Congregação, com a ideia de trazer professores da Faculdade de Filosofia para serem aproveitados na Faculdade de Medicina²⁰¹, já que havia, na Filosofia, outro “ninho de comunistas”. Para finalizar, insiste a CGI, Raw seria “muito ligado ao núcleo esquerdista da Faculdade de Filosofia e do Fundo de Construção da Cidade Universitária Armando Salles de Oliveira, dirigido pelo doutor Paulo de Camargo e Almeida²⁰², confesso socialista, ligado à Rússia, onde esteve duas vezes”. Ainda no mesmo item 18, há subitens para Rabinovitch, Pudles e Saldanha. Os dois últimos, “conhecidos pelas atividades subversivas junto a estudantes”, participaram da mesma assembleia do CAOC que, antes, havia sido utilizada para incriminar Pereira da Silva e Plessmann de Camargo.

O relatório dedica o item 19 ao Departamento de Fisiologia, cujo catedrático (na altura do relatório já escolhido em concurso, mas ainda não nomeado), Alberto Carvalho da Silva, também incorreria em aceitar trabalhar com comunistas. O item se ocupa especialmente de

¹⁹⁹ Campos Freire e Gama e Silva mantinham relações sociais; o bioquímico Walter Colli, citado pela carta anônima como um dos “camaradas” do departamento de Isaias, disse se lembrar de ver o professor de Urologia vestido com o uniforme integralista nos corredores da Faculdade. Em 1965, a equipe fez quatro transplantes, o primeiro em 21 de janeiro de 1965. Um ano depois, o transplantado permanecia vivo (*O ESTADO DE S.PAULO*, 16/01/1966, p. 27).

²⁰⁰ Nesse mesmo ponto, a CGI também menciona a edição 100 de *O Bisturi*, que publicou o artigo de Rabinovitch. Embora mencionada nos autos, não a encontrei na cópia fornecida pelo STM. Na coleção de *O Bisturi* disponibilizada online (<http://www.obrasraras.usp.br/xmlui/handle/123456789/4299>), não há essa edição.

²⁰¹ Como o caso de Pedro Henrique Saldanha, professor do Departamento de Biologia Geral da FFLC, trazido por Isaias para se responsabilizar pela disciplina de Genética junto à cadeira de Química Fisiológica.

²⁰² Docente da Escola de Engenharia de São Carlos. Única citação a seu nome no documento.

Thomas Maack, com ênfase no tema da carta enviada a Rabinovitch. Dizem os membros da CGI:

“O dr. Thomas Maack escreveu uma carta ao dr. Michel Rabinovitch, a qual foi encontrada dentro de uma separata de revista especializada (copia fotostática, doc. no. 106 e informações do prof. L. Carlos Junqueira), não se sabe como. O fato é que nessa carta não somente se refere em termos desprimorosos ao chefe do seu Departamento, como também revela a circunstância de serem ambos, ele e o dr. Michel Rabinovitch, elos importantes de uma cadeia que tentava comunizar os estudantes. Assim revela ao doutor Rabinovitch, então nos Estados Unidos da América do Norte, que “estavam pleiteando aqui a representação estudantil de um terço nos órgãos diretivos”. E acrescenta: “Um grande passo adiante” *[ilegível]* o dinheiro recebido do dr. Rabinovitch, já que “a equipe precisa fazer frente aos gastos que tem *[ilegível]* o jornal semanal, viagens especiais, etc., sobe hoje a mais de Cr\$ 300.000,00 por mês.”

Identificada nesse trecho mais uma das 44 pessoas que a CGI declara ter ouvido: Luiz Carlos Junqueira, catedrático de Histologia e Embriologia, jovem liderança da pesquisa na Faculdade de Medicina (TEIXEIRA, 2015, pp. 46-58). A Carta Anônima indicou Junqueira como dono de provas contra Thomas Maack; a CGI deu o passo adiante de apresentá-las – “dois filmes de propaganda da revolução de Fidel Castro, nitidamente comunista” deixados na gaveta que Maack ocupava antes de ser “excretado” por Junqueira da Histologia (para usar a palavra selecionada por quem escreveu a Carta Anônima); e a parte da carta trocada entre ele e Rabinovitch em que o tema foi a contribuição financeira.

O relatório registra que “não se sabe como”, a carta teria ido parar dentro da separata, formulação que protege Junqueira. Na versão dos docentes demitidos²⁰³, o catedrático de Histologia, como hóspede de Rabinovitch nos Estados Unidos (pois eram amigos, trabalhavam juntos, assinavam artigos juntos), encontrou a carta referida, que continha uma parte sobre o próprio Junqueira, descrito por Maack em “termos desprimorosos”, e uma outra parte, sobre atividades políticas hostis ao regime que iniciava sua implantação. Ofendido pelas palavras de Maack a seu respeito, Junqueira não os quis mais em seu departamento, o que resultou na transferência de Rabinovitch para a Bioquímica e de Maack para a Fisiologia. Todo o episódio se passa em 1962. Com a queda de Goulart, Junqueira usou a parte política da carta para por em movimento o aparato dos IPMs, a serviço de uma vingança pessoal.

O catedrático de Histologia prestou depoimento a respeito do episódio perante o tenente coronel Pinheiro em agosto de 1964; mais tarde, em março de 1965, compareceu como testemunha contra os colegas na fase judicial, perante o Conselho Permanente da Justiça Militar, na II Auditoria da 2ª Região Militar, muito parecidos um com o outro. Há diferenças entre a versão

²⁰³ Entrevista à autora.

dos demitidos e a versão apresentada por Junqueira. O catedrático conta que encontrou mais de uma carta – “cartas”; e as coloca em uma escrivaninha estacionada não na casa de Rabinovitch, mas no seu local de trabalho, em um “laboratório de zoologia da Universidade de Winsconsin” (IPM da Medicina, p.193). “Em face do conhecimento adquirido pela leitura das cartas”, Junqueira então tomou providências, a primeira delas dizer a Michel Rabinovitch que não o queria mais no departamento. No fim do ano, deixou de renovar o contrato de Thomas Maack. Pinheiro perguntou se havia clima de subversão na Faculdade de Medicina, Junqueira disse que sim, haja vista “as cartas” e sua convivência com “vários elementos que não escondiam suas tendências e atividades”²⁰⁴.

No vigésimo item do relatório, a CGI mirou a cadeira de Clínica Médica, em que trabalhava o professor Reynaldo Chiaverini, um entre os “notórios e ativos comunistas no departamento”. De sua ficha no Dops, apurou a CGI, vem a informação de ser considerado, no PCB, “como intelectual e organizador de greves”. Nas reuniões da Congregação da Faculdade de Medicina, “orientava a linha de conduta dos estudantes, que sistematicamente o acompanharam com seus votos”. Outro dos 44 depoentes à CGI da USP, Antonio Dácio Franco do Amaral, é a fonte da informação sobre Chiaverini frequentar reuniões na Parasitologia, com Luiz Hildebrando Pereira da Silva. A influência de Chiaverini sobre os alunos é qualificada pela CGI de “nefasta”.

Para completar o quadro da movimentação de esquerda na Faculdade, o relatório dedica os itens 21 e 22 ao Hospital das Clínicas, território fora dos limites da pesquisa. Volta à Faculdade no item 23, denominado “outros”. Entre os outros estão Eduardo Manzano, presidente do Caoc (acusado de mentir ao diretor da Faculdade para realizar a assembleia do dia 1º de abril dentro da Faculdade, e de servir como “instrumento dos comunistas”, já que na Congregação, seguiu o prof. Reynaldo Chiaverini, e na presidência do Centro, nas assembleias, “se conduz pelo dr. Luiz Hildebrando Pereira da Silva); Eunofre Marques, dito pelo relatório “diretor responsável do órgão oficial do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz”, que transformou *O Bisturi* em “pasquim comunista”; e, finalmente, o médico Bernardo Boris Vargaftig (o russo da carta anônima), “brasileiro naturalizado, natural da Argentina” que se diz “trotsquista”.

4.4.3 *A esquerda vista pela direita (civil) da Faculdade de Medicina*

Como os dois documentos retratam a esquerda da Faculdade de Medicina?

²⁰⁴ Na fase judicial, Junqueira se expandiu mais. Ver **Anexo E**.

- a) Estava organizada em “focos comunistas”, “núcleos bolchevistas” ou “células”. Na Faculdade de Medicina, o foco articulava principalmente três departamentos: Parasitologia, Bioquímica e Fisiologia. O departamento líder seria o de Parasitologia, do assistente Luiz Hildebrando Pereira da Silva. Na Bioquímica, os líderes eram dois: Isaias Raw, o regente da cadeira, israelita com atitudes de esquerda prestes a se tornar catedrático, e culpado de acolher Michel Rabinovitch, outro israelita, expulso do Departamento de Histologia por ser comunista. Na Fisiologia estava abrigado Thomas Maack, que Luiz Carlos Junqueira expulsou no mesmo episódio, o que tornava suspeito Alberto Carvalho da Silva, prestes a ser empossado catedrático, que o recebeu. Outro líder, professor de uma das cadeiras de Clínica Médica, Reynaldo Chiaverini, se ocupava, com Pereira da Silva, em influenciar especialmente Eduardo Manzano, presidente do Caoc. Juntos, os dois documentos mapeiam 30 nomes²⁰⁵ de docentes, técnicos de laboratório, e estudantes. Há ainda funcionários do Hospital das Clínicas.

Uma característica do anticomunismo praticado pela direita da Medicina: ver a esquerda como uma, toda ela composta de *comunistas*. A homogeneidade resulta de uma miopia. Entre os nomes citados indistintamente, há um número maior de militantes do PC, mas também um militante do Partido Operário Revolucionário (trotskista), um da Juventude Universitária Católica e três possíveis simpatizantes de causas da esquerda, de forma mais indefinida. Há apenas uma menção em ambos os textos a uma possível diferenciação, com o registro, pela CGI, de que o médico Vargafitg havia se declarado trotsquista²⁰⁶.

- b) A direita também desenha um comportamento característico dos seus comunistas. Comunistas sabem fazer amigos (“que não pertençam à sua seita”); são hábeis dissimuladores; manipulam os mais jovens; usam a intimidação para convencer; são gregários, mas apenas para vermelhos; repartem benefícios entre si; e doutrinam no trabalho.

²⁰⁵ Samuel Pessôa, Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Erney Camargo, Isaias Raw, Júlio Pudles, Pedro Henrique Saldanha, Michel Rabinovitch, (Abrão Fajer), Thomas Maack, (Roland Vêras Saldanha), Reynaldo Chiaverini, Eduardo Manzano, Eunofre Marques, Boris Vargafitg, Luiz Rey, Dora Rey, Leônidas Deane, Maria Deane, Nelson Rodrigues dos Santos, Alberto Carvalho da Silva, Mauricio Rocha e Silva Filho, Kurt Klotzel, Judith Klotzel, Myia Pereira da Silva, Núbio Negrão, Walter Colli, José Carlos Maia, Eny Guimarães, Ruth Nussenzweig e Vitor Nussenzweig.

²⁰⁶ O tenente coronel faz diferenças -- pergunta a Junqueira: Rabinovitch é um comunista de “linha russa” ou de “linha chinesa”? Junqueira responde dizendo que Rabinovitch era mais “teórico” que “pende para uma evolução pacífica” em direção ao marxismo (IPM, p.194).

- c) Do que se desenha, é possível inferir as condutas suspeitas que caracterizam os comunistas. Uma delas, querer mudanças na vida universitária. Na carta enviada por Maack a Rabinovitch, o primeiro se refere à reivindicação estudantil (parte da chamada “Reforma Universitária”) de ter para seus representantes 1/3 dos lugares nos órgãos diretivos do ensino superior, e este trecho é selecionado como inculpador; inculpador foi também o artigo de Michel Rabinovitch, publicado na desaparecida edição número 100 de *O Bisturi*, sobre o regime de cátedras. Qualquer mudança, para a direita da Faculdade, deve ser impedida e, em seguida, castigada.
- d) Um crime comensurável com o de ser comunista é aceitar ter ao lado de si um comunista. É principalmente de abrigar comunistas e não se importar com isso que Raw é acusado pelo relatório da CGI. O catedrático Alberto Carvalho da Silva teria cometido o mesmo crime. Acusa-se Eny Guimarães de ser casada com um comunista. Comunismo, na visão expressa por esses dois documentos produzidos pela direita da USP, é doença infecciosa.
- e) Para os “revolucionários paulistas”, quem não estava com a Revolução estava contra ela. Os docentes Raw, Carvalho da Silva e Chiaverini mostraram que estavam contra ela ao se recusarem a assinar a moção de apoio às Forças Armadas. Estar contra a direita no poder equivalia a ser comunista.

4.5 A PRODUÇÃO MILITAR NO IPM: O RELATÓRIO DO TENENTE CORONEL ÊNIO PINHEIRO

4.5.1 *O despacho do encarregado que pôs em marcha o IPM*

Relato o despacho por ele ter sido o primeiro resultado da produção civil na instrução do IPM. No final da primeira autuação feita por Maduro, o tenente-coronel Pinheiro faz um despacho nos autos, que trata de três providências.

A primeira diz respeito à lista dos que deveriam se apresentar ao IPM²⁰⁷. Trata-se de uma lista abrangente, de 33 pessoas: quinze testemunhas e dezoito pessoas investigadas. Em seu relatório final, o encarregado indiciou doze dessas dezoito pessoas. A existência dessa relação de nomes

²⁰⁷ Testemunhas: Elfried Kirchner, Heribert Pickard, Ivone de Souza Ribeiro, Isabel Camargo, Alzira Bertolazzi, Luís Carlos Junqueira, Alcira da Nancy de Paula Campos, Leni Yabuta, Herta Barbara, Lídia dos Reis, Jacira Siqueira, Vicente Amato Neto, José de Lara Nunes, Dante Nesse, Carlos da Silva Lacaz. Indiciados: Antônio Dácio Franco do Amaral, Leônidas de Melo Deane, Alberto Carvalho da Silva, Isaías Raw, Pedro Henrique Saldanha, Maria José Deane, Victor Nussenzweig, Nelson Rodrigues dos Santos, Erney Camargo, Reinaldo Chiaverini, Gilberto Rolando Vidal Siqueira, Myia Pereira da Silva, Eny Guimarães, Júlio Pudles, Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Thomas Maack, Eduardo Manzano, Eunofre Marques.

faz supor que a investigação do encarregado já havia começado, antes da autuação de 15 de julho. O despacho não mencionada testemunhas como Heribert Pickart, Ivone de Souza Ribeiro e outras, convocadas depois. Nos autos, esses nomes só passariam a existir na data de 17 de julho, dois dias depois do despacho do encarregado, quando Elfried Kirchner, anteriormente ouvida pela CGI, se apresentou e os apresentou ao tenente coronel.

O segunda providência determina à Faculdade de Medicina que será ela a organizar a apresentação das pessoas, nos horários e locais que o primeiro tenente Maduro transmitirá em nome do tenente-coronel.

Finalmente, o encarregado requer que uma segunda lista, de 28 pessoas, seja encaminhada ao Dops para fornecimento do “extrato de assentamento” de cada uma. O encarregado deu crédito à Carta Anônima, que aponta todos os 28 nomes²⁰⁸.

4.5.2 *A incorporação da produção civil no relatório do IPM*

Como encarregado do IPM da Medicina, coube a Ênio Pinheiro se utilizar da produção civil (inclusive as fichas do Dops) para dar andamento ao inquérito nos moldes do Código de Justiça Militar: um processo sumário em que, obrigatoriamente, devem ser ouvidos o indiciado (no caso, os docentes da Medicina), o ofendido (a Segurança Nacional, nos limites da Lei de Segurança Nacional de 1953) e no mínimo três testemunhas; e depois produzir seu relatório, uma síntese argumentada que o encarregado produz a partir dos indícios reunidos durante a marcha do processo sumário²⁰⁹. O “estilo” da datilografia do relatório difere do padrão consolidado por Maduro, o que deixa pensar que coube ao próprio encarregado se sentar à máquina de escrever para dar corpo ao relatório.

²⁰⁸ Foram eles, seguindo a ordem do despacho: Antonio Dácio Franco do Amaral, Carmem do Amaral, Antonio Dácio Franco do Amaral Filho, Luiz Hildebrando Pereira da Silva, sua esposa Miya A. Pereira da Silva, Erney Camargo, Luiz Rey e sua esposa (baiana, observara a carta anônima) Dora Rey, Leônidas de Mello Deane e sua esposa Maria José Deane, Nelson Rodrigues dos Santos, Alberto Carvalho da Silva, Kurt Kleorzeld (*sic*), Maurício Rocha e Silva, Thomas Maack, Michel Pinkus Rabinovitch, Isaias Raw, Judith Kleorzeld (*sic*), Walter Colli, José Carlos Maia, Victor Nussenzweig, sua esposa Rute (*sic*) Nussenzweig, Minna Hausman, Elza Berquo, Joelson Amado, Rado Guimarães e sua esposa Eny Guimarães, e Pedro Henrique Saldanha.

²⁰⁹ Nos termos do Código de Justiça Militar vigente então: *Art. 117. Terminadas as diligências, o encarregado fará um relatório que constará de uma parte expositiva, dando sucinta informação de como os fatos se passaram, mencionando o local, dia e hora em que ocorreram, e fazendo a indicação sumária das provas colhidas; e de uma outra parte, conclusiva, em que apreciará o valor das provas, declarando, afinal, se ha falta a punir ou crime e, neste caso, si militar ou civil, e se pronunciando justificadamente sobre a conveniência da prisão preventiva quando esta se fizer necessária.*

Pinheiro optou por iniciar sua síntese com uma abordagem histórica. O que ele denomina de “propaganda comunista” teria se iniciado na Faculdade de Medicina e no Hospital das Clínicas ainda durante os anos de legalidade do Partido Comunista (1945-1947) no país. “Por essa época”, escreveu o encarregado,

“era catedrático da cadeira de Parasitologia na Faculdade de Medicina o Professor SAMUEL BARNLEY (*sic*) PESSOA, comunista confesso, ativo, com vários trabalhos publicados, sobre ciência médica, explorando os aspectos que envolviam a falta de assistência às populações menos favorecidas, particularmente do campo, e outros ângulos da questão, dando sempre uma interpretação marxista aos problemas que abordava.”

Candidato a deputado pelo PCB, e também cientista capaz²¹⁰, Pessôa, ao longo dos anos, “só” admitiu em seu departamento “pessoas com tendências de esquerda”, a começar pelo mais antigo assistente de Pessôa, o médico Luiz Rey. Quando Pessôa se aposentou, tornou-se catedrático Antonio Dácio Franco do Amaral, “sem ideologia definida” que, embora “competente sob o ponto de vista científico”, não soube mudar a “situação”, agora com outro “líder marxista”, o professor assistente Pereira da Silva. Reuniões com pessoas de ideologias “espúrias”, de dentro e de fora da Faculdade, aconteciam no departamento, “sob a capa de reuniões com finalidades científicas”, um ardil dos comunistas, pois “tomavam o aspecto de bate-papo sobre assuntos de ciência para pessoas estranhas ao grupo”.

Na versão do encarregado, “nos períodos mais agudos da subversão posta em prática por membros do Governo do Sr João Goulart”, os comunistas da Faculdade de Medicina passaram a não esconder suas ideias. Usando trechos do depoimento do catedrático Amaral, o tenente-coronel Pinheiro relata que os comunistas gozavam de prestígio, que gerava o decorrente receio em obstá-los, especialmente entre setembro de 1963 e março de 1964 (IPM, Fls.813, Anexo C). Desde Samuel Pessôa, e depois de 1956, quando Amaral assume a cátedra, conta Pinheiro, os comunistas tiveram o domínio do Departamento de Parasitologia. Apenas um professor da Faculdade, prossegue, o catedrático de Embriologia e Histologia, Luis Carlos Junqueira, foi capaz de enfrentá-los, ao demitir Michel Rabinovitch e Thomas Maack de seu departamento, “após surpreender uma carta (...) que mostrava nitidamente que ambos estavam envolvidos na subversão comunista”. Formou-se ali o grupo mais importante, “pelos elementos que dele fazem parte”.

²¹⁰ Esse par “cientista, comunista” estrutura o ponto dos perseguidos sobre a separação entre um e outro, referido várias vezes, como no editorial O Ato na Universidade, da FOLHA ou no depoimento de Junqueira (**Anexo F**). Se o comunista não interfere com a produção do cientista – seja na forma de doutrinação em sala de aula ou na forma de um viés que impacte as conclusões científicas –, não cabe perseguição a partir de abril de 1964. Pinheiro não endossa esse ponto de vista, na versão que vai apresentando da ação de seus indiciados na Faculdade.

O destaque seguinte do encarregado vai para a cadeira de Bioquímica – seguindo os passos da carta anônima e da CGI. Pinheiro chama a atenção para a juventude dos cientistas do departamento, “quase todos homens de esquerda”, que se dizem “reformistas do sistema universitário”, o que confirma o tratamento dos temas da reforma universitária como suspeitos, em si mesmos, de comunismo. Ele distingue dois líderes no grupo de comunistas na Bioquímica: um ideológico, Michel Rabinovitch, e um funcional, Isaias Raw, que daria ao grupo “inteira cobertura”, o melhor exemplo disso sendo a acolhida a Rabinovitch, depois de demitido por Junqueira, exemplo que será utilizado mais algumas vezes no decorrer do relatório.

“Ainda agora, apesar das provas existentes da atuação subversiva do professor RABINOVITCH, o professor ISAIAS RAW insiste em dar-lhe cobertura, não aceitando a ideia de que se trata, realmente, de um elemento comunista e que, na atual conjuntura nacional, como tal deve ser tratado.” (IPM, folha 814)

De acordo com o relator, o contato entre ambos os grupos acontecia por meio de visitas de Pereira da Silva, Plessmann de Camargo ou Luiz Rey, ou nos seminários científicos (palavras de Pinheiro). Comunistas, na sua sagacidade, usavam a atividade científica para se dissimular, para não serem percebidos pela diretoria da Faculdade ou por “elementos democráticos” ²¹¹.

O personagem seguinte que Pinheiro introduz na cena de seu relatório é o Caoc, Centro Acadêmico Oswaldo Cruz. O tenente-coronel não menciona ter conhecimento de que o Caoc, entre muitos outros centros acadêmicos, estava sob a influência da Ação Popular, organização de esquerda fundada em 1962 que prosperara no movimento estudantil e dominava “entidades de massa”, como a União Nacional dos Estudantes e a União Estadual dos Estudantes, em São Paulo²¹². Pinheiro sintetizou o pecado do “presidente acadêmico”, Eduardo Manzano: “em sua gestão fez, sempre, o jogo dos comunistas.” Dito isto, o encarregado deixa entrever seu espanto ante a afirmação do rapaz ao depor de ser membro da Juventude Universitária Católica e católico praticante.

O Centro Acadêmico, nos diz o IPM, está muito bem alinhado ao grupo de professores ardilosos das cadeiras de Parasitologia e Bioquímica, e sob a influência deles. Prova disso foram os representantes dos estudantes na Congregação da Faculdade não assinarem a moção de apoio

²¹¹ Não pude me ocupar da disputa em torno da palavra “democracia” no período mais contemporâneo da deposição de Goulart. A direita, já antes do golpe, havia se apoderado da “democracia”, e dispor desse poder contribuiu para cimentar o apoio que a deposição de Goulart recebeu. À essa “democracia”, a direita conseguir opor o “totalitarismo”. Governos totalitários se referiam a governos dos países da Cortina de Ferro, União Soviética incluída. A erosão do apoio popular aos militares se deu com crescente desconfiança sobre a “democracia” do regime. No final da ditadura, a “democracia” mudou de mãos e passou às “nossas”.

²¹² Ver Duarte Pereira, entrevista a Fábio Eitelberg, Univesp TV, “1964-2014”.

às Forças Armadas (ao que o tenente-coronel acrescenta: “moção de apoio às Forças Armadas *pela vitória da Revolução* [grifo meu]”), seguindo o indiciado Reynaldo Chiaverini na votação. E já que o nome do cardiologista Chiaverini apareceu, o relatório se serve da edição de *O Bisturi* nº 109, de 16 de março de 1964²¹³, para fazer prova das qualidades “nitidamente comunistas” de Chiaverini, paraninfo da turma de 1963, e de Boris Vargafitg, orador da mesma turma, cujos discursos foram publicados no órgão de imprensa acadêmica justamente por serem de paraninfo e orador.

Ainda no assunto Caoc, o encarregado Pinheiro estatuiu, à folha 815, estar ele sob as ordens da União Nacional de Estudantes, sem mencionar a ligação de ambas as associações à mesma AP nem seu caráter de esquerda, algo já tão bem estabelecido no tempo da escritura do texto que nem haveria necessidade de menção. A UNE teria “instruído” o presidente do Caoc a...

“(...) realizar uma assembleia para protestar contra a revolução. Assembleia que foi realizada no anfiteatro do Departamento de Microbiologia, no interior da Faculdade, com a participação de professores, e contra a determinação da direção daquele estabelecimento de ensino!” (IPM da Medicina, p. 815)

Até agora, Pinheiro já colocou em sua cena a Parasitologia, a Bioquímica, o Centro Acadêmico. É fácil prever pelos documentos produzidos dentro da USP que o próximo domínio “comunizado” será a cátedra de Fisiologia, dirigida por Alberto Carvalho da Silva – já se sabe, culpado de abrigar Thomas Maack, o mais notório dos “comunistas” em seu quadro de funcionários. Na visão do encarregado do IPM, o comportamento suspeito de Carvalho da Silva havia já se patenteado durante o concurso de cátedra, em 1964, que, de acordo com o encarregado, dividiu a Medicina em “dois campos distintos, os comunistas e os democratas”. Os primeiros, raciocina o coronel, sabedores de que Demóstenes Orsini, o outro candidato a catedrático de Fisiologia, perderia, certamente por não se equiparar a Carvalho da Silva em qualificação, passou a apoiá-lo ostensivamente, apenas “para demonstrar que estavam fortes”. O tenente coronel registra que Carvalho e Silva, ao ser perguntado sobre o apoio, lhe disse, no depoimento prestado²¹⁴ a 16 de julho (IPM da Medicina, pp. 83-87), que seu interesse era vencer o concurso, com ou sem apoio dos comunistas. Ocorre, no entanto, como já visto, que aceitar o apoio de comunistas é meio caminho andado para ser comunista. E, na conjuntura de então, sendo comunista, “como tal deve ser tratado”, como escreveu o encarregado.

²¹³ A que não está na coleção digital do Museu da Faculdade de Medicina e nem foi encontrada nos autos do IPM.

²¹⁴ No depoimento, Carvalho da Silva disse que, antes do concurso, ausentou-se da Faculdade para estudar e que, por isso, nada tinha a dizer sobre o apoio: “(...) e se houve qualquer manifestação de esquerda sobre seu concurso não teve de sua parte a menor influência nem contou com seu apoio.” (IPM da Medicina, folha 86)

No tópico seguinte, o tenente coronel passa a um modo mais reflexivo. Os sucessos no âmbito federal, argumenta, vinham estimulando os comunistas da Faculdade a se abrirem – “não faziam segredo de sua ideologia e do que pretendiam”. Por isso, raciocina, “sente-se que os verdadeiros democratas da Faculdade passaram a viver em um clima quase irrespirável”, já que havia “propaganda subversiva” intensa. Nesse ponto, Pinheiro retoma o início do relatório, quando define o que ocorre na Faculdade de Medicina como *propaganda* comunista; e assim se abre a possibilidade de inserir o cenário em elaboração dentro de um quadro maior. Os temas da vitaliciedade da cátedra e da paridade da representação estudantil nos órgãos diretivos não haviam sido escolhidos por acaso. Tratava-se da...

... “(...) técnica de propaganda comunista utilizada em todas as latitudes: escolher como temas de propaganda e de luta os assuntos que mais de perto interessam aos grupos e a maioria dos indivíduos. Na Indochina escolheram como ideologia principal para desenvolverem os temas de propaganda, o “NACIONALISMO”, à qual vieram juntar-se outras ideologias secundárias como: “A Luta contra o Imperialismo Nipônico”; “A luta contra o imperialismo Francês”. No Brasil, a ideologia principal escolhida, também, foi o “NACIONALISMO”, tema que sempre sensibilizou a nação inteira, de Norte a Sul” (idem, pp. 816-817)

Está aí o indício da grade de leitura que utiliza o tenente-coronel: trata-se da versão francesa da guerra revolucionária, a modalidade marxista para a tomada do poder.

No poema das fases, estrofe segunda, lê-se o verso: “Esforço principal nas contradições internas selecionadas”, que deixei anteriormente grifado (seção 3). De acordo com os conhecedores da guerra revolucionária²¹⁵, as primeiras duas das cinco fases de seu desenvolvimento são ambas de preparação e incluem a conquista do afeto da população. Por isso, de acordo com a teoria, durante a guerra revolucionária, os comunistas estudam o país em que vão atuar, verificam os pontos fracos de sucessivos governos, e deles extraem bandeiras de luta – eis aí o significado prático da seleção de “contradições internas”. “Que tema poderia sensibilizar mais os estudantes universitários do que a reforma do sistema universitário?”, pergunta o relatório (p. 817). O que sensibilizaria os professores assistentes? O fim da vitaliciedade da cátedra, e por isso os comunistas a transformam em bandeira de luta. Isto para levar adiante a muito importante conquista “psicológica” da população. O apelo às reformas de base, entre elas a reforma universitária, é o exemplo tomado no relatório do uso da técnica da propaganda subversiva.

²¹⁵ O ponto da conquista de corações e mentes como ponto crucial da guerra revolucionária é enfatizado por todos os conhecedores. Por exemplo, na apresentação de **Guerras Insurrecionais e Revolucionárias** (Bonnet, 1963), escreve o coronel Carlos de Meira Mattos: “Na Guerra Revolucionária, a decisão é procurada, principalmente, pelo uso intensivo dos processos psicológicos de persuasão e submissão; o objetivo estratégico é a conquista psicológica *das mentes* (grifo do autor) dos habitantes da área geográfica visada” (BONNET, 1963). No texto, Mattos reivindica ter sido “dos primeiros a se preocupar” com o tema.

Antes, no início do relatório, ao descrever a atuação de Samuel Pessôa, o encarregado observou que o cientista capaz e comunista confesso explorava em seus trabalhos científicos “os aspectos que envolviam a falta de assistência às populações menos favorecidas (...) dando sempre uma interpretação marxista aos problemas que abordava”. O encarregado concede que o tema da “REFORMA UNIVERSITÁRIA” não é em si um tema comunista; o problema é a interpretação marxista, para uso do tema como propaganda.

“A Guerra Revolucionária marxista, para a tomada do poder, utiliza as técnicas destrutivas e construtivas. Com as técnicas destrutivas que são: a desmoralização; a intoxicação; a intimidação e a eliminação, procuram destruir o organismo moral existente. E, com as técnicas construtivas, paralelamente, organizam a nova sociedade nos moldes revolucionários. Para destruir a sociedade existente é necessário convencer os intelectuais e a massa de que tudo está podre, as instituições, os dirigentes, etc; para que sintam a necessidade de ‘mudar’. A “REFORMA UNIVERSITÁRIA” embora seja uma necessidade, se encarada em termos democratas, constituía para a propaganda comunista uma forma de desmoralizar o sistema universitário existente, e com êle os seus mestres e dirigentes.” (IPM, p. 817)

O passo adiante que o relatório de Pinheiro dá em relação aos documentos civis está aí: o foco comunista da Faculdade de Medicina explicado à luz da Guerra da Indochina²¹⁶ e das técnicas típicas da versão da guerra revolucionária que vinha sendo disseminada no Brasil. Conforme a minha hipótese de trabalho, o anticomunismo “puro”, algo cego, caracterizaria a produção da direita da USP sobre as atividades de um grupo de docentes na Faculdade de Medicina. São documentos provenientes de uma direita a que se pode aplicar o adjetivo extremada. Já o tenente-coronel tem a seu dispor, para reflexão, a teoria da guerra revolucionária. Instrutor e aluno da Escola de Estado Maior do Exército, sugere que, por fazê-lo, imprime racionalidade à investigação.

A “lógica” de Pinheiro se revela imprecisa o suficiente para conter o uso de indícios vindos de uma carta anônima, a versão declaradamente mal fundamentada da CGI sobre a carta de Maack a Rabinovitch interceptada por Junqueira, e sua utilização como libelo acusatório. O encarregado vai tecendo o fio de sua retórica: os comunistas privilegiam comunistas em postos, empregos, bolsas de estudos; docentes comunistas manipulam jovens para colocá-los rumo ao bolchevismo; trabalham sempre em conjunto; e agem organizadamente. Pinheiro dá crédito à

²¹⁶ Formulador importante das ideias sobre a Guerra Revolucionária entre militares franceses e brasileiros, o coronel Gabriel Bonnet é autor do livro referido por Octávio Costa na entrevista ao CPDOC e mencionado na nota anterior. Trata-se de **Guerras Insurrecionais e Revolucionárias – Da Antiguidade aos nossos dias**, coedição de 1963 da Biblioteca do Exército Editora e a Editora Civilização Brasileira. A oitava parte é dedicada a o que o autor chama o “drama indochinês”. Entre os ensinamentos da campanha francesa, que terminou com a derrota da França em 1954, ele destaca: “o conflito indochinês provou ao mundo que os métodos e os meios de guerra clássicos são tão desprovidos de valor quanto a moeda falsa.”

produção civil aportada aos autos e integra o quadro local da Faculdade de Medicina, tal como pintado pela direita paulista na USP, ao quadro geral dado pela guerra revolucionária. Os comunistas agem concertadamente, de acordo com um plano, que querem deixar invisível, um plano clandestino para a tomada do poder.

O jornal *Novas Perspectivas* também mereceu lugar próprio no relatório. Relata-se que, “segundo informações e depoimentos de pessoas idôneas”²¹⁷, a primeira edição teria sido lançada em fevereiro de 1964. No Conselho de Redação Pinheiro encontrou Erney Camargo, “muito ligado” a Pereira da Silva; este, por sua vez, como também Paulo de Tarso Santos e Nelson Werneck Sodré, é autor de artigo na revista; e assim se reforça o argumento de que quem com comunista anda, comunista é. Pinheiro passa então às Bandeiras Científicas²¹⁸, atividade que a carta anônima delata como parte do “plano invisível”. O encarregado admite que não conseguiu provar que as Bandeiras Científicas fossem utilizadas para “propaganda e proselitismo marxista” pelos professores do “Departamento Vermelho” (como chama a cadeira de Parasitologia à página 819 – ou página 8 do relatório, íntegra em anexo), que a organizavam como atividade didática. Mas, isso importa? O relatório pondera que “nós, os militares sabemos muito bem” que o exemplo é um tipo de propaganda – a liderança por comunistas das Bandeiras Científicas seria suficiente. No trecho, reaparece o par cientista-comunista (nota 209):

“O Professor Hildebrando não precisa catequisar alunos para que adotem sua ideologia, basta que faça o que sempre fez: diga que é marxista e que os problemas sociais só têm solução dentro do marxismo. Trata-se de cientista conceituado, um pesquisador já com alguma projeção internacional que, inclusive, adquiriu a doença de Chagas²¹⁹ em suas pesquisas. É eficiente e dedicado em seu trabalho. Ora, os estudantes naturalmente serão atraídos por sua personalidade e tentarão emular-se a ele. E, evidentemente, imaturos como o são, em sua maioria, serão influenciados pelo seu mestre marxista” (idem, p. 819).

A liderança pelo exemplo é ordenada pelo encarregado como mais um entre os “inúmeros” caminhos que os comunistas utilizam para fazer proselitismo, especialmente entre estudantes. Nesse ponto, Pinheiro insere no desfiar de sua meada um artigo publicado em setembro de 1964, no *Diário de Notícias*, intitulado “*Lacerda: comunismo veio pelas universidades*” (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 27/09/1964, p. 10). O artigo denota o interesse de Pinheiro pelo tema, por Lacerda e pelo *Diário de Notícias*; mas sobre o comunismo ter vindo pelas universidades, Lacerda (no que o jornal credita como “um pronunciamento sobre ensino superior” do governador da

²¹⁷ O encarregado remete aos depoimentos de Elfried Kirchner e Lidia dos Reis.

²¹⁸ Atividade de levar os alunos nas férias para cuidar de doentes em partes remotas do Brasil. Ainda é organizada pela Faculdade de Medicina.

²¹⁹ Verdade. Hildebrando se contaminou em um acidente de laboratório, mas não desenvolveu a forma crônica da doença. Morreu em 2016, de um problema de saúde não relacionado.

Guanabara) diz muito pouco. No relatório, o encarregado transcreve um curto trecho²²⁰, que é tudo o Lacerda disse sobre o tópico do título:

“A Universidade se tornou o ponto mais melindroso, mais delicado, mais doído da frustração nacional. Então por isso mesmo se tornou, exatamente como um pedaço de pele que está mais sensível, ou vulnerável do que o resto, à infiltração da doença, à entrada do verme. Foi na universidade, quase toda ela constituída pela classe média, que o comunismo resolveu entrar no Brasil. E se tornou muito mais fácil a ele apossar-se de um diretório acadêmico, de jovens filhos de família, do que apossar-se de um sindicato operário, cuja consciência cristã e cujo valor pelo esforço de cada dia, naturalmente o vacinou contra a escravocracia comunista” (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 27/09/1964, p. 12).

Entre filhos de família e entrada do verme na pele vulnerável, o encarregado finaliza o assunto estudantes e passa a um tópico longo do relatório, em que apresenta sua avaliação sobre o que chama de grau da subversão *depois* do golpe – para deixar assentado que as atividades de esquerda ainda aconteciam quando Goulart não mais governava, como havia mencionado o marechal Taurino na delegação de poderes. Para dar a medida de “em que grau já se achava a subversão” na Faculdade de Medicina, o encarregado se utiliza a) da assembleia convocada pelo Centro Acadêmico, da qual participaram os professores Pereira da Silva, Camargo, Maack, Saldanha, Pudles, Nelson Rodrigues dos Santos; b) da votação, na Congregação da Faculdade, da moção de apoio às Forças Armadas; c) da arrecadação de fundos liderada por Pereira da Silva; d) da “exposição de livros” organizada pelo Caoc; e, finalmente, e) da campanha na imprensa contra a “reitoria da universidade e os inquéritos policiais militares que nela estão sendo ou foram realizados, para apurar fatos de natureza subversiva”.

4.5.2.1 *A assembleia do Caoc*

O relatório recorre mais uma vez à abordagem histórica como forma de apresentação do caso da assembleia dos estudantes para “protestar contra a revolução” (p. 816). Tudo começa em 1º de abril de 1964, quando Eduardo Manzano e Rubens Lara Nunes, secretário do Caoc, pedem autorização ao vice-diretor da Faculdade para realizar uma assembleia no anfiteatro do Departamento de Microbiologia, assembleia esta que, segundo os estudantes, já estava prevista anteriormente à queda de Goulart. Lacaz, o vice-diretor, “iludido”, autorizou. A autorização foi

²²⁰ O mesmo que eu escolheria, tendo lido o texto completo, publicado pelo jornal em duas páginas. Lacerda começa falando da relevância da existência de universidades para o desenvolvimento econômico no século XX e no século XXI; lamenta que no Brasil ainda não existissem verdadeiras universidades (“não tem pesquisa, e universidade sem pesquisa é escola profissional”). Também lamenta que o Brasil não forma engenheiros (“o número de matriculados nos cursos de Direito é de 25 mil e nos de Engenharia, 12 mil. Pergunto: a continuarmos assim de que viverão no futuro os advogados?”), o que faz da universidade um lugar de “ilustração” e não de cultura que, para ele, é “combinação entre pesquisa e tecnologia” e “força explosiva que faria o país dar um salto sobre o atraso”.

em seguida retirada, por intervenção do secretário da Faculdade, dr. Dante Nese, que informou a mudança ao presidente do Centro. Este, por sua vez, sugeriu a Nese que chamasse a polícia se não quisesse a assembleia; ele, Manzano, em nome do Caoc, não recuaria. A reunião começou, os professores Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Thomas Maack, Erney Camargo, Júlio Pudles, Pedro Henrique Saldanha e Nelson Rodrigues dos Santos pediram autorização para se dirigir aos estudantes, que, em votação, concordaram em ouvi-los. Segundo o relatório, Pereira da Silva, o líder, disse a eles que “tomassem uma decisão adulta a favor das reformas que supunha ameaçadas”. Esse teria sido o argumento usado para “influir na decisão que os estudantes iam tomar”. A assembleia votou por iniciar uma greve e publicou um manifesto contrário à deposição de Goulart.

Qual a utilidade do episódio para o encarregado? A alta produtividade, do ponto de vista da investigação sumária: a assembleia do Caoc, sozinha, inculpa seis professores e dois estudantes. Outra utilidade é fazer prova também sobre a atividade concertada entre estudantes e docentes comunistas.

4.5.2.2 *A moção de apoio*

Conta o encarregado que, nos primeiros dias de abril, “em face dos acontecimentos” (IPM, p. 821, Anexo C) reuniu-se a Congregação da Faculdade de Medicina, que votou uma moção de apoio às Forças Armadas e à Revolução apresentada aos participantes²²¹ (da transcrição da ata nos autos, sabe-se que apresentada pelo catedrático Edmundo Vasconcellos) para aprovação e subscrição. Três professores (Raw, Chiaverini e Carvalho da Silva), e os três representantes de alunos (Manzano, Takiguti, Rampazzo), não concordaram em assinar o texto. O relatório transcreve a moção, que também transcrevo como mais um item produzido pela direita paulista na USP:

“A Congregação da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, reunida em sessão aos três de abril de mil novecentos e sessenta e quatro, vem deixar claro diante de todos os colegas da universidade, corpo docente e discente, bem como ao povo deste grande Estado de São Paulo, a comunhão integral das suas ideias e ideais consubstanciadas em: 1-total e irrestrito apoio à total obediência à ordem, à disciplina, à hierarquia e às liberdades democráticas dentro da Constituição vigente, tanto dentro da Universidade, como no âmbito social. 2-O seu repúdio a todos os extremismos quer de direita ou de esquerda disfarçados ou abertamente declarados. 3. Apoiar por este ato os bravos civis e as gloriosas Forças Armadas que, por um movimento

²²¹ De acordo com a ata: João Alves Meira, Carlos da Silva Lacaz, Odorico Machado de Sousa, Antonio Dácio Franco do Amaral, Luiz Carlos Junqueira, Raphael da Nova, Ariovaldo C. de Carvalho, Hilário Veiga de Carvalho, Isaias Raw, Alípio Corrêa Netto, Alberto Carvalho da Silva, Charles Edward Corbett, Jose B. Medina, Paulo Braga de Magalhães, Antonio Barros de Ulhôa Cintra, Pedro de Alcantara Marcondes Machado, Clóvis Takiguti, Eduardo Manzano, Carlos Regis B. Rampazzo, Adherbal Pinheiro Machado Tolosa, Sebastião de Almeida Prado Sampaio.

irreprimível da opinião pública fizeram retornar o País à ordem, à obediência, à lei, ao repúdio a ideologias estranhas e comunistas e trouxeram ao Brasil o caminho cristão da paz social, dos direitos básicos do homem, do respeito às leis e da dignidade hierárquica de comandante e comandados, dirigentes e dirigidos em todos os setores e atividade de trabalho, quer intelectual, quer manual. A Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo solidariza-se com o atual governo de seu país e do seu estado, com a alta direção da universidade, com a direção das nossas Forças Armadas e todo o povo de São Paulo e do Brasil.”

A ata da Congregação não registra turbulência na sessão de 3 de abril. Os autos, no entanto, tomaram conhecimento da turbulência em 20 de julho de 1964, e peço licença para desviar o curso do trem de pensamento de Pinheiro para escutar, por um instante, parte do que disse Isaias Raw²²² ao depor ao IPM, na transcrição do escrivão Maduro. Ainda na primeira página do depoimento, Raw afirma, sem ser perguntado:

“(...) deseja declarar que essa reunião foi feita sob um ambiente de coação, provocado por professores que gritavam e exigiam uma definição pró e contra a revolução, inclusive o Prof Campos Freire fazia parte do grupo que assim agia nessa reunião.” (IPM, fl. 96)

O Campos Freire mencionado é o mesmo da CGI da USP. Raw volta ao assunto páginas depois em seu depoimento ao IPM:

“(...) [que] era um direito do depoente o voto contra o item 3, seguindo um impulso natural de revolta, contra o ambiente de coação existente na reunião, causada pelo grupo ultra-conservador, da Faculdade de Medicina; que percebeu nitidamente que a reunião visava excluir dois ou três elementos da Faculdade de Medicina, considerados do grupo de ideias mais avançadas, quanto às reformas universitárias, no qual estavam incluídos o depoente e o professor Alberto Carvalho da Silva (...) o depoente deseja declarar que a reunião em que foi votada a moção, foi uma das coisas que guardará sempre em suas memórias e que realmente teria sido um covarde se tivesse assinado a moção, isto é, assim teria sido julgado por aqueles que o estavam coagindo.” (IPM, fl. 102)

No relatório, Pinheiro deixa prevalecer a versão da ata, sem menção aos acontecimentos “memoráveis” referidos por Raw. Registra também, conforme a cópia da ata autuada no IPM, que a moção foi entregue ao governador do Estado em 3 de abril por um grupo de professores da Congregação, na companhia do reitor Gama e Silva. O episódio da moção serviu especialmente à incriminação de Isaias Raw, a que o encarregado se dedicou grande afincio, à de Chiaverini e à de Manzano. Resistir em manifestar adesão ao movimento das Forças

²²² Raw deu esse depoimento já na condição de preso. Pinheiro perguntou muito e Raw respondeu prolixa e, ousado dizer, sinceramente. O Isaias Raw do depoimento se parece muito com o Isaias Raw de quem o conhece pessoalmente. Ele traça o quadro que se tornou quase canônico da luta de grupos dentro da Faculdade, que ele caracteriza como a oposição dos professores mais antigos às propostas para melhoria do ensino de outro grupo, do qual ele e Alberto Carvalho da Silva fariam parte.

Armadas indica, como fica estatuído, estar na oposição ao novo regime; e é suficiente prova de tendência comunista para indiciamento em IPM.

4.5.2.3 *Pereira da Silva arrecada fundos para presos*

O relatório precisa a data em que aconteceu o pedido de fundos (14 de maio) e também a quem foi feito (Elfriede (*sic*) Kirchner, instrutora do Departamento de Microbiologia) ²²³. De acordo com o depoimento dela ao IPM, Pereira da Silva teria lhe pedido contribuição mensal de 5% de seus vencimentos para ajudar comunistas presos; ou, eventualmente, alojar alguém procurado pela polícia; ou ainda, ceder seu nome para alugar um imóvel que serviria de esconderijo. Elfriede contou sobre a abordagem ao catedrático Amaral; e Amaral levou o caso, “oficialmente, à Comissão de Investigações sobre atividades subversivas, nomeada pela Reitoria da Universidade, logo após a Revolução”. O episódio, anota o tenente coronel, envolveu também Erney Camargo.

4.5.2.4 *A “exposição de livros”*

A inclusão da atividade do Caoc no relatório mostra Pinheiro atento aos acontecimentos da Faculdade ainda em setembro; mais atento ainda esteve Dante Nese, o secretário da Faculdade, que informou o Dops sobre a “exposição”. Foram apreendidas revistas, que Pinheiro nomeia: *China Reconstruye* e *Pekín Informa*, ambas em espanhol. O encarregado declara seu espanto frente à “audácia” dos estudantes, que, àquela altura do pós-golpe, ainda recebiam publicações da China: “o fato comprova que mesmo agora, a propaganda comunista continua ativa nos meios estudantis e apoiadas por dirigentes de Centros Acadêmicos.”

4.5.2.5 *A campanha na imprensa*

Ao mencionar o que chama de “campanha”, Pinheiro traz deliberadamente aos autos a existência de notícias e artigos publicados na imprensa que, “fazendo o jogo dos comunista (*sic*), já criou um slogan ‘O TERRORISMO CULTURAL’ e, de tal modo vinha agindo, que o Conselho Universitário da Universidade de São Paulo divulgou uma moção de solidariedade ao Magnífico Reitor, Professor LUIZ ANTONIO DA GAMA E SILVA” para expressar que...

“(…) O encarregado do presente inquérito está convencido de que essa campanha faz parte de um plano de âmbito internacional, de inspiração comunistas (*sic*), para desmoralizar a revolução. (...) Quem conhece as técnicas de atuação dos comunistas, não tem sombra de dúvidas de que a campanha “O TERRORISMO CULTURAL”, posto em prática por certa imprensa, é de inspiração comunista.”(IPM, fl. 826, Anexo C)

²²³ De acordo com a informação prestada por ela própria no IPM, à folha 93. Embora fosse do departamento de Microbiologia, trabalhava com Maria Deane no Instituto de Moléstias Tropicais, na época ligado ao departamento de Parasitologia.

4.5.3 *A interpretação do tenente coronel*

Apresentados esses “fatos”, Pinheiro passa para o esboço final de seu quadro da Faculdade de Medicina, para avaliar o “grau” da “subversão”. Sobre os discursos feitos na assembleia dos estudantes, e a recusa em subscrever a moção de apoio à revolução, repete que “constituem uma clara tomada de posição contra a revolução e de apoio à subversão (...)”. Vinte e dois catedráticos, argumenta o Relatório, votaram pela moção. O tenente-coronel não se conforma:

“Nomes conhecidos no mundo científico brasileiro. Acompanhá-los seria a lógica se já não houvesse um compromisso com a subversão. A alegação de alguns deles de que temiam que a revolução conduzisse o País a uma ditadura militar não procede, porque o pronunciamento do Exmo. Sr Gen Cmt do II Exército, Gen AMAURY KRUEL, às vésperas da revolução, foi claro quanto às razões e objetivos do movimento revolucionário. Por outro lado, toda a nação conhece sobejamente as tradições e a conduta democrática das Forças Armadas Brasileiras no curso de nossa História.” (Idem, pp. 826-827)

O general Krueel, “às vésperas da revolução”, na noite do dia 31 de março, havia lançado o que chamou de proclamação, “às Forças Armadas e à Nação Brasileira”. No último parágrafo, Krueel diz que o passo dado pelas Forças Armadas teve a finalidade da “salvação da Pátria”, e que o II Exército “manter-se-á fiel à Constituição e tudo fará no sentido da manutenção dos poderes constituídos, da ordem e da tranquilidade”. Essas palavras, no entender do tenente-coronel, deveriam ser aceitas como a garantia que Raw e Carvalho da Silva disseram não ter para justificar a aceitação da moção votada no Conselho Universitário, além, é claro, da “sobejamente” conhecida conduta democrática dos militares na história do Brasil.

O relatório quer ainda tocar em outro aspecto: para se defenderem, vários indiciados usaram como escudo a afirmação de que o problema do Brasil é corrupção, e não subversão. O argumento de Pinheiro é representativo da versão corrente entre militares sobre a integração do tema da corrupção na teoria da guerra revolucionária:

“Ora, a corrupção é um dos caminhos utilizados pela subversão comunista. A corrupção está em tôdas as latitudes, com maior ou menor intensidade, e sempre existiu. Os comunistas sabem disso e para atingir os seus fins, para a tomada de poder, estimulam a corrupção visando a desmoralização das instituições e da sociedade existente, a fim de convencer a massa e a elite intelectual de que é ‘necessário mudar’ . Todos sabemos que a corrupção sempre houve neste país, mas, perguntamos nós, há paralelo na história do Brasil à corrupção fomentada no Governo do Sr João Goulart? Não há. E isto vem confirmar o que dissemos, acima, que, aliás, é coisa sabida por todos os estudiosos da Guerra Revolucionária Marxista.” (p. 827)

Pinheiro mostra sua filiação à versão que justifica a decisão de derrubar Goulart por ter sido ele quem, nos “idos de março”, se postou fora da lei; e não os que o depuseram. O oficial se admira de os professores indiciados alegarem a inconstitucionalidade da derrubada de Goulart, ainda mais por serem “professores da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, conhecida como estabelecimento padrão, no mundo inteiro”.

O ponto seguinte do encarregado debate o prestígio dos comunistas e sustenta a existência de um sistema de autoproteção montado por eles, ponto que já havia aparecido, demonstrado, de acordo com ele, pelo fato de os indiciados terem acesso a viagens ao exterior que a testemunha Elfried declara terem sido a ela vedadas²²⁴. Raciocina o encarregado:

“Uma minoria, aguerrida e atuante, pressionava o grupo democrata, incomparavelmente mais numeroso, através a (*sic*) perspectiva de favores e vantagens, como as bolsas de estudos, que só eram concedidas aos comunistas ou esquerdistas ou aos que concordavam em com eles se associar. As viagens frequentes ao estrangeiro, desses notórios elementos comunistas, conjugados à atual campanha do “TERROR CULTURAL” desencadeada na imprensa, com a participação de elementos de fora do país, leva-nos a considerar as possíveis ligações do grupo comunista de intelectuais e cientistas brasileiros com outros grupos análogos de países democratas como França, Itália, Bélgica, os próprios Estados Unidos. Não podemos compreender a permanência de um Professor RABINOVITCH nos Estados Unidos sem a influência de um grupo poderoso.” (IPM, folha 830, Anexo C)

E, para finalizar o quadro da Faculdade de Medicina (antes de passar à análise do Hospital das Clínicas, que a dissertação não vai acompanhar), Pinheiro dedica espaço especial a Thomas Maack. Observa que Maack já responde a outro inquérito, que apura atividades subversivas na Guarnição Militar de Quitaúna, razão de sua prisão para averiguações, e depois, para a decretação de prisão preventiva. Parte de um grupo marxista-trotskista, diz o encarregado, Maack confessou ter recebido dinheiro de Rabinovitch. Completa: “É nossa convicção que o Dr. Thomas Maack era o elemento comunista mais perigoso que atuava na Faculdade de Medicina, com a agravante de não ser brasileiro.” A menção assinala uma comunhão de pensamento entre Pinheiro, a Carta Anônima e o Relatório da CGI: nenhum dos três escapa a alguma xenofobia.

²²⁴ Nos relatórios da Fapesp de 1962, 1963 e 1964 encontrei o registro de duas concessões de auxílio a Elfried Etelvina Kirchner. Em 1962, “Elfriede”, como grafado pela Fundação e pelo IPM, creditada como assistente da seção de Entomologia do Instituto de Medicina Tropical (e não instrutora do departamento de Microbiologia, como se qualificou no IPM), recebeu “bolsa de complementação, para doutoramento”, sob orientação de Maria Deane, no valor de Cr\$ 192 mil, por um ano; e, no relatório de 1964 (a verificar se concedido antes ou depois de abril), um auxílio para a “biologista”, no valor de Cr\$ 450 mil, para custear passagens São Paulo-Nova York, de interesse da execução do projeto *Fisiologia e Bioquímica de Insetos*.

A última seção do relatório começa com o anúncio, pelo encarregado, de que dentro do quadro “acima esboçado da subversão na Faculdade de Medicina” será feita a descrição “de como se comportaram os indiciados”. Essa etapa compreende uma avaliação sobre cada uma entre 31 pessoas designadas como tal – indiciadas –, vinte delas ligadas só à Faculdade e onze ligadas principalmente ao Hospital²²⁵. O tenente coronel observa, na penúltima página, que considera o IPM da Medicina “estritamente vinculado” ao IPM sobre a Guarnição Militar de Quitaúna. Observa que Maack e Rabinovitch estão indiciados nos dois inquéritos. Afirma:

“É certo, assim, que uma trama subversiva envolvia elementos intelectuais da Faculdade de Medicina e militares da Guarnição de Quitaúna, com a finalidade de destruir as instituições democráticas. Os doutores THOMAS MAACK e MICHAEL PINKUS RABINOVITCH serviam de pontes aos dois grupos. É esta a nossa convicção. Os intelectuais do grupo citado davam conteúdo ideológico à revolução comunista que se processava. Não temos elementos para afirmar até onde foi essa trama, entretanto, ela existiu e os elementos constantes do presente IPM são indiscutíveis.”

Dos 31 nomes que listou, o tenente-coronel escolheu os doze que, “com base no exposto e no que contém o presente IPM”, teriam cometido “crimes militares e contra a segurança do Estado”. Na ordem do encarregado: Raw, Saldanha, Rodrigues dos Santos, Camargo, Chiaverini, Pudles, Pereira da Silva, Maack, Rey, Manzano, Israel Nussensweig, Arnóbio Washington. Solicita então a prisão preventiva de Maack, Rabinovitch e Pereira da Silva e remete os autos a Kruehl, de acordo com o rito do Código de Justiça Militar. Antes de assinar, datou o documento de 9 de outubro de 1964 – o dia em que Adhemar de Barros assinou o decreto que demitiu, dos doze indiciados, os sete docentes da Faculdade de Medicina.

²²⁵ Foram eles: Antonio Dácio Franco do Amaral; Leônidas de Melo Deane; Alberto Carvalho da Silva; Isaías Raw; Pedro Henrique Saldanha; Maria José Deane; Victor Nussensweig; Nelson Rodrigues dos Santos; Erney Camargo; Reinaldo Chiaverini; Gilberto Vidal de Siqueira; Myia Awazu Pereira da Silva; Eny Maria Câmara Guimarães; Júlio Pudles; Luiz Hildebrando Pereira da Silva; Thomas Maack, Michael Rabinovitch; Luiz Rey; Eduardo Manzano; Antonio Frederico Branco Lefebvre; Berenice Miranda Martinez; Felga Grunspun. José de Barros Magaldi; José Mário Taques Bittencourt; Francisco Humberto de Abreu Maffei; Mozart Brandt; Israel Nussensweig; Arnóbio Washington; Eunofre Marques; Orestes Rodrigues Palavacino; Rolando Veras Saldanha.

5 COMO SE FOSSE EM CONCLUSÃO: O IPM DA MEDICINA EXTRAPOLA OS AUTOS

5.1 O TERRORISMO CULTURAL NOS PRIMEIROS MESES DA REPÚBLICA MILITAR

A expressão “terrorismo cultural” não precisou do relatório do IPM da Medicina para se introduzir na pauta da vida política do país dos primeiros seis meses do Ato Institucional. Ao contrário, é sua menção pelo tenente-coronel Pinheiro que testemunha a intensidade de sua presença na esfera pública, cinco meses depois de sua inauguração na cena, na página de editoriais do *Jornal do Brasil*. A 7 de maio, “*Terrorismo Cultural*” foi o título de um dos artigos assinados do dia. Começava pela definição: “O terrorismo cultural, como se sabe e temos visto de perto é um dos fenômenos típicos do nosso século, do Extremo Oriente ao Extremos Ocidente. É mesmo um dos argumentos mais convincentes contra a teoria do progresso contínuo da humanidade”, prosseguia com exemplos (um deles: “Quando são demitidos de seus cargos homens de reputação mundial como Anísio Teixeira”), até chegar ao ponto final:

Os nossos estudantes, jornalistas, professores, sacerdotes, intelectuais, filósofos (...) estão sendo vítimas desse terrorismo cultural, tanto mais abominável quanto mais disfarçado, É tão profundamente antibrasileiro! Honra à Universidade do Chile, que convidou alguns para ali ensinarem. Até hoje nunca tive medo do comunismo no Brasil. Agora começo a ter. (*JORNAL DO BRASIL*, 07/05/1964, p. 6)

Tristão de Athayde (pseudônimo de Alceu Amoroso Lima) assinava o artigo, que igualava a modalidade terrorista a uma “guerra às ideias”. Três dias depois, um domingo, o *Diário de Notícias*, o jornal preferido dos militares udenistas do Rio de Janeiro²²⁶, publicou a resposta. Outro “pensador” cristão do jornalismo carioca, Gustavo Corção, perguntava em artigo semanal: “*Terrorismo Cultural?*”

A democracia tem de defender-se. (...) Democracia não é moleza e complacência total, nem é bobagem cívica que dê aos seus adversários todas as facilidades, verbas, ministérios, cargos, como os quais se abolirão as mais legítimas tolerâncias e se construirá o mais perfeito terrorismo cultural que é o praticado nos regimes totalitários. (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 10/05/1964, p. 2)

A resposta do católico de direita amplificou o artigo do católico de esquerda, e assim o “terrorismo cultural” começou sua trajetória nos documentos escritos – como uma campanha

²²⁶ “Havia uma grande liderança nacional chamada Carlos Lacerda, uma fulguração; havia também um grande jornal, o *Diário de Notícias*, de clara tendência udenista (...) Todos os boletins do Exército eram publicados no *Diário*. Para alguém ver se tinha sido transferido ou promovido, lia o jornal udenista (...) Eu tinha então uma definição bem humorada de oficial do Exército: um sujeito de cabeça raspada, de sapato preto e com um *Diário de Notícias* debaixo do braço. Daí ter havido enorme influência do pensamento udenista entre as Forças Armadas (...)” (Octávio Costa, entrevista, in D’ARAUJO, 2014, p. 78)

dos que se opunham à nova ordem, ou como um nome para a “perseguição” que atingia alguns intelectuais. A “campanha” mereceu lugar no relatório do tenente coronel Pinheiro, escrito no início do mês de outubro:

“Em São Paulo, tem a primazia nessa campanha o jornal ‘A (sic) Folha de São Paulo’ (...) Este jornal, em torno da prisão do Dr ISAIAS RAW, determinada para averiguações, teceu uma série de considerações injustas sobre a conduta da Reitoria da Universidade, procurando pressioná-la no sentido de que consentisse na realização do concurso para preenchimento da cadeira de Química Fisiológica da Faculdade de Medicina, e no qual um único candidato está inscrito: o Professor Isaías Raw, indiciado no presente inquérito. A reitoria havia escrito uma carta à Congregação da Faculdade sugerindo que o concurso fosse suspenso até a conclusão do Inquérito. Sugestão que foi adotada. A imprensa que está fazendo o jogo dos comunistas (sic), já criou um slogan ‘O TERRORISMO CULTURAL’, e de tal modo vinha agindo, que o Conselho Universitário da Universidade de São Paulo divulgou uma moção de solidariedade ao Magnífico Reitor, Luiz Antonio de Gama e Silva” (IPM, p. 826; relatório, p. 15).

O trecho, longo, do encarregado apresenta uma síntese precisa dos acontecimentos que sustentaram o trânsito do “terrorismo cultural” em São Paulo, em que o próprio IPM da Medicina e os outros que investigaram professores da USP jogaram um papel decisivo na extrapolação dos acontecimentos dos inquéritos chegassem aos jornais. A prisão de Raw às vésperas do concurso (em que era o único inscrito) e sua sustação pela reitoria sustentaram a trajetória do terrorismo cultural – até chegar ao *Noticiário do Exército*, de onde Pinheiro transcreve a moção do Conselho Universitário. Título da notícia: : “*Terrorismo Cultural – Nova Arma Subversiva*”²²⁷. É mais uma produção da direita civil paulista nos autos do IPM da Medicina.

“O Conselho Universitário da Universidade de São Paulo sente-se no dever de contestar formalmente as notícias propaladas sobre pretenso clima de terrorismo cultural que estaria impedindo o estudo e a pesquisa em nosso Estado. Se houvesse qualquer tentativa de desrespeito à liberdade de cátedra ou aos valores da pessoa humana, o Conselho seria o primeiro a reagir contra quaisquer abusos ou desvios do poder, mas não podem permitir que o apelo aos direitos fundamentais sirva de impunidade para quem quer que tenha tentado efetivamente contra o regime democrático a segurança e o patrimônio do Estado. Ninguém por certo pretende a aplicação de sanções pelo simples fato de elementos dos corpos docente e discente adotarem esta ou aquela convicção político-doutrinária, pois este é um apanágio da democracia que favorece até mesmo adeptos de teorias cujo triunfo significaria a sumária destruição das liberdades a que ora tão

²²⁷ Uma cópia da página do *Noticiário* que publicou a moção de solidariedade a Gama e Silva foi juntada ao IPM. Ali os redatores definem: “‘Terrorismo Cultural’ é uma expressão a serviços dos inimigos da revolução. Assim, em São Paulo, elas a manejam também. Todavia, os democratas estão vigilantes para se contraporem a essa insídia. Foi o que fizeram com a seguinte moção de solidariedade dirigida ao Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo, Professor Luiz Antonio da Gama e Silva”. (IPM, p. 468)

ferrenhamente se apegam. Mas já vai longe o tempo em que os democratas ingenuamente confiavam numa democracia, cujas estruturas legais eram convertidas em meros instrumentos de sua própria destruição. O que, por conseguinte, nos parece inadmissível é que, a pretexto da defesa de direitos que não estão sendo absolutamente postergados, se queira, na realidade, reimplantar nas universidades brasileiras uma situação de anarquia e de subversão de valores felizmente superada com o advento da revolução de março. Assim sendo, são não só injustas como também falsas as críticas formuladas contra as investigações, que estão sendo processadas na Universidade de São Paulo, por determinação das autoridades federais competentes, cuja única e exclusivamente finalidade é apurar a responsabilidade de quantos hajam tentado contra as leis que a todos obrigam. O Conselho hipoteca, pois apoio e solidariedade ao professor Luiz Antônio de Gama e Silva, Magnífico Reitor, pela atitude serena, digna e patriótica com que dirige os destinos da Universidade, incrementando as pesquisas científicas e assegurando a plena liberdade de cátedra”(NOTICIÁRIO DO EXÉRCITO, edição 468, 29/9/1964)²²⁸.

O *Noticiário* mostrou agilidade, e a USP mostrou capacidade de articulação com o Exército, ao publicar a transcrição exatos oito dias depois da aprovação da moção no Conselho Universitário na USP. O tema principal da moção, sua razão de ser, é a negativa do estado de terrorismo cultural. O Conselho Universitário tratou de ambos os assuntos na sessão 552^A, de 21 de setembro – já vem perto da expiração dos poderes punitivos do Ato Institucional contra funcionários públicos e militares.

5.1.1 *O terrorismo cultural nas atas do Conselho Universitário*

O assunto do terrorismo cultural, parte integrante da moção de solidariedade ao reitor Gama e Silva, aparece no Livro de Atas 28, folha 39. “Ainda no expediente, o conselheiro Alfredo Buzaid pede licença para ler a seguinte moção: (...)”, e lê. Nas letras inclinadas de quem, anonimamente, escreveu a ata, e a escreveu para que pudesse ser lida na posteridade, a moção ocupa duas folhas e mais um pouco, se não se incluir na transcrição a lista de signatários, e de suas respectivas posições – pois o texto chegava ao Co já subscrita pelos apoiadores. “Finda a leitura, o Magnífico Reitor Luis Antonio da Gama e Silva pede licença para se retirar já que o

²²⁸ Assinaram a moção, de acordo com a ata da sessão, Livro 28, pp.40 e 40Verso, pela ordem: Alfredo Buzaid, Moacyr Amaral Santos, Tharcísio Damy de Souza Santos; Marcelo de Moura Campos, Edmundo Vasconcellos, João Alves Meira, Mário Guimarães Ferri, Eurípedes Simões de Paula, Álvaro Guimarães Filho, Paulo de Toledo Artigas, Luiz Ferreira Martins, Antonio Guimarães Ferri, Orlando Marques de Paiva, Augusto Leopoldo Ayrosa Galvão, Laerte de Almeida Moraes, Dirceu Lino de Mattos, Maria Rosa Souza Pinheiro, Glete de Alcântara, Lúcio Penna de Carvalho Lima, Durval Mazzei Nogueira, Edgard do Amaral Graner, Eurípedes Malavolta, Tharcílio de Almeida Neubern de Toledo, Octavio della Serra, Antonio Adamastor Corrêa, Theodureto de Arruda Souto, Blás Berlanga Martinez, Cândido Lima da Silva Dias. Não assinaram a moção: Eduardo Manzano, Francisco Kolaya Rocca, Wanderley Nogueira da Silva, Paulo Duarte, José Moura Gonçalves, Hélio Lourenço de Oliveira, Henrique Tastaldi.

documento lhe diz respeito, a fim de que os senhores conselheiros possam discuti-lo com toda a liberdade. Assumindo a Presidência, o Vice-Reitor declara aberta a discussão.”

Quem primeiro tomou a palavra foi Paulo Duarte, do Instituto de Pré-História, o que não surpreendeu quem estava acompanhando o terrorismo cultural pelos jornais. Duarte vinha sendo o porta voz dos que afirmavam a ação do “terrorismo cultural” na USP. Na semana anterior à reunião, no resumo político da semana publicado pela sucursal de São Paulo publicado no *Jornal do Brasil*, intitulado “*Conferência mostra que IPM uniu Filosofia de São Paulo*”²²⁹, o jornal informava:

“As centenas de alunos que lotaram o grêmio da faculdade de filosofia para ouvir o professor Paulo Duarte, mostraram bem o que realmente conseguiu o Inquérito Policial Militar: unir os estudantes em defesa de suas escolas, da liberdade que vêem ameaçada e mobilizar até mesmo aqueles que jamais participaram de qualquer movimento.” (*JORNAL DO BRASIL*, 20/09/1964, p. 24)

No último parágrafo, escreveu o jornalista Rolf Kuntz: “Terminada a conferência, os estudantes aplaudiram de pé, durante dois minutos.”

O professor teve que falar no subsolo do prédio da rua Maria Antônia, porque (segundo Kuntz no *Jornal do Brasil*) o diretor da Faculdade de Filosofia havia proibido a realização da conferência no Salão Nobre. “Durante hora e meia, com a dureza de palavras e a gravata borboleta que jamais esquece, o conferencista falou contra os inimigos da Escola”, descreve a reportagem. Duarte teria dito “‘Hoje os hereges não podem ser queimados em praça pública’, mas uma semântica brincalhona permitiu a substituição do herege por comunista’.”

Por isso era esperado que Paulo Duarte tomasse a palavra na sessão. É possível, diga-se, entender a moção como resposta ao pronunciamento na Faculdade de Filosofia. A ata conta:

(...) Paulo Duarte diz que votará contra a moção por não estar de acordo com seus termos, através dos quais se procura negar a existência de um clima de inquietação na universidade. A seguir, relata diversos fatos ocorridos após o movimento revolucionário de 31 de março de 1964, citando entre outros a prisão do Professor Isaias Raw e de outros membros do corpo docente (...); a sustação da realização do concurso da Faculdade de Medicina em que se achava inscrito o professor Isaias Raw (...), a designação de uma comissão de sindicância integrada por professores; as comissões militares de investigação existente em diversos setores (...) como se na universidade houvesse elementos corruptos ou subversivos (...). (Livro de Atas 28, folha 41)

²²⁹ Assinado por Rolf Kuntz. Era editor-chefe do jornal Alberto Dines.

Transcrevi três, entre seis, dos “fatos” elencados por Duarte, todos relacionados ao IPM da Medicina. Com base nesses “fatos”, encaminha a conclusão, de que “há realmente terrorismo cultural na Universidade, sem que se tome qualquer providência para acabar com esse clima que tanto afeta as atividades de ensino e pesquisa”.

A ata registrou o terrorismo cultural na fala de Duarte sem aspas, como coisa sem dúvida existente; vinculou a prisão de Isaias Raw à CGI da USP e ao IPM da Medicina; e assim erodiu-se um naco do apoio popular desfrutado pelos golpistas nos primeiros dias de abril. O terrorismo cultural -- não tão potentemente como a doutrina da guerra revolucionária, mas com certa eficácia -- forneceu uma grade de leitura aplicável a acontecimentos que envolviam a universidade, seu reitor, professores, militares, jornalistas.

A Universidade de São Paulo, Gama e Silva, Ênio dos Santos Pinheiro, Isaias Raw, Paulo Duarte, o Co, os sete professores docentes demitidos, Amaury Kruel, Adhemar de Barros, Castelo Branco, Costa e Silva – o que foi isso, afinal, que se passou em São Paulo, se chamou terrorismo cultural e se deu em torno dos IPMs da USP? A busca pela resposta se beneficiará de conhecer, antes, como o encarregado Pinheiro viveu esses dias.

5.2 O PONTO DE VISTA INÉDITO DO GENERAL DO IPM DA MEDICINA

Em 16 de dezembro de 1992, no transcurso do 29º ano da deposição de João Goulart, Ênio dos Santos Pinheiro – na época um homem de 78 anos, general de quatro estrelas reformado – contou aos historiadores Maria Celina D’Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso de Castro as lembranças que guardava então do tempo de tenente-coronel encarregado de IPM na Faculdade de Medicina²³⁰. Do que se lembra o tenente coronel?

A versão de Ênio dos Santos Pinheiro sobre os acontecimentos em torno do Inquérito Policial Militar começa na página 35 da transcrição da entrevista²³¹, de que o Anexo 5 é extrato. Ao citar a transformação na Lei de Segurança Nacional de 1953 entre as tarefas que se impunham em 1964 a Castelo Branco, Pinheiro é levado ao assunto dos inquéritos.

Tinha que mudar a legislação, *toda a legislação*. Havia uma lei, por exemplo, que era uma lei básica, a Lei de Segurança Nacional. Uma lei que incluía tudo que era segurança interna a ser julgado nos tribunais militares. A lei tinha três artigos e um deles tornava inviável se provar alguma coisa de qualquer pessoa. (...) Era absolutamente impossível. Então, a maior parte dos inquéritos que foram feitos foram anulados. [3-11]

²³⁰ A característica civil-militar da conspiração que levou à deposição de Goulart, embora seja mais antiga, foi enfatizada como um consenso na historiografia durante os debates de 2014 sobre os 50 anos da deposição de João Goulart. Por exemplo, Napolitano (p. 43, 2014).

²³¹ Ao final da transcrição de três sessões de entrevistas, Lia Carneiro da Cunha se apresenta como transcritora.

Com esta queixa, relacionada a uma avaliação de pouca efetividade dos inquéritos de 1964 emerge em Pinheiro a lembrança do IPM da Medicina:

(...) fiz um inquérito na Universidade, particularmente na Faculdade de Medicina, quando o reitor Gama e Silva, tinha feito um inquérito em que ele indiciou 200²³² professores e alunos. (...) O Amauri disse: “Mas não é possível! 200? Então, todos esses caras são comunistas?” Não era nada disso. [15-19]

Um dos fios que sustenta a lembrança do general Ênio Pinheiro a respeito do tenente-coronel encarregado de 1964 transita em torno do argumento de que não havia comunistas às centenas na USP ou na Faculdade de Medicina, exceção feita a Thomas Maack, o cientista que mereceu o derradeiro destaque do encarregado no corpo do relatório. Pinheiro remete os interessados nos crimes de Maack a outro IPM, conduzido pelo tenente-coronel Sebastião Alvim, que investigava como haviam se organizado sargentos e cabos para se levantarem contra oficiais do Quartel de Quitaúna. Fora Maack, e sua participação no grave crime, não havia comunistas na USP.

O que havia, continua o argumento apresentado pelo general em 1992, era o uso da imputação para atingir pessoas que o reitor Gama e Silva quis perseguir, por razões pessoais, não “revolucionárias”. Passados quase trinta anos, a lembrança do general mantém lugar decisivo para Gama e Silva como impulsionador dos IPMs da USP, em particular o IPM da Medicina, o mais relevante por ter sido aquele que gerou efeitos: sete docentes foram demitidos, com base nele pelo governador do Estado.

É justamente em torno das razões não revolucionárias que atribui ao reitor que transcorrem as desavenças entre ele, tenente-coronel transferido para São Paulo depois do golpe²³³, e seu comandante, general Kruehl²³⁴. O encarregado lembra-se de questionar o general Kruehl já no que para ele foi a primeira conversa sobre o IPM. Recordar-se do dia em que recebeu a incumbência.

(...) e o Kruehl disse: “O senhor vai fazer esse inquérito”. “– Sim, senhor. Mas qual a finalidade do inquérito?”. “Você vai receber a documentação de um processo que foi feito aí na Universidade, mas com o qual estou em desacordo. Quero que o senhor seja rigoroso. Quero que consiga extrair a verdade disso aí”. “Sim, senhor” [35-36]

²³² Esse número confundiu a pesquisa, que o desconhecia até aqui. Confundiu também Kruehl e Pinheiro, conforme a entrevista.

²³³ Não pude verificar a folha de alterações de Pinheiro entre a documentação do Exército.

²³⁴ Kruehl aturou a resistência de Ênio; Pinheiro o respeita e qualifica Kruehl como um “verdadeiro chefe”, mais adiante (linha 195)

Qual outra finalidade o inquérito poderia ter senão, como teria respondido Krue, *extrair a verdade*? A pergunta trai a desconfiança do tenente-coronel sobre esta *finalidade*. O IPM da Medicina, para o encarregado, parecia sofrer de um vício de origem: ter sido iniciativa do reitor Gama e Silva. “Eram questões pessoais dele” [Anexo 5, linha 48], afirma o general aos entrevistadores, sem explicitar quais questões seriam essas. Pinheiro desconfia, desde o início; duzentos²³⁵ comunistas entre os “indiciados” no “inquérito do reitor”?.

Como já foi anotado, o debate público em torno de IPMs transcorre junto com a investigação de Pinheiro. O desenrolar da “crise de São Paulo” é concomitante ao andamento do IPM da Medicina. O desfecho político do episódio se deu 45 dias depois de o tenente-coronel Pinheiro ter perguntado, algo insubordinadamente, ao general Krue sobre a finalidade do inquérito que o superior lhe destinava. Os IPMs da corrupção contra Adhemar de Barros queriam extrair a verdade – ou Mena Barreto estaria, com a UDN, se servindo do IPM como arma de pressão política, como afirmaram Castelo Branco, Costa e Silva e Krue ao apoiar a retirada dos inquéritos contra a corrupção da alçada da CGI setor São Paulo? Ou, seria o oposto, o general Mena Barreto, nesse caso, seria vítima da permanência dos políticos civis na política pós-golpe, o que faria o movimento de abril fracassar.

O embate seguinte entre Krue e o encarregado, que é relatado na entrevista, transcorre em duas etapas: a primeira, em torno de prender Isaías Raw – um episódio elencado como terrorismo cultural pelo porta voz Paulo Duarte; a segunda, de sua soltura. O general Pinheiro, em 1992, sustenta que imaginou a repercussão negativa que haveria com a prisão de Isaías Raw.

Aí o reitor Gama e Silva manda um ofício²³⁶ dizendo que ele [Isaías] ia fugir para os Estados Unidos e que eu tomasse providências. Eu peguei o ofício, mandei para o general Krue e pedi a providência. O Krue mandou prender o Raw.” [112-115]

Nos autos, há rastros que apoiam a lembrança de Pinheiro em obter do general Krue a ordem de prisão. Em “27 de, digo 17 de julho de 1964” [IPM 643, volume 1, p. 89], Ênio Pinheiro despacha para que Maduro solicite a prisão de Isaías Raw (e de Michel Pinkus Rabinovitch) por necessárias à investigação e por existir a informação de que Raw tem “viagem marcada para os Estados Unidos no dia 21 próximo”; ato contínuo, Maduro notifica o recebimento dos autos das mãos de Pinheiro e certifica que, cumprindo o despacho do encarregado, havia

²³⁵ Da linha 15 do extrato, torna-se difícil decidir se os “duzentos” comunistas estariam em toda a USP ou concentrados na Faculdade de Medicina. Como já se viu no capítulo anterior, houve pelo menos outros dois inquéritos em unidades da USP: na Faculdade de Filosofia e na Faculdade de Direito. Lembranças de outros viventes de 1964 falam em um “IPM da USP”. Há rastro no *Diário Oficial* de convocações para depor feitas por um general Godofredo da Rocha, de curta biografia, mencionado na seção 3.

²³⁶ Não encontrado no IPM.

encaminhado ao *Excelentíssimo Senhor General Comandante do Segundo Exército* (idem, p. 90) o Ofício nº 2 do IPM, para tratar do assunto *Prisões – Solicita*. Se o encarregado tivesse tido a teimosia de esperar a chegada da ordem de prisão aos autos, e se a informação atribuída ao reitor se confirmasse, Raw teria partido para sua estadia no exterior: só no dia 22 de julho o original do ofício *Prisões -- Solicita* é dado como recebido; e é nessa data que o mandado de prisão aparece nos autos²³⁷.

Por meio dele, o comandante manda recolher à prisão o professor, “contra quem estão se procedendo investigações policiais” para apurar-se os “fatos relacionados com atividades subversivas na Faculdade de Medicina” (IPM Medicina, volume 1, p. 149). Kruel demorou cinco dias para mandar a ordem por escrito, mas acabou mandando. E o encarregado atendeu ao suposto ofício do reitor da USP: Pinheiro mandou prender Isaias antes de receber a ordem por escrito de Kruel. O bioquímico foi ouvido já no dia 20, dois dias antes da ordem.

Raw foi o último dos três docentes da Faculdade de Medicina presos em 1964. Primeiro, foi preso Thomas Maack, a 10 de junho, detido nas dependências da Faculdade de Medicina; nos primeiros dias de julho, Luiz Hildebrando Pereira da Silva foi capturado durante a realização da reunião anual da SBPC, em Ribeirão Preto. Maack e Pereira da Silva estiveram juntos no navio Raul Soares que, atracado nas cercanias do porto de Santos, serviu de cadeia durante 1964. Das três, a prisão de Raw foi a que causou mais problemas para o recentíssimo governo militar. Mesmo antes de sair nos jornais. Devolvo a palavra ao general Pinheiro:

“O mundo inteiro²³⁸ começou a passar telegrama contra a prisão de Isaias Raw. Até o Castelo, mandou me interrogar: – “o que é que você está fazendo? Está prendendo esse cara aí”. E o Kruel mandou me chamar. Eu disse: ‘É verdade. Mas o senhor está enganado. Eu não prendi ele aqui. Foi o senhor que prendeu, general.’”

O general Kruel pediu uma solução rápida, e não falou mais no assunto. Passa-se um tempo:

Cheguei lá [*a S. Paulo, vindo do Rio*], às quatro horas da manhã, estava lá o Kruel. Aí, disse assim: “O senhor está me prejudicando. O senhor está contra o governo”. “Sim, senhor. Só quero saber porquê”. “Porque o senhor tem estado com esse homem preso aí”. “Ah, general, eu já lhe disse que não fui eu que prendi esse homem, que foi o senhor que prendeu”. Falei na posição de sentido, porque eu sabia quem era o general. Eu, assim de longe, mas eu segurei as pontas. “Se o senhor quer resolver esse problema, o senhor resolve. O senhor me manda a ordem para soltar o homem. Se o senhor não mandar, eu não posso soltar porque o senhor vai me prender, por eu soltar o homem”. Ele dizia “Seu

²³⁷ Entre o ofício e sua satisfação, Pinheiro e Maduro produziram 48 páginas do inquérito.

²³⁸ O general Ênio Pinheiro conta que “o mundo inteiro” telegrafou em apoio a Raw. A dissertação tem notícia de um telegrama, enviado no dia 31 de julho ao presidente da República, assinado por bioquímicos que estavam reunidos em congresso em Nova York (TEIXEIRA, 2014, p. 56). Um *fac-símile* do telegrama foi publicado a 16 de setembro²³⁸ pelo jornalista Ewaldo Dantas Ferreira, da *Folha de S. Paulo*.

malcriado”, mas não dava a ordem. “O senhor dá a ordem. Agora, tem uma coisa: não é de boca não. O senhor tem que dar por escrito, para botar nos autos”. Aí ele disse: “Seu Malcriado. Não vou dar ordem nenhuma. Vai. Pode ir. Pode ir embora.”

Não há, nos autos, nem ordem de soltura de Raw assinada por Kruel, nem qualquer despacho do encarregado sobre ter liberado o bioquímico. Os jornais tampouco noticiaram a soltura.

Nesse último terço do mês de julho, Castelo Branco esteve uma vez em São Paulo, para a inauguração do Palácio de Verão do governo do Estado, em Campos do Jordão, em 22 de julho – quando Mena Barreto já estava em atividade com o IPM da CMTC, com o desarquivamento da ação penal da 5ª Vara Criminal. Além disso, a prisão de Raw era contemporânea das notícias da prisão do filho do general Taurino no Recife, e de um professor de Antropologia da Universidade de Minas Gerais, que engrossavam a versão do terrorismo cultural. A visita de Castelo Branco a São Paulo em 22 de julho foi cronometrada em 3 horas e 20 minutos. Celebrou-se a inauguração do Palácio de Verão, em Campos do Jordão, com um almoço para 300 talheres:

Todos os secretários de Estado, presidentes de autarquias, e de outros órgãos do governo de São Paulo, as mais altas patentes do II Exército, da 4ª Zona Aérea, da Marinha de Guerra, numerosos parlamentares e políticos acorreram a Campos do Jordão para receber o Marechal Castelo Branco. (*O ESTADO DE SÃO PAULO*, 22/07/1964, p.3).

Se Castelo e Kruel conversaram sobre a prisão de Isaias Raw em São Paulo, é provável que esta tenha sido a ocasião.

5.3 A PRISÃO DE ISAIAS RAW E A SUSTAÇÃO DO CONCURSO DE CÁTEDRA

Pinheiro mostrou sagacidade ao dizer ter percebido as dificuldades que a prisão de Raw traria para as relações com os civis em São Paulo. Ela pode ter acontecido no dia 18 ou 19 de julho de 1964, quando militares esperavam por Raw à porta de casa e de lá o levaram preso, às 23h, para o quartel da Rua Manoel da Nóbrega, onde funcionava o comando da 2 Região Militar. Em 1978, catorze anos depois, o professor contou que voltava de uma visita com a mulher e a filha quando a prisão aconteceu (TEIXEIRA, 2015, p. 164, *apud Livro Negro da USP*, 1979, 2ª edição). Na ocasião do depoimento, Raw afirmou ter ficado 12 dias preso.

Só semanas depois a notícia chegou aos jornais: a *Folha* falou a respeito, em uma série de editoriais, o primeiro deles de 22 de agosto. A notícia correu, primeiro, pela Faculdade de

Medicina²³⁹; quando apareceu nos jornais, um mês depois, Raw já havia retomado as atividades no IBECC²⁴⁰; e os editoriais em seu favor que a *Folha* publicou falavam da prisão do passado, ao se concentrarem na notícia mais recente, sobre Raw já ter sido solto e o concurso que poderia levá-lo à cátedra de Química Fisiológica ter sido sustado pela USP²⁴¹ *sine die*. Conta o editorial “*Ofensa à Universidade*”, sobre Isaias Raw, sem citar o seu nome:

“O professor a que nos referimos foi preso quando se preparava para comparecer ao recente Congresso Internacional de Bioquímica, em Nova York. Deixou de estar lá em virtude da prisão, o que motivou que a cúpula do Congresso enviasse telegrama²⁴² a quem de direito, sobre os riscos que corre a ciência em face de tais circunstâncias; um telegrama assinado, entre outros grandes sábios, por três prêmios Nobel.” (*FOLHA DE S.PAULO*, 22/08/1964)

A ofensa à Universidade mencionada no título do editorial era, justamente, a sustação do concurso de cátedra no qual Raw estava inscrito. O editorial motivou a emissão de uma nota pelo reitor da USP, publicada em 23 de agosto (*O ESTADO DE S.PAULO*, 23/08/1964, p. 21). Nela, Gama e Silva faz sua defesa, afirmando que a sustação do concurso até o final do IPM beneficiaria inclusive o próprio livre-docente Isaias Raw, a quem deveria interessar a apuração da verdade.

Na longa nota, Gama e Silva chama a si, pela primeira vez publicamente, a responsabilidade pela constituição da CGI:

Cumprindo o disposto no Ato Institucional de 9 de abril de 1964, bem como nas normas dos decretos que fixaram regras para a aplicação dos artigos 7o e 10o do mesmo Ato, cuja validade ainda não foi contestada, o Reitor da Universidade de São Paulo constituiu uma Comissão de três membros, (...), comissão essa que realizou e ainda vinha realizando seus trabalhos, dentro do maior sigilo e respeito à dignidade da Universidade (OESP, 23/08/1964,p.21).

Iniciadas as investigações, continua a nota, surgiu o nome de Isaías – “cujo comportamento na universidade exigiu sua inclusão no processo, para averiguações”. A nota menciona também

²³⁹ Ricardo Brentani conta que foi a Santos buscar o ex-catedrático de Química Fisiológica, Jayme Cavalcanti para que viesse ajudar Raw em São Paulo. Walter Colli conta que visitou o professor no quartel da rua Manoell da Nóbrega.

²⁴⁰ *O ESTADO DE S.PAULO*, 22 de agosto, p. 13, relata que no dia anterior Raw havia assinado convênio entre o IBECC e a Usaid para compra de livros.

²⁴¹ Editoriais: “*Ofensa à Universidade*” (*FOLHA DE S.PAULO*, 21/08/1964), “*Respeito à Universidade*” (*FOLHA DE S.PAULO*, 27/08/1964) e “*Reforma Universitária*” (*FOLHA DE S.PAULO*, 30/08/1964). Essa coleção de artigos integrou a defesa de Raw na fase judicial, e estão nas pp. 928, 929 e 930 dos Autos Findos. Esses editoriais fazem as “considerações injustas, particularmente, sobre a conduta da Universidade” a que se refere Pinheiro na folha 15 de seu relatório.

²⁴² A própria Folha de S. Paulo publicou (e Pinheiro juntou ao IPM, às folhas 464) um *fac-símile* do telegrama, em reportagem nas páginas 10 e 11 da edição de 16 de setembro, com o título em letras bem grandes: “*Universidade: Revolução posta à prova*”, mais uma aparição na imprensa da prisão de Raw.

uma “Comissão Militar de Investigações” para quem também surgiu o nome do livre docente. Foi a comissão de catedráticos, explica, quem pediu ao reitor a sustação do concurso; este, por sua vez, “em respeito à autonomia da congregação da Faculdade de Medicina”, apenas transmitiu a “sugestão”, no dia 7 de agosto; em 13 de agosto, foi acatada pela Congregação.

Em verdade, tais fatos em nada poderia ter prejudicado o candidato que, por motivos óbvios, não deveria ser obrigado, nessas condições, a se sujeitar às provas de um concurso (...). E nada se apurando contra o candidato na investigação determinada pelo Ato Institucional, a qual, naquele estabelecimento de ensino superior se encontra praticamente concluída (...) (idem, ibidem).

As explicações não diminuíram a circulação do epíteto terrorismo cultural. Paulo Duarte foi um dos que garantiram que o caso Raw permanecesse público até 21 de setembro, a data da sessão do Conselho Universitário – embora, a essa altura, Raw já estivesse solto há cerca de cinco semanas.

5.4 O CONSELHO UNIVERSITÁRIO VOTA A MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE

Paulo Duarte não foi o único docente da USP a votar contra a moção de “solidariedade” ao reitor Gama e Silva, em razão do terrorismo cultural, da prisão de Raw, e a sustação de seu concurso. De acordo com a ata da sessão de 21 de setembro, para reforçar sua posição, Duarte leu também trechos de carta que teria enviado a João Goulart, em 1963, “de críticas a seu governo, e afirma que os mesmos termos poderiam ser reproduzidos o momento atual”. A ata, talvez prudentemente, não registra esses termos. O próximo a pedir a palavra foi Henrique Tastaldi, médico e professor de Bioquímica da Faculdade de Farmácia e Odontologia, que se recusou a assinar a moção por considerar “a prisão de Isaias Raw um caso doloroso”. A Tastaldi, segue-se Hélio Lourenço de Almeida, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, para quem o documento....

“(...) parece negar que houve e há anormalidade na vida da Universidade e nós sabemos que há desde 31 de março. Cita ocorrências havidas em Ribeirão Preto envolvendo elementos da Faculdade de Medicina, as quais se constituíram em abusos” (Livro 28, folha 42)

O próximo a tomar a palavra foi José Moura Gonçalves, professor de Bioquímica de Ribeirão Preto. “Diz que leu o documento e não assinou por não concordar com alguns trechos. Não vê como se possa negar a ocorrência de arbitrariedade na Universidade após a revolução”. A ata informa que ambos os professores ressaltaram a pessoa do reitor, Almeida tendo mencionado que o fizera em conversa com Tharcisio Damy de Souza Santos. Luiz Ferreira Martins aparta para dizer que assinar o documento não “implica na aprovação irrestrita de todos os seus

termos”, do que Moura Gonçalves discorda. Segue-se o representante dos livre-docentes no Co, Wanderley Nogueira da Silva, que lembra já ter protestado em sessão anterior (não registrado em ata) contra a presença da “comissão militar que procedia a investigação na Faculdade de Medicina, onde o clima era de tensão”. Não assina por não conhecer, segundo ele, a opinião de seus representados sobre o assunto da moção.

Nessa altura, há troca do presidente da sessão: sai o vice reitor e Buzaid assume a posição. O químico Marcelo de Moura Campos foi o próximo a tomar palavra, para justificar seu apoio à moção, “por não concordar com a campanha que se faz presentemente contra a Universidade, de todo prejudicial”. Reconhece, em seguida, que houve “certas arbitrariedades, como no caso da prisão do Prof. Isaias Raw, a quem bem conheço e admiro”. Eurípedes Malavolta – professor renomado da Esalq -- é o próximo a justificar o apoio à moção. Apresenta uma espécie de voto em separado.

“1. O documento em discussão é uma moção de apoio e solidariedade ao Magnífico Reitor, no qual coloquei minha assinatura. 2. Parece ter havido erros e excessos antes e durante a operação dos IPMs, os quais eu lamento. 3. A culpa desses erros e excessos tem sido lançada à pessoa do Magnífico Reitor. 4. Minha assinatura no documento é, pois, a expressão de repulsa em face da injustiça que se está cometendo sobre a autoridade mais alta da Universidade de São Paulo. Ainda: a minha assinatura significa a repulsa pela exploração que se está fazendo e se poderá fazer de tais erros e equívocos dando-lhes um tamanho que realmente não têm e procurando desmoralizar a USP diante da opinião pública” (Livro 28, 42 verso e 43).

A “manifestação” de Malavolta foi secundada por outros dois conselheiros, Durval Mazzei Nogueira e Blás Martinez. Um dos representantes dos alunos, Francisco Kolaya Rocca, vota contra a moção. Chegou a vez do conselheiro Moacyr Amaral dos Santos, o presidente da CGI da USP, tomar a palavra. Para a dissertação, a fala de Santos é o único registro oficial, encontra até agora, do modo de pensar e de operar da CGI. A transcrição é longa, mas imprescindível. Já para começar, Santos afirma (pela primeira vez no Conselho Universitário) a vinculação do reitor com a Comissão.

[O conselheiro diz que] como membro da Comissão de Professores designada pelo Magnífico Reitor para proceder a um levantamento das atividades subversivas na Universidade, em cumprimento às disposições contidas no Ato Institucional, deseja deixar claro que a Comissão procedeu com a maior lisura possível deixando todas as pessoas ouvidas inteiramente à vontade para prestar esclarecimentos como melhor lhes aprouvesse. Não se colheu depoimentos propriamente e nem mesmo assinaturas (...) O que alguns parecem ignorar é que houve uma revolução no Brasil e que com ela terminou o clima

de agitação reinante dentro e fora da Universidade. Não há falar em excessos se todas as pessoas indicadas estavam ou estão sendo objeto de investigações, em face da atuação que tiveram antes e mesmo depois da Revolução. Se as investigações redundarem em nada de positivo, de concreto, melhor para todos, pois voltarão às suas atividades de ensino e pesquisa. As investigações estão sendo feitas em toda a parte e não apenas na Universidade. Resultam do Ato Institucional. Decorrem de lei, portanto. A ninguém é lícito procurar impedi-las. A revolução foi feita para salvar o regime democrático. É preciso não esquecer o clima de agitação reinante em todo o país e principalmente nas Universidades, antes da Revolução. A desordem imperava por todo o canto. Não é justo que se fale agora em “terrorismo cultural” e que se procure desprestigiar as Autoridades Universitárias e a própria instituição através de campanha publicitária de todo desnecessária e descabida”. (Livro 28, 43 Verso, 44)

A ata nota a volta do vice reitor à sala do Conselho. Mário Ferri pede para falar antes de reassumir a presidência.

“O documento ora submetido à apreciação do Conselho refere-se ao suposto clima de terror vigente. No início da Revolução, o clima era de tensão. Se excessos houve todos lamentamos, mas devemos compreender que tais ocorrências são fatais num movimento revolucionário. Houve, de fato, anormalidade mas durou pouco. No momento presente não existe o terror que se propala. O Documento diz isso. Por essa razão o assinei”(Livro 28, 44).

Segue-se mais uma manifestação a favor do reitor, do Conselheiro Ayrosa Galvão. Edmundo Vasconcelos, o mesmo catedrático que havia proposto à Congregação da Faculdade de Medicina a moção de apoio às Forças Armadas, sugere em seguida declarar a moção aprovada. Mas o vice-reitor Ferri quer colocar o texto em votação. Foi 28 a 7, como já mencionado. Diz a ata:

“Votaram a favor todos os que subscreveram o documento.
Votaram contra: Henrique Tastaldi, Helio Lourenço de Oliveira, Jose Moura Gonçalves, Paulo Duarte, Wanderley Nogueira da Silva, Eduardo Manzano e Francisco Kolaia Rocca” (folha 44, Verso).

Ainda não acabou. Paulo Duarte -- que manteve a crise viva em setembro com o discurso no Grêmio da Faculdade de Filosofia e em resposta de quem a moção foi articulada --, apresenta também sua declaração de voto. Começa dizendo que seu voto contrário à moção não significava condenação ao reitor. Já negar o terrorismo cultural, com isto Duarte não concordava.

“Esse terrorismo não só existiu, como bem notou o Professor Ferri, mas existe ainda contra a Universidade. As últimas

prisões de professores que não são nem corruptos nem acusados de subversão, são recentes. E ainda há dois dias gente do DOPS foi ao Museu de Arte Contemporânea indagar da ideologia dos conferencistas do curso ‘Origem da Pintura Contemporânea’. (...) Ora, a intervenção policial em um museu de arte é ou não episódio de terrorismo cultural? E a ausência, após fatos como este, de qualquer providência da parte das altas autoridades universitárias justifica o meu voto”. (Livro 28, p. 45)

Quando Duarte terminou, segundo a ata, o reitor foi convidado a voltar para a reunião. É aplaudido. Gama e Silva agradece “e diz que recebe a manifestação do Conselho como uma homenagem à Universidade de São Paulo” (p.45). O assunto termina, e o Co passa a examinar temas rotineiros.

De acordo com o repórter da Folha de São Paulo, que acompanhou a sessão do lado de fora, o Conselho debateu durante oito horas (no título) para aprovar a moção de solidariedade ao reitor. Ou seis, de acordo com o corpo da matéria: das duas da tarde até depois das oito da noite. Esperava-se, o jornalista nos conta, que Paulo Duarte fosse interpelado pelo Co sobre o discurso proferido na Faculdade de Filosofia “em defesas da autonomia universitária” -- o que não ocorreu. A cortesia reinante durante a longa sessão espantou o jornalista (FSP, 23/09/1964, p.11). A Folha publicou a íntegra da moção na mesma página.

No dia 29, a moção apareceu no Noticiário do Exército; e uma nota de 7 de outubro em *O Estado de São Paulo* registra que o Ministro da Guerra, General Costa e Silva, se congratula com o Reitor pelo apoio recebido na moção. No “telex enviado nesse sentido pelo General Costa e Silva ao professor Luiz Antonio da Gama e Silva”, diz a nota de *O Estado*, o próprio Ministro da Guerra, um dos dois expoentes máximos do novíssimo regime, desmentiu o “pretensão clima de terrorismo cultural”.

5.5 A DEMISSÃO DOS DOCENTES, VISTO PELO ENCARREGADO

O embate entre Kruehl e Pinheiro em torno do IPM teve ainda mais um lance.

Eu acabei soltando o homem [Isaias] Ele ficou indiciado, porque não se defendeu. A conclusão foi essa. Ficaram doze (...) indiciados. Isso eu vou revelar, porque é um fato público, um fato que me chocou muito. Fui traído. Considero-me traído porque o meu inquérito era revelado, antes de eu mandar à autoridade que mandou fazer o inquérito. Essa autoridade é quem tinha que encaminhar o inquérito para a auditoria

julgar. Quando eu pego O Estado de São Paulo, leio o seguinte: “Os doze camaradas cassados pelo governo do estado” [linhas 157-166]

Não encontrei esse título em O Estado de São Paulo que não noticiou diretamente a punição aos professores da Faculdade de Medicina, mas fez alusão a ela, em editorial no dia 14 de outubro. Na Folha de São Paulo, as punições estaduais aparecem no topo da página 8 do dia 11 de outubro: *Ato pune mais 27 funcionários públicos em São Paulo* – entre eles, os sete docentes demitidos e cassados da Faculdade de Medicina. Pinheiro continua:

(...) Fiquei bravo e fui falar com o Kruel. Disse assim: “General, o senhor está lendo esse jornal?” “Estou” “O senhor leu isso aqui?” “É...” – “Quem foi que deu? Não foi você?” – “Que é isso, general? Eu vim me queixar ao senhor que daqui do QG saiu qualquer coisa para esse jornal. E peço ao senhor que mande fazer alguma investigação, porque isso é muito grave.” (...) E disse mais: “O inquérito foi feito para atender a interesses pessoais e não para atender à justiça, como o senhor disse para mim que fizesse”. Aí ficou uma banana danada. [172-184]

As datas nos autos mostram que Pinheiro teria concluído seu relatório em 9 de outubro. No dia 13, o general Kruel determinou o envio dos autos à Auditoria. No dia 15, o chefe de Estado Maior do II Exército, general de brigada Durval Campello de Macedo, providencia a remessa. Os autos chegam ao juiz auditor em 21 de outubro – o que teria sido tarde demais para os poderes emprestados aos governadores pelo Ato Institucional, cuja vigência havia se encerrado no dia em que Pinheiro assinou seu relatório.

Em 10 de outubro, um longo decreto do governador puniu funcionários públicos estaduais. O texto do decreto que o governador demitia os docentes “nos termos do parágrafo 1º do artigo 7º do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964”,

“À vista do inquérito policial militar que lhes moveu a Comissão Geral de Investigações, o Professor Assistente de Luiz Hildebrando Pereira da Silva; professor de Genética Pedro Henrique Saldanha; Professor Assistente Júlio Pudles; Assistente Erney Felício Plesmann de Camargo; Professor Assistente Reynaldo Chiaverini e o Médico Assistente Luiz Rey, todos da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, e Thomas Maack, Professor (Diário Oficial, 10/10/1964, p.8)”²⁴³.

²⁴³ O nome seguinte aos docentes na lista de demissões publicada no Diário Oficial era o do cientista Sebastião Baeta Henriques, lotado no Instituto Butantan, “à vista dos elementos constantes do processo que lhe moveu a Secretaria da Saúde”.

Os sete demitidos compõem uma “sublista” entre os indiciados de Pinheiro e chegou ao governador de São Paulo ainda a tempo, antes do prazo fatal²⁴⁴. O governador poupou, dos docentes indiciados no IPM, Isaias Raw e Nelson Rodrigues dos Santos. Pinheiro mantém sua coerência, no último trecho da entrevista que trata do IPM:

(...) tinha vários inquéritos. Esse inquérito, esse era o maior por causa da pessoa do reitor. E era uma coisa que não tinha nenhum sentido. Não tinha sentido. Conversava com as pessoas e via que não tinha sentido nenhum. O único fato que houve foi o Dr. Thomas Mac (sic) que se fardou de sargento²⁴⁵ e foi fazer um discurso no 4º Regimento de Infantaria e mais nada. Mais coisa nenhuma (...) O Hildebrando era um sujeito de alto valor intelectual e científico. Era um cientista. Eu conversava com ele, ele falava comigo descontraído. Ele não precisava se defender de nada, Eu estava vendo que ele não estava mentindo. Não se negava a nada, conversava comigo livremente. (...) Era bom, porque eu ficava sabendo o que ele estava fazendo, (...). No final, fui descobrir que a razão do Hildebrando ser indiciado porque ele era casado com uma japonesa. E o pessoal não admitia que uma japonesa fosse professor da Universidade (...) Mas, no final, a minha satisfação é que ninguém foi condenado (...) (linhas 219 a 238).

De fato, embora a Promotoria da II Auditoria tenha denunciado onze dos doze indiciados de Pinheiro, em 1965, a pedido do promotor militar substituto, o juiz auditor absolveu a todos.

5.6 O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DISCUTE A DEMISSÃO DOS DOCENTES

A sessão do dia 21 de setembro expôs a divisão no Conselho Universitário, com o resultado de 28 votos a favor da moção de solidariedade a Gama e Silva e 7 votos contrários. Se até o final de 1963 era possível a unanimidade no Co – que o reitor mobilizou, por exemplo, para a aprovação de sua recusa em comparecer ao 5º Fórum dos Reitores, em razão da presença de um terço de representação estudantil –, a deposição de Goulart e suas consequências levaram em poucos meses à polarização. Na sessão seguinte, a 553^A, de 3 de novembro de 1964, a sessão se organizou em torno da demissão dos sete docentes da Faculdade de Medicina – e de como aqueles nomes, em particular, e não outros, foram os que chegaram à punição com base no artigo 7º do Ato Institucional.

Quem traz a demissão dos docentes da Faculdade de Medicina à sessão do Conselho é Marcelo de Moura Campos, da Escola Politécnica. O professor começa com um prólogo, em

²⁴⁴ Na ata do Conselho Universitário de 3 de novembro de 1964 (a primeira após o decreto de cassação de Adhemar), o encaminhamento do IPM é atribuído a Gama e Silva. O Conselho estranhou a lista do governador.

²⁴⁵ Não encontrei essa “acusação” a Maack no IPM do Quartel de Quitaúna.

que afirma ter votado a favor da moção de apoio ao reitor na reunião anterior, mas que não pode “compreender e muito menos concordar” com o decreto do governador do Estado. A ata transcreve a fala entre aspas.

“O fato de ter o Almirante Paulo Bosísio, através de carta endereçada ao professor Saldanha, um dos atingidos pela medida, e publicada em vários jornais desta Capital, ter declarado que os inquérito militares não o havia (sic) incriminado, bem como aos seus companheiros punidos, e o fato de um daqueles, Júlio Pudles, ter sido há pouco tempo, convidado pelo Magnífico Reitor da Universidade de Brasília, professor Zeferino Vaz, cuja posição na atual conjuntura nacional é por demais conhecida, para integrar o Departamento de Bioquímica dessa Universidade, clamam por justiça”(Livro de Atas 28, pp. 65 Verso-66).

O representante dos docentes livres, Wanderley Nogueira da Silva, da Faculdade de Medicina, também havia trazido sua discordância por escrito. Ele chama a atenção para o decreto ter sido assinado nos “últimos momentos da vigência do Ato Institucional”; fala em seis docentes demitidos (e não sete), dos quais três livres docentes. Destaca pontos: primeiro, estranha que só docentes da Faculdade de Medicina tenham sido atingidos pelo “ato punitivo” do governador, todos de “alto gabarito científico”; segundo, como o governador “não vive, nem pode viver os problemas internos da Universidade”, ele os teria punido “após ouvir seus assessores da Faculdade ou da Universidade, que procuraram ignorar que....

“3. Dias antes da demissão, a imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo havia noticiado a inocentação dos referidos docentes por parte da Comissão Geral de Inquérito que agora é reafirmada pelo próprio Almirante Bosísio e que foi exibida pelo Estado e pela Folha de São Paulo” (Livro de Atas 28, p. 66- 66 Verso).

“Do exposto”, conclui Silva, só pode se tratar de “engano do Sr. Governador por culpa de seus assessores” (p.67); por isso, pede a “reparação do ato”.

A ata relata que seguiram-se comentários de “vários conselheiros” sobre os IPMs, “estranhando a desigualdade de tratamento que foi dispensado aos indiciados na Faculdade de Medicina”. Antonio Adamastor Corrêa, da Odontologia, outro signatário da moção de solidariedade a Gama e Silva, intervém: “É bem possível que os demitidos sejam inocentes mas também é possível que não sejam”, coisa que não caberia ao Co decidir. Ele concorda, no entanto, que “seria bom se este Conselho pudesse tomar realmente o pé na questão para saber si o inquérito na Faculdade de Medicina foi rigoroso demais”. Acrescenta que os “elementos são de alto nível”.

O diretor da Faculdade de Medicina, João Alves Meira, fala em seguida para assegurar que não foi nunca consultado pelo governador. “Não foi seu assessor. Não pode aceitar a insinuação

contida na representação do Conselheiro Wanderley Nogueira da Silva. Todo o processo foi feito alheio à direção da Faculdade de Medicina”. Moacyr Amaral Santos pede que a ata registre que também ele não foi assessor do governador: “não o conhece, é seu adversário político”. Afirmo que não endossa o pedido de revisão.

“Não é porque Montecorvo²⁴⁶, ou outro cientista notável, mereceram (sic) a admiração de todos, que não possa essa pessoa ser indiciada em delito político. Montecorvo traiu a Itália. Outros técnicos notáveis traíram a Inglaterra. Delito político é uma coisa de momento. Os criminosos políticos de hoje serão nossos julgadores de amanhã e nós seremos os criminosos políticos”(Livro de Atas 28, pp.67V-68).

O assunto se encerra na ata com a fala de Gama e Silva:

“O Prof. Alves Meira procurou-me para saber porque os outros docentes indiciados não sofreram punição. Também não fui ouvido e nem servi de assessor ao sr. Governador. (...) Informação adicional que recebi foi a seguinte: Todos os inquéritos foram terminados e remetidos à Comissão Geral de Informações. O processo que chegou mais cedo foi o da Faculdade de Medicina e este foi encaminhado ao Governador. Os demais processos a Comissão não teve tempo de apreciar. Quanto ao motivo que teria levado o Sr. Governador a demitir apenas seis eu não fui informado” (Livro de Atas 28. p.68).

Se alguém encaminhou os IPMs da USP à Comissão Geral de Investigações a tempo de ela a ter enviado de volta a Adhemar de Barros no prazo de vigência do Ato Institucional, esse alguém não foi o tenente coronel Pinheiro, de acordo com as lembranças na entrevista aos pesquisadores do CPDoc. E se a CGI, como confirma seu relatório final, datado de 30 de outubro de 1964, incluiu na “relação discriminativa (...) dos indiciados que a CGI julgou não passíveis de qualquer das sanções previstas no parágrafo 1º do artigo 7º do Ato Institucional” os nomes de seis dos sete demitidos (Thomas Maack é o único que consta da relação dos que deveriam ser punidos), afinal, quem conseguiu de Adhemar de Barros a demissão de sete dos professores indiciados no IPM da Faculdade de Medicina?

²⁴⁶ A referência deve ser a Bruno Pontecorvo, cientista italiano que, durante a 2ª Guerra Mundial, se refugiou nos Estados Unidos, para fugir dos nazistas; e que, em 1950, passou a viver na União Soviética.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que foi buscado nesta dissertação pode ou não coincidir com o que foi efetivamente escrito. Há sempre uma distância inevitável entre intenção e gesto. Nestas considerações finais gostaria de ressaltar pelo menos duas dessas “intenções”, que permearam e impulsionaram a pesquisa. Essas resultam de ter os IPMs de 1964 como objeto e, simultaneamente, como fonte.

Um dos objetivos dessa dissertação foi caracterizar a geração dos tenentes coroneis e coronéis da ativa que participaram do Golpe de 1964 em São Paulo e que participaram dos processos instaurados que tiveram como tema a Universidade de São Paulo. Parte desses tenentes coroneis, com frequência oficiais que atuaram ou como alunos ou como professores, nas escolas de formação de oficiais, foi alçada à posição de atuar nas vagas abertas pela saída ou expulsão de pessoas que pudessem ser associadas a João Goulart e seus partidários na administração do governo. Uma possível nova pesquisa poderia seguir essa questão e investigar se o lugar de encarregado de IPM teve entre seus resultados impulsionar carreiras específicas.

Tive a intenção nesta dissertação de evidenciar que a concepção sobre o mundo do pós-guerra, corrente entre a maioria desses oficiais, disseminado a partir dos anos 1950 foi constituída por influência da doutrina da guerra revolucionária, resultante ela mesma de influência francesa sobre as Forças Armadas brasileiras. Neste sentido pudemos ver que os oficiais entendiam a Guerra Fria, que compreendia o panorama das relações internacionais mundiais, não como uma guerra contra estrangeiros mas sim como uma questão militar interna a ser abordada, no nosso caso com vistas à caracterizar a guerra insurrecional, a guerra de guerrilhas e outras modalidades não convencionais de combate. A doutrina da guerra revolucionária – que enfeixava fenômenos particulares como a guerrilha cubana, a revolução chinesa e as guerras anticolonialistas – deu aos oficiais, ainda não alçados à patente de generais, um quadro de referência utilizado para ler o Brasil de então.

Ao assumir a direção dos IPMs, ainda em abril, o seu principal encarregado, o general Taurino anunciou à imprensa que teria à disposição cinquenta oficiais das escolas de formação de oficiais do Exército. De fato, o encarregado escolheu tenentes coroneis para “tocar” IPMs. Os três IPMs sobre unidades da USP – Medicina, Filosofia e Direito – foram conduzidos pelos tenentes coroneis Ênio Pinheiro, Bernardo Schonmann e Dirceu Bonecker de Souza – os dois últimos professores de escolas de cadetes, e o primeiro, instrutor da Escola de Comando e Estado Maior do Exército da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. O inquérito protagonizado em

São Paulo pelo general (da reserva) Dalisio Menna Barreto tinha dois oficiais à disposição: os majores Ner Augusto Pereira e Luis Carlos Pinto Moreira.

Os jornais da época apontam frequentemente para “os IPMs” como abrigo de representantes da genérica “linha dura” das Forças Armadas. Menna Barreto e Taurino de Resende seriam dois desses representantes, ambos pertencentes a uma geração de oficiais mais antiga, que precedeu os oficiais, como indico, da guerra revolucionária. A dissertação também acompanhou, a uma distância maior, o general Olimpio Mourão Filho, que circulou, junto com Dalisio, pela direita civil paulista. Em relação aos tenentes coronéis das escolas de formação de oficiais, indico que falta aos generais da ativa e da reserva o alinhamento dado aos mais modernos, por partilharem a ótica da guerra revolucionária.

Frente aos bem formados oficiais das escolas de oficiais – Castelo Branco foi um deles –, a linha dura foi isolada e posta de lado logo nos primeiros meses do primeiro governo militar, em geral por meio de movimento coordenado entre o presidente Castelo Branco e o Ministro da Guerra Costa e Silva. Já os tenentes coronéis foram importantes para ocuparem os postos abertos pela “desinfiltração” da máquina do Estado. A partir da participação desses tenentes nos IPMs suas carreiras tiveram desdobramentos similares pois parte deles seguiu para outras funções ao longo dos 21 anos do regime, inclusive por serem relativamente jovens no momento do golpe.

Penso que a noção de guerra revolucionária teve como papel importante estruturar um arcabouço ordenado para ler o Brasil e, simultaneamente, difundir uma retórica que conformou significados relevantes na esfera pública pós golpe. Meu entedimento é que essa retórica pode ter estado entre os fatores que produziram como efeito o desencadeamento da grande investigação para desinfiltrar o aparelho do Estado, da escala municipal à escala federal. Como fator de consenso, a doutrina da guerra revolucionária agregou racionalidade à ação militar. Por dar um caráter estratégico à ação, a noção de guerra revolucionária superou em efetividade, e sofisticou, o consenso em torno do anticomunismo. Os civis usaram o anticomunismo como arma de propaganda; os militares o integraram numa visão ordenadora da vida mundial.

Para mim o estudo sistemático dos IPMs de 1964 pode contribuir para aprofundar o conhecimento a respeito dessa camada de oficiais, de sua eventual trajetória na duração do regime, e do destino que deram à retórica da guerra revolucionária e ao futuro do golpe militar

(?). Segundo as memórias de alguns oficiais, a própria guerrilha do Araguaia e a luta armada nas cidades foram tomadas por eles como exemplares do decurso posteriores aos primeiro momentos do golpe pela noção da guerra revolucionária.

Os encarregados de IPMs aqui discutidos, a investigação que fizeram, os relatórios que deixaram, podem nos fornecer pistas sobre a forma pela qual foram legitimadas nos anos seguintes, as condutas militares características do aparato de repressão política. Para mim os IPMs foram o embrião da chamada ‘linha dura’, entendida aqui como aquela estrutura clandestina que autorizou pelo menos uma parte das mortes de opositores, por meio de “penas de morte clandestinas”. Se tal indicação puder ser confirmada em novas pesquisas poderemos tentar compreender de que maneira se deu essa ligação. Para esse contexto será importante entender ainda se os oficiais que mantiveram a máquina repressiva eram ou não “egressos” dos IPMs da Universidade de São Paulo.

Um outro aspecto que quis evidenciar neste texto foi a existência da corrupção na máquina pública como objeto da investigação. O tema surgiu no início da trajetória de Taurino de Resende, discutido aqui, que coincide com o período mais fulgurante da abertura de IPMs no Brasil pós golpe. A questão é que, no caso de Taurino, a corrupção ficou obscurecida pela notícia das prisões de seu filho Sergio Cidade de Resende, em julho de 1964, por ordem do coronel Hélio Ibiapina, encarregado de um IPM em Recife. Foi Taurino o primeiro general a dar relevância ao assunto da perseguição aos corruptos, quando a declarou necessidade nacional. Até ser destituído no dia 7 de agosto de 1964, o marechal teve tempo para participar da instalação de alguns desses IPMs, inclusive os IPMs da corrupção em São Paulo.

A versão dos jornais do período aponta Taurino como tendo encarregado oficialmente Dalisio Mena Barreto da investigação anti-Adhemar, defletida em agosto, de São Paulo para o Rio de Janeiro, ao ser avocada pelo IPM central, por meio de ação conjunta dos chefes militares do novo regime, Costa e Silva e Castelo Branco. Foi Taurino também quem designou o tenente coronel Paulo Emílio Souto como encarregar do IPM da Caixa Econômica Federal de São Paulo que, já se sabia, chegaria a acusar o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, de manipular cargos e manipular as cotas de distribuição de bilhetes de loteria, por meio de seu cunhado, com o fim de para assegurar a vitória em futuras eleições. No mesmo sentido, na Aeronáutica, havia também o Brigadeiro Roberto Brandini, denominado “chefe das Comissões de Investigação Sumária” que, ao investigar a Recebedoria Federal e a Delegacia do Imposto de Renda, incriminaria Ranieri Mazzili, o presidente da Câmara Federal, também por distribuir

cargos a apaniguados com o objetivo de arrecadar dinheiro para se reeleger. No caso da Companhia Municipal de Transportes Coletivos as irregularidades abrangiam a troca de cargos por favores e controle de compras por partidário do governador Adhemar de Barros.

Algumas perguntas ficam para ser respondidas em novas pesquisas. O que essas investigações nos contam sobre as práticas associadas à administração pública há 50 anos? Que destino tiveram esses inquéritos? Em quantos desses inquéritos os encarregados foram instrumento usados em conflitos de interesses entre os políticos civis? Teriam sido os IPMs da “corrupção” “engavetados” com frequência maior ou menor do que inquéritos contra a “subversão”? No panorama da dissertação, as investigações sobre irregularidades no uso da máquina pública foram ‘varridas para debaixo do tapete’. Será que poderíamos nos perguntar: em que medida a corrupção de hoje na máquina pública – cujo botim são licitações bilionárias, e não mais cotas de bilhetes de loteria – “remonta” aos 1960 e à decisão de militares envolvidos no golpe em poupar os políticos aliados na derrubada de Goulart?

O estudo dos IPMs também poderá contribuir para revelar detalhes sobre a administração da Universidade de São Paulo, a composição social e política de seus docentes, e as questões que os mobilizavam nos anos 1960 e como foram impactados pela brusca mudança de rumo trazida ao país pelo regime que se seguiu à deposição de João Goulart. O golpe mudou o futuro do país, não somente o futuro dos docentes demitidos da Faculdade de Medicina em outubro de 1964.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela; DOHLNIKOFF, Miriam (orgs.). **1964: do golpe à democracia**. São Paulo: Editora Hedra, 2015.
- ALVES, Marcio Moreira. **Torturas e torturados**. Rio de Janeiro: sem editora, 1967.
- BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República: de Jânio Quadros a Costa e Silva (de 1961 a 1967)**. São Paulo: Editora Fulgor, 1968.
- BLANCHOT, Maurice. **A conversa infinita**. São Paulo: Escuta, 2001.
- BONNET, Gabriel. **Guerras insurrecionais e revolucionárias da antiguidade aos nossos dias**. Tradução Rubens Mário Jobim. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército-Editora, 1963.
- BRANCO, Carlos Castello. **Introdução à Revolução de 1964. Agonia do poder civil**. Tomo I. Rio de Janeiro: Editora Arte Nova, 1975.
- _____. **Introdução à Revolução de 1964. A queda de João Goulart**. Tomo II. Rio de Janeiro: Editora Arte Nova, 1975.
- _____. **Os militares no poder**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- CAMPOS, Ernesto de Souza (org.). **História da Universidade de São Paulo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CHAGAS, Carlos. **A guerra das estrelas (1964/1984): os bastidores das sucessões presidenciais**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1985.
- CHIRIO, Maud. Le pouvoir en un mot: les militaires brésiliens et la “révolution” du 31 mars 1964. In: COLLOQUES 2007. L’IDÉE DE RÉVOLUTION EN AMÉRIQUE LATINE DU 19^E AU 20^E SIÈCLE. Paris, 26-27 Janvier 2007.
- _____. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- COMISSÃO GERAL DE INVESTIGAÇÕES. **Relatório e Anexos**, exemplar datilografado.
- CONTREIRAS, Hélio. **Militares: confissões: histórias secretas do Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- D’AGUIAR, Hernani. **A revolução por dentro**. Rio de Janeiro: Editora Arte Nova, 1976.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Visões do golpe – 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

_____; _____. CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DANTES, M. A. M.; SILVA, M. R. B. (org.). **Arnaldo Vieira de Carvalho e a história da medicina paulista (1867-1920)**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2012.

DREIFUSS, René Armand. **1964; a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Tradução Else Ribeiro Pires Vieira (supervisora, Laboratório de Tradução da Faculdade de Letras da UFMG). Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

DUARTE, Paulo. **O processo dos rinocerontes**. São Paulo: sem editora, 1967.

DULLES, John W. F. **Castello Branco – The making of a Brazilian president**. College Station and London: Texas A&M University Press, 1978.

_____. **Castelo Branco: o caminho para a presidência**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.

ESTADO DE SÃO PAULO. **“Pladi” – Plano de Desenvolvimento Integrado 1964-1966. Governo Adhemar de Barros**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1964.

FAUSTO, Boris (dir.). **História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano. Sociedade e Política (1930-1964)**. Tomo III, vol. 3. São Paulo: Difel, 1981.

FERREIRA, Jorge. **Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)**. Niterói: EdUFF. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

_____. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Oliveiros S. **Elos partidos: uma nova visão do poder militar no Brasil**. São Paulo: Harbra, 2007.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, pp. 29-60, 2004.

_____. **História do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2015.

FIGUEIREDO, Angelina Cheibub. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas a crise política: 1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1996.

FRAGOSO, AUGUSTO. **Introdução ao estudo da guerra revolucionária**. Conferência na Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro: Estado-Maior das Forças Armadas, 1959.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOLDFEDER, Miriam. **Por trás das ondas da Rádio Nacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GOMES, Angela de Castro (coord.). **Olhando para dentro: 1930-1964**. V. 4. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

GRAHAM, Richard – **Britain & the onset of modernization in Brazil 1850-1914**. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

GUEDES, Carlos Luís. **Tinha que ser Minas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

HILDEBRANDO, Luiz. **O fio da meada**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

_____. **Crônicas de nossa época: (memórias de um cientista engajado)**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. **Crônica subversivas de um cientista**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2012.

HOCHMAN, G. **A era do Saneamento, as bases da política de Saúde Pública no Brasil**. São Paulo: Anpocs, Hucitec, 1998.

_____. Vigiar e, depois de 1964, punir: sobre Samuel Pessoa e o Departamento Vermelho da USP. *Ciência e Cultura*. São Paulo, v. 66, n. 4, out./dez. 2014.

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR 709. **O comunismo no Brasil**. Vols. 1, 2 e 3. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1966.

KINOSHITA, Dina Lida. **Mário Schenberg: o cientista e o político**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2014.

LE MOS, Renato. Justiça Militar e processo político no Brasil (1964-1968). In: SEMINÁRIO 40 ANOS DO GOLPE DE 1964. 1964-2004: 40 ANOS DO GOLPE: DITADURA MILITAR E RESISTÊNCIA NO BRASIL. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004, pp. 282-289.

_____. Poder Judiciário e poder militar (1964-69). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). **Nova história militar**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, pp. 409-438.

_____. **Justiça fardada: o general Peri Bevilacqua no Superior Tribunal Militar (1965-1969)**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.

LOUREIRO, Felipe Pereira. Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica dos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

MAO TSE-TUNG. **Sobre a prática e a contradição**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

MARANHÃO, Ricardo. O estado e a política “populista” no Brasil (1954-1964). In FAUSTO, Boris (dir.). **História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano. Sociedade e Política (1930-1964)**. Tomo III, v. 3. São Paulo: Difel, 1981, pp. 257-294.

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 23, n. 67, 2008.

_____. **O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. São Carlos: EDUFSCar, 1995.

MELLO, Jayme Portella de. **A revolução e o governo Costa e Silva**. Rio de Janeiro: Guavira Editores, 1979.

MERTON, Robert K. **Ensaio de sociologia da ciência**. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia/Editora 34, 2013.

MORSE, Richard M. **From community to metropolis, a biography of São Paulo, Brazil**. Gainesville: University of Florida Press, 1958.

MOTTA, Aricildes de Moraes. **31 de março: o movimento revolucionário e a sua história**. Tomos I, II, IV, V, IX, X e XIV. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOURÃO FILHO, Olímpio. **Memórias: A verdade de um revolucionário**. Porto Alegre: LP&M, 2011 (original 1972).

MURICY, Antônio Carlos da Silva. Antônio Carlos Murici I (depoimento, 1981). Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. 768 p. dat.

NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão historiográfica. **Historia y Problemas del Siglo XX**, v. 2, año 2, 2011. Pp. 209-217.

_____. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil, 1964-1969**. Petrópolis: Vozes, 1976.

PESSOA, Samuel. **Ensaio médico-sociais**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1983.

PRETA, Stanislaw Ponte. **Garoto linha dura**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2009.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco (org.). **Autonomia universitária na USP: 1934-1969**, v. 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

RAW, Isaias. **Um cientista bom de briga: uma autobiografia**. Edição do autor.

REIS, Daniel Aarão (coord.). **Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

RIBEIRO, M. A. R. – **História sem fim... inventário da Saúde Pública. São Paulo, 1880-1930**, São Paulo: Editora Unesp, 1993.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In FAUSTO, Boris (dir.). **História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano. Sociedade e política (1930-1964)**. Tomo III, v. 3. São Paulo: Difel, 1981, pp. 361-443.

_____. Sindicalismo e classe operária (1930-1964). In FAUSTO, Boris (dir.). **História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano. Sociedade e política (1930-1964)**. Tomo III, v. 3. São Paulo: Difel, 1981, pp. 507-555.

SAES, Décio A. M. Classe média e política no Brasil 1930-1964. In FAUSTO, Boris (dir.). **História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano. Sociedade e política (1930-1964)**. Tomo III, v. 3. São Paulo: Difel, 1981, pp. 447-506.

SANTOS, Luiz Antônio de Castro. Poder, ideologias e saúde no Brasil da Primeira República: ensaio de Sociologia Histórica. In Hochman, Gilberto (org.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

_____. **Power, ideology and public health in Brazil, 1889-1930**. Tese de doutorado – Harvard University, 1987, não publicada.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (org.). **Maria Antônia: uma rua na contramão**. São Paulo: Nobel, 1988.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Sessenta e quatro: anatomia da crise**. São Paulo: Vértice, 1986.

SCHWARTZMAN, Simon. **Formação da comunidade científica no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional; Rio de Janeiro: Financiadora de Estudos e Projetos, 1979.

_____. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

SERRA, José. **50 anos esta noite**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SILVA, M. R. B. **O laboratório e a República: saúde pública, ensino médico e produção de conhecimento em São Paulo (1891-1933)**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

STACHINI, José. **Março 64: mobilização da audácia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política. As mudanças de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Arte Nova, 1975.

STEPAN, Nancy. **Gênese e evolução da ciência brasileira – Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica**. Rio de Janeiro: Editora Artenova/Fiocruz, 1976.

TEIXEIRA, Mônica. **Circa 1962: a ciência paulista nos primórdios da Fapesp**. São Paulo: Fapesp, 2015.

VIANA FILHO, Luiz. **O governo Castelo Branco**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora e Livraria José Olympio Editora, 1985.

_____. (org.). **Castello Branco: testemunhos de uma época**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

RELAÇÃO DE ENTREVISTAS CONCEDIDAS À AUTORA

Roberto Gama e Silva
 Luiz Ferreira Martins
 Isaías Raw
 Silvio Sawaya
 Celso de Rui Beisiegel
 Eduardo Moacyr Krieger
 Erney Plessmann de Camargo
 Eunice Durham
 Fernando Henrique Cardoso
 Gehard Malnic
 José Carneiro da Silva
 Luiz Hildebrando Pereira da Silva
 Marco Antonio Zago
 Marina Arcoverde Cavalcanti
 Pedro Henrique Saldanha
 Ricardo Renzo Brentani
 Michel Pinkus Rabinovitch
 Plínio de Arruda Sampaio
 Ruth Nussensweig
 Vitor Nussensweig
 Thomas Maack
 Walter Colli
 Luiz Carlos Uchoa Junqueira Filho

ANEXO A: TRANSCRIÇÃO PARCIAL DO RELATÓRIO DA COMISSÃO GERAL DE INVESTIGAÇÕES DA USP

Não encontrei ainda a íntegra do Relatório. Minha fantasia é que existam ainda muitos deles por aí, guardados em papéis antigos, onde um dia serão encontrados. Há indícios de que fosse um documento de circulação restrita, mas existente. Nos IPMs da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Direito, e em um pasta funcional do Arquivo da USP, resgatei 27 de suas 42 páginas. O documento é organizado em uma parte geral, de seis páginas. Daí até o final, o relatório se divide pelas faculdades. Das páginas 11 a 14, as acusações que envolvem a Faculdade de Direito; da 18 até a 32, Faculdade de Medicina; e uma página sem número, que trata da Escola Politécnica.

O trecho abaixo foi transcrito do extrato encontrado nos Autos do IPM da Medicina. Também aparece, ilegível, no IPM da Faculdade de Direito.

1. A amplidão do campo das investigações, abrangente de todos os setores da Universidade de São Paulo, que compreende 16 escolas e vários institutos, espalhados em diferentes pontos da Capital e em diversas cidades do interior, nas quais servem 1908 professores e mais docentes, além de alguns milhares de funcionários efetivos e extranumerários e se agasalham 12 826 alunos, fazia evidente à comissão não lhe ser possível, no exíguo prazo que lhe foi assinado, senão um trabalho de superfície, dispensadas diligências demoradas e apurações múltiplas, que a natureza da missão lhe recomendava. Assim convencida, a comissão teve que limitar suas atividades, a fim de abraçar toda a área universitária, à audiência de reduzido número de pessoas, ao exame de documentos que independessem de buscas difíceis e às informações do departamento de ordem política e social, da Polícia do Estado. Porque o número de pessoas a serem ouvidas teria que ser reduzido, a escolha delas recaiu nas dos diretores de escolas e de alguns institutos, por se tratar daquelas que, por dever de ofício e em razão de suas funções, parecia (*sic*) ser as mais indicadas para prestar informações sobre os fatos sujeitos à investigação. Assim, a comissão ouviu 44 pessoas incluídas aquelas. Os documentos compulsados e examinados foram em número relativamente pequeno pela dificuldade em obtê-los, e das informações prestadas pelo DOPS referem-se apenas àquelas pessoas que mais de perto estavam sujeitas às investigações.
2. Não se pode dizer que das informações orais se tenha obtido toda a verdade, mas apenas parte da verdade. O conhecimento da maioria dos informantes sobre as atividades subversivas de professores, funcionários e alunos das escolas e institutos sob sua

direção, salvo poucas exceções, se mostrou deficientíssimo, quase se limitando àquilo que era do conhecimento público. Explicável a sua relativa ignorância dos fatos por muitos motivos:

- a) Não só os diretores das escolas e institutos, que foram as pessoas ouvidas, como os docentes universitários, em sua imensa maioria, de longa data se achavam inteiramente infensos a cogitações políticas, dedicando-se quase exclusivamente a preocupações técnico-científicas. De certo modo não participavam da vida pública nacional, vivendo arredios dos movimentos de natureza política, chegando não poucos deles, inclusive alguns dos informantes, a se envaidecerem com isso e, muito particularmente, a se ufanarem de não pertencer a qualquer partido político. Os docentes universitários, no geral, têm vivido num mundo muito restrito, confinado na sua ciência ou arte, onde não chegam os rumores das ruas e dos corredores.
- b) Por outro lado, não se pode deixar de reconhecer a habilidade dos docentes universitários comunistas, ou esquerdistas, em geral, em se não definirem de modo expresso, quanto à sua ideologia, no trato comum com os colegas. Com estes, sua técnica era a palavra medida. Apenas inteligível aos iniciados, a mudança de conversa, a reserva mental. Pendores ou atividades omitiam ou exerciam no seu meio, ao contacto com os componentes de suas células, ou através desses, também alinhados na mesma técnica de não dizer senão o conveniente e bastante aos seus desígnios.
- c) Ainda há a considerar a preocupação dos docentes comunistas de conquistar amigos, estranhos à sua seita, e a eles vinculados por laços funcionais, de modo a obter-lhes a confiança cerrando-lhes os olhos e tapando-lhes a boca. Um dos métodos postos em prática por eles, com esse propósito, consistia em desdobrarem-se na prestação de serviços àqueles cuja simpatia precisavam conquistar, para se tornarem ocultas as suas atividades (e) de aliciamento e de subversão. Nisso foram muito bem-sucedidos.

No tocante à influência comunista e atividades subversivas nos meios estudantis universitários, as informações colhidas das pessoas ouvidas – diretores das escolas e outras – foram igualmente deficientíssimas, sem embargo da notoriedade daquelas atividades, exteriorizadas por contínuas e injustificáveis greves e manifestações ostensivas dos estudantes em geral de apoio a personalidades de coloração vermelha, ou rosa, e a movimentos tendentes a acelerar a queda do regime democrático. A deficiência de informações quanto a esse setor tem explicação em vários motivos:

- a. Entre professores e alunos, afora no campo de ensino das respectivas matérias ou disciplinas, não existem, de ordinário, relações outras que permitam bem as conhecerem. Fora das aulas, dos hospitais ou oficinas, e assim mesmo nas horas de trabalho, raramente se encontram, ou se falam, ou se vêem. Entre uns e outros há o vazio e nesse vazio os estudantes, nos dois últimos anos, faziam por erigir um muro que vedasse o olhar profano dos professores.
 - b. As associações estudantis, organizadas sob a forma de sociedades civis absolutamente autônomas, agiam, e agem, à inteira revelia dos institutos escolares a que se vinculam, afastando os professores do conhecimento de suas deliberações e atividades, salvo aquelas que se extravasam em atos públicos, nas quais nem sempre transparecem as intenções que as determinaram.
 - c. Demais, ainda nos dois últimos anos, reunidas sob a forma de confederação ou federação, as associações estudantis não se dirigiam, mas eram dirigidas por órgãos fechados – UNE, UEE, DCE – onde por elas se tomavam as deliberações mais importantes e de onde partia o comando, sem que os verdadeiros motivos destes fossem desvendados a não ser àqueles presos pelo interesse ou compromisso de não desvendá-los. Transformados em órgãos oficiais da subversão, a UNE e a UEE, bem como a quase unanimidade das associações de estudantes, estas entregues a diretorias do mesmo grupo mental, se tornaram organizações indevassáveis aos olhos dos professores, os quais, aliás eram geralmente propensos a considerarem as atividades subversivas, mesmo hostis, de seus alunos, como expansões da juventude.
 - d. Ainda é de se ponderar o prestígio governamental atribuído às organizações de estudantes, amparadas por políticos que pertenciam aos conselhos da Presidência da República, ou a eles vinculados, inclusive ministros de Estado, os quais (ilegível) as atitudes desmoralizadoras do ensino, não poucas vezes colocando-se ao lado dos alunos contra os professores. O fenômeno se agravava de tal modo que inúmeros professores, sentindo-se fracos e desprotegidos, preferiam não tomar conhecimento das atividades das referidas associações.
3. Documentos colhidos foram relativamente poucos, conquanto expressivos. Tempo houvesse e as investigações obteriam resultado muito mais profundo através de buscas de publicações na imprensa diária e periódica, de manifestos divulgados na mesma ou por meio de volantes, de processos instaurados pela polícia civil ou militar, de atas das deliberações das associações de estudantes, etc., e mesmo de indagações de atividades de certos órgãos universitários como por exemplo a Codiplan.

II

4. Não obstante materialmente apoucado o material probatório colhido, dada a extensão da área sobre a qual incidiram as investigações, do mesmo deflui, sem sombra de dúvida, a existência de ampla, acentuada e acelerada infiltração comunista nos múltiplos setores e nos diversos escalões universitários, tanto sob o ângulo das ideias como no do desenvolvimento das atividades subversivas. Mais amplas e profundas fossem as investigações, a conclusão, a que se chegaria, seria simplesmente estarrecedora.

Professores e auxiliares de ensino, em número expressivo, professores da doutrina marxista, muitos deles aplicados na obra de proselitismo, desempenharam papel de insofismável significação nos movimentos anteriores ou concomitantes à Revolução de 31 de março, mas principalmente no do preparo de ambiente propício à recepção de um regime político conivente com as ideias importadas de Moscou. E se vários daqueles não se declararam “comunistas”, no sentido político do vocábulo, mas apenas “homens de esquerda” ou “socialistas”, o certo é que suas atitudes no meio universitário se comparavam aos dos mais extremados.

Igualmente, os corpos discentes das escolas se impregnavam de numerosos elementos de coloração vermelha, mancomunados com outros muitos politizados pela JUC, uns e outros a se servirem de colegas “inocentes úteis”, aos quais se rendia, por complacência, omissão ou interesse, a grande maioria dos estudantes, que não tinha voz nas deliberações.

5. Das escolas da universidade, duas apresentam focos de comunismo organizado, bafejados, senão orientados ou dirigidos, por professores: nas de Filosofia e de Medicina, desta Capital. Em cada uma dessas se instalaram células comunistas de grande projeção social e política, protegidas pela grande eminência cultural dos professores e cientistas que as compõem, com simpática e profunda penetração no seio dos estudantes. Focos comunistas menos organizados talvez, mas conhecidos e atuantes, se encontram na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, na Escola de Engenharia de São Carlos, nas dependências da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, e particularmente entre os estudantes, na Faculdade de Direito, convindo observar que o poderoso organismo de agitação aí formado se tornou ponto de irradiação de movimentos de nítido caráter subversivo. Para uma ideia menos imperfeita da influência comunista na universidade, far-se-á a seguir, um relato das observações fornecidas pelo

material instrutório, sobre o que ocorreu, ou ocorre em cada uma de suas escolas, em alguns dos institutos que lhe são dependentes.

Folhas 11-14, do extrato do relatório da CGI encontrado no IPM da Faculdade de Direito

8. Na Faculdade de Direito, entre os professores catedráticos, não há, seguramente, nenhum comunista. Aliás, o espírito jurídico, que ali está conjugado com o culto das tradições nacionais, repele naturalmente a doutrina marxista e os seus métodos.

Mesmo o setor dos professores assistentes e livres-docentes, em exercício, todos da confiança dos respectivos catedráticos, que se orientam no ensino pelas suas instruções, não há notícia de que qualquer deles se extravase do campo democrático. Manda a verdade, entretanto, se diga que o livre-docente Alberto Muniz da Rocha Barros “é conhecido pela sua ideologia de esquerda”, mas como informa o Diretor da faculdade, “não é militante”. E não faz qualquer pregação política em aula, limitando-se a transmitir conhecimentos da matéria que leciona.

Um caso a parte é o livre docente Caio Prado Junior, marxista confesso e comunista militante conhecidíssimo. Foi deputado estadual do Partido Comunista, tendo seu mandato sido cassado em 1948, continuando, entretanto, como um de seus líderes. Suas atividades políticas são conhecidas do DOPS (doc n. 25-109). Sem embargo disso, na Faculdade de Direito nunca exerceu qualquer influência, pela simples razão de que “nunca deu aulas e nem mesmo nunca haver pleiteado qualquer substituição de catedrático, direito que lhe assistia, como ainda assiste” (informa professor Luiz Eulalio de Bueno Vidigal). Acresce que “em breve perderá o seu título de livre docente por não ter tido qualquer atividade de ensino na Faculdade, na forma do regulamento” (inf prof Luiz Eulalio de Bueno Vidigal).

9. Diverso, muito diverso, o que se verifica entre os alunos da faculdade, no meio dos quais é indisfarçável a infiltração comunista, não apenas no sentido meramente ideológico como também no sentido subversivo e de apoio ao governo do ex-presidente Goulart. O Centro Acadêmico “XI de agosto”, de dois anos para cá, entregue a um grupo de estudantes de tendências nitidamente esquerdistas e de orientação marxista, se tornara fonte de contínuas agitações, que se manifestaram por meio de repetidas greves, por ocupações violentas do edifício da faculdade, por promoção de amostras de livros de doutrinas revolucionárias e de palestras proferidas por figuras do governo Goulart, marcadas por suas atividades subversivas.

Assim, para só falar dos fatos ocorridos nos últimos dias do governo decaído, consigne-se que o Centro programara para o dia 16 de março último, uma conferência do sr. Pinheiro Neto, da

SUPRA, para reunir, como reuniu, na Faculdade, a fina flor dos elementos subversivos do comuno-peleguismo, entre os quais o prof Mário Schenberg (ver informações prestadas pelo delegado de Ordem Política e Social ao pedido de habeas corpus, publicadas pelo “O Estado de São Paulo” no dia 21.3.1964), conferência que se não realizou por força dos graves acontecimentos então ocorridos e que se constituem objeto de inquérito instaurado pela Congregação da Faculdade (dc 85-96). Com o propósito de tornar mais saliente a agitação subversiva, aquele Centro, em decorrência desses acontecimentos, fez a faculdade ser ocupada por um grupo de estudantes, tendo sido preciso, para daí desalojá-los, que a Congregação tivesse que reclamar auxílio da Polícia do Estado, fatos esses objetos de um outro inquérito mandado instaurar pela mesma congregação (doc 97).

No dia 20 de março, em prosseguimento da obra subversiva, comparecia à Faculdade, sob os auspícios do Centro, o senhor Abelardo Jurema, então Ministro da Justiça, que proferiu candente e revolucionária oração, em seguida a discurso de saudação não menos candente e revolucionário do presidente da associação dos acadêmicos. Releva notar ter sido rumorosíssima a assistência, em que se mesclavam estudantes e líderes sindicais, estes em muito maior número que aqueles. Foi em prosseguimento a essa reunião subversiva que se deu a ocupação da faculdade, a que acabamos de nos referir.

Programada estava para o dia 1º de abril, na sede do Centro, conferencia do ex-deputado e líder comunista Max da Costa Santos, a qual, como é obvio, não se realizou em razão da vitória da revolução democrática.

Sob a capa do Centro Acadêmico XI de Agosto, funcionava na Faculdade uma verdadeira célula comunista, disposta a agitar não só os estudantes mas também os meios operários, em conivência com sindicatos, e, ainda, particularmente, a área de operários agrícolas, como se vê de documento apreendidos de uma das gavetas da mesa do presidente daquela entidade e que, por circunstância ignorada, não pudera ser esvaziada pelos interessados, como as demais gavetas o foram. Muitos desses documentos comprovam que a célula comunista acadêmica mantinha correspondência com entidades comunistas estrangeiras e com personalidades estrangeiras comunistas notoriamente conhecidas (doc nºs 46 e 55). Como líderes salientes das agitações apontadas, comunistas ou instrumentos desses, se destacaram: a) João Miguel, presidente eleito do Centro Acadêmico para o exercício de 1964, detido pelo Dops por vários dias, pessoa intimamente ligada aos principais responsáveis pelas atividades subversivas do governo Goulart, tendo mesmo, no dia 31 de março último, poucas horas antes da vitória da Revolução, em Brasília, onde se achava, recebido um cheque de cinco milhões de cruzeiros emitido por Darcy Ribeiro, da Casa Civil da Presidência da República. O depoimento desse

estudante, prestado perante a comissão de sindicância da Faculdade de Direito (doc 98), e as informações do Dops (doc 26), são a confirmação das suas atividades subversivas e da posição de relevo que nelas assumiu, b) Paulo Afonso Sampaio Amaral, hoje aluno do curso de especialização, c) Sergio Rezende Barros, um dos representantes dos alunos na congregação da faculdade, d) Paulo Antonio da Silveira, encarregado das notícias subversivas do jornal “Última Hora”, e) Flavio Flores da Cunha Bierrrenbach, aparecem como marxistas, orientadores dos ativistas acadêmicos, f) Oscarlino Marçal, presidente do centro acadêmico no ano de 1963, instrumento obediente às ordens dos orientadores marxistas e responsável pelas agitações ocorridas àquele tempo. São esses os estudantes que mais se notabilizaram no campo das atividades subversivas, sendo certo que uma investigação mais profunda alcançaria outros muitos igualmente responsáveis.

(O trecho abaixo ocupa uma página, da qual não é possível discernir o numero. Foi encontrada na pasta funcional de Marco Antonio Mastrobuono na USP)

12- A Escola Politécnica, (ilegível) é de sua tradição e do sistema da disciplina escolar que lhe é imposta, exigindo dedicação aos estudos, sofreu menos que as já referidas as consequências do comunismo.

Ainda aí, entretanto, no seu corpo docente se aponta como elemento de esquerda o instrutor Marco Antonio Mastrobuono, cujas atividades políticas se conhecem desde os tempos em que foi presidente do Diretório Central dos Estudantes (inf do DOPS, doc 28) e que se acha em vias de ser afastado ou demitido da Escola, depois de ter sido, em 1963, comissionado pelo ex-ministro da Viação, Expedito Machado, como chefe do seu gabinete. Era muito ligado a conhecidos ativistas das esquerdas, como o Prof. Fernando Henrique Cardoso, já referido neste relatório, e o eng. Maurílio Laterza (inf. do professor Tharcisio Damy de Sousa Santos).

Nitidamente comunista, com (ou sem? indistinguível) atuação na Politécnica, mas desenvolvendo-a quando diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, é o professor Paulo Guimarães Fonseca, (grifo?) atualmente na Rússia, onde se encontra pela segunda vez (inf. do prof. Tharcisio Damy de Souza Santos). Suas atividades se acham pormenorizadas nas informações do DOPS (doc. nº 27).

13 – Dos 1.700 alunos da Escola, cerca de trinta ou quarenta se classificam como comunistas e cerca de trezentos podem ser considerados esquerdistas. A grande maioria, entretanto, repele essas doutrinas, dedica-se aos estudos, evitando greves, inclusive opondo-se à ação dos agitadores (inf. do prof. Tharcisio Damy de Sousa Santos).

Como comunista se notabilizou por suas atividades subversivas no seio da classe o estudante José Serra, ex-presidente da UNE, pessoa ligada a Miguel Arrais, Almino Afonso e outras, e do qual fala minudentemente a ficha do DOPS (doc. nº 21). Após a vitória da Revolução democrática pediu transferência para a Faculdade Fluminense de Engenharia, constando que já estão suspensos os seus direitos políticos (inf. do prof. Tharcisio Damy de Sousa Santos).

Folha 31 dos Autos do IPM da Medicina

(a parte de cima dessa página do relatório foi cortada, de maneira que não se lê o número original da página no Relatório).

14. É nossa convicção que a célula comunista que funcionava na Faculdade de Medicina foi instalada pelo professor Samuel Barnsley Pessoa. Depois de se aposentar, esse Professor pediu ao atual catedrático uma sala para fazer pesquisas; mas o que aí mais fez foi alimentar ideias subversivas e criar novos comunistas.

Aí ficou montada a célula principal. O elemento mais ativo, antigo assistente do professor Pessoa, e que dirige ostensivamente o movimento comunista da Faculdade de Medicina e do Hospital das Clínicas é o dr. Luiz Hildebrando Pereira da Silva.

Nesse departamento – o de Parasitologia – como elemento comunista ativo está o doutor Erney Felicio Plesman de Camargo.

(folha 19)

Essa célula comunista irradiou-se para:

- a) Departamento de Bioquímica, onde trabalham o dr. Isaias Raw, Júlio Pudles, Pedro Henrique Saldanha e Michel Rabinovitch. Este último, afastado do Departamento de Histologia por ser comunista, foi acolhido pelo dr. Isaias Raw.
- b) Depto de Fisiologia: dr Abrão Fajer, Thomas Maack e Roland Veras Saldanha.
- c) 2a. Clínica Médica: é outro foco comunista. Aparentemente ligado ao grupo da Parasitologia já referido, pois seu elemento mais ativo, dr. Reynaldo Chiaverini, a frequentava com assiduidade. Nessa mesma clínica, controlados pelo doutor Chiaverini, trabalham os ativos comunistas drs. José de Barros Magaldi e Israel Nussensweig.
- d) Clínica Neurológica – interligados com os anteriores, trabalham nessa clínica elementos ativos. Uns intelectualmente – dr Antonio Frederico Branco Lefèvre, outro pombo-correio, leva e traz, o dr. José Maria Marques Bittencourt. Este último, aparentemente, é o elemento de ligação com o grupo da Parasitologia com os funcionários do Hospital das Clínicas.

e) Médicos, estagiários e funcionários do Hospital das Clínicas. Todos os movimentos de agitação da Faculdade, quer de estudantes, quer de médicos e funcionários, mostram uma interligação com os grupos citados. O elemento que agita os médicos estagiários é o doutor Maffei.

Quanto aos funcionários, incontestavelmente ativo é o diretor da Associação dos Funcionários do Hospital das Clínicas, o senhor Arnobio Washington. Entre as enfermeiras, o elemento ativo é Felga Longfeldt, que inclusive faz doutrinações de pacientes.

15. Centro Acadêmico Oswaldo Cruz. A diretoria do centro era claramente manipulada pelos comunistas. O vínculo mais evidente era o que ligava seus representantes na congregação com o dr Reynaldo Chiaverini, que os manipulava à sua vontade. Na recente greve, 1º de abril último, em solidariedade a Goulart, foi o doutor Luiz Hildebrando que os influenciou claramente. As relações do Centro com a Diretoria se fizeram tensas, em virtude da linha esquerdista do presidente do Centro, Eduardo Manzano.

16. O jornal “O Bisturi”, órgão oficial do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, transformou-se na realidade num pasquim comunista (ver número 109, 16.03.64, documento número 100). Seu redator responsável é o acadêmico Eunofre Marques. Nesse periódico se encontram artigos nitidamente subversivos, por exemplo, o artigo de dr. Michel Pinkus Rabinovitch sobre concursos à cátedra e o discurso do orador da turma de 1963, Bernardo Boris Vargaftig. Note-se que este discurso havia sido proibido pelo diretor da Faculdade pelo seu caráter comunista e, no entanto, foi acintosamente aceito para publicação.

A opinião dos estudantes da faculdade era francamente subvertida por esse jornal cuja linha de pensamento era seguida pelos representantes do Centro à Congregação da Faculdade bem com a seu Conselho Técnico e Administrativo.

Principal foco – Departamento de Parasitologia – Prof. Dr. Samuel Barnsley Pessoa. É conhecido e antigo militante comunista, fichado pelo Dops. Instalou, quando em exercício na cátedra, a célula comunista do departamento de Parasitologia, que proliferou intensamente na Faculdade de Medicina. São seus antigos discípulos dr. Hildebrando Pereira da Silva e o dr Erney Plessman de Camargo, todos comunistas. Fundou, juntamente com o dr. Luiz Hildebrando Pereira da Silva, o cursinho para vestibular, onde ambos faziam doutrinação comunista.

Atualmente o professor Pessoa é Professor-Cooperador da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

Elemento de influência na classe médica, doutrinador emérito, é elemento perigoso e da cúpula comunista.

Dr. Luiz Hildebrando Pereira da Silva – elemento ativíssimo. Sua ficha no DOPS remonta a 1951, quando como professor do cursinho “Oswaldo Cruz” fazia doutrinação comunista (ver ficha do Dops documento nº 11), em companhia do prof. Samuel Pessôa. Pela reação dos alunos, abandonaram esse cursinho e fundaram outro, intitulado “Di Tulio”, com as mesmas finalidades. Daí para cá, sua vida é toda entregue a atividades comunistas e comunizantes (ver ficha do Dops, documento numero 11).

Atualmente é assistente do Departamento de Parasitologia, justamente considerada como a célula “mater” da difusão do comunismo na faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Tal célula era frequentada, segundo informações seguras, por todos os elementos comunistas quer da faculdade (ciências básicas) quer do Hospital das Clínicas.

O doutor Luiz Hildebrando exerce notória influência sobre os estudantes através de seu atual presidente, acadêmico Eduardo Manzano. Todas as greves e movimentos estudantis destes últimos tempos trazem a marca de sua influência. Assim também as greves dos médicos estagiários e dos funcionários do Hospital das Clínicas sentem o influxo de seu prestígio e a marca das conexões que estabeleceu.

Ainda recentemente, no dia 1º de abril, após a Revolução, provocou e agitou uma assembléia de estudantes que havia sido proibida pelo Diretor (documentos 101 e 102) tendo falado em nome de um grupo de assistentes, todos comunistas. De sua atuação resultou uma declaração de greve que, entretanto, depois abortou. Mais recentemente ainda, segundo informações colhidas, esforçou-se por comprometer uma funcionária, tentando fazê-la contribuir com dinheiro para auxílio a comunistas presos e a albergar em sua casa comunistas foragidos e perseguidos pelo DOPS. A sua proposta foi prontamente repelida (inf. da senhora Elfried Kirchner)

Trata-se, pois, de elemento extremamente perigoso (pg 22/35 dos autos).

Dr. Erney Felício de Camargo Plessman (sic): É comunista conhecido na Faculdade de Medicina, tendo tomado parte da assembléia de estudantes acima referida (doc 101-102), e induzindo-os à greve. Mais recentemente, tentou comprometer uma funcionária que se havia recusado ao pedido do doutor Luiz Hildebrando a contribuir com dinheiro para auxílio a comunistas bem como a escondê-los em sua casa. Isso demonstra suas atividades como comunista e suas íntimas relações com o doutor Luiz Hildebrando.

18. Bioquímica. Esse Departamento é chefiado interinamente pelo dr. Isaias Raw, e tem assistentes cujas atividades comunistas são inegáveis.

Dr Isaias Raw. Trata-se de um cientista de reputação como especialista em bioquímica, sendo um dos diretores do Ibecc (Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura). Suas atitudes são de esquerda, não são de um democrata. Na votação de moção de apoio às Forças Armadas por ocasião da Revolução de 31 de março protestou contra a manifestação da Congregação. Votou contra o item 3 – que apoiava o ato das Forças Armadas, que fizeram o Brasil voltar à ordem, obediência às leis e à dignidade hierárquica de comandante e comandado (ver a ata da Congregação da Faculdade de Medicina, doc 101/102) Esse voto implica na declaração de que é contrário à Revolução, que visou acabar com o comunismo e a corrupção no Brasil. Significa, ainda, não se achar de acordo com a “operação limpeza”, que se está fazendo neste País para livrá-lo de corruptos e comunistas.

Em apoio desse ponto de vista sobre sua linha ideológica estão os seguintes fatos:

a) Acolheu em seu Departamento um notório comunista, doutor Michel Pinkus. Rabinovitch, sabendo que este havia sido afastado do Departamento de Histologia por essa razão (ver carta do dr Thomas Maack ao dr Michel Rabinovitch , doc nº 106) e artigo do dr. Michel Rabinovitch no Bisturi (doc 100).

b) Seus assistentes Julio Pudles e Pedro Henrique Saldanha são comunistas, o que fez de seu departamento um ninho de elementos subversivos, fato ao qual não dá a mínima importância .

c) nas votações do Regulamento da Faculdade de Medicina, seguia a linha de opinião do dr Reynaldo Chiaverini, ocorrendo certa vez, haver tentado aprovação de disposição conforme a qual, assistentes da Faculdade de Filosofia, (ninho de comunistas), poderiam ser aproveitados na Faculdade de Medicina. Essa tentativa foi julgada suspeita.

d) é muito ligado ao grupo esquerdista da Faculdade de Filosofia e do Fundo de Construção da Cidade Universitária Armando Salles de Oliveira, dirigido pelo doutor Paulo de Camargo e Almeida, confesso socialista, ligado à Rússia, onde esteve duas vezes.

Dr Michel Pinkus Rabinovitch. Comunista conhecido. Das suas convicções comunistas são documentos comprobatórios o artigo que escreveu em “O Bisturi” e a carta que lhe foi enviada pelo dr. Thomas Maack (doc nº 106). Foi expulso do Departamento de Histologia por suas atividades comunistas.

Drs. Júlio Pudles e Pedro Henrique Saldanha. Ambos são conhecidos pelas suas atividades subversivas juntos aos estudantes. Tomaram parte na assembléia do Centro Acadêmico de 14 de abril (doc 101 e 102), induzindo os estudantes à greve de repúdio à Revolução democrática.

19. Departamento de Fisiologia. Este departamento é dirigido pelo doutor Alberto Carvalho da Silva, docente livre recentemente vencedor do concurso de cátedra de Fisiologia. Trabalham sob sua direção elementos reconhecidamente comunistas, a saber: Abrão (ilegível) Fajer, Rolando Veras Saldanha e Thomas Maack.

Abran Bencjan Fajer. Segundo inúmeras informações colhidas é comunista ativo. Está atualmente estagiando fora do país. Acha-se fichado no Dops como elemento atuante (doc 104)

Roland Veras Saldanha. Era médico auxiliar da II Clínica Médica no Hospital das Clínicas. Elemento esquerdista, de temperamento difícil, trabalhou e conviveu com outros elementos comunistas daquele Departamento. Teve um atrito com outro comunista, Israel Nussensweig, e por isso transferiu-se para o departamento de Fisiologia.

Thomas Maack. Instrutor. Elemento perigoso, marxista, agitador contumaz, tomou parte ativa em todas as greves de estudantes. Em 1961, foi o elemento articulador da greve de estagiários do Hospital das Clínicas de apoio a reivindicações estudantis, tentando paralisar esse hospital. Articulou também na mesma ocasião movimento de funcionários do Hospital das Clínicas. Trabalhou certo tempo no departamento de Histologia, onde sempre agitou o ambiente insuflando os ânimos dos funcionários e assistentes. Mantinha permanente contato com o dr Michel, Rabinovitch, professor adjunto de Histologia e Embriologia, comunista conhecido.

Ao deixar o departamento em questão foram encontrados em sua gaveta dois filmes de propaganda da revolução cubana de Fidel Castro, nitidamente comunista. Esses filmes foram assistidos por esta Comissão e projetados por técnico da reitoria da Universidade de São Paulo. Segundo este, os filmes já haviam sido projetados inúmeras vezes e deles tiradas cópias.

O dr Thomas Maack escreveu uma carta ao dr. Michel Rabinovitch, a qual foi encontrada dentro de uma separata de revista especializada (copia fotostática, doc 106 e informações do prof L. Carlos Junqueira), não se sabe como. O fato é que nessa carta não somente se refere em termos desprimorosos ao chefe do seu Departamento como também revela a circunstância de serem ambos, ele e o dr. Michel, elos importantes de uma cadeia que tentava comunizar os estudantes. Assim revela ao doutor Rabinovitch, então nos Estados Unidos da América do Norte, que “estavam pleiteando aqui a representação estudantil de um terço nos órgãos diretivos”. E acrescenta: “um grande passo adiante” (ilegível) o dinheiro recebido do dr Rabinovitch, dizendo

que “a equipe precisa fazer frente aos gastos que tem (ilegível) o jornal semanal, viagens especiais, etc., sobe hoje a mais de Cr\$ 300.000,00 por mês”.

Continua, apesar de advertido, a fazer agitação. Na assembléia dos estudantes, no dia 1 de abril último, que havia sido proibida pelo Diretor, e realizada em lugar não permitido por este, o dr Thomas incitou a greve. Nessa assembléia, tomou parte ativa, ao lado de dr. Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Erney Felicio Plesmann de Camargo, Pudles e Pedro Henrique Saldanha. (docs 101-102) .

20. Clínica médica. No departamento de c\Clínica Médica, há notórios e ativos comunistas.

Prof. Reinaldo Chiaverini. Segundo o relatório do Dops, sua atividade como comunista remonta a 1945, quando falou em um comício do Partido Comunista Brasileiro. Daí para cá, esteve sempre envolvido em atividades comunistas, como por exemplo acionista do jornal “Hoje”, manifestos, atuações junto a operarios, etc. Segundo o mesmo relatório, já em 1950, seu nome consta de uma relação de elementos comunistas da célula do hospital das clinicas (doc número 7).

É considerado no Partido Comunista Brasileiro como intelectual e organizador de greves.

Nas reuniões da congregações, orientava a linha de conduta dos estudantes que sistematicamente o acompanharam com seus votos.

Muito ligado à célula do doutor Luís Hildebrando (inf. prof. Dacio Franco de Amaral) , cujas reuniões frequentava. É pessoa inteligente, culta e, por isso mesmo, muito perigosa por sua atuação junto aos estudantes. Foi escolhido em 1953 para paraninfo da turma de médicos que terminava o curso pronunciando discurso nitidamente esquerdista. Da sua influência nefasta junto aos estudantes resultou ser eleito paraninfo na mesma eleição em que foi eleito Boris como orador da turma e cujo discurso foi proibido pelo diretor (Ver jornal “O Bisturi”, doc. nº 100).

Prof. Jose Barros Magaldi – É conhecido como comunista, procurando sempre não se comprometer, no que tem sido muito hábil. Da ficha do Dops enviada ao Hospital das Clínicas não consta o seu nome, o que causou surpresa entre os professores que o sabem ser comunista. Frequentava a célula da Parasitologia, (acompanhado) do prof. Mario Schenberg. É professor da Faculdade de Higiene e Saúde Pública, onde convidou o professor Alvaro Guimarães Filho para visitar a Rússia, o que não foi aceito.

Dr. Israel Nussensveig. Conhecido comunista. Tem ficha no DOPS, desde 2.10.1949. Diretor responsável do jornal comunista “Nossa Voz”, da colônia israelita, é desde 1952 filiado à célula

comunista do Hospital das Clínicas. Em 14.11.1952 foi expulso do posto de oficial da reserva do Exército (portaria ministerial n 385). Elemento de prestígio no meio médico, tem grande influência política (doc n 9).

21. Clínica Neurológica. Dr. Antonio Frederico Branco Lefevre. Sua ficha no DOPS se inicia em 24.9.1947 com conferência sobre arte russa e reuniões com comunistas, sendo apontado, em 2.10.1949, como um dos dirigentes da célula comunista que funcionava numa das salas do Hospital das Clínicas. Confirmando sua periculosidade como comunista ativo, o relatório do DOPS assinala que o dr. Lefevre vem transformando o Hospital das Clínicas em sede central do extinto Partido Comunista Brasileiro (doc. n 10).

Trata-se de pessoa de notória competência como neuropediatra, insinuante, culto. Sua qualidade de comunista foi confirmada pelo prof. Adherbal Pinheiro Machado Tolosa, atualmente diretor clínico do Hospital das Clínicas, em suas informações. A atividade do dr. Lefevre se fez sentir também no hospital do ISPC, onde é conhecido como comunista.

Dr José Maria Tacques Bittencourt. Elemento atívisimo, verdadeiro homem de recados, sempre visto nas suas idas e vindas ao Departamento de Parasitologia, entre os funcionários do Hospital das Clínicas. Na “Marcha da Família, com Deus pela Liberdade”, procurou junto ao pessoal do Hospital, desmoralizar esse movimento, de tanta importância no preparo da queda do governo João Goulart.

Ligadíssimo ao dr. Lefevre.

Sua ficha de comunista consta da lista do DOPS, tendo sido preso para averiguações (doc 104). Alegou que foi detido para prestar informações do paradeiro do dr Fuad Saad, médico, comunista de cúpula, que há tempos não é visto no Hospital das Clínicas.

(folha 42)

22. Médicos estagiários e funcionários do Hospital das Clínicas. O chefe dos médicos estagiários, dr. Francisco Humberto de Abreu Maffei, eleito para tais funções pelos seus colegas, tem ficha de comunista no DOPS (doc) e como tal é conhecido por suas atividades. Sua eleição já demonstra como a técnica comunista, usada pelos que orientaram sua formação, de manipular assembleias, foi por ele bem assimilada. Iniciou-se, como estudante ainda, no departamento de Parasitologia, com o dr. Luiz Hildebrando Pereira da Silva. Posteriormente passou para o Hospital das Clínicas, onde exerce sua atividade de comunista.

Arnóbio Washington – Indivíduo de baixo nível moral e social, antigo auxiliar de enfermagem do Hospital, é atívisimo entre os seus funcionários, liderando-os como traquejado técnico

comunista. Chegou a ser Diretor da Associação dos Funcionários do Hospital das Clínicas. Posteriormente candidatou-se a vereador, usando de publicidade marxista. Criou sérios problemas à administração do Hospital, inventando mentiras sobre aspectos que desconhecia em sua parte técnica, as quais veiculava através de certa imprensa que lhe dava cobertura. Tais fatos foram inteiramente desmentidos, ficando provado que tudo fazia parte de um plano de subversão comunista. É fichado no DOPS. É elemento perigoso, particularmente pela sua audácia e pela sua capacidade de mentir. (doc 104)

A lista de funcionários do Hospital, fichados no DOPS, encaminhada a esta Comissão pela administração desse nosocômio, é extensa. São, entretanto, particularmente perigosos os seguintes funcionários e médicos (doc. 104):

Feiga Langfeldt	Ayush Mora Amar
Giovani Barberi	Maria Emilia
Benedito Giamarino	Iracema Rodrigues
Vicente Gomes de Oliveira	Candida Silva Sucupira
Adhemar Marchiore	Lidia Marques
Agenor Marchiore	Leonor Camara Ferreira
Vicente Gomes de Oliveira	Moacyr Nilson
Dinah Batista (sublinhada em vermelho)	Luiz Moises Eigger
Loara Peres Vitoria Silva	Rosa Rosario
Yolanda Spera	Carmen Russo
João Zirilo Andrade Adel	Januário do Carmo Rosendo
Nelson Proença	Juventino de Souza e Silva
Josef Kuczinsky	Berenice Bandeira Miranda (sublinhada em vermelho)
Maria Perales Aires (sublinhada em vermelho)	

23, Outros elementos implicados Acadêmicos de Medicina –

Eduardo Manzano. É este presidente do Centro Acadêmico “Oswaldo Cruz” e um dos representantes do mesmo na Congregação. Diz-se católico e afirma não ser comunista. Entretanto, sua linha de conduta, acompanhando sempre os votos do dr. Reynaldo Chiaverini, o caracteriza como nitidamente esquerdista.

Pelas suas atitudes subversivas (ver atas do CTA da Faculdade de Medicina, doc 101-102) foi, juntamente com a diretoria do Centro, suspenso por 10 dias pelo CTA, sendo a penalidade confirmada pela Congregação.

Por ocasião da Assembleia do dia primeiro de abril, mentiu ao Diretor de que a mesma teria por finalidade a discussão de questões ligadas à administração do Centro quando, na realidade, se tratava de aprovar uma greve em sinal de apoio ao governo João Goulart. Após o discurso do dr Luiz Hildebrando Pereira da Silva, que a insuflou, foi aprovada a greve que, entretanto, afinal, abortou.

É evidentemente um elemento utilizado pelos comunistas; na Congregação segue o prof Reynaldo Chiaverini e na presidência do centro, nas assembleias, se conduz pelo dr. Luiz Hildebrando Pereira da Silva.

Continua ainda a agir, na função de instrumento dos comunistas. Ainda recentemente, após os fatos relatados, persistiu em censurar a Congregação por haver votado moção de apoio ao Governo Revolucionário.

É individuo cínico: quando suspenso, enviou ofício ao Diretor da Faculdade (inf. do Diretor), documento esse que foi devolvido para ser encaminhado por quem de direito.

Acadêmico Eunofre Marques: Diretor responsável do órgão oficial do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz “O Bisturi”. Esse jornal, como já foi dito, editado sob sua responsabilidade (ver exemplar anexo), transformou-se num pasquim comunista. Inúmeras teses subversivas são ali veiculadas, culminando pela publicação do discurso do então acadêmico Bernardo Boris Vargaftig, nitidamente subversivo, e cuja leitura havia sido proibida pelo diretor.

Dr. Bernardo Boris Vargaftig – Sua ficha do DOPS é extensa, a demonstrar contínuas atividades comunistas. Começa por referir que, quando no Exército, recebeu um mandado de prisão, assinado pelo Comandante do II Exército, por incitamento à desobediência e à indisciplina, introduzindo na tropa documentos subversivos à ordem pública (doc. 8)

É brasileiro naturalizado, sendo natural da Argentina. Elemento perigoso pela sua audácia e tem sido preso por atividades subversivas. Declara-se trotsquista. Na Faculdade de Medicina se fez agitador conhecido e reconhecido por todos. Culmina no discurso já referido, proibido pelo diretor e publicado no “O Bisturi” (doc n), francamente subversivo, a vangloriar-se pelas participação em greves e instigação de estudantes contra professores (doc 100).

final da página 32 rasgada

Pula para a folha 39

IV

Em suma, e resumindo, conclue a Comissão serem realmente impressionantes as infiltrações de ideias marxistas nos vários setores universitários, cumprindo sejam afastados daí os seus doutrinadores e os agentes dos processos subversivos, bem como impedindo-os de continuar na obra de comunização da mocidade.

De tal modo, sugere a Comissão a suspensão dos direitos políticos dos seguintes elementos dos corpos docente, discente e administrativo da Universidade:

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

Mário Schenberg – professor
 Fernando Henrique Cardoso – professor
 Nuno Fidelino de Figueiredo – professor
 José Cruz Costa – professor
 Florestan Fernandes – professor
 Fuad Daher Saad – estudante

Faculdade de Direito

Caio Prado Junior – professor
 João Miguel – estudantes
 Paulo Afonso Sampaio Amaral – estudante
 Sergio Resende de Barros – estudante
 Paulo Antonio da Silveira – estudante e jornalista
 Flávio Flores de Cunha Bierrenbach – estudante
 Oscarlino Marçal – estudante

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

João Batista Villanova Artigas – professor
 Abelardo Riedy de Souza – professor
 Sylvio Barros Sawaya – estudante

Escola Politécnica

Paulo Guimarães da Fonseca – professor
 Marco Antonio Mastrobuono – instrutor
 Jose Serra – estudante

Faculdade de Medicina

Samuel Barnsley Pessoa – professor
 Luiz Hildebrando Pereira da Silva – professor
 Erney Felício de Camargo Plessman – instrutor
 Isaías Raw – professor
 Julio Pudles – professor
 Pedro Henrique Saldanha – professor
 Michel Pinkus Rabinovitch – professor
 Abran Bencjan Fajer – professor
 Thomas Maack – instrutor
 Roland Veras Saldanha – instrutor
 Reynaldo Chiaverini – professor
 José Barros Magaldi – professor
 Israel Nussensveig – professor
 Antonio Frederico Branco Lefevre – professor
 José Maria Tacques Bittencourt – instrutor
 Francisco Humberto de Abreu Maffei – médico estagiário
 Arnóbio Washington – funcionário
 Felga Langfeldt – enfermeira
 Eunofre Marques – estudante
 Bernardo Boris – médico estagiário
 Eduardo Manzano – estudante

Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto

Luiz Carlos Raya – instrutor
 Clarismundo Souza Filho – instrutor

Faculdade de Farmácia e Odontologia de Bauru

Edson Sinohara – estudante
 Maria Fidela de Lima – estudante

Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas

Mário Wagner Vieira da Cunha – professor
 Paulo Israel Singer – professor
 Lenina Pomeranz – professor

Escola de Engenharia de São Carlos

Guilherme Fontes Leal Ferreira – instrutor
 Ivan Rotta – estudante
 Adriano Trondi – estudante

Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz

Antonio Marcomini – estudante
 Rodolfo Hoffman – estudante

Oportunamente, a Comissão encaminhará à Reitoria as observações que lhe foi dado colher, sob vários aspectos, a serem considerados pelos responsáveis pelos destinos do País.

Era o que nos cabia relatar.

São Paulo, 6 de junho de 1964.

Moacyr Amaral Santos (presidente)

Jeronymo Geraldo de Campos Freire

Theodoreto de Arruda Souto

ANEXO B: A CARTA ANÔNIMA

SECRETETO

MINISTÉRIO DA GUERRA
II EXÉRCITO
QUARTEL GENERAL

Em 22/JUN/1964

1. Assunto. **Atividades subversivas na Universidade de S PAULO**
2. Documento de origem: **Informante**
3. Classificação: **F-6**
4. Difusão: **II EX - Enc IPM**

INFORME Nº 277/64**ESTE QG RECEBEU A DENUNCIA ABAIXO:-**

1. Tendo em vista o que sucede a colegas nossos, acadêmicos de JUC que há semanas se acham retidos pelas forças legalistas, alguns sem bem saberem por que, vimos a presença das Autoridades a fim de expor o que se seguiu:
2. Por que será que os agentes vermelhos das Faculdades de Higiene, Medicina e Filosofia de Univ. de S. Paulo continuam na mais franca campanha de ampliação dos quadros do PC, recebendo gordos proventos do governo do Estado e se utilizando as instalações da Universidade unicamente para pregar sua doutrina de CORRUPÇÃO E MÁ FÉ?
3. Será que ninguém até agora percebeu o alcance da ação deletéria desses núcleos de máus brasileiros - se brasileiros são - agindo no seio mesmo de classe estudantil, prevalecendo-se de sua posição de liderança como professores, para pregar aos acadêmicos a subversão, a anarquia, a inversão dos valores e a dissolução do espírito cívico, já de si tão combatido nos dias que correm?
4. Catedráticos e demais dirigentes reconhecidamente de direita ocultam subordinados de esquerda. Será que é para, com o sacrifício do futuro da pátria, lograrem um crédito de gratidão por parte destes, antes sempre arrogantes a ameaçar a uns e outros com o "paredão"? Será este um momento em que se cogitem de tais vaidades pessoais, Senhor?
5. É o que sugere a situação das nossas Faculdades. E vamos já enumerando alguns exemplos, fundamentando-os no que podemos observar e coligir nas últimas semanas, nas Faculdades de Higiene e Medicina da Univ. S. Paulo. Eles nos fazem temer seriamente pela concretização dos ideais que nortearam a Revolução de 31 de março de 1964:
6. Exulso do Departamento do Integro Prof. LUIS CARLOS UCHOA JUNQUEIRA (que, ao que se diz, possui farto material comprobatório de suas atividades subversivas), foi o russo-israelita e famoso encabeçador de movimentos estudantis da Faculdade de Medicina, MICHAEL PINKUS RABINOVITCH, prontamente recebido pelo prof. ISAIAH RAN, também israelita, dirigente do Dep. Química, enquanto se não oficializava sua posição na Univ. Brasília (vide contratos etc com W. KERR, Fund. Amero à Pesquisa do Est. SP). Nesse Depto. aliás, fez-se muito de política e pouco ou nada de química. Prof. RABINOVITCH, que nunca ocultou sua ideologia (nunca, até os primeiros dias de abril de 1964) e que, como os outros vermelhos locais, só beneficia e agrega elementos congêneres, declarava há poucas semanas que PAULO DUARTE e JOSE REIS já estavam sendo "trabalhados" para saírem pelos respectivos jornais, a extensão do Ato Institucional às Universidades! - Será que só nós nos assustamos quando vimos as penas honestas daqueles dois cientistas-jornalistas, de fato, a serviços dessa bem organizada geng? (vide "O Estado de S. Paulo, 15/5/64" "USP: Professor formula protesto"; "Folha de S. Paulo, 21/5/64" "O Ato na Universidade". e pouco depois, o grupo "pensante" da quadrilha, integrado pelo já citado Rabinovitch e mais a célula do Dep. Parasitologia da mesma Escola (Luiz Ney, Luiz Hildebrando Pereira de Sil-

cont...

SECRETETO

SECRETO

Continuação do Inform. e. . . N.º 277/64 - de 22/Jun/64 - do II Exército - Fls....2

Silva e esposa, Leonides Deane e Maria Deane, Erney P. de Camargo, etc), inicia a redação de um "abaixo assinado" ao Sr Presidente da Republica reivindicando tran-
quilidade para os "cientistas", mais verbas para suas "pesquisas" e assim por dian-
te, documento que, afirmavam, seria assinado pela "neta" da direita. Eis que na se-
mana transcorra, entra em circulação o manifesto que, em resumo, exige do Sr. Presi-
dente da República que deixe em paz os intelectuais universitários, que se lhes dê
mais verba, com o risco de, em não sendo eles atendidos, emigrarem para os EE UU
da América do Norte onde, dizem, ocorre grande procura de cientistas (e onde, óbvia-
mente, pela "ciência" que cultivam seriam aceitos). Conhecendo de perto como co-
nhecemos as Escolas de Medicina e de Higiene da Univ.S.Paulo, que frequentamos pe-
lo menos 6 anos, crescidos de 2 no outro "fequinho", H.Clinicas, e sabendo o que,
na verdade, fazem quase todos os "cientistas" por aqui, não conseguimos deixar de
nos esterrecer com tamanha pretensão, má fé e máis princípios dessa gente toda. E
por aí vai o manifesto, com assinaturas como a de um Lucas Nogueira Garces, Prof.
Ulhoa Cintra, Jayme Cavalcante, Clodoaldo Pavan, José Reis e outros, indicando que
já passou pela Politécnica, pela Medicina, pela Escola de Filosofia, pela "Folha
de S Paulo", Será que seus signatários leram o manifesto todo ou somente as últimas
frases? Vossas Excelências compreenderão, certamente, depois destes sucessos, a
hesitação que retardou o nosso pequeno grupo acadêmico que se deseja insurgir con-
tra este estado de coisas ainda que com o risco de fechamento provisório da Escola
e perda do ano letivo. Se forem também geminas e não "blagues" as asserções cor-
rentes de que o núcleo bolchevista da Univ. de S.Paulo tem suas metástases pela Rei-
toria e pelo próprio DOPS? Será que as têm até pelo nosso Exército?

7. E que dizer dos demais "camaradas" do Dep.Química? De um Isais Raw que se infil-
trou na UNESCO (com o "IBCC" que supostamente auxilia a classe estudantil secundá-
ria) para usufruir - dentro da mais pura moral comunista - das belas verbas norte
americanas, viagens gratuitas ao exterior, cercando-se de outro lado, de toda uma ca-
marilha de vermelhos? E por que não se solicitar à Faculdade de Medicina de B.Hori-
zonte, algumas informações sobre o Dr. Julio Podles? E o Prof. Pedro Saldanha? E a
nova geração de "químicos" como Walter Colli, José Carlos Maia, os acadêmicos (de
política) Marcelo e Marizinha, todos em órbita no centro gravitacional de M.P.Rabi-
novitch? E o doutorando russo, tão caçado pelo DOPS ao que se dizia, Bernardo Boris?

8. E o não menos popular Dr. Alberto C. da Silva que, igualzinho aos outros "não é"
"nunca foi"? Agora, é claro, Será apenas mais um dos intelectuais que proliferam
por aqui, capazes de pontificar com grande facilidade sobre qualquer assunto ain-
da que o não conheça senão à distância? Diga-se de passagem, isto é típico do gru-
po vermelho universitário, sem exceção. Mas o referido exibe curiosa similaridade
de comportamento com os marxistas: é gregário mas só de agregados vermelhos: A) re-
cebeu Thomas Meek, famoso pixedor exeretado pelo já mencionado J.C. Junqueira e
B) Kurt Kloetzl, exeretado pela segunda vez do Dep.M.I. de H.Clinicas devido à pou-
ca iluminação científica que lhe conferem os cumprimentos de onde de sua doutrina
(I.Vermelho) e o qual se acha em vias de embarcar para os EEUU assim como o Dr.Rabi-
novitch aguarda visto de saída para o Canadá; C) são aquisições mais antigas do Dr
Carvalho da Silva e os Drs. Mauricio Rocha e Silva Filho, em quem o esmerdismo já
é patrimônio genético, e o recém-formado Dr. Núbio. Entrementes, o outro líder ver-
melho do Dep. Abrão Fajger, faz suas promenadesinhas pela América do Norte.

9. A Administração da Fac. Medicina, seu brilhante Secretário, nunca se apercebe-
ram do "trotóir" de vermelhos do H.Clinicas, Faculdade de Higiene, Instituto Medici-
na Tropical e Instituto Butantã, pelos corredores do Dep. Parasitologia? Nem das reu-
niões que ali se promovem (promovem, repetimos) e da arrecadação de contribuições
para as vítimas do "Ato Institucional" e para o reerguimento do PCB que vão solici-
tando abertamente até a nós, acadêmicos? Naturalmente, o dono da cátedra, neutra-
lizado de um lado por um "afaire" amoroso, do conhecimento de quantos enxergam, que
mantém com uma de suas funcionárias, e do outro, pelo fato de serem sua esposa e
seus filhos Dacinho e....bacharelada em direito, comunistas confessos, não "notou"
nada disto e continua apoiando a tódo vapor? A) um Leonides Deane que em discurso
proferido no dia 18/3/1964, em jantar realizado na "Churrascaria do Paulino" à rua
Famplona, São Paulo, Brasil, perante várias dezenas de professores, assistentes e
técnicos das Faculdades de Medicina e Higiene, Inst.Butantã e de Medicina Tropical,
declarou textualmente, as próprias verbas do Prof.Franco de Ameal, que "preferira
a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, o departamento deste pala sua cor";

cont...

SECRETO

SECRETO

Continuação de Inform. ... N.º 277/64 - de 22/JUN/64 - do II Exército - Fls.....3

B)- um LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA, intelecto vivo mas voltado inteiramente para o bolchevismo, já expulso do Exército Brasileiro pela sua ideologia subversiva, e que goza de influência ilimitada no meio estudantil (vide registros, no DOPS, de palestras por ele proferidas, juntamente com Dr. Leonidas Deane, Dra. Maria Deane, Dr. Luiz Rey, Dr. Erney P. Camargo, Dr. Pedro Saldanha, aos estudantes da Fac. Medicina, nos dias 1º e 2/4/1964); C) uma MYA A. PEREIRA DA SILVA, esposa do item anterior e que, desde abril, vem hostilizando diversos funcionários da Direita daquela Departamento; D) um LUIZ REY que andou fugindo após a vitória das Forças Legalistas e que, com sua esposa baiana, costumavam proporcionar reuniões, dissemos reuniões "emistosas" com os estudantes, em sua residência da rua Luiz Gois, S. Paulo. Apenas para lhes proporcionar uma pálida visão do que é a corrupção nos meios científicos brasileiros ou - qualquer, paulistas apenas, o Dr. Rey em questão não obteria aprovação num exame de curso secundário médio; sua tese de doutoramento, apresentada há poucos mais de um ano, teve-a elaborada pelo Dr. José Ferreira Fernandes, Dep. Histologia, Fac. Medicina; E)- um ERNEY P. DE CAMARGO, formado há pouco e dono de um currículo pouco recomendável, que ora publica em seu nome um trabalho de pesquisa literalmente subtraído ao Dr. José Ferreira Fernandes (ouvir corpo técnico de Dep. Histologia da Fac. Medicina) que assistiu as quase vias-de-fato entre ambos). Há 2 meses, distribuía o "Novas Perspectivas" e fazia suas aranges; agora, já sem o jornal, prossegue nas aranges comunistas; F) uma Dra. MARIA DEANE que já obrigou ao seu técnico Eriberto Picard (Inst. Medicina Tropical, Univ. S. Paulo, anexo a Fac. Medicina) a proclamar-se "nazista" unicamente para fugir a sua doutrinação comunista pregada juntamente com as "cameradas" Judite Loezal e Dra. Minna Hausman? E tudo em plena pós-revolução, como também a doutrinação que tentou pregar na manhã de 1º/4/64, a funcionárias do Inst. Medicina Tropical (Ivone de Souza Ribeiro, Anna Paschoal Cassaguerre, Maria de Carmo Berthe-Rosa e outras) que, como o brasileiro em geral, ouvia na ocasião, emissões da Rádio-da-Liberdade; G)- uma JUDITH KLOETZL que não é universitária nem de nível técnico e que não faz senão destruir os aparelhamentos de quentos laboratórios frequente e que, por obra de algum espírito santo vermelho, há muitos anos vem recebendo bolsas de padrão universitário (são de estranhar o número, o vulto e o alcance das "caçações" dos bolchevistas de nossas Universidades); H)- um NELSON RODRIGUES DOS SANTOS, médico também formado recentemente destacado para o Inst. de Medicina Tropical. Currículo Universitário péssimo, exímio decorador e pregador de apostilas marxistas (converse-se com o "Nelsão" (como é conhecido vulgarmente) sobre vulções, partidas de futebol, estrutura atômica ou que quer que seja e lá vem doutrinação); I)- uma ENY GUIMARÃES, elemento não ativo mas de toda a forma, suspeito por ser esposa do jornalista Rado Guimarães, reconhecidamente vermelho; essa técnica era há dois meses demissionária do Dep. Parasitologia porque ia com a família residir na China Comunista; J) Um Dr. VITOR NUSSENZWEIG e Dra. RUTE NUSSENZWEIG, ora nos EEUU. Quando no Brasil recebiam seus proventos do Governo Estadual mas "trabalhavam" na E. Paulista de Medicina que é Federal; H) e para completar o time, a esposa de um "Nelsão", anexada há dias apenas. Antes, vinha ela fazer campanha subversiva com o esposo, pintar cartazes e expandir telefonemas, gratuitamente. Agora receberá do Governo para isso.

E TUDO ISSO SENHORES, É MANTIDO COM AS TAXAS SUADAS PELO PCVO PAULISTA!

10. Ainda há mais, lamentavelmente: que dizer das ditas BANDEIRAS "CIENTÍFICAS"? Criadas pelos Dops Microbiologia e Parasitologia, mas com verbas doadas ao primeiro pela indústria farmacêutica, foram desde o início achembarçadas com exclusividade pelos assistentes do segundo. E a cátedra de Microbiologia nunca desconfiou não é? Nunca percebeu que as tais bandeiras tinham o mínimo indispensável de científico e o máximo possível de doutrinação marxista? Parece que coisas desse naipe é só estudante que percebe. Caberia aqui uma narrativa exata, imparcial dos colegas que no início (janeiro) de 1962-1963 e 1964, participaram de tais empreendimentos. Será que, por exemplo, os componentes da última "Bandeira" enchebada pelos Drs. Deane (que sempre se encaminham para o Norte a fim de visitarem a costa da indústria farma cutica e do nosso Centro Acadêmico -CAOC- a família e os "cameradas" de Belém do Pará), repetiriam às autoridades as conversinhas que tiveram lugar em toda a excursão e que tanto se prolongavam por aqui depois? E diriam aqueles colegas que integraram a "Bandeira" liderada pelo Dr. Erney P. Camargo a Salvador e a Cachoeira de P. Afonso o que foi que, de fato, aprenderam? E o nosso companheiro que, em Salvador, incompatibilizou-se com esse Assistente por recusar seu convite de ir com todos a um prostíbulo? Poderão VV. Excias supor, a estas alturas, que perdemos o rumo da análise que vinhamos fazendo; passa por aqui a título de instrução médica.

continua.....

SECRETO

SECRET

Continuação de ... Informe ... N.º 277/64 - de 22/Jun/1964 - do II Exército - Fls. 4

11. Será que já ocorreu a algum curioso verificar o grau de aproveitamento dos cursos de Estatística por parte dos estudantes? Será que a catedrática Prof. ELZA BERQUO não é muito mais eficiente na promoção de champanhotas, no recinto mesmo daquela Faculdade, ao pessoal da embaixada da CUBA? Por que não se ouvir o corpo docente da Escola de Medicina da Santa Casa de Misericórdia de S. Paulo sobre o sucesso dos cursos de Estatística que confiam a aquela Professora? O que pudemos depreender na Faculdade de Higiene é que, com a citada senhora, mais o Dr. Joelson Amado (irmão do escritor) e outros, também por lá já se bolchevisou bem o ambiente.

0000000

0000000

0000000

0000000

0000000

0000000

II EXÉRCITO

1.ª Secção

Prot. SIGILOSO

N.º 588

Em 1-7-64

SECRET

**ANEXO C. TRANSCRIÇÃO DO RELATÓRIO DO TEN. CEL. ENIO DOS SANTOS
PINHEIRO NOS AUTOS DO IPM DA MEDICINA**

Fls-812

RELATÓRIO

- Examinando-se atentamente os presentes autos, verifica-se que desde há muito tempo a propaganda comunista tem guarida, não só na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, como em seu Hospital das Clínicas. A instalação da propaganda comunista nas duas organizações recua ao tempo em que o Partido Comunista tinha existência legal. Por essa época, era catedrático da cadeira de Parasitologia na Faculdade de Medicina o Professor SAMUEL BARNLEY PESSÔA, comunista confesso, ativo, com vários trabalhos publicados, sobre ciência medica, explorando os aspectos que envolviam a falta de assistência às populações menos favorecidas, particularmente do campo, e outros ângulos da questão, dando sempre uma interpretação marxista aos problemas que abordava.

Foi candidato a Deputado pelo Partido Comunista Brasileiro, tendo feito campanha política nesse sentido. A disso, o Professor PESSOA era um cientista capaz, que inspirava admiração entre seus auxiliares e alunos. Por longos anos foi catedrático da cadeira de Parasitologia, só admitindo em seu departamento pessoas com tendências de esquerda. É de sua época toda a organização comunista montada no departamento de Parasitologia, a começar pelo Dr. LUIZ REY e por vários outros que, ou são comunistas ou se dizem esquerdistas ou socialistas.

Quando o Professor SAMUEL PESSÔA aposentou-se ascendeu à posição de catedrático, por concurso, o Professor ANTONIO DÁCIO FRANCO DO AMARAL, também discípulo daquele professor, que inclusive, participava de reuniões em sua casa, conforme declara em seu depoimento às fls. 58, mas sem uma ideologia definida. Acompanhava o professor PESSÔA para merecer o seu beneplácito por ocasião de sua sucessão na cadeira, como ocorreu realmente. Assumindo a cadeira, o Professor AMARAL, homem competente sob o ponto de vista científico, mas sem energia para dirigir um departamento altamente politizado, a situação continuou, agora, com um outro líder marxista, o Professor LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA. Reuniões se sucediam no Departamento entre pessoas com ideologias

Fls-813

espúrias, com a capa de reuniões com finalidade científicas, das quais, participavam elementos de outros departamentos e até, pessoas estranhas à Faculdade. As reuniões eram informais e

tomavam o aspecto de bate-papo sobre assuntos de ciência para as pessoas estranhas ao grupo. Em outubro de 1959, o Professor DÁCIO viajou para a Venezuela a convite das autoridades daquele País, lá permanecendo até Julho do ano de 1962.

Nesse período, ficou chefiando o Departamento de Parasitologia o Professor LEONIDAS DEANE. Por sua vez, no ano de 1961, o Dr. LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA, viajou, com bolsa de estudos fornecida pelo Conselho de Pesquisas do Brasil, para a Bélgica e França, só reasumindo suas funções em Setembro de 1963.

Nos períodos mais agudos da subversão posta em pratica por membros do Governo do Sr. JOÃO GOULART os comunistas da Faculdade de Medicina desceram, inteiramente, as mascaras e passaram a falar, sem reservas, das idéias que possuíam. O próprio Professor DÁCIO declara às fls. 59, que não tomara nenhuma providencia “porque os comunistas tinham muito prestigio”. Um professor, entretanto tomou uma atitude firme contra os comunistas, o Professor JUNQUEIRA, ao despedir de seu Departamento de Histologia, os Professores MICHAEL RABINOVITCH e THOMAZ MAACK, após surpreender uma carta deste para aquele professor, que mostrava nitidamente que ambos estavam envolvidos na subversão comunista (doc às fls. 232 e 233).

Além do grupo do Departamento de Parasitologia, o mais importante pelos elementos que dele fazem parte, existem na Faculdade outros grupos que colaboravam nitidamente com a subversão a saber:

- O grupo do Departamento de Bioquímica, que em seu conjunto é o grupo mais jovem de cientistas da Faculdade, quase todos os homens de esquerda como os Professores RABINOVITCH, PUDDLES, SALDANHA, COLLI, etc, que ostensivamente se dizem reformistas, mais, particularmente, reformistas do sistema Universitário. Esse grupo é liderado ideologicamente pelo Professor RABINOVITCH e funcionalmente pelo Professor ISAIAS RAW, que ocupa interinamente a cadeira de Bio-química. O Professor ISAIAS RAW dá inteira cobertura a esse grupo, inclusive ao Professor RABINOVITCH que, tendo sido afastado do Departamento de Histologia pelo Pro

Fls-814

fessor JUNQUEIRA, por suas atividades de natureza subversiva, foi por aquele professor acolhido em seu Departamento, para que lá trabalhasse, até que se decidisse por um lugar na Universidade de Brasília ou por uma viagem aos Estados Unidos da América.

Ainda agora, apesar das provas existentes da atuação subversivas do Professor RABINOVITCH, o Professor ISAIAS RAW insiste em dar-lhe cobertura, não aceitando a idéia

de que se trata, realmente, de um elemento comunista e que, na atual conjuntura nacional, como tal deve ser tratado (fls. 97 e 98).

O grupo do Departamento de Bio-química ligava-se ao grupo do Departamento de Parasitologia através de contactos pessoais, particularmente com os Professores LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA, LUIZ REY e ERNEY PLESMAN DE CAMARGO, ou através de Seminários de caráter científico, que proporcionavam reuniões sem despertar maior interesse por parte da direção da Faculdade e dos elementos democráticos.

- O grupo do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, dos estudantes, liderados pelo seu Presidente Acadêmico EDUARDO MANZANO, que diz-se Católico praticante, mas que em sua gestão fez, sempre, o jogo dos comunistas, conforme veremos mais adiante.

Os estudantes do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz são claramente influenciados pelos seus professores de esquerda. Eles tem representantes na Congregação da Faculdade que, via de regra, votavam com o representante dos Livres Docentes: Professor REINALDO CHIAVERINI, como ocorreu na primeira reunião da Congregação, logo após o movimento de 31 de Março de 1964, em que foi votada uma moção de apoio às Forças Armadas pela vitória da revolução.

Esse Professor CHIAVERINI foi escolhido paraninfo da turma de médicos do ano de 1963, quando, foi, também escolhido orador da turma o estudante comunista BERNARDO BORIS VERGAFTTG, ambos, na ocasião, pronunciaram discursos nitidamente comunistas. O discurso do estudante BERNARDO BORIS foi proibido pela direção da Faculdade, mas mesmo assim foi publicado no Jornal do Centro Acadêmico “O BISTURI”, dirigido pelo estudante EUNOFRE MARQUES, número 109 de 16 MAR 64 assim como o discurs

Fls-815

so do Professor CHIAVERINI (ver doc. às fls.280).

O Centro Acadêmico Oswaldo Cruz estava ligado na UNE (União Nacional dos Estudantes) e à UEE (União Estadual de Estudantes). No dia 1º de Abril, logo após a eclosão do movimento revolucionário, a direção do Centro Acadêmico chefiada pelo estudante EDUARDO MANZANO, sob a alegação de que recebera instruções da UNE (ver fls. 243), realizou uma Assembléia de estudantes para protestar contra a revolução. Assembléia que foi realizada no anfiteatro do Departamento de Microbiologia, no interior da Faculdade, com a participação de professores, e contra as determinação da direção daquele estabelecimento de ensino:

- Temos, ainda, os elementos do Departamento de Fisiologia, dirigido pelo Professor ALBERTO CARVALHO DA SILVA, dos quais, o mais notório é o Dr. THOMAZ MAACK,

elemento perigoso, marxista tretokista (ver declarações às fls. 240), confesso ativista, que fazia parte de um grupo com ramificações em outros Estados, que editava um jornal revolucionário de nome “FRENTE OPERARIA”. Grupo esse, que se reunia na residência daquele professor e que, também, está envolvido no movimento revolucionário de Sargentos que se realizaria na Guarnição de Quitaúna

THOMAZ MAACK ao ser afastado do Departamento de Histologia pelo Professor JUNQUEIRA, foi acolhido pelo Professor ALBERTO CARVALHO DA SILVA no Departamento de Fisiologia.

Alias, o concurso em que este professor conquistou a cátedra daquele Departamento, serviu de protesto para um movimento conjunto de Assistentes e estudantes comunistas que dividiu a Faculdade em dois campos distintos, os comunistas e os democratas. O Professor ALBERTO já tinha uma tradição de homem de esquerda, por sua atuação como presidente da Associação dos Auxiliares de Ensino da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, na qual, segundo suas próprias declarações às fls. 83 “teve muitas vezes de lutar por reivindicações salariais que feriam interesses de outros grupos universitários dominantes e pela solução de outros interesses da classe”. O concurso a que se submeteu para preenchimento da cátedra de Fisiologia constituiu um acontecimento singular na Faculdade, com um movimento de opinião sem prece

Fls-816

dentes. Esse concurso foi realizado no ano de 1963, em um momento em que a subversão comunista adquiria características mais agudas e foi utilizado pelos comunistas para demonstrar que estavam fortes. Decidiram os comunistas apoiar o Professor ALBERTO CARVALHO DA SILVA porque entre outras circunstâncias, sabiam que ele tinha grande probabilidade de vencer o concurso, disputando-o com o Professor ORSINI, sabidamente com títulos inferiores aos apresentados pelo Professor ALBERTO CARVALHO DA SILVA. Este professor alega em seu depoimento (fls. 86), que não desejou o apoio dos comunistas; nem concorreu para recebê-lo e, por outro lado, não poderia impedi-lo. Queria, sim, vencer o concurso, com ou sem o apoio dos comunistas.

- Estimulados pelos sucessos obtidos pela subversão comunista no âmbito federal, os elementos comunistas da Faculdade agiam, dia a dia, cada vez mais abertamente. Não faziam segredo de sua ideologia e do que pretendiam. Sente-se que os verdadeiros democratas da Faculdade passaram a viver em um clima quase irrespirável. Várias personalidades, tidas como de esquerdas, faziam palestras na Faculdade sobre assuntos de natureza política, tais como, os

Senhores CID FRANCO e PAULO DE TARSO. A Técnica de propaganda subversiva adquiriu as formas mais diversas.

Os temas preferidos por essa propaganda eram as chamadas “REFORMAS DE BASE”, particularmente a “REFORMA UNIVERSITÁRIA”. Os alunos desejavam a participação de 1/3 nos órgãos diretivos da Faculdade. Os Assistentes, os Livres Docentes, os alunos e alguns professores batiam-se pela abolição da vitaliciedade de cátedra e por outras modificações no regulamento da Faculdade de Medicina. Era a técnica de propaganda comunista utilizada em todas as latitudes: escolher como temas de propaganda e de luta, os assuntos que mais de perto interessam aos grupos é a maioria dos indivíduos. Na Indochina escolheram como ideologia principal para desenvolverem os temas de propaganda, o “NACIONALISMO” à qual vieram juntar-se outras ideologias secundárias como: “A luta contra o imperialismo nipônico”; “A luta contra o imperialismo Francês”. No Brasil, a ideologia principal escolhida, também foi o “NACIONALISMO”, tema que sempre sensibilizou a nação inteira, de Norte a

Fls-817

Sul. Em torno dessa ideologia, juntaram-se outras ideologias secundárias que serviam de temas diários para a propaganda comunista na imprensa, nos comícios, nas conferências, nas greves etc. Tais como: “O PETROLEO É NOSSO”; “A NACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS ESTRANGEIRAS”; “A ESTABILIZAÇÃO DO CRÉDITO”; “A REFORMA AGRÁRIA”; “A REFORMA UNIVERSITÁRIA” etc. Que tema poderia sensibilizar mas os estudantes Universitários do que a reforma do sistema Universitário? Evidentemente nenhum. Os estudantes lutando por essa reforma, estavam lutando por alguma coisa palpável, que lhes interessava diretamente e, dessa forma, se integravam no conjunto do grande movimento subversivo comunista. O tema da “REFORMA UNIVERSITÁRIA” não é, evidentemente, um tema comunista, mas a sua pregação liderada pelos comunistas, minaria organizada e atuante atraía os elementos democratas que, não conhecendo as técnicas de propaganda utilizada pelos comunistas, se constituíam em presas fáceis, que iam engrossar o grande movimento que visava destruir a sociedade democrata, através da negação de seus valores fundamentais. A Guerra Revolucionária marxista, para a tomada do poder, utiliza as técnicas destrutivas e construtivas. Com as técnicas destrutivas que são: a desmoralização; a intoxicação; a intimidação e a eliminação, procuram destruir o organismo social existente. E, com as técnicas construtivas, paralelamente, organizam a nova sociedade nos moldes revolucionários. Para destruir a sociedade existente é necessário convencer os intelectuais e a massa de que tudo está podre, as instituições, os dirigentes, etc.; para que sintam a necessidade de “mudar”. A “REFORMA UNIVERSITÁRIA” embora seja uma necessidade, se encarada em termos democratas,

constituía para a propaganda comunista uma forma de desmoralizar o sistema universitário existente, e com ele os seus mestres e dirigentes. É interessante observar que na Faculdade de Medicina, a grande maioria de professores e Assistentes não participou desse movimento. E os que participaram, por seus depoimentos, verifica-se que possuem ideologia nitidamente de esquerda extremada. O Dr. THOMAZ MAACK em carta que escreveu ao Professor RABINOVITCH, quando este encontrava-se nos Estados Unidos, refere-se à luta que estavam, então, travando pe

Fls-818

la representação de 1/3 de estudantes nos órgãos diretivos da Faculdade (doc às fls. 232 e 233).

- Em Fevereiro de 1964 passou a circular entre os professores da Faculdade um jornal denominado “NOVAS PERSPECTIVAS”. Este jornal, segundo informações e depoimentos de pessoas idôneas (fls. 94 e 211), era um jornal comunista cujo editorial do primeiro número dizia coisas como: “Nós marxistas”etc. Esse jornal era dirigido por elementos comunistas e de seu “Conselho de Redação” fazia parte o Dr. ERNEY PLESMAN DE CAMARGO, Assistente do Departamento de Parasitologia da Faculdade de Medicina e muito ligado ao Dr. LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA. No número 1, de 15 de Fevereiro de 1964 foram publicados artigos como: “Imperialismo e Educação” do Sr. PAULO DE TARSO”; “Cuba: Arquitetos furam bloqueio cultural” por PAULO BASTOS; “Saúde pública e desenvolvimento econômico” por LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA; “Notas Bibliográficas” de NELSON WERNECK SODRE, etc.

- Ao fim de cada ano, no período de férias, são realizadas as “BANDEIRAS CIENTÍFICAS” que constituem excursões pelo interior do Brasil com a finalidade de proporcionar aos estudantes oportunidade de fazerem pesquisas, no campo, sobre moléstias endêmicas.

A V Bandeira Científica realizada no fim do ano de 1963, na ilha de Marajó, na Cachoeira de Paulo Afonso e no Baixo Guandú, no Estado do Espírito Santo, foi dirigida pelos professores LEONIDAS DEANE, MARIA DEANE, ERNEY PLESMAN DE CAMARGO e LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA todos ou comunistas como o Professor LUIZ HILDEBRANDO ou “Socialistas”, confessos como os demais (fls. 65-157 / 188 e 234).

Não se pode provar que estes professores utilizassem as “Bandeiras Científicas” para fazer propaganda e proselitismo marxista. Entretanto há no meio dos estudantes um tipo de propaganda mais eficiente que a transmitida através da palavra escrita ou falada: é a transmitida pelo exemplo e nós militares sabemos muito bem disso. O Professor HILDEBRANDO não precisa catequizar alunos para que adotem sua ideologia, basta que faça o que sempre fez: diga

que é marxista e que os problemas sociais só têm solução dentro do marxismo. Trata-se de um cientis

Fls-819

ta conceituado, um pesquisador já com alguma projeção internacional que, inclusive, adquiriu a doença de Chagas em suas pesquisas. É eficiente e dedicado em seu trabalho. Ora, os estudantes naturalmente serão atraídos por sua personalidade e tentarão emular-se a ele. E, evidentemente, imaturos como o são, em sua maioria, serão influenciados pelo seu mestre marxista.

O que foi dito para o Professor LUIZ HILDEBRANDO aplica-se a outros professores que dirigiram a V Bandeira Científica, competentes e dedicados sob o ponto de vista profissional. Acresce, ainda, que essas Bandeiras Científicas eram dirigidas quase que, inteiramente, por professores tidos como “homens de esquerda”. O Departamento de Parasitologia, tido na Faculdade como o “DEPARTAMENTO VERMELHO”, tinha a principal responsabilidade na organização das “Bandeiras”. Depois da realização de uma dessas “Bandeiras, dirigida pelo Professor LUIZ REY, este professor e sua esposa DORA REY, ambos considerados marxistas, reuniram em sua casa os estudantes participantes da “Bandeira” em uma festa de confraternização.

A citação destes fatos tem mira demonstrar que inúmeros são os caminhos que os comunistas utilizam para fazer proselitismo, particularmente, em um meio como o de estudantes. O “DIÁRIO DE NOTÍCIAS” do Estado da Guanabara em seu número de 27 de Setembro último, publica uma notícia sob o título: “LACERDA: Comunismo veio pelas Universidades” (doc. Fls. 467) que ilustra perfeitamente o assunto. Essa notícia versa sobre um pronunciamento que o Senhor CARLOS LACERDA fez sobre o ensino superior em que disse textualmente: “A Universidade se tornou o ponto mais melindroso, mais delicado, mais doido da frustração Nacional”:

“Então por isso mesmo se tornou como um pedaço de pele que está mais sensível ou vulnerável do que o resto, á infiltração da doença, á entrada do verme. Foi na Universidade, quase toda ela constituída pela classe média, que o comunismo resolveu entrar no Brasil”.

“E se tornou muito mais fácil a ele apossar-se de um diretório acadêmico de jovens filhos de famílias, do que apossar-se de um sindicato

Fls-820

operário, cuja consciência cristã e cujo valor pelo esforço de cada dia, naturalmente o venceria contra a escravocracia comunista”.

- Ainda, antes da revolução, o professor LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA, tentava obter assinaturas em manifesto de natureza subversiva que, segundo o Dr. AMATO, em seu depoimento (às fls. 224), se referia, também, á revolução dos Marinheiros havida no Rio de Janeiro, assim como o Dr. LUIZ REY pedia ao professor ANTONIO DÁCIO DO AMARAL 5% de seus vencimentos para financiar a imprensa comunista (ver depoimento às fls. 250).

- Logo após o movimento revolucionário, sucederam alguns fatos na Faculdade de Medicina que demonstram em que grau já se achava a subversão naquele estabelecimento de ensino:

- a. No dia 1º de Abril, os acadêmicos EDUARDO MANZANO e RUBENS LARA NUNES, respectivamente, presidente e secretário do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, procuraram o vice-diretor Dr. LACAZ, pedido autorização para realizar uma Assembléia Geral de estudantes, no anfiteatro do Departamento de Microbiologia, alegando que se tratava de uma reunião, já marcada, para apresentar os estudantes que se haviam candidatado a representantes do Corpo Discente, nos órgãos diretivos da Faculdade. O Professor LACAZ, inicialmente, iludido, deu a permissão solicitada. Entretanto, posteriormente, alertado, pelo secretário da Faculdade, retirou a permissão. O Secretário da Faculdade, Dr. DANTE NESSE, informou ao Presidente do Centro Acadêmico, que a direção da Faculdade não permitia a realização da Assembléia no interior da Faculdade. O Acadêmico EDUARDO MANZANO, QUE, CONFORME DECLARA EM SEU DEPOIMENTO (ÀS FLS. 243), HAVIA JÁ RECEBIDO INSTRUÇÕES DA União Nacional dos Estudantes sobre o assunto, resolveu fazer a reunião, de qualquer maneira, dizendo ao Dr. DANTE NESSE que se quizesse, “chamasse a Polícia”.

Por outro lado, um grupo de professores Assistentes da Faculdade, os Senhores, LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA, ERNEY FELICIO PLESMAN DE CAMARGO, THOMAZ MAACK, JULIO PUDLES e PEDRO HENRIQUE SALDANHA, NELSON RODRIGUES DOS SANTOS, liderados pelo professor LUIZ

Fls-821

HILDEBRANDO, comunicou à direção do Centro Acadêmico, que os assistentes tinham uma mensagem a transmitir aos estudantes naquela emergência. Os estatutos do Centro Acadêmico proíbem a participação de Professores em suas Assembléias, senão quando convidados para um fim específico.

O assunto foi levado à Assembléia que já estava reunida e, esta concordou que os professores participassem da mesma.

A Assembléia foi realizada e o Professor LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA falou em nome dos Assistentes, procurando influir na decisão que os estudantes iam tomar, dizendo-lhes, entre outras coisas que tomassem uma decisão adulta a favor das reformas que supunha ameaçadas.

Em seguida, surgiram duas propostas:

- uma, de que fosse assinado um manifesto contra a revolução;
- outra, de que, além do manifesto, os estudantes entrassem em greve.

Postas em votação, a última proposta foi vencedora.

A greve dos estudantes foi, entretanto, breve, uma ou outra faixa alusiva ao assunto foi tentado colocar na frente do edificio da Faculdade, sem resultado, em face da reação dos estudantes democratas e cessou, completamente, em virtude das advertências da direção da Faculdade ao presidente do Centro Acadêmico, de que o momento era crítico e que não permitiria greve, ameaçando até de fechar o estabelecimento. Posteriormente, os órgãos diretivos da Faculdade puniram, com suspensão os acadêmicos MANZANO e LARA (doc. às fls.73).

- b. O segundo fato deu-se ainda nos primeiros dias de Abril. A Congregação, em face dos acontecimentos reuniu-se e, durante a reunião, foi apresentada uma moção de solidariedade à revolução, constante de três itens, que dizia o seguinte:

“A Congregação da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, reunida em Sessão aos três de Abril de mil novecentos e sessenta e quatro vem deixar claro diante de todos os colegas da Univer

Fls-822

sidade, Corpo Docente e Discente, bem como ao povo deste grande Estado de São Paulo a comunhão integradas suas idéias e ideais consubstanciadas em:

- 1 – total e irrestrito apoio à total obediência à ordem, à disciplina, à hierarquia e às liberdades democráticas dentro da Constituição vigente, tanto dentro da Universidade, como no âmbito social.
- 2 – O seu repúdio a todos os extremismos quer da direita ou da esquerda disfarçados ou abertamente declarados.
- 3 – Apóia por este ato os bravos civis e as gloriosas Forças Armadas que, por um movimento irreprimível da opinião pública fizeram retornar o País à ordem, à obediência, à lei, ao repúdio a ideologias estranhas e comunistas e trouxeram ao Brasil, o caminho Cristão da Paz Social, dos direitos básicos do homem, do respeito às leis e da dignidade hierárquica de comandante e comandados, dirigentes e dirigidos em todos

os setores e atividades de trabalho, quer intelectual, quer manual. A Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo solidariza-se com o atual Governo de seu País e de seu Estado, com a alta direção da Universidade, com a direção das nossas Forças Armadas e todo o povo de São Paulo e do Brasil”;

- Assinaram o manifesto, acima, todos os professores catedráticos em número de vinte e dois.

Fizeram declarações de voto os seguintes membros da Congregação:

Professor ALBERTO CARVALHO DA SILVA – Votou a favor dos itens 1 e 2. Não votou a favor do item 3, por não estar de acordo com certos pontos da redação.

Docente ISAIAS RAW – Apoio a moção, com exceção do item 3, com a seguinte justificativa: “Não creio que já estamos num clima democrático normal, com garantias constitucionais. Esperamos que este movimento conduza a nação para esta meta. Estou a favor dos itens 1 e 2”.

Docente REYNALDO CHIAVERINI - Representante dos Docentes Livres –

Fez a seguinte declaração de voto: “Declaro que deixo de assinar

Fls-823

a moção apresentada porque, em se tratando de assunto de importância relevante, não me sinto autorizado, pelos Docentes que aqui represento, a tomar uma posição definida sobre o assunto”.

Acadêmicos EDUARDO MANZANO, CARLOS R. BASTOS RAMPAZZO e CLOVIS TAKIGUTI – Declaram o seguinte: “Como representantes dos alunos desta Faculdade, sendo as opiniões aqui por nós emitidas frutos de estudos e decisões da maioria dos alunos desta Escola, não nos sentimos em condições de emitir voto em relação à moção apresentada pelo Professor EDEMUNDO VASCONCELOS”.

O Professor ALÍPIO CORRÊA NETO, na oportunidade, estranhou as declarações de voto feitas pelos membros da Congregação representantes dos Docentes e dos alunos, dizendo o seguinte: “Doutrinariamente entendo esta representação com autonomia de ação. Os delegados e esta Congregação são membros dela. A delegação não é específica para cada coisa. Não seria possível se a cada proposição apresentada precisassem consultar os seus representantes”.

A moção votada foi entregue ao Governador do Estado de São Paulo, na presença do Magnífico Reitor da Universidade, por uma Comissão de Professores.

Com relação à Assembléia Geral Extraordinária do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, realizada no dia 1º de Abril, no anfiteatro do Departamento de Microbiologia, contra a determinação da Diretoria da Faculdade, esta aprovou o seguinte parecer do Conselho Técnico Administrativo:

“O C.T.A. – 1 – Considerando que determinadas atividades do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz vêm disvirtuando suas finalidades, contribuindo assim, para desviar os alunos do cumprimento de suas obrigações fundamentais; - 2 – Considerando ainda, as repetidas manifestações de desrespeito à Diretoria da Faculdade por parte de elementos da Diretoria do Centro Acadêmico, manifestações que além de totalmente inadmissíveis, atuam como fatores de perturbação da necessária disciplina desta Casa e das relações que devem existir entre os Corpos Docentes e Discentes, manifestações que culminaram

Fls-824

recentemente com a realização de uma assembléia em frontal desobediência a determinações expressas da Diretoria da Faculdade de Medicina, resolve, por unanimidade: a) Censurar a conduta da atual Diretoria do Centro Acadêmico “Oswaldo Cruz”; b) Expressas um voto de desconfiança a esta Diretoria; c) Recomendar ao Sr. Diretor da Faculdade, nos termos do item C do Artigo 366, a aplicação da pena de Suspensão aos estudantes EDUARDO MANZANO e RUBENS LARA NUNES, diretamente incurso nos artigos 335 e 337 e responsáveis, também, por terem induzidos os demais a incorrerem no que disciplinam os mesmos artigos”. (doc. às fls. 73).

- c. No dia 14 de Maio, do ano corrente, o Professor LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA solicitou à instrutora ELFRIDE KISCHNER, do Departamento de Microbiologia, o seguinte: “pediu-lhe uma contribuição de 5% de seus vencimentos a partir da presente data, para atender às famílias de comunistas presos após a revolução, ou ao Partido Comunista; perguntou-lhe, ainda, se poderia alugar em sua residência alguma pessoa, das que estavam sendo procuradas pela Polícia, ou que havia suspeita sobre elas; disse que ele próprio estava “escondendo dois” e, ainda, em última hipótese, se poderia emprestar seu nome para que, com ele, fosse alugado um apartamento com o mesmo fim” (depoimento às fls. 93).

O Professor LUIZ HILDEBRANDO em seu depoimento (fls. 236) confirmou que, realmente, coletou fundos de vários colegas da Faculdade com finalidade acima descrita. Negou apenas, ao que se refere a “esconder comunistas procurados pela Polícia”.

Esse fato foi comunicado oficialmente à Comissão de Investigações sobre atividades subversivas, nomeada pela Reitoria da Universidade, logo após a revolução, pelo

Professor ANTONIO DÁCIO FRANCO DO AMARAL (depoimento às fls. 59) a quem a senhorita ELFRIDE comunicara o ocorrido.

Nesse episódio esteve, também, envolvido o Dr. ERNEY FELICIO PLESMAN DE CAMARGO.

- d. Mais recentemente, no mês de Setembro, o Centro Acadêmico Oswaldo Cruz resolveu fazer uma exposição de livros, em suas dependências

Fls-825

no sub-solo da Faculdade. Em virtude de denúncia do secretário da Faculdade Dr. DANTE NESE, elementos do DOPS lá estiveram, sendo apreendidos livros comunistas e as revistas: “CHINA RECONSTUYE”, escrita em espanhol e dois números de “PEKIM INFORMA”, escrito, também em espanhol (doc. às fls. 346 a 405). O que espanta neste episódio é, por um lado, a audácia dos estudantes expondo, para venda, publicações comunistas, em desafio à Direção da Faculdade e às autoridades revolucionárias que estão apurando a subversão naquele estabelecimento e, por outro, a data das publicações que são editadas em Pekim – Agosto de 1964.

O Presidente do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, acadêmico EDUARDO MANZANO, chamado a depor sobre o assunto, tentou justificar a existência das publicações comunistas “CHINA RECONSTUYE” e “PEKIM INFORMA”, na exposição de livros, dizendo que a remessa das publicações ao Centro é realizada à revelia de sua Diretoria.

De qualquer modo, o fato comprova que mesmo agora, a propaganda comunista continua ativa nos meios estudantis e apoiada por dirigentes de Centros Acadêmicos.

- e. Há ainda, a assinalar a campanha que vem sendo realizada pela imprensa, contra a Reitoria da Universidade e os Inquéritos Policiais Militares que nela estão sendo ou foram realizadas, para apurar fatos de natureza subversiva.

Em São Paulo, tem a primazia nessa campanha, o jornal “A Folha de São Paulo” (ver doc. às fls. 455). Este jornal, em torno da prisão do Dr. ISAIAS RAW, determinada para averiguações, teceu uma série de considerações injustas, particularmente, sobre a conduta da Reitoria da Universidade, procurando pressioná-la no sentido de que consentisse na realização do concurso para preenchimento da cadeira de Química Fisiológica da Faculdade de Medicina, e no qual um único candidato está inscrito: o Professor ISAIAS RAW, indiciado no presente inquérito. A Reitoria havia escrito uma carta à Congregação da Faculdade sugerindo que o concurso fosse suspenso até a conclusão do Inquérito. Sugestão que foi adotada.

A imprensa que está fazendo o jogo dos comunista, já criou um “Slo

Fls-826

gan” “O TERRORISMO CULTURAL” e, de tal modo vinha agindo, que o Conselho Universitário da Universidade de São Paulo, divulgou uma moção de solidariedade ao Magnífico Reitor, Professor LUIZ ANTONIO DA GAMA E SILVA (ver Noticiário do Exercito às fls. 468). O encarregado do presente inquérito está convencido de que essa campanha faz parte de um plano de âmbito internacional, de inspiração comunistas, para demoralizar a revolução. Veja-se o telegrama versando sobre o Professor ISAIAS RAW, que teria sido enviado ao Exmo. Sr. Presidente Marechal CASTELO BRANCO, por altas personalidades do mundo científico internacional (doc. fls. 453). O encarregado do presente inquérito foi informado que coisa semelhante teria ocorrido em relação ao Dr. LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA, por não ter podido comparecer a um Congresso de Cientistas, realizado na Itália. Lembremo-nos, ainda, do Congresso de Cientistas e intelectuais realizado, depois da revolução, na Cidade de Ribeirão Preto, no qual foi preso o Professor LUIZ HILDEBRANDO, para exigir “liberdade de cátedra para os cientistas”. Quem conhece as técnicas de atuação dos comunistas, não tem sombra de dúvidas de que a campanha “O TERRORISMO CULTURAL”, posto em prática por certa imprensa, é de inspiração comunista.

- Os pronunciamentos realizados pelos estudantes e professores Assistentes na Assembléia Geral Extraordinária realizada pelo Centro Acadêmico Oswaldo Cruz no dia 1º de Abril, e pelos professores e estudantes que se recusaram a subscrever a moção de apoio à revolução por ocasião da reunião da Congregação da Faculdade de Medicina no dia 3 de Abril, constituem uma clara tomada de posição contra a revolução e de apoio à subversão que vinha sendo posta em prática, por elementos do Governo do Sr. JOÃO GOULART. Nesta última, 22 catedráticos se manifestaram a favor da moção. Nomes conhecidos no mundo científico brasileiro. Acompanhá-los seria a lógica se já não houvesse um compromisso com a subversão. A alegação de alguns deles de que temiam que a revolução conduzisse o País a uma ditadura militar não procede, porque o pronunciamento do Exmo. Sr. Gen. Cmt. do II Exército, Gen. AMAURY KRUEL às vésperas da revolução, foi claro quanto as razões e os ob

Fls-827

jetivos do movimento revolucionário. Por outro lado, toda a nação conhece sobejamente as tradições e a conduta democrática das Forças Armadas Brasileiras no curso de nossa História.

- Quanto à atuação do Dr. LUIZ HILDEBRANDO, secundado pelo Dr. ERNEY FELICIO PLESMAN DE CAMARGO, solicitando contribuição em dinheiro para proteger comunistas e

procurando locais para esconder os que tendo participado da subversão eram procurados pela Polícia, os fatos falam por si mesmo.

Devemos, ainda, atentar para a importância que as atividades subversivas de professores da Faculdade de Medicina, por menor que fosse, teriam para o sucesso da revolução comunista, no período mais agudo da crise, ou seja de Setembro de 1963 a Março de 1964.

Essas atividades crescerão de importância, se as conjugarmos às exercidas por professores de outras Faculdades, da Universidade de São Paulo, onde se encontra a maioria das mais ilustre personalidade do mundo científico brasileiro.

- Um outro aspecto que deve ser salientado é, que vários indiciados no presente inquérito declaram, escudados em afirmações veiculadas pela imprensa, que não havia “subversão” no País e, sim “corrupção”.

Ora, a corrupção é um dos caminhos utilizados pela subversão comunista. A corrupção existe em todas latitudes, com maior ou menor intensidade, e sempre existiu. Os comunistas sabem disso e para atingir os seus fins, para a tomada do poder, estimulam a corrupção visando a desmoralização das instituições e da sociedade existente, a fim de convencer a massa e a elite intelectual de que é “necessário mudar”.

Todos sabemos que corrupção sempre houve neste País, mas, perguntamos nós, há paralelo na história do Brasil à corrupção, fomentada no Governo do Sr. JOÃO GOULART? Não há. E isto vem confirmar o que dissemos, acima, que, aliás, é coisa sabida por todos os estudiosos da “Guerra Revolucionária Marxista”.

- Alguns indiciados no presente inquérito e que tomaram atitude na Assembléia dos estudantes no dia 1º de Abril e na reunião da Congregação realizada no dia 3 de Abril, justificam essa atitude dizendo que,

Fls-828

fundamentalmente, são partidários de governo legalmente constituídos (ver fls. 155 e 217) e que a modificação do governo deveria ser realizada através do voto popular. Ora, o Sr. JOÃO GOULART não foi eleito Presidente da República e, sim, Vice-Presidente. Ascendeu à Presidência da República por um dispositivo constitucional. Ao empossar-se no cargo de Presidente, jurou cumprir às constituições. Mas o que se viu. O Ex-presidente, desde o início de seu governo, procurou rasgar a constituição. Inicialmente, exigiu e obteve do Parlamento poderes especiais sem precedentes, que não soube ou não quis utilizar. Depois, através de uma campanha financiada pelos cofres públicos, derrubou o Parlamentarismo, que fora a fórmula encontrada para sua ascensão ao poder. E, finalmente, nos “idos” de Março, postou-se fora da lei: ao solucionar, como, solucionou, o motim dos fuzileiros e marinheiros da Marinha de

Guerra; ao fomentar e participar de um comício subversivo na praça em frente à Central do Brasil; ao comparecer a uma reunião de Sargentos na Sede do Automóvel Club do Brasil em que, inclusive, o cabeça do movimento dos fuzileiros e marinheiros, o Cabo ANSELMO, foi aplaudido como herói e sentou-se junto à Ministros de Estado; ao permitir a atuação subversiva de seu cunhado, o Sr. LEONEL BRIZOLA, organizador dos grupos dos onze.

Então, a alegação dos professores indiciados não procede. E, muito mais, se considerarmos o nível que possuem, digo, o nível mental que possuem, pois são professores da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, conhecida como estabelecimento padrão, no mundo inteiro.

- Em seu depoimento (fls.59) o Professor ANTONIO DÁCIO DO AMARAL, declarou que, antes da revolução de Março, não tinha condições para tomar providências contra os comunistas de seu departamento “por serem os comunistas pessoas muito prestigiadas e apoiadas pela situação reinante no país. Conta como exemplo o que ocorreu no Laboratório do Professor LUIZ CARLOS UCHÔA JUNQUEIRA que despediu dois de seus assistentes por professarem idéias comunistas (THOMAZ MAACK e MICHAEL RABINOVITCH), os quais foram recebidos em outro laboratório da própria Faculdade”. E mais adiante continua o Professor DÁCIO DO AMARAL

Fls-829

em seu depoimento, “ainda sobre o assunto cita o fato do Professor PESSÔA que, mesmo aposentado foi nomeado Professor Cooperador da Cadeira de Parasitologia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, alto cargo, no qual ainda continua até hoje”.

A Professora ELFRIDE KIRCHNER declara em seu depoimento (Fls. 95) sobre as atividades do grupo comunista da Faculdade de Medicina: “que as idéias desse grupo eram expostas francamente e os seus integrantes não procuravam esconder nada, pois tinham sensação de segurança, em face de como os acontecimentos políticos se passavam; essas idéias eram públicas e notórias na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo”. Mais adiante continua a Professora ELFRIDE: “como é que esse grupo vai se defender das acusações que lhe são feitas, pois suas idéias eram expostas livremente na Faculdade e são conhecidas de todos”. Sobre a concessão de bolsas de estudos em países estrangeiros, a Professora ELFRIDE informa (Fls. 95): “as bolsas de estudos para países estrangeiros só eram dadas a pessoas consideradas comunistas, ou de esquerda, na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; cita como exemplo os seguintes casos: Professor LEONIDAS DE MELLO DEANE – esteve na Inglaterra uma vez e foi nomeado Consultor da Organização Mundial de Saúde, no setor de São Paulo ou Sul do País (não se sabe ao certo). Este cargo é considerado “Chave”,

pois todas as bolsas de estudos proporcionadas por essa organização dependem de seu parecer para serem concedidas à qualquer pessoa; o Dr. KURTZ KLOERZELD, esposa e filhos estiveram nos Estados Unidos onde passaram três anos e agora diz-se que já está de viagem marcada para lá; o casal NUSSENWEIG esteve na França, agora está nos Estados Unidos; o Professor LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA com sua família esteve na Bélgica e França; acrescenta a depoente que nada tem de pessoal contra qualquer dessas pessoas, mas que é estranho o fato de serem concedidas bolsas de estudos à uma JUDITH KLOERZELD, esposa do Dr. KURTZ, que embora sendo uma pessoa distinta, não tem títulos oficiais que a habilitasse à obter essas bolsas”.

Acrescentamos ao que declara a Professora ELFRIDE que, ela própria, estava, digo, esforçou-se por conseguir uma bolsa de estudos nos Esta

Fls-830

dos Unidos e não conseguiu, embora seja considerada entre os professores da Faculdade como uma cientista eficiente e competente no seu ramo. E o Professor RABINOVITCH esteve estagiando longo tempo em Universidade dos Estados Unidos, e lá se encontrava quando, em uma visita, o Professor JUNQUEIRA, por circunstancias fortuitas, apreendeu uma carta do Dr. THOMAZ MAACK dirigida aquele professor (doc. Fls. 232 e 233) que prova, de forma definitiva, a participação de ambos na subversão comunista. O Professor RABINOVITCH, contra quem foi expedido mandato de prisão para averiguações, ao desaparecer no já referido Congresso de Ribeirão Preto, em que foi preso o Dr. LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA, já possuía proposta para trabalhar em uma Universidade dos Estados Unidos da América.

O que vai narrado, linhas acima, demonstra o prestígio que os comunistas da Faculdade de Medicina possuíam antes da Revolução de Março. Uma minoria, aguerrida e atuante, pressionava o grupo democrata, incomparavelmente mais numeroso, através a perspectiva de favores e vantagens, como as bolsas de estudos, que só eram concedidas aos comunistas ou esquerdistas ou aos que concordavam em a eles se associar. As viagens freqüentes ao estrangeiro, desses notórios elementos comunistas, conjugados à atual campanha do “TERROR CULTURAL” desencadeada na imprensa, com a participação de elementos de fora do país, leva-nos a considerar as possíveis ligações do grupo comunista de intelectuais e cientistas brasileiros com outros grupos análogos de países democratas como a França, a Itália, a Bélgica e o próprio Estados Unidos. Não podemos compreender a permanência de um Professor RABINOVITCH nos Estados Unidos sem a influencia de um grupo poderoso. E aqui, mais uma vez, aparece o Professor ISAIAS RAW que acolheu o Professor RABINOVITCH em seu

Departamento, quando aquele professor foi dispensado do Departamento do Professor JUNQUEIRA em virtude de suas atividades subversivas; que solicitou à Reitoria da Universidade permissão para o Professor RABINOVITCH viajar para os Estados Unidos, depois da vitória da Revolução de Março e que, ao ser ouvido no presente inquérito (depoimento às fls. 96 a 103), continua a defendê-lo das acusações que lhe são imputadas sobre atividades subversivas. Finalmen

Fls-831

te, dentro do quadro pintado sobre a subversão na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, há a atuação especial do, Dr. THOMAS MAACK.

Este Professor, antes de ser indiciado no presente inquérito, já o era no realizado pelo Tenente Coronel SEBASTIÃO ALVIM para apurar atividades subversivas na Guarnição Militar de Quitaúna. Por solicitação daquele Oficial Superior o Dr. THOMAS MAACK foi, inicialmente, preso para averiguações e, posteriormente, a justiça decretou a sua prisão preventiva. O Dr. THOMAS MAACK, comprovadamente, tinha atividades subversivas dentro da Faculdade de Medicina e fora dela. Fazia parte de um grupo “MARXISTA TROTSKISTA” que se reunia em sua residência e editava um jornal comunista denominado “FRENTE OPERARIA”. Confessou em seu depoimento que, realmente, recebia dinheiro do Professor RABINOVITCH para atividades subversivas e que este sabia o destino que era dado ao dinheiro. Disse ainda, que seu grupo tinha ligações com grupos semelhantes de outras partes do país (depoimento Fls. 239 a 241).

E nessa convicção que o Dr. THOMAS MAACK era o elemento comunista mais perigoso que atuava na Faculdade de Medicina, com a agravante de não ser brasileiro.

- Abordemos agora, a subversão no Hospital das Clinicas da Faculdade de Medicina.

O panorama é diferente. As estenuantes atividades que um Hospital exige de seus médicos, enfermeiros e funcionários não favorecem o clima de subversão.

O DOPS da Secretária de Segurança do Estado de São Paulo forneceu uma numerosa lista de pessoas que supostamente, trabalham no Hospital que seriam comunistas. Essa lista, entretanto, não está atualizada, existindo pessoas que já morreram; pessoas que já não são funcionários do Hospital; pessoas que nunca foram funcionários do Hospital. Os funcionários do Hospital que constam da lista, em sua maioria, são gente humilde, sem grande cultura e que não entende perfeitamente o que seja marxismo. As atividades estra-funcionais desses funcionários dizem respeito a lutas por reivindicações salariais, por uma melho

Fls-832

ria de situação no Quadro do funcionalismo do Hospital, a campanha pela posse da direção da Associação dos Funcionários do Hospital das Clínicas e da Cooperativa dos Servidores do mesmo Hospital.

Há alguns médicos que são comunistas ou tidos como tal: Os Doutores ANTONIO FREDERICO BIANCO LEFEVRE, JOSÉ MARIO TAQUES BITTENCOURT, ISRAEL NUSSENWEIG e JOSÉ BARROS MAGALDI. Desses médicos, o Dr. JOSÉ MARIO TAQUES BITTENCOURT em seu depoimento (fls. 301) disse que pertenceu ao Partido Comunista quando este Partido era legal e que, ainda, hoje, continua comunista. O Dr. ISRAEL NUSSENWEIG em seu depoimento (fls. 320 a 321) admitiu que pertenceu ao Partido Comunista, durante a legalidade deste Partido, mas, que hoje não é mais comunista. Os demais declararam não ser comunistas, mas que admitem que têm idéias socialistas. Há algumas enfermeiras tidas como comunistas. As mais notórias são: FEIGA GRUNSPUN, MARIA PERALES e HAYDÉE GUEDES DOS SANTOS. A enfermeira FEIGA GRUNSPUN está afastada do Hospital das Clínicas há vários anos, com licença para tratar de seus interesses e freqüenta atualmente, um curso na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. A enfermeira MARIA PERALES está fora do país em viagem de estudos e não pode ser ouvida. A enfermeira HAYDÉE admitiu que no ano de 1947 foi presa pelo DOPS, ao participar de uma reunião de mulheres para tratar da carestia do custo de vida e que permaneceu presa, cerca de 10 dias, sendo fichada na polícia. Das investigações que o encarregado do presente inquérito procedeu ficou-lhe a convicção que, realmente, quando o Partido Comunista estava na legalidade, existia uma forte célula comunista no Hospital das Clínicas e da qual faziam parte os doutores LEFEVRE e TAQUES BITTENCOURT e, também a enfermeira FEIGA.

Essa célula funcionava em um edifício próximo ao Hospital na Avenida Rebouças (depoimento às fls. 318). Entretanto, depois que o Partido Comunista foi posto fora da legalidade, esta célula diminuiu suas atividades, seus componentes foram ficando mais velhos, os mais notórios vencendo na vida, como os doutores LEFEVRE e TAQUES BITTENCOURT e a enfermeira FEIGA que casou-se com um médico e constituiu família, até que, ao que tudo indica, cessou de funcionar com o caráter que

Fls-833

tinha anteriormente de fazer propaganda e proselitismo.

Mais tarde, a vida do Hospital das Clínicas foi perturbada por campanhas desencadeadas contra sua Administração por dois Presidentes de Associação dos Funcionários do Hospital, os funcionários MOZART PIMENTA BRANDT e ARNOBIO WASHINGTON. A Campanha do funcionário MOZART BRANDT foi desencadeada contra o superintendente Dr. ENÉAS DE

CARVALHO AGUIAR, no ano de 1954, e resultou na punição de vários dirigentes, pelo ex-governador JANIO QUADROS. Por essa época, o funcionário MOZART BRANDT exercia grande influencia entre os pequenos funcionários, tomando-lhes sempre a defesa contra a Administração do Hospital. As anotações do DOPS (fls. 307 a 309) mostram que o funcionário MOZART nessa época possuía idéias comunistas. Depois que o funcionário MOZART deixou a Presidência da Associação dos Funcionários do Hospital, suas atividades como líder dos funcionários cessaram e hoje, pouco prestígio nem entre seus companheiros. A partir do ano de 1960 surgiu um novo líder, o funcionário ARNÓBIO WASHINGTON, que naquele ano assumiu a Presidência da Associação. Este funcionário, que freqüentava um Curso de jornalismo na Fundação “Casper Líbero”, desencadeou uma tremenda campanha de desmoralização contra a Administração do Hospital na pessoa do Superintendente Dr. ODAIR PACHECO PEDROSO. Por outro lado, o referido funcionário candidatou-se ao posto de vereador da Câmara Municipal de São Paulo, utilizando a campanha de desmoralização contra a Administração do Hospital como veículo para sua eleição. Entretanto, não foi eleito e sua campanha resultou em um processo administrativo que concluiu pela necessidade de sua demissão do Quadro de Funcionários do Hospital (doc. fls. 471 a 802). O processo foi enviado ao Governador do Estado que, até este momento, nada decidiu sobre o assunto. As campanhas realizadas pelos funcionários MOZART e ARNÓBIO contra as administrações do Hospital tiveram conseqüências danosas para a reputação daquele nosocômio, reavivando a fama que tinha de ser um importante reduto de comunistas.

Particularmente, a campanha que o funcionário ARNÓBIO promoveu contra a administração do Hospital tem um conteúdo nitidamente subversivo. E

Fls-834

xaminando-se a documentação referente ao processo administrativo a que foi submetido verifica-se que, realmente, as atividades daquele funcionário, entre os quatro mil que existiam no Hospital, obedeceu a técnica marxista no sentido de desmoralizar e desagregar, por nós já descrita cima.

Um fato que deve ser salientado, é que os funcionários do hospital nunca entraram em greve. Houve apenas, recentemente, uma greve de “MEDICOS RESIDENTES” por questões salariais e melhores condições de trabalho, à qual o funcionário ARNÓBIO, na qualidade de presidente da Associação dos Funcionários, deu apoio.

- Vejamos, agora, dentro do quadro acima esboçado da subversão na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e no seu Hospital das Clinicas, como se comportaram os indiciados:

- ANTONIO DÁCIO FRANCO DO AMARAL – Catedrático da cadeira de Parasitologia da Faculdade de Medicina. Sua principal responsabilidade é a falta de energia para desmontar a “célula comunista” instalada em seu departamento. É certo que ficou fora do país muito tempo e quando voltou ao Brasil em 1962 a subversão que lavrava em toda parte, já adquiria maior virulência. É fato, também, que teria dificuldades, no ambiente então reinante, de fazer as modificações que eram necessárias em seu Departamento para se contrapor à onda comunista. Entretanto, em momento decisivo tomou atitude contra a subversão:

- votou a moção de apoio à revolução na reunião da Congregação da Faculdade, realizada no dia 3 de Abril;

- comunicou oficialmente, à Comissão de Investigações sobre atividades subversivas nomeada pela Reitoria, a atuação do Dr. LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA junto à bióloga ELFRIDE KIRCHNER.

- LEONIDAS DE MELLO DEANE – Professor associado da cadeira de Parasitologia. Pela leitura de seu depoimento (às fls. 62 a 67) verifica-se que trata-se de um homem da esquerda. Não tomou nenhuma atitude nítida a favor da subversão. Não é homem capaz de fazer prosélitos para a causa marxista. É um cientista permanentemente preocupado com o seu trabalho. Sua principal responsabilidade reside em que, na ausência do titular efetivo da cadeira, o Professor ANTONIO DÁCIO FRANCO DO AMARAL,

Fls-835

permitiu a intensificação da propaganda subversiva no Departamento de Parasitologia.

- ALBERTO CARVALHO DA SILVA – Professor adjunto da cadeira de Fisiologia. Não nos parece que seja marxista. Entretanto:

- acolheu o Dr. THOMAS MAACK em seu Departamento, quando este foi afastado do Departamento do Professor JUNQUEIRA;

- permitiu que o concurso a que se submeteu para a cadeira de Fisiologia, servisse de veículo à propaganda comunista na Faculdade, em virtude de o seu opositor Dr. DEMOSTENES ORSINI, ser, sabidamente, contrario ao aumento da representação dos estudantes no Conselho Universitário;

- votou contra o item 3, da moção de apoio à revolução apresentada na reunião da Congregação da Faculdade, realizada no dia 3 de Abril, justificando o seu voto da seguinte forma: “subscreveu os itens 1 e 2 referentes ao repúdio aos extremismos, não subscrevendo o item 3 que dava, apoio, integral ao Movimento Revolucionário, pois achava ainda prematuro e por não conhecer os seus chefes mais notórios como o Gen. COSTA E SILVA e o Gen. CASTELO BRANCO; que o seu ponto de vista era de que o item 3 deveria ter uma redação diferente, como

por exemplo: “que se esperava que a revolução atingisse todos os seus objetivos” e não “de apoio incondicional à Revolução como estava redigido” (fls. 71).

- ISAIAS RAW – Professor interino da cadeira de Bio-química. Cientista já com renome internacional. Possui uma bagagem de trabalhos impressionantes, em que se incluem duas teses. É candidato único ao concurso para preenchimento da cadeira de Bio-química. Ao que tudo indica não tem idéias marxistas, tendo trabalhado nos Estados Unidos da América inclusive, para o seu Governo, mais de uma vez. Entretanto, concorreu de forma irretorquível para o clima subversivo existente na Faculdade de Medicina:

- faz parte do grupo reformista da Faculdade e nas reuniões da Congregação apóia quase sempre, os elementos da esquerda;

- acolheu em seu Departamento o Dr. MICHAEL RABINOVITCH, depois que este foi despedido do Departamento de Histologia, por suas atitudes

Fls-836

des subversivas;

- em seu Departamento, realmente, trabalham vários comunistas, como os Assistentes PUDLES e SALDANHA.

- votou contra o item 3 da moção de apoio ao movimento revolucionário apresentada na reunião da Congregação da Faculdade, realizada no dia 2 de Abril;

- após a revolução pediu, em ofício, ao Reitor da Universidade, permissão para o Dr. RABINOVITCH ausentar-se do país para trabalhar nos Estados Unidos da América do Norte, pelo prazo de dois anos. Posteriormente, o Dr. RABINOVITCH ao ser procurado pela Polícia, desapareceu;

- em seu depoimento, (fls. 96 a 103) dá cobertura ao Dr. RABINOVITCH, dizendo que ele não é comunista, mas um “Inocente Útil”. Entretanto, a carta do Dr. THOMAS MAACK, aquele professor, solicitando dinheiro para aplicação em atividades subversivas e o depoimento deste último, em que diz que o Professor RABINOVITCH sabia o fim a que se destinava o dinheiro solicitado, provam que o Dr. RABINOVITCH estava colaborando com os marxistas mais agressivos da Faculdade, no trabalho de subverter a ordem e as instituições do país;

- mais recentemente tem fornecido elementos à Folha de São Paulo (doc. às fls. 453) para o desenvolvimento de uma campanha contra a Reitoria da Universidade, por suas atitudes claras de apoio à Revolução, e contra os Inquéritos que foram ou estão sendo realizados na Universidade. É a campanha do “TERROR CULTURAL” a que já nos referimos, com ramificações até no estrangeiro. Desencadeada com o objetivo de desmoralização a revolução de Março.

- PEDRO HENRIQUE SALDANHA – Professor Universitário da cadeira de Genética. Pelo que disse em seu departamento não resta dúvida que se trata de um marxista, embora diga que não obedece a uma linha ideológica definida, dizendo-se livre pensador.

Participou da Assembléia dos estudantes realizada pelo Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, realizada no anfiteatro do Departamento Microbiologia no dia 1º de Abril do ano corrente, para protestar contra a revolução e ainda, agora, ao ser tomado o seu depoimento (fls. 153 a 156) com

Fls-837

tinua contra ela. O Professor SALDANHA ao depor fez declarações como as que se seguem: “que no seu entender acredita que o problema brasileiro é mais um problema de corrupção que um problema de subversão”.

Perguntado se julgava que não havia subversão no país, respondeu que não, “porque se houvesse uma subversão organizada, haveria luta durante a revolução e focos de resistência”.

Perguntado o que julgava do comício realizado no dia 13 de Março e da revolução dos marinheiros. Se os considerava subversão ou não. “Respondeu que talvez constituíssem um excesso de consciência do poder por parte do antigo presidente da Republica, mas que não sabia dizer se eram subversivos ou não”.

Mais adiante declara: “Perguntado o que achava da revolução de 31 de Março. Respondeu que é difícil explicar, mas que prefere os Governos eleitos pelo voto popular”.

MARIA JOSÉ VON PAUMGARTTEN DEANE – Esposa do Dr. LEONIDAS DE MELLO DEANE. Instrutora da cadeira de Parasitologia. O seu depoimento (às fls. 157 a 159) revela que se trata da pessoa com idéias de esquerda. Fazia parte, juntamente com seu marido, do grupo do Dr. LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA. Até agora confessa que não entendeu a revolução de Março. No dia 1º de Abril, irritada, determinou que fechassem um aparelho de rádio, postado na Portaria do Instituto de Medicina Tropical, que irradiava notícias sobre a revolução. Em seu depoimento explica a atitude que tomou da seguinte forma: “que, realmente, pediu para abaixar o volume do rádio, e que lembra ter dito na ocasião em resposta a uma observação feita por pessoa que estava ao lado, alguma coisa como “o Presidente eleito ainda está aí”. Que não se lembra, exatamente, dos termos que proferiu no momento”.

O Técnico HERIBERT PICKART em seu depoimento (fls. 150 a 151) disse o seguinte: “o depoente lembra-se, ainda, que no dia da revolução, estavam ouvindo rádio no Departamento sobre os acontecimentos da Revolução de 31 de Março, que, em dado momento, a Dra. MARIA DEANE entrou na Portaria onde estava o rádio e, em altos brados, parecendo descontrolada, coisa que nunca vira, até então, disse às pessoas que ouviam

Fls-838

o rádio que desligassem: lembra-se, ainda, que, nessa oportunidade a Dra. DEANE disse coisas mais ou menos assim ao depoente: “que estava certo que vocês votem em um Presidente e este seja deposto sem mais nem menos”.

- VITOR NUSSENZWEIG – Assistente do Departamento de Parasitologia. Declara em seu depoimento (às fls. 180-181) que “quanto ao Dr. LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA, foi seu amigo desde os tempos escolares quando ambos professavam as mesmas idéias e tinham as mesmas atividades, mas que, posteriormente, como já declarou acima, afastou-se dele completamente”.

Quando estudante esse medico exerceu atividades comunistas participando de reuniões, campanhas como o “PETROLEO É NOSSO” etc. É um dos esquerdistas que conseguiu bolsa de estudos nos Estados Unidos da América, confessa que por suas atividades no tempo de estudante teve dificuldades com a Embaixada Americana, para penetrar nos Estados Unidos. Passou dois anos no Instituto Pasteur, na França. Em fim de 1960 voltou ao Brasil, trabalhou, então, por dois anos com o Professor OTTO BIER na Escola Paulista de Medicina. Conseguiu nova bolsa de estudo, agora, para os Estados Unidos, de onde voltou, recentemente, após a revolução. Embora pertença ao grupo do Professor LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA não teve participação ativa na subversão na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

- NELSON RODRIGUES DOS SANTOS – Instrutor da Faculdade de Medicina. Pertence ao grupo do Professor LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA, de quem foi aluno. Tomou parte na Assembléia Geral Extraordinária realizada pelo Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, no anfiteatro do Departamento de Microbiologia, no dia 1º de Abril, para protestar e tomar posição contra a Revolução. E da qual resultou um manifesto de protesto e a greve dos estudantes. Em seu depoimento (às fls. 183 a 185) diz o seguinte: “que se encontrava no bar da faculdade, nos porões da mesma, quando soube que em cima se realizava uma reunião de estudantes; como há pouco tempo ainda era estudante e como não tinha informação do que estava passando no país, resolveu comparecer a esta reunião, lá tem

Fls-839

do encontrado outros Assistentes e o Dr. LUIZ HILDEBRANDO fez sua palestra e em síntese falou sobre o seguinte: ”que as reformas de base devem ser realizadas e temia que sob o novo governo essas reformas não se tornassem realidade”.

E, mais adiante, continua: “que o Dr. LUIZ HILDEBRANDO não pediu permissão para falar, em seu nome, mas que o que disse referente às reformas de base e sobre o novo governo, conforme expressou na pergunta anterior, transmitiu realmente o pensamento do depoente”.

- ERNEY FELICIO PLESMAN DE CAMARGO – Assistente do Departamento de Parasitologia. Amigo e companheiro do Dr. LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA. É um elemento comunista dos mais ativos do grupo. Participou da Assembléia Geral Extraordinária realizada pelo Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, no dia 1º de Abril, para protestar contra a revolução. Auxiliava o Dr. LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA na coleta de fundos para socorrer comunistas atingidos pela revolução. Os depoimentos da Biologista ELFRIDE KIRCHNER (FLS. 93 A 95) e a funcionária LENI YABUTA (fls. 197 e 198) são claros nesse sentido. Fazia parte da redação do jornal comunista “NOVAS PERSPECTIVAS” que era distribuído entre os professores e Assistentes da Faculdade de Medicina. Em seu depoimento (fls. 186 a 190) diz que o “Dr. LUIZ HILDEBRANDO era um liberal, como ele depoente e que, em muitos assuntos a opinião de ambos coincidiam”.

Ora, o Dr. LUIZ HILDEBRANDO em seu depoimento (fls. 234 a 238) admitiu que é marxista, o que nos levar a concluir, seguramente, que o Dr. ERNEY, também é um marxista e tomava parte na subversão juntamente com o Dr. LUIZ HILDEBRANDO.

- REINALDO CHIAVERINI – Professor Assistente da Faculdade de Medicina. É um homem culto, de alto gabarito intelectual. Desde o ano de 1945 vem participando ativamente do movimento de massas orientado pelo Partido Comunista Brasileiro. Trata-se de um intelectual que, via de regra, permaneceu na sombra. Mas suas idéias são conhecidas e a sua atuação na Faculdade de Medicina tem influído na formação política dos estudantes. No ano de 1946, juntamente com os professores SAMUEL PESSÔA, então da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo,

Fls-840

JOSÉ MARIA GOMES, então da Faculdade de Higiene e outros, assinou um manifesto comunista dirigido aos “Enfermeiros, Médicos, Funcionários e todos que trabalhavam em Hospitais” (doc. fls. 310) que entre outras coisas dizia: “mesmo na luta pelos direitos de nossa classe, são os comunistas que mais esforços tem dispensados”. E mais adiante: “por serem eles os mais corajosos na luta em defesa do Povo é que a reação, liderada pelos fascistas que cercam o Sr. DUTRA e seu interventor no Estado de São Paulo, o Sr. ADHEMAR DE BARROS, desejam cassar os seus mandatos de deputados e atirar o Brasil em uma ditadura mais negra que a de 1937”.

O discurso publicado no jornal acadêmico “O BISTURI”, de 16 de Março de 1964, que proferiu como paraninfo da 46ª Turma de Médicos, formados pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, no ano de 1963, é nitidamente revolucionário. Diz entre outras coisas: “relewa também assinalar a tomada de posição dos estudantes em prol de uma reformulação global do problema da Universidade Brasileira, não em termos de organização didático-científico, mas em termos de conteúdo sociológico, mais condizentes com a fase histórica que vivemos”.

E, mais adiante: “e não basta. O nosso século apresenta outra característica que, sob certos aspectos, o faz assemelhar-se a outra época cútica da história da humanidade, quando também se subvertem a velha ordem, quando foram postos em cheque obsoletos valores morais”

Na reunião da Congregação da Faculdade, realizada no dia 3 de Abril, como representantes dos Docentes Livres, recusou-se a assinar a moção de apoio às Forças Armadas e à Revolução de Março, declarando o seguinte: “declaro que deixo de assinar a moção apresentada porque, em se tratando de assunto de importância revelante, não me sinto autorizado pelos Docentes que aqui represento, a tomar uma posição definida sobre o assunto”. Voto que foi acompanhado pelos alunos, representantes do Corpo Discentes da faculdade.

- GILBERTO ROLANDO VIDAL DE SIQUEIRA – Técnico de Laboratório da faculdade. Foi levado para a Faculdade pelo Professor SAMUEL PESSÔA. Trabalhava diretamente ligado ao Sr. LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA. Diz-se nacionalista.

Fls-841

- MIYA AWAZU PEREIRA DA SILVA – Médica. Esposa do Dr. LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA. Não têm função na faculdade de Medicina. É filha de imigrantes japoneses. Seu pai IKUTARO AWAZU é industrial, possuindo uma fabrica de relógios denominada INREBRA. Conheceu o Dr. LUIZ HILDEBRANDO quando estudante da Faculdade. Acompanhou-o à Bélgica e à França. Neste último país, conseguiu uma bolsa de estudos no Instituto Pasteur. Mesmo sem ser funcionária da Faculdade trabalha lá, com seu marido, sem receber qualquer remuneração. Por ocasião da prisão do Dr. LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA escreveu uma carta à imprensa que foi publicada no “Correio da Manhã”, do Estado da Guanabara, número de 24 de Julho de 1964. É extremamente, leal ao seu marido.

- ENY MARIA CAMARA GUIMARÃES – Técnica de Laboratório. Esposa do jornalista RADOICO NOGUEIRA GUIMARÃES. Foi levada para o Departamento de Parasitologia pelo Professor SAMUEL PESSÔA. Em seu depoimento (fls. 212 e 213), confessa que: “quando estudante, tinha idéias socialistas, havendo inclusive participado de um comício sobre petróleo;

que naquela época era jovem e imatura e era sensível aos problemas que atingiam as populações menos favorecidas e julgou que o socialismo seria uma solução para o problema brasileiro”. Mas recentemente, seu marido recebeu uma proposta para trabalhar como correspondente de jornais de São Paulo na China Comunista e para acompanhá-lo iniciou démarches no Departamento de Parasitologia para regularizar sua situação funcional. Anunciou essa viagem a vários colegas. A viagem entretanto, fracassou.

- JULIO PUDLES – Professor Assistente da cadeira de Química Fisiológica. Pertence ao grupo do Dr. LUIZ HILDEBRANDO, fez estágio na Suíça por sua conta. Posteriormente, doutorou-se pela Universidade de Paris, no ano de 1954. Trabalhou na França, no laboratório do Professor E. LEDERER, como “Attaché de Recherches” e em seguida, como “Charges de Recherches”, no Conselho Nacional de Pesquisas da França, até o ano de 1958, quando foi trabalhar nos Estados Unidos, no Departamento de Pesquisas da Universidade de Harvard. Veio para o Brasil conseguindo uma bolsa de estudos na Uni

Fls-842

versidade de Minas Gerais. Nessa Universidade teve alguns problemas de natureza política com o Professor BAETA VIANA. Declara em seu depoimento (fls. 217): “que, realmente, na época era partidário da candidatura do Marechal HENRIQUE TEIXEIRA LOTT”, e que, na apuração das eleições, o Professor BAETA VIANA, “Janista” fervoroso na época, usou de uma expressão contra o Marechal LOTT com o que o depoente não concordou. Surgindo um incidente desagradável entre o depoente e o Professor BAETA”. Tomou posição contrária à revolução de 31 de Março participando da Assembléia Geral Extraordinária realizada pelo Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, no dia 1º de Abril, para protestar contra a revolução. Em seu depoimento (fls 217 declarou: “durante os anos em que estive no estrangeiro constatou que, em geral, os países latinos-americanos são ridicularizados pelas frequentes mudanças de governo por meio de revoluções; que, em consequência, o depoente teve seu sentimento de legalidade fortalecido, sendo contrário à mudança de governo por meio de golpe militar ou outro qualquer golpe; que, mesmo que o governo anterior estivesse errado, julgava que a sua mudança deveria ser feita por meio de um “Empeachment” do Parlamento através da consulta do povo, isto é, democraticamente”. Faz parte, também do grupo reformista da Faculdade de Medicina.

- LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA – Professor Assistente da Cadeira de Parasitologia. É o líder do grupo marxista da Faculdade de Medicina. É inteligente, culto, competente como pesquisador. Tem encanto pessoal e exerce grande influência entre os que com ele trabalham e entre os alunos. Inclusive, porque pesquisando contraiu a doença de Chagas. “Confessou em seu depoimento (fls 234) é marxista” e que suas atividades remotam ao tempo

em que era estudante. Participou de Congressos estudantis, Nacionais e Estaduais, e foi um dos organizadores da UEE do Estado de São Paulo. Sua ficha no DOPS da Secretária de Segurança do Estado é longa e por ela contata-se que já no ano de 1946 o Dr HILDEBRANDO, então estudante, participava de atividades subversivas. Depois de formado, foi levado pelo Professor SAMUEL PESSÔA como seu Assistente, para trabalhar na Faculdade de Medicina da Paraíba, em JOÃO PESSOA e onde ficou cerca de dois anos. Na Paraíba te

Fls-843

ve algumas dificuldades por sua ideologias comunistas.

No ano de 1956 veio trabalhar como Assistente da cadeira de Parasitologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. A partir de então, constituiu-se em pólo de atração dos comunistas da Faculdade. Participou da Frente Nacionalista de São Paulo, em apoio à candidatura do Marechal LOTT, comparecendo, inclusive, a uma entrevista com aquele Oficial General, quando candidato à Presidência da República, sugerindo itens de sua plataforma política. Em 1960, prestou concurso para Livre Docente da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Em 1961, obteve uma bolsa de estudos no exterior (Bélgica e França) do Conselho Nacional de Pesquisas. Regressou ao Brasil em Setembro de 1963, passando então, a desenvolver intensa atividade política na Faculdade de Medicina, justamente no período mais agudo da subversão comunista. De suas atividades subversivas mais recentes foram apuradas os seguintes fatos:

- fazia reuniões no Departamento de Parasitologia com os comunistas da Faculdade (fls 224);
- escrevia para um jornal comunista “NOVAS PERSPECTIVAS” que era divulgado entre os professores e Assistentes da Faculdade (depoimento fls 94);
- pediu assinaturas para o manifesto de caráter subversivo (depoimento do Dr VICENTE AMATO NETO – fls 224);
- participou de uma Assembléia Geral Extraordinária do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, realizada no dia 1º de Abril para protestar contra a revolução. No momento, usou a palavra falando, em nome de um grupo de professores Assistentes, e com isso influiu na decisão tomada pela Assembléia: assinatura de um manifesto contra a revolução e decretação de greve;
- depois da revolução de 31 de Março, solicitava, juntamente com o Dr ERNEY PLESMAN DE CAMARGO contribuições em dinheiro de professores da Faculdade, para socorrer comunistas procurados pela Polícia (fls 93);
- solicitou à bióloga ELFRIDE KIRCHNER auxílio para esconder comunistas foragidos dizendo que ele próprio “já estava encondendo

Fls-844

dois” (fls 93).

Acresce, ainda, que o DR LUIZ HILDEBRANDO foi excluído do Exército por suas atividades, digo, convicções comunistas (Era Aspirante da Reserva – R/2), no ano de 1952. O Professor LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA e os Professores MICHAEL PINKUS RABINOVITCH e THOMAS MAACK são os mais notórios elementos comunistas da Faculdade de Medicina.

- THOMAS MAACK – Instrutor do Departamento de Fisiologia. Nascido na Alemanha onde ainda tem parentes. Tem um processo de naturalização no Ministério da Justiça. Em seu depoimento (fls 240) diz-se “marxista trotskista”. Desde os tempos de estudantes professa essas idéias, tomando parte em movimentos estudantis no âmbito da Universidade e fóra dela. Quando estudante dirigiu por seis meses o jornal acadêmico “O BISTURI”.

Tomou parte na greve dos médicos residentes e estagiários do Hospital das Clínicas realizada no ano passado.

Estava ligado a um grupo ao qual pertenciam também: SIDNEY MARQUES DOS SANTOS, estudante de Geologia, TULO VIGEVANNI, estudante de Engenharia, MARIA HERMÍNIA TAVARES, estudante de Fisiologia, além de outros estudantes, todos comunistas. Esse grupo se reunia na residência do Dr THOMAS MAACK frequentemente, sendo que, o estudante SYDNEY possuía uma chave da mesma. Editavam um jornal comunista denominado “FRENTE OPERÁRIA” que era vendido em bancas de jornais de São Paulo e outros estados. Tinham contactos com grupos análogos de outros Estados, inclusive, da Guanabara. Estavam, também, vinculados à rebelião dos Sargentos de Quitaúna.

- foi afastado do Departamento de Histologia pelo Professor JUNQUEIRA por suas atividades subversivas. E, ao deixar aquele Departamento, foram encontrados dois filmes sobre a Revolução Cubana de Fidel Castro, nitidamente comunistas. Êsses filmes foram assistidos pela Comissão de Investigações de Atividades Subversivas na Universidade de São Paulo, nomeada pela Reitoria da Universidade (fls 38). O Dr. THOMAZ MAACK escreveu uma carta ao Professor RABINOVITCH (fls 232 e 233) a qual se achava dentro de uma revista especializada e

Fls-845

foi encontrada pelo Professor LUIZ CARLOS UCHÔA JUNQUEIRA, quando êste visitava o Professor RABINOVITCH, nos Estados Unidos.

Nessa carta revela ao Dr RABINOVITCH que: “A turma de alunos está em greve pela representação de 1/3 nos órgãos diretivos. Um grande passo adiante”. Agradece ao Professor RABINOVITCH o dinheiro por este enviado, dizendo que precisa de mais: “para que a equipe

possa fazer frente aos gastos que tem” “O nosso orçamento (manifestos, jornal semanário, viagens especiais, etc) sobe hoje a mais de Cr\$ 300.000,00 por mês”. Participou da Assembléia Geral Extraordinária realizada pelo Centro Acadêmico Oswaldo Cruz no dia 1º de Abril, para protestar contra a revolução.

Está preso preventivamente, por solicitação do Tenente Coronel SEBASTIÃO ALVIM, encarregado de um IPM sobre subversão na Guarnição de Quitaúna. E elemento extremamente perigoso.

- MICHAEL PINKUS RABINOVITCH – É comunista notório. Exerce grande influência sobre os Assistentes e alunos da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo por ser um cientista de valor, reconhecido, inclusive, no estrangeiro e por suas atividades e atitudes excêntricas. Escrevia no jornal acadêmico “O BISTURI” difundindo suas idéias. A carta do Dr THOMAS MAACK a êle dirigida e apreendida nos Estados Unidos pelo Professor LUIZ CARLOS UCHÔA JUNQUEIRA, demonstra que o Professor RABINOVITCH contribuía com dinheiro para atividades subversivas e que fazia parte de um grupo de “marxistas – trotskista”, o mais perigoso, de estudantes, intelectuais e cientistas.

Participou de um Congresso realizado em Ribeirão Preto, após a revolução, de natureza contrária à revolução de 31 de Março. Nêsse Congresso, o Professor LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA foi preso pela Polícia e o Professor RABINOVITCH ao saber que, também, era procurado desapareceu. Em seu depoimentos (fls 240) o Dr THOMAS MAACK declarou que o Professor RABINOVITCH sabia perfeitamente o fim a que se destinava o dinheiro que lhe mandava.

- sobre êle assim se expressou o Professor LUIZ CARLOS UCHÔA JUNQUEIRA em seu depoimento (fls 194): “a impressão que tem do Profe

Fls-846

ssor RABINOVITCH, é que êle seja, acima de tudo um teórico, francamente a favor de uma mudança do regime atual para o lado do MARXISMO, pendendo mais para uma evolução pacífica nêste sentido, porém justificando e se simpatizando mesmo para uma solução violenta, se necessário”.

As atividades do Professor RABINOVITCH são tanto mais perigosos pelas ligações que possui com centros científicos dos Estados Unidos da América, onde tinha fácil acesso.

O Professor RABINOVITCH não pôde ser ouvido por se encontrar foragido.

- LUIZ REY – Professor do Departamento de Parasitologia. Pertence ao grupo do Dr LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA, de quem é muito ligado. Tomava parte nas reuniões que o grupo realizava naquele Departamento. Discipulo do Professor SAMUEL PESSÔA.

Pediu ao Professor ANTONIO DÁCIO FRANCO DO AMARAL, 5% de seus vencimentos para financiar o que chamava de “A IMPRENSA LIVRE” (comunista) (depoimento às fls 250). É tido como uma dos mais importantes comunistas do Departamento de Parasitologia. A funcionária LIDIA DOS REIS em seu depoimento (fls 210-211) considera-o “o mais importante desses elementos comunistas o Dr LUIZ REY, porque é um homem inteligente e se aproveita de todas as situações estando, agora, inclusive, dando um Curso na Venezuela”. Utilizava as “BANDEIRA CIENTÍFICAS” para, de forma indireta fazer proselitismo entre os estudantes, reunindo-se, inclusive em sua residência após a realização de uma dessas “Bandeiras”.

A esposa do Dr. REY, DORA REY é comunista. As declarações das funcionárias ALCIRA NANCY DE PAULA CAMPOS e LIDIA DOS REIS (fls 195 e 210) são muito eloquentes. O Dr LUIZ REY não podede ser ouvido por ter viajado para a Venezuela pouco antes do início das presentes investigações.

- EDUARDO MANZANO – Acadêmico do 5º ano da Faculdade de Medicina. É Presidente do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz e representante do Corpo Discente na Congregação da Faculdade. Sistemáticamente tem se co

Fls-847

locado contra a Administração da Faculdade, No dia 1º de Abril realizou uma Assembléia Geral Extraordinária de estudantes do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, no anfiteatro do Departamento de Microbiologia, contra as ordens da direção da Faculdade que lhes haviam sido transmitidas, momentos antes, pelo Professor LACAZ, vice diretor e reiterados pelo Dr DANTE NESE, secretário da Faculdade. Essa Assembléia que contou com a participação de Professores Assistentes da Faculdade, liderados pelo Dr LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA, terminou com a aprovação de um manifesto contra a revolução e a decretação de greve para os estudantes como protestos.

- Posteriormente, na reunião da Congregação realizada no dia 3º de Abril, juntamente com os outros estudantes representantes e o Professor CHIAVERINI, deixou de votar a moção proposta, de apoio à revolução.

- Já no mês de Setembro, do ano corrente, permitiu uma exposição de livros nas dependências do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, em que foram apreendidas as revistas “CHINA RECONSTRUYE” e “PEKIM INFORMA” (doc fls 346 a 405) revistas comunistas escritas em espanhol e vindas da China comunista. O acadêmico MANZANO em seu depoimento (fls 242) diz o seguinte: “que em virtude das dependências do grêmio não se prestarem para uma Assembléia desse tipo, seu secretário na manhã de 1º de Abril do corrente ano, foi à direção da

Faculdade pedir a Sala de Exames que lhe foi negada; em seguida dirigiu-se ao Professor LACAZ que cedeu o anfiteatro de Microbiologia; que cerca de duzentos alunos já estavam lá quando o Professor LACAZ telefonou ao depoente dizendo que retirava a permissão, tendo o depoente dito aquele professor que iria dar conhecimento desta sua decisão aos alunos que lá estavam reunidos; que, em seguida, teve uma ligeira discussão com o secretário da Faculdade, tendo este lhe dito que a Reunião estava proibida e que o depoente deveria suspender a reunião; que o depoente disse que iria submeter o assunto à assembléia e que acataria a decisão dela e quanto ao secretário, Dr DANTE que tomasse as providências que achasse de sua competência ou necessário, inclusi

Fls-847

ve chamando a Polícia, para por os estudantes para fora”.

Mais adiante diz: “quando interrogado sobre sua atitude na Congregação da Faculdade, deixando de votar a moção a favor da Revolução e, disse: “pessoalmente, naquele momento, era contra o movimento revolucionário e que ainda hoje pensa que a situação brasileira só estará bem quando o País voltar inteiramente à normalidade, com um Presidente eleito pelo povo e tôdas as liberdades democráticas asseguradas aos brasileiros”.

- Em consequência de suas atitudes o acadêmico EDUARDO MANZANO foi suspenso por 10 dias pela direção da Faculdade. Por outro lado a Congregação aprovou um voto de desconfiança contra a direção do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz (fls 73).

- é preciso considerar que o Acadêmico MANZANO havia recebido antes de realizar a Assembléia Geral Extraordinária, um manifesto da União Nacional dos Estudantes que, segundo êle (fls 243) “falava da apreensão pelos momentos políticos que o País estava vivendo e da possibilidade do estabelecimento de um golpe militar”.

- ANTONIO FREDERICO BRANCO LEFÊVRE – Livre Docente da Clínica Neurológica do Hospital das Clínicas. É tido como o mais categorizado elemento comunista do Hospital e que o teria transformado em Sucursal do Partido Comunista Brasileiro (fls 41).

Diz-se “socialista” mas não, “comunista”. Seu nome está registrado no DOPS como elemento comunista (fls 228). Assim como, também consta como fazendo parte de uma “Comissão de Defesa das Liberdades Cívicas e da Constituição”, responsável por um manifesto comunista “Aos Funcionários, Enfermeiros, Médicos, a todos que trabalham em Hospitais”, divulgando antes da cassação dos mandatos dos Deputados Comunistas durante o Governo do Presidente EURICO GASPAR DUTRA (doc fls 310).

Entretanto, suas atividades recentes são discretas. Não foi possível comprovar que tivesse tomado parte na subversão comunista que deu motivo ao movimento de 31 de Março.

- BERENICE MIRANDA MARTINEZ – Enfermeira do Hospital das Clínicas. Seu

Fls-849

nome consta de uma relação de elementos comunistas do Hospital, fornecida pelo DOPS. Nada pôde ser apurado contra essa funcionária.

- FEIGA GRUNSPUN – Enfermeira do Hospital das Clínicas. É tida como comunista destacada do Hospital e foi relacionada como tal pelo DOPS (doc fls 228), com o nome de solteira FEIGA LANGFELDT entretanto, ficou apurado que suas atividades como comunista datam do tempo em que era estudante da Escola de Enfermagem da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e quando solteira, já como enfermeira do Hospital. Está afastada do Hospital das Clínicas há quatro anos e, atualmente, frequenta um Curso na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Sobre atividades recentes, nada ficou apurado.

- JOSÉ DE BARROS MAGALDI – Professor Assistente da Clínica Médica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. É tido como líder Comunista do Hospital, Nega-se a admitir que seja comunista. Entretanto, é cunhado do Professor MÁRIO SCHEMBERG, comunista conhecido.

- JOSÉ MÁRIO TAQUES BITTENCOURT – Chefe da Seção de Líquido (céfalo – raquideano) do Laboratório Central do Hospital das Clínicas. Foi membro do Partido Comunista quando este estava na legalidade (fls 301).

Em 1953 esteve na Rússia Soviética. Recentemente, no mês de Maio do ano corrente, foi preso pela Polícia permanecendo detido por três dias, quando, segundo suas declarações: “foi interrogado sobre as suas atividades e também sobre o paradeiro do Dr FUED SAAD, amigo do depoente e que, como ele, entrara para o Partido Comunista em 1945”.

O Dr TAQUES BITTENCOURT continua professando idéias comunistas segundo suas próprias declarações: “que suas idéias atuais são muito claras e nada tem de capitalistas e que se quiserem dar um rótulo a essas idéias se poderá dizer que elas são socialistas ou marxistas; que o depoente não se oporá a essa classificação” (fls 301).

O Dr TAQUES BITTENCOURT tinha contactos com o Dr LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA

Fls-850

SILVA conforme suas próprias declarações. “Perguntado quais as suas relações com o Professor LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA, respondeu que é amigo daquele professor; que o considera um médico de grande valôr; que em virtude de suas atividades como médico, várias vezes esteve no Departamento de Parasitologia como em outros Departamento

da Faculdade de Medicina e que, naqueles Departamentos, além de assuntos científicos, trocava idéias com seus colegas sobre outros assuntos”.

- FRANCISCO HUMBERTO DE ABREU MAFEI – Médico Residente do Hospital das Clínicas. Atualmente, Residente Chefe. No ano de 1961 foi Presidente do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz tendo, nessa qualidade, tomado posição a favor da “Reforma Universitária”.

Trabalhou no Departamento de Parasitologia da Faculdade, durante dois anos, com o Professor LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA (fls 311). Tomou parte no movimento grevista de Médicos Residentes ocorrido recentemente no Hospital.

- MOZART BRANDT – Funcionário do Hospital das Clínicas. Documentos antigos do DOPS, apontam-no como comunista (fls 307 a 309). Suas atividades já foram referidas as fls 22 deste relatório.

- ISRAEL NUSSENZWEIG – Médico do Hospital das Clínicas. Foi membro do Partido Comunista na época em que estava na legalidade e quando era estudante da Faculdade de Medicina. Formou-se em 1948, sendo o primeiro aluno de sua turma. Faz Curso na França no Hospital Necker e em Bruxelas, no Hospital de Saint Pierre, sobre a especialidade de Nefrologia. Foi diretor responsável do jornal comunista “NOSSA VOZ” desde o ano de 1949 até o mesmo ser fechado pela Polícia.

Esse jornal era impresso em idioma “IDICHI. O idioma “IDICHI” foi concebido para permitir que os judeus de todos os países tivessem língua comum. O Dr. ISRAEL em seu depoimento diz o seguinte: “que realmente nunca dirigiu aquele jornal, que emprestava seu nome, apenas por se tratar de um jornal impresso em idioma “IDICHI”, escrito com caracteres hebraicos”.

O Dr ISRAEL diz, ainda, que não sabia que o jornal era comunista e que não sabia também falar o idioma “Idichi”. Não se pôde provar que o Dr ISRAEL fala o, idioma “Idichi”, mas, não é possível admitir-se que emprestou o seu nome, durante tantos anos, à direção de um jor

Fls-851

nal, sem saber que o mesmo era comunista. Muito mais, ele mesmo tendo declarado que foi membro do Partido Comunista. É nessa convicção que o Dr ISRAEL sabia, perfeitamente, que o jornal “NOSSA VOZ” era comunista tendo, assim, colaborado para a subversão. Foi excluído da reserva do Exército por suas idéias comunistas, no ano de 1952, na mesma ocasião em que, também, o foi, o Dr LUIZ HILDEBRANDO.

- ARNÓBIO WASHINGTON – Funcionário do Hospital das Clínicas. Presidente da Associação dos Funcionários do Hospital.

A partir do ano de 1960, quando foi eleito para a presidência dessa Associação passou a ter uma participação mais ativa nas atividades políticas entre os funcionários do Hospital.

O funcionário WASHINGTON tem seu nome na relação do DOPS, como comunista. Suas atividades a partir de 1960 são francamente subversivas. Desencadeou uma campanha contra a Administração do Hospital que teve consequências danosas para a sua reputação. Participou e estimulou greve dos médicos residentes no Hospital, no ano passado. Utilizou a campanha de desmoralização à Administração do Hospital, como veículo de propaganda para sua candidatura à vereador da Camara Municipal.

- Foi submetido a um processo administrativo que, ao término, concluiu pela necessidade de sua demissão do Quadro de Funcionários do Hospital (fls 472 a 802).

- O “O Estado de São Paulo, de 26 de Agosto de 1964, publica que os interventores do Sindicato dos Enfermeiros do Estado de São Paulo entregaram à Delegacia Regional do Trabalho, relatório referente às atividades subversivas desenvolvidas pela antiga diretoria que aponta o funcionário ARNÓBIO WASHINGTON, como participante do processo de comunização do Brasil, no Govêrno de GOULART (fls 421).

- EUNOFRE MARQUES – Acadêmico do 3º ano da Faculdade de Medicina. È acusado de comunista em virtude de, na qualidade de diretor do jornal acadêmico “O BISTURI”, ter determinado a publicação dos discursos do Professor CHIAVERINI, paraninfo da 46ª Turma de Doutorandos, e do doutorando BERNARDO BORIS. O dêste último havia sido censurado pela direção da Faculdade, por seu conteúdo subversivo.

Fls-852

- ORESTES RODRIGUES PALAVICINI – Servente continuo do Hospital das Clínicas. Foi acusado pelo funcionário ANTONIO ALVES CORRÊA JUNIOR de procurar fazer proselitismo para o comunismo, depois da revolução. Não pudemos obter provas concretas sôbre o assunto.

- ROLAND VERAS SALDANHA – Médico Assistente da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo: È acusado de ser comunista. Por ocasião da renúncia do Sr. JANIO QUADROS, no ano de 1961, dirigiu-se ao Rio Grande no Sul, para tomar parte na resistência organizada pelo Sr. LEONEL BRIZOLA, que tinha por finalidade dar posse ao Sr JOÃO GOULART. Tem idéias de esquerda.

- O presente inquérito está estreitamente vinculado ao realizado pelo Tenente Coronel SEBASTIÃO ALVIM, que apura atos subversivos na Guarnição Militar de Quitaúna. Os Doutores THOMAS MAACK e MICHAEL PINKUS RABINOVITCH são indiciados nêste IPM e o são, também, no realizado por aquele Oficial Superior do Exército. É certo, assim, que uma trama subversiva envolvia elementos intelectuais da Faculdade de Medicina e Militares da Guarnição de Quitaúna, com a finalidade de destruir as instituições democráticas. Os doutores

THOMAS MAACK e MICHAEL PINKUS RABINOVITCH serviam de pontes aos dois grupos. É esta à nossa convicção. Os intelectuais do grupo citado davam conteúdo ideológico da revolução comunista que se processava.

Não temos elementos para afirmar até onde foi essa trama, entretanto, ela existiu e os elementos constantes do presente IPM são indiscutíveis.

À Justiça compete sancionar ou não nossas afirmações.

- Em face do exposto e com base no que contém o presente IPM, concluimos que os civis: ISAIAS RAW, PEDRO HENRIQUE SALDANHA, NELSON RODRIGUES DOS SANTOS, ERNEY FELICIO PLESSMAN DE CAMARGO, REINALDO CHIAVERINI, JULIO PUDLES, LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA, THOMAS MAACK, LUIZ REY, EDUARDO MANZANO, ISRAEL NUSSENZWEIG e ARNÓBIO WASHINGTON, cometeram crimes militares e contra a segurança do Estado, capitulados em códigos e leis próprias.

Pela gravidade dos atos praticados contra a segurança do Estado e as instituições e, pela influência nociva que exercem no meio dos

Fls-853

estudantes e professores da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, solicitamos a prisão preventiva, na forma do Art 149 do CJM, para os Professores: THOMAS MAACK, MICHAEL PINKUS RABINOVITCH e LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA.

E, com os fatos apurados constituem crime da competência da Justiça Militar, sejam os autos remetidos ao Exmo Sr Gen Ex AMAURY KRUEL Cmt do II Exército, a quem compete solucioná-los e remetê-los a autoridade competente, na forma do Parágrafo 2º, do Art. 117 do CJM.

São Paulo, 9 de Outubro de 1964

ENIO DOS SANTOS PINHEIRO

Ten Cel Eng – Enc do IPM

ANEXO D. DECRETO Nº 53.583 DE 21 DE FEVEREIRO DE 1964

ATOS DO PODER EXECUTIVO

169

dio; sob a condição de ocorrer, na região, insuficiência de professores legalmente habilitados.

Art. 2º Os candidatos deverão habilitar-se satisfazendo aos requisitos constantes do art. 12 da Portaria número 49, de 31 de janeiro de 1964, do Ministério da Educação e Cultura, com exceção do limite de idade constante do item "c", que fica reduzido para 18 anos.

Parágrafo único. Exigir-se-á, também, de cada candidato a apresentação comprobatória de achar-se nas condições requeridas por este decreto, passado pelo Diretor da Faculdade de Filosofia em que estiver matriculado.

Art. 3º O exercício do magistério nas condições deste decreto se fará na forma de estágio supervisionado, de sorte que os alunos regentes recebam orientação e assistência da parte de seus professores.

Art. 4º Nos casos omissos, decidirá o Ministério da Educação e Cultura.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de fevereiro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

JOÃO Goulart

Júlio Furquim Sambaquy

DECRETO Nº 53.583 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1964

Dispõe sobre edição de livros didáticos, dando outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição,

a) considerando que compete ao Poder Público assegurar a todos o direito à educação;

b) considerando ser obrigação do Estado o fornecimento de recursos indispensáveis à promoção da educação popular, de modo a assegurar iguais oportunidades a todos;

c) considerando que as condições de ensino popular no País são muito precárias, sendo comum a ausência de livros para alunos e mesmo professores, uns e outros obrigados a servir-se apenas de anotações e apostilas para os trabalhos escolares;

d) considerando que o elevado preço do livro didático impossibilita sua aquisição pela maioria dos estudantes ou onera de modo excessivo o orçamento familiar;

e) considerando que a substituição anual dos livros didáticos e sua diversificação constituem um dos fatores de encarecimento do ensino;

f) considerando que, na forma do art. 146, da Constituição e da Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, compete à União intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de mercadorias e serviços essenciais ao consumo e uso do povo;

g) considerando que o art. 167 da Constituição dispõe que ao Poder Público compete ministrar o ensino dos diferentes ramos, subordinando-se a iniciativa particular ao respeito às leis que o regulem;

h) considerando que, nos termos do art. 101, da Lei nº 4.024, de 1962, compete ao Ministério da Educação e Cultura decidir das questões suscitadas pela transição entre o regime escolar vigente anteriormente à publicação da referida lei e o sistema implantado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

i) considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece, em seu art. 109, que, enquanto os Estados e o Distrito Federal não organizem o ensino médio de acordo com essa lei, as respectivas escolas continuarão subordinadas à fiscalização federal;

j) considerando que incumbe ao Ministério da Educação e Cultura exercer as atribuições do Poder Público em matéria de educação e velar pela observância das leis de ensino (arts. 6º e 7º da Lei nº 4.024, de 1962), decreta:

Art. 1º O Ministério da Educação e Cultura fica autorizado a editar livros didáticos de todos os níveis e graus de ensino, para distribuição gratuita e venda a preço de custo em todo o País.

Parágrafo único. A distribuição gratuita será feita a estudantes carentes de recursos e às bibliotecas escolares.

Art. 2º Os livros didáticos editados pelo Ministério da Educação e Cultura serão obrigatoriamente incluídos pelos estabelecimentos de ensino, públicos e particulares, entre os que forem selecionados para as diferentes disciplinas e séries.

Art. 3º Cada estabelecimento público ou particular dará conhecimento a seus alunos do direito que lhes assiste de escolha dos livros a que se refere o artigo anterior.

Art. 4º Os processos didáticos adotados permitirão que os alunos realizem as tarefas escolares e possam fazer o estudo regular da disciplina com a utilização dos livros pelos quais tenham feito opção.

Art. 5º. Os estabelecimentos de ensino deverão possuir, em biblioteca de livre acesso aos alunos, livros didáticos em circulação, inclusive os editados pelo Ministério da Educação e Cultura, com ampla variedade de autores e em quantidade suficiente para atender aos alunos que a ela recorrerem, de modo a desenvolver o hábito de consulta e o espírito de pesquisa.

Art. 6º. O Ministro da Educação e Cultura designará uma comissão especial para escolha dos livros que serão editados.

Art. 7º. O Ministério da Educação e Cultura, pelos seus órgãos próprios, fiscalizará a aplicação do disposto neste decreto, para o que poderá utilizar os meios previstos no art. 1º da Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962.

Art. 8º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de fevereiro de 1964;
143º da Independência e 76º da República.

JOÃO GOULART

Julio Furquim Sambaqui

DECRETO Nº 53.584 — DE 21 DE
FEVEREIRO DE 1964

Dispõe sobre a uniformização e controle dos preços de venda de medicamentos em todas as capitais de Estados e Territórios Federais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I da Constituição Federal e tendo em vista o disposto no artigo 6º da Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, e art. 3º da Lei Delegada nº 5, da mesma data,

Considerando a necessidade de o Poder Público adotar medidas para a preservação do poder aquisitivo dos salários;

Considerando que tais medidas têm de incluir o combate às práticas abusivas facilitadas pela indisciplina na comercialização de produtos essenciais à vida da população do País;

Considerando que essa indisciplina verifica-se notadamente na comercialização dos produtos farmacêuticos de uso humano ou animal;

Considerando que a indisciplina na comercialização de medicamentos evidencia-se principalmente pela disparidade de preços observada em relação a cada produto de região para região, de Estado para Estado, Cidade para Cidade e mesmo de estabelecimento para estabelecimento em cada Cidade e até em cada bairro;

Considerando, finalmente, que para o necessário disciplinamento do comércio de medicamentos é imprescindível sejam respeitados preços uniformes em todo o território nacional, decreta:

Art. 1º O preço de venda ao público, relativo a cada produto farmacêutico de uso humano ou animal, será obrigatoriamente uniforme em todas as Capitais dos Estados e Territórios a partir de sessenta (60) dias contados da publicação deste Decreto.

Art. 2º Para efeito do disposto no artigo anterior, os produtos farmacêuticos terão os seus preços de venda ao público marcados pelos fabricantes, de forma clara e indelével, nas respectivas embalagens.

Parágrafo único. Não será admitida a exposição ou a venda de qualquer produto farmacêutico com inobservância do que estabelece este artigo.

Art. 3º Os fabricantes de produtos farmacêuticos ficam obrigados a declarar à Superintendência Nacional do Abastecimento - SUNAB, no prazo de trinta (30) dias contados da publicação deste Decreto, os preços de venda ao público referentes a cada produto de sua fabricação, juntamente com as respectivas análises de custos, de acordo com questionário que será divulgado por aquele órgão no prazo de dez (10) dias da publicação deste Decreto.

Art. 4º Os preços declarados pelos fabricantes para cada produto, fun-

ANEXO E. GENERAL ENIO PINHEIRO FALA AO CPDOC SOBRE O IPM

O Castello deveria ter ficado mais um tempo. Nós fomos lá falar com ele: "Marechal, o senhor precisa ficar. Não acabou." Ele ficou muito preocupado, porque tinha que fazer uma transformação das coisas como deviam ser conduzidas, os negócios públicos, etc. Tinha que mudar a legislação, toda a legislação. Havia uma lei, por exemplo, que era uma lei básica, a Lei da Segurança Nacional. Uma lei que incluía tudo que era crime de segurança interna a ser julgado nos tribunais militares. A lei tinha 3 artigos e um deles tornava inviável se provar alguma coisa de qualquer pessoa. Por exemplo: A lei dizia que o sujeito que fosse comunista e que tivesse prova de que estava agindo contra a nação, que devia ser processado etc. Como é que se podia provar? A lei dizia assim: em conluio com potências estrangeira. Como se poderia provar que um cara estava em conluio com potência estrangeira? Era absolutamente impossível. Então, a maior parte dos inquéritos que foram feitos foram anulados.

G.S. - Nessa época.

E.P. - Nessa época. Em São Paulo, eu fiz um inquérito na Universidade, particularmente na Faculdade de Medicina, quando o reitor Gama e Silva, tinha feito um inquérito em que ele indiciou 200 professores e alunos. Quando chegou o negócio da CGI, que o representante era o general Amauri Kruel, o Amauri disse: "Mas não é possível! 200? Então, todos esses caras são comunistas?" Não era nada disso. Houve um fato subversivo em São Paulo, que foi uma reunião que fizeram no 4º Regimento de Infantaria e da qual os sargentos participaram. Na reunião tinha um professor da Universidade de São Paulo chamado Thomas Mac. Ninguém fala disso. Era um rapaz ainda novo que saiu fardado de sargento. Ele fugiu. E tinha um outro chamado Pinkus Rabinovitch. Eram sujeitos muito inteligentes. Esse pessoal fazia parte de um departamento de histologia da Faculdade de Medicina, cujo chefe era um sujeito chamado Isaías Raw. Esse sujeito tinha 33 anos. Ele tem parentes por aqui. Um cara inteligente, 33 anos, tinha trabalhos publicados no mundo inteiro. Mas era um camarada que não sabia falar. Nesse inquérito, ele foi indiciado pelo Gama e Silva. Então, procuraram, quem é que ia fazer esse inquérito. Eu estava servindo no II Exército depois da revolução. O general Kruel mandou me chamar. Ele tinha um assessor, o chefe da 2ª Seção, que fora meu professor na Escola de Estado Maior, aqui no Rio. Com o Kruel, eu não tinha ligação nenhuma. Nunca tinha falado com ele. Eu era muito novo ainda. Era apenas coronel. Ele não podia me conhecer. Mas o camarada que foi meu professor, mais de uma vez, pode ter dito alguma coisa para ele. Aí, o meu nome surgiu e o Kruel disse: "O senhor vai fazer esse inquérito." - "Sim, senhor. Mas qual é a finalidade do

inquérito?" - "Você vai receber a documentação, de um processo que foi feito aí na Universidade, mas com o qual eu estou em desacordo. Quero que o senhor seja rigoroso. Quero que consiga extrair a verdade disso aí." "Sim, senhor." Aí, comecei. Cheguei ao quartel, fui com o meu comandante, que o general Álvaro Braga, amigo do Castello. O general d'Ávila gostava de mim. Pessoalmente, o Álvaro Braga dizia: - "Você não vai fazer esse inquérito. Isso não é coisa para você. Você não é o E-3?" O E-3 era o cara que projetava a instrução todinha, que fazia tudo. - "O que é que eu faço, general?" - "Não, você não pode fazer. Que é isso? Você vai fazer os meus exercícios de campo." Eu passei o ano inteiro, um ano fazendo o seguinte: de manhã, eu ia fazer exercício com o general Álvaro Braga, e à noite, eu ia para a Universidade fazer o inquérito até as 4 horas da manhã.(ri) Eu cheguei à conclusão de que não tinha ninguém. Para dizer a verdade, não havia ninguém.

G.S. - Ou seja, esses 200 e poucos nomes, era tudo da cabeça do Gama e Silva.

E.P. - Tudo da cabeça dele. Eram questões pessoais dele. Cheguei perto de um sujeito que era professor de cardiologia. Você olhava para o homem, um homem fino, unhas bem polidas, sapato branco, todo de branco, cabelo todo penteado. Pedi para falar com ele lá onde ele trabalhava. Fui lá conversar. - "Tem uma acusação aqui contra o senhor, dizendo que o senhor é comunista. Que o senhor é comunista e é atuante. Que o senhor aqui em São Paulo seria o quarto do Partido Comunista Brasileiro." Ele olhou para mim, numa total tranqüilidade e disse assim: - "Escuta aqui, coronel, olhe para mim. O senhor acha que eu posso ser comunista? O senhor vá ao meu consultório e pergunte qual é o custo da minha consulta." Não sou comunista, não, senhor. Agora, se o senhor me disser, por exemplo, que eu sou marxista, eu posso até admitir que seja marxista. Mas o marxista é outra coisa, o senhor sabe que o marxista é outra coisa. Não é comunista tem que pagar, tem que seguir as instruções do Partido, tem que fazer o que o Partido manda. Eu também não sou marxista. Não tem cabimento". No final, ficou o grupo desse Isaías Raw.

G.S. - Os que tinham estado na reunião com os sargentos.

E.P. - Na reunião. Aí era um fato concreto. Aquilo era realmente um negócio. Eu só peguei o que tinha feito o Gama e Silva e revi. Eles tinham encontrado na gaveta do Isaías Raw um filme, um filme que já passou aqui no Brasil há muito tempo, era um filme do cruzador Potemkin, sobre uma revolução.

G.S. - É um filme clássico.

E.P. - É. Um filme clássico e coisa. Disseram que aquilo era uma prova de que eles eram subversivos. Mas aconteceu o seguinte: o Pinkus Rabinovitch, era um cara muito crânio nas coisas que ele fazia. Ele conseguiu ir para a Universidade de Ribeirão Preto, uma bela universidade que tem lá em São Paulo. Era muito estimado, os alunos gostavam muito dele. E na realidade, tinha um outro camarada, Hidelbrando Pereira da Silva, que era casado com uma japonesa, e esse camarada estava no ponto de encontrar a solução para a doença de Chagas. Ele era meio sagaz, um rapaz novo, 30 e poucos anos. O que é que eu ia falar com ele? Eu estava era aprendendo cada vez que o sujeito falava comigo. Prenderam esse rapaz, e botaram num navio. Eu fui, tirei o rapaz do navio, com a mulher e tudo. Não tinha o que fazer com esse rapaz. Esse rapaz não fazia coisa nenhuma. Aí, aconteceu desse Rabinovitch saber que o Thomas Mac sumiu. O Thomas Mac sumiu mesmo. Ele não apareceu nunca mais. Rabinovitch saiu lá de São Paulo e foi para Ribeirão Preto. Ficou o Isaías Raw, que era o chefe. Era o chefe mesmo, era conceituado. Provavelmente, as pessoas deviam ter inveja dele, porque ele era muito jovem, tinha 33 anos, e era catedrático dessa cadeira de histologia, uma cadeira importante.

G.S. - Um processo inteiro, contra 200 e poucos nomes, aberto por razões pessoais...

E.P. - Por razões pessoais, completamente... Não tinha sentido nenhum. Um dia, eu soube que o Rabinovitch tinha ido para os Estados Unidos e o Thomas Mac tinha ido para outro canto por aí. Havia uma moça, que tinha curso superior mas não era médica. Era especialista em pesquisas. Essas Elfriedes tinha um apartamento que era um aparelho. As pessoas que queriam fugir iam para a casa dela e eram mandadas para fora. Recebiam recursos da Alemanha. A Alemanha já mandou muito dinheiro para o Brasil. Instituição religiosa, coisas assim desse tipo. Eu disse: como é que eu vou saber isso? Mandeí chama-la. Era um mulherão. E era firme. Disse: "Realmente, eu recebo recursos para fazer isso, fazer aquilo aqui no Brasil e eventualmente, uma pessoa que está precisando e que eu conheço, eu ajudo. Mas não tem a finalidade de fazer isso contra o governo brasileiro. Não tem. Isso não tem nada a ver com isso." Aí, eu fiquei olhando para ela e vi que não tinha mesmo. Ela podia ajudar a uma ou a outra pessoa que precisasse. Mas não tinha pegado em armas, não fazia nada, não estava difundindo idéias. O fundamental nisso tudo era difundir uma idéia contra o governo constituído e tomar o governo de qualquer modo. O que havia era divergências quanto a tomada de poder. O PCB, que era o grupo russo, queria que o governo fosse tomado pelo voto, pelas urnas. Não pela força. Aí veio o PC do B. O PC do B era uma variante chinesa, que achava que devia ser pela força. Aí, depois

apareceu a variante do Marighela. Esse foi o mais perigoso, porque tinha até escrito como fazer. Entendeu. A maior crise que houve em toda essa guerra foi com Marighela.

G.S. - Agora, general, como terminou então esse processo?

E.P. - Bom, então, o que é que aconteceu? Dos 200, eu reduzi, ficaram doze. Doze sem consistência. Isso eu consegui falando. Eu sabia que o Isaías Raw sabia. Ele se negou... Eu o chamei e disse: - "O senhor sabia?" - "Não." Aí, o reitor Gama e Silva manda um ofício dizendo que ele ia fugir para os Estados Unidos e que eu tomasse providências. Eu peguei o ofício, mandei para o general Kruel e pedi a providência. O Kruel mandou prender o Raw. Eu prendi o Raw, botei lá no quartel, no meu quarto. "Eu não quero prisioneiro". Botei no meu quarto, na boa, com televisão a cores, botei todas as coisas que eu podia colocar. Ele nervoso. Eu conversava com ele, conversava, conversava. Ele não encaminhava o raciocínio para esse tipo de coisa. Quando estava no meio, ele parava, dizia: "não, eu fui para a Tchecoslováquia. Eu fui comprar moldes para isso, para aquilo..." E voltava. "Eu fui à Rússia, fui a Londres..." Voltava. Eu disse: "Não! Não é isso, não! Eu quero saber o seguinte: O senhor está sendo acusado..." - "Lê aí para ele." - Eu tinha um escrivão. "Lê aí para ele do que ele está sendo acusado. Defenda-se disto que está aqui. Só isso que eu quero que o senhor faça. Não estou querendo investigar mais nada do senhor. Eu já sei perfeitamente quem é o senhor. O senhor é um cientista, tem a vida dedicada exclusivamente a isso. Mas tem essas acusações de que o senhor botava a mão, as asas em cima dessas pessoas todas e protegia. E isso eu quero saber se é verdade, com que finalidade. Só isso." Aí, ele se embaralhava todo. Mas eu vi que o embaralhado dele era por nervosismo e por que ele não tinha capacidade. Eu aprendi que um sujeito que é muito bom numa coisa, noutra, nem dá partida. O mundo inteiro começou a passar telegrama contra a prisão do Isaías Raw. Até o Castello, mandou me interrogar: - "o que é que você está fazendo? Está prendendo esse camarada aí". E o Kruel mandou me chamar. Eu disse: "É verdade. Mas o senhor está enganado. Eu não prendi ele aqui. Foi o senhor que prendeu, general. Agora ele está preso e depende dele, somente dele dar a explicação. Eu preciso ter a explicação dele. Porque senão não tem sentido ter prendido ele. Eu vou desmoralizar a pessoa que o acusou. Eu o tenho interrogado todo dia, e ele responde a mesma coisa. Aí, ele disse assim: Ah, é isso? Está bem. Então, está bom. Vê se você resolve isso rapidamente." Um dia, eram 4 horas da manhã, ele mandou me chamar. Eu dormia no quartel. Mas essa noite eu passei no Rio. Cheguei lá, às 4 horas da manhã, estava lá o Kruel. Aí, disse assim: "O senhor está me prejudicando. O senhor está contra o governo." "Sim, senhor. Só quero saber porquê." "Porque o senhor tem estado com esse homem preso aí." "Ah, general, eu já lhe disse que não fui eu que

prendi esse homem, que foi o senhor que prendeu". Falei na posição de sentido, porque eu sabia quem era o general. Eu, assim de longe, mas eu segurei as pontas. "Se o senhor quer resolver esse problema, o senhor resolve. O senhor me manda a ordem para soltar o homem. Se o senhor não mandar, eu não posso soltar porque o senhor vai me prender, por eu soltar o homem." Ele dizia... "Seu malcriado!" Mas não dava a ordem. "O senhor dá a ordem? Agora, tem uma coisa. Não é de boca, não. O senhor tem que dar por escrito, para botar nos autos." Aí, ele disse: "Seu malcriado. Não vou dar ordem nenhuma. Vai. Pode ir. Pode ir embora."

G.S. - Não deu.

E.P. - Não deu. Até que o Castello foi fazer uma visita a São Paulo para apurar isso. Aí, reuniram-se todos. Tinha mais um encarregado do inquérito. E eu ficava sentado. Eu era tenente coronel. Tinha outros coronéis. E ele me chamou. "Coronel Ênio!" Eu aí me levantei. - "O que é que há?" Eu fiz uma exposição para ele, rápida. Estavam ele, o Geisel e o Kruel do lado, os três, em pé, e o comandante Álvaro Braga? do lado cochichando com eles. Certamente, ele estava me elogiando! Foi o primeiro elogio que esse camarada me deu. (ri) Ele disse assim: "O coronel Ênio é o Pelé da tática." Eu fazia os esquemas todo para ele. Eu acabei soltando o homem. Ele ficou indiciado, porque não se defendeu. A conclusão foi essa. Ficaram doze.

G.S. - Doze indiciados.

E.P. - Doze indiciados. Isso eu vou revelar, porque é um fato público, um fato que me chocou muito. Eu fui traído. Considero-me traído porque o meu inquérito era revelado, antes de eu mandar à autoridade que mandou fazer o inquérito. Essa autoridade é quem tinha que encaminhar o inquérito para a auditoria julgar. Quando eu pego o ESTADO DE SÃO PAULO, leio o seguinte: "Os doze camaradas cassados pelo governo do estado."

G.S. - Quem era o governador?

E.P. - O Ademar de Barros. Cassados depois com o parecer de uma pessoa que você cai dura, que hoje em dia o filho é jurista, jurista de nome. É o Miguel Reale. Eu fiquei brabo e fui falar com o Kruel. Disse assim: "General, o senhor está lendo esse jornal?" "Estou." "O senhor leu isso aqui?" "É... - "Quem foi que deu? Não foi você?" - "Que é isso, general?" -" Eu vim me queixar ao senhor que daqui do QG saiu qualquer coisa para esse jornal. E eu peço ao senhor que mande fazer alguma investigação, porque isso é muito grave."

G.S. - Vazamento.

E.P. - Vazamento.

[FIM DO LADO 1-INÍCIO DO LADO 2]

E.P. - E disse mais: "O inquérito foi feito para atender a interesses pessoais e não para atender à justiça, como o senhor disse para mim que fizesse." Aí ficou numa banana danada. Eu tinha uns arranca-rabo desse tipo assim com o Kruel. Aí, fui promovido a coronel e entrei de férias. Acabei o negócio, solicitei férias, para a minha cabeça ficar em ordem novamente. Vim para o Rio. Quando eu estou em casa, eu morava aqui na praça Eugenio Jardim, ali em Copacabana, aí, toca o telefone: "O general Kruel quer falar com você." O general Kruel: - "Aqui é o general Kruel." - "Sim, senhor." "É o coronel Ênio?" - "Sim, é o coronel Enio Pinheiro, sim, senhor." Já era coronel. Já tinha sido promovido. "Eu estou lhe telefonando para lhe convidar para ser comandante da Escola Preparatória de Cadetes, aqui em São Paulo, diretamente subordinado à minha pessoa." Eu disse: - "Aceito, sim, senhor. Com muito prazer." Era o que eu queria. Porque eu tinha um filho na AMAN, (Academia Militar das Agulhas Negras) e eu ficaria perto, podia ir qualquer sábado, domingo, ver meu filho na escola. Aceitei. Mas veja o seguinte: eu pensei que ele estivesse com raiva de mim. Não! O Kruel era realmente um chefe. Não tem a menor dúvida.

CC - E o senhor foi comandante da Preparatória em que ano?

E.P. - Acabei não sendo comandante. Houve uma disputa, eu sou de Engenharia, e o Castello quis fazer uma estrada-de-ferro, à qual já me referi, eles julgaram que o único camarada para fazer essa estrada era eu. Aí, me convidaram. E o chefe era o general Orlando Geisel, que estava no gabinete. O Orlando passou um telegrama, eu disse: "Não, não posso. Já aceitei e a minha área é de ensino. Eu quero comandar essa escola, porque eu acho que vou fazer um bom comando. General, se o senhor quiser, para o senhor não pensar que eu não quero colaborar com o governo, o senhor tem que pedir ao general Kruel, falar com ele para ele desistir. É a única forma". Eles não se davam. Mas chamaram o Kruel aqui no Rio e o Kruel concordou. Apresentaram a ele que era uma coisa importante para o governo do general Castello Branco essa ligação, porque os americanos estavam reagindo contra a ligação de Brasília por estrada-de-ferro, e nós tínhamos que fazer isso aqui, porque ia servir para o tronco sul: começava na

capital federal e ia até Porto Alegre e até a fronteira. Acabei sendo comandante do 2º Batalhão Ferroviário. Não fui comandante da Preparatória.

G.S. - General, como é que o CIE fazia avaliação das fontes que, por exemplo, incriminavam algumas pessoas? Ou seja, vinha uma lista de 200 e poucos nomes para a CGI, quem assinava isso era o Gama e Silva...

E.P. - Eu vou lhe dizer. Aí foi uma questão mais política, além de ser uma coisa do interesse de uma universidade. Porque tinha vários inquéritos. Esse inquérito, era o maior por causa da pessoa do reitor. E era uma coisa que não tinha sentido. Não tinha sentido. Conversava com as pessoas, e via que não tinha sentido nenhum. O único fato que houve foi o do Dr. Thomas Mac que se fardou de sargento e foi fazer um discurso no 4º Regimento de Infantaria e mais nada. Mais coisa nenhuma. Não tinha mais nada. E houve o fato do Isaías Raw, e seus auxiliares diretos com o filme do Potenkim. Ele fez um discurso e passou o filme para eles saberem como é que foi a revolução do Potenkim e coisa e tal. Então, naquela época, teve conotação de uma espécie de treinamento do qual ele participou diretamente. A Elfriedes, por exemplo, apesar de dizer o que dizia, eu acreditava, e coloquei exatamente o que ela disse. Eu não estava pretendendo isso, mas ela fazia ação. Houve a ação, de pessoas que foram para a casa dela e fugiram. Muita gente está por aqui hoje e era assim que isso se fazia. Outro exemplo, o do Hidelbrando. O Hidelbrando era m sujeito de alto valor intelectual e científico. Era um cientista. Eu conversava com ele, ele falava comigo descontraído. Ele não precisava se defender de nada. Eu estava vendo que ele não estava mentindo. Não se negava a nada, conversava comigo livremente. Começava a conversar uma coisa, ele passava para o negócio que ele sabia mais. Era bom, porque eu ficava sabendo o que ele estava fazendo, a mulher dele, que era uma japonesa etc. No final, fui descobrir que a razão do Hidelbrando ser indiciado por que ele era casado com uma japonesa. E o pessoal não admitia que uma japonesa fosse professora da universidade. E coisas desse tipo. Você estava aprendendo essas coisas. Mas no final, a minha satisfação é que ninguém foi condenado. Porque eu achava que se fossem condenados, era...

G.S. - Mas eles não foram cassados?

E.P. - Sim, foram cassados mas a justiça militar não os condenou. Mas o que devia ser feito, não fizeram...

G.S. - Que é restaurar...

E.P. - Era restaurar. É. Mas depois restauraram. Depois eu vi o Isaías Raw, vi um retrato dele, ele já mais velho, totalmente calvo. Mas eu tenho a impressão que talvez se tenha prejudicado a carreira dele, o ritmo da sua carreira. Porque aquele homem era para ir longe. Eu conheci muitos assim.

ANEXO F. LUIZ CARLOS UCHÔA JUNQUEIRA FALA AO IPM E À II
AUDITORIA

TÉRMO DE INQUIRIRIÇÃO DE TESTEMUNHA

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de São Paulo, na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, onde se achava ENIO DOS SANTOS PINHEIRO Tenente-Coronel da Arma de Engenharia, encarregado do inquérito, comigo JOSÉ LUIZ PEREIRA MADURO Primeiro Tenente da Arma de Cavalaria, servindo / de escrivão, compareceu a testemunha abaixo nomeada que foi inquirida sobre atividades subversivas na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, tendo respondido da maneira que se segue as perguntas formuladas pelo encarregado do inquérito, depois do compromisso de dizer a verdade: que se chamava LUIZ CARLOS UCHÔA JUNQUEIRA, com quarenta e três anos de idade, nascido em São Paulo (Capital) em 5 de agosto de 1920, filho de Osório Junqueira e Amélia Junqueira, ca, digo, desquitado, médico Professor Catedrático de Histologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, residente a Rua Rio de Janeiro 316 em São Paulo (Capital). Perguntado sobre o que sabia sobre o Professor MICHAEL PINKUS RABINOVITCH, respondeu que ele trabalhava no laboratório de histologia desde estudante, com diligência e eficiência, seguindo a carreira universitária, até o cargo de professor adjunto. Foi com dolorosa surpresa que constatou, em julho de 1962, / que o referido professor vinha as escondidas, desenvolvendo atividades subversivas e uma campanha pessoal contra a pessoa do depoente; / Chama a atenção para a última parte da frase, afim de que se tire dela as ilações e conclusões que se julgarem adequadas. Foi levado a / colcluir assim devido a leitura de carta que se encontra em seu poder as quais teve acesso por circunstâncias fortuitas, e uma das quais, se encontra em poder da comissão de inquérito da Universidade de São Paulo; as outras cartas referem-se a diferenças pessoais entre o referido professor e a pessoa do depoente, e não vem ao caso neste ou noutro inquérito; Perguntado como foram encontradas estas cartas e / que providências tomou com relação a elas, respondeu que estas cartas foram encontradas na escrivaninha do Prof RABINOVITCH no laboratório de Zoologia da Universidade de Wisconsin, digo, Wisconsin, onde trabalhava em julho de 1962, escrivaninha esta que lhe fora emprestada / pelo referido professor; em face do conhecimento adquirido pela leitura das referidas cartas, tomou as seguintes providências: 1ª) informou o Dr RABINOVITCH de que nestas condições era impossível a sua permanência na cátedra que dirigia; é preciso que fique claro que não alegou, naquela época, ao referido professor motivo político, uma vez que não desejava criar mártires; 2ª) ao voltar ao Brasil, deu pessoalmente conhecimento do sucedido e das cartas ao então Reitor e Diretor da Faculdade, respectivamente Professores Antonio Barros de Ulhoa Cintra e Eurico Bastos; 3ª) não renovou o contrato do Dr THOMAS MAACK, visto ter inferido da documentação acima, digo, visto ter concluído / da leitura dos documentos acima referidos estar este senhor implicado em movimentos subversivos; Perguntado de quem eram as cartas e qual / o seu conteúdo respondeu que eram principalmente do Dr THOMAS MAACK endereçadas ao Professor RABINOVITCH; que uma delas continha o agradecimento a dinheiro enviado e solicitava mais, alegando que haviam gasto mais de trezentos mil cruzeiros naquele mês em publicações, viagens especiais e etc. Perguntado que conclusões tirou da leitura das cartas, respondeu que tendo em vista os antecedentes políticos do Dr Thomas Maack e o farto material subversivo que se via no seu escritório de / trabalho, concluiu que se tratava de dinheiro para o uso em atividades subversivas. Perguntado como o Dr RABINOVITCH foi trabalhar como do com o Dr ISAIAS RAW, respondeu que algum tempo atrás foi procurado / pelo Dr ISAIAS RAW, que lhe perguntou se ele (depoente) tinha alguma objeção que fosse trabalhar no departamento que ele dirigia o Professor Rabinovitch; respondeu-lhe que não, tendo acrescentado ao Professor Raw que era uma atividade transitória, visto pretender, em futuro próximo, transferir-se o professor Rabinovitch para a Universidade de Brasília. Perguntado se o Professor Isaias Raw tinha conhecimento das cartas dirigidas ao Dr Rabinovitch e já referidas acima, respondeu que ao discutir o assunto com o Prof ISAIAS RAW tentou transmitir a / ele as razões do seu (do depoente) procedimento em relação ao Prof Rabinovitch, no que não foi sucedido, ficando com a impressão que o / Prof Isaias não se interessava por entrar no mérito da questão, preferindo interpretar o caso, digo, caso mais para o lado de uma questão /

(continuação das declarações do Prof Luiz Carlos Uchoa Junqueira realizadas no dia 5 de agosto de 1964 na Fac. Med. USP... FL-2)

pessoal. Perguntado se tentou falar como o professor Isaias sobre as razões que determinaram o afastamento do Prof Rabinovitch do Departamento de histologia e qual o resultado, respondeu que tentou, mas sem sucesso. Perguntado o que pensa sobre o pronunciamento dos Prof ISAIAS RAW e ALBERTO CARVALHO DA SILVA na reunião da Congregação da Faculdade de Medicina realizada no dia 1º de , digo , 3 de abril para / se pronunciar a respeito da Revolução de 31 de Março de 1964, respondeu que teve a impressão , na época, de que ambos os professores que / não assinaram o manifesto , tiveram problemas com a redação do referi do documento, apoiando apenas parte dele; deseja esclarecer também // que nesta ocasião, o Prof Raw fez uma declaração de voto expondo sua / convicção democrática. Perguntado se , pelo conhecimento que tem do professor RABINOVITCH, julga-o um comunista seguindo a linha Russa ou a li gha chinesa, respondeu que a impressão que tem do Prof Rabinovitch, / e que ele seja , acima de tudo um teórico, francamente a favor de uma mudança do regime atual para o lado do MARXISMO , pendendo mais para uma evolução pacífica neste sentido , porém justificando e se simpatizando mesmo para uma solução violenta, se necessário. Perguntado em / que circunstância se deu o afastamento do Prof THOMAS MAACK do departamento de histologia, respondeu que, aproveitando a circunstância de que o contrato do Dr Maack expirava em fins de 1963, digo, 1962, discutiu o seu caso com os membros do corpo Docente do Departamento do / depoente, tendo ficado assente , por unanimidade, que não mais se renovaria este contrato, fato este comunicado ao Dr Maack por ele (depoente) mesmo . Perguntado por que razão afastou o Dr Thomas Maack de seu departamento, respondeu que as razões constam de uma resposta feita a uma pergunta anterior do presente depoimento. Perguntado se julgava / que havia um clima de subversão na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e, em caso positivo, quais as razões que o levou a colcluir assim, respondeu que achava que sim; que era levado a tal / tendo em vista o seguinte: 1º) a documentação acima referida; 2º) a / atitude e conversas que tinha com vários elementos que não escondiam as suas tendências e atividades; 3º) o comparecimento ilegal de elementos do Corpo Docente pertencentes a apenas uma facção política a assembleias gerais do Copr, digo, Corpo Discente, comparecimento esse, de caracter "espontâneo"; 4º) a angariação de assinaturas em manifestos de natureza política, manifestos estes, sempre em uma única direção e , digo, direção. Perguntado se disse ao Prof ALBERTO CARVALHO / da SILVA as razões por que não havia renovado o contrato do Professor Thomas Maack , respondeu que quando informou ao professor Alberto sobre as atividades desenvolvidas dentro do Departamento , informou-lhe o Prof Alberto que estava ao par deste aspecto político do Dr Maack, / mas que obtivera do Dr Maack o compromisso de se abster das referidas atividades dentro da Faculdade . E como nada mais disse e nem lhe foi / perguntado, deu o encarregado do inquerito por findo o presente depoimento, mandando lavrar o presente termo , digo, que, digo, auto que / depois de lido e achado conforme, vai por ele rubricado, assinado pela testemunha e comigo, JOSÉ LUIZ FERREIRA MADURO, 1º Tenente da Arma / de Cavalaria servindo de Escrivão que o datilografei .

Anto Santos Pinheiro - Ten Cav
Encarregado do I F M

DR LUIZ CARLOS UCHOA JUNQUEIRA
Testemunha

JOSÉ LUIZ FERREIRA MADURO - 1º Ten Cav
Escrivão

2.ª AUDITORIA DA 2.ª REGIÃO MILITAR

1.056
BPASSENTADA

Aos 25 dias do mês de março do ano de mil-novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade e capital de São Paulo, na sede da 2.ª Auditoria da 2.ª Região Militar, reunido o Conselho Permanente de Justiça d. presentes: a maioria de seus membros, o representante do Ministério Público Militar Dr. DURVAL AYRTON MOURA DE ARAUJO, 1º substº do Promotor em exercício, o(s) acusado(s) Civil PEDRO HENRIQUE SALDANHA e outros

seu(s) advogado(s) ou curador(es) Dr.(s)

foi(ram) inquirida(s) a(s) testemunha(s) abaixo qualificada(s), observadas tôdas as formalidades legais; do que, para constar, lavrei o presente termo. Eu, Benedito de Souza, juiz de 1ª

Escrevente Juramentado, que o datilografei e assinei; e eu, Benedito de Souza, Escrivão, que o subscrevi.

6.ª TESTEMUNHA Numerária

LUIZ CARLOS UCHÔA JUNQUEIRA, filho de Ozório da Cunha Diniz Junqueira e de dona Amélia Uchôa Junqueira, com 45 anos de idade, estado civil desquitado, de profissão profº Universitário, natural de São Paulo, Estado de São Paulo e residente à Rua Rio de Janeiro nº 316 - Higienópolis, na cidade de São Paulo, Estado d. a. São Paulo

Aos costumes disse nada. Testemunha que depois de prestar o compromisso legal de dizer a verdade do que soubesse e lhe fôsse perguntado a respeito dos fatos constantes do presente processo, sendo inquirida pelo Dr. Auditor, às suas perguntas respondeu: que confirma o depoimento prestado às fls. 193/194 total e integralmente; que o depoente reconhece no doc. por fotocópia do fls. 232 e 233 aquela carta que encontrara na mesa do Profº Rabinovitch, no Laboratório de Zoologia da Universidade de Wisconsin; que relendo neste momento o texto da

carta de fls. 232, em que esta redigida a seguinte oração: "neste sentido você faz muita falta assim como o nils", pode esclarecer que nils é o apelido do Prof. Dr. Nelson Fausti, médico formado pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; que dito médico está radicado nos E.E.U.U. desde 1.962; que "Sérgio Ferreira" citado na carta de fls. 232 é um professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto; que o depoente não tem conhecimento de qualquer vinculação do Prof. Thomaz Maack com Sargentos das Forças Armadas, nem que o mesmo tivesse tido qualquer participação na chamada Rebelião de Brasília; que o depoente dos denunciados apenas não conhece Arnóbio Washington; que entre os denunciados que não escondiam as suas tendências e atividades subversivas, digo atividades que levaram a esta atmosfera subversiva dentro do ambiente da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; pode o depoente citar os seguintes: Erney Felício Plessmann de Camargo, Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Thomaz Maack e Michael Pinkus Rabinovitch; que esclarecendo a este Conselho a expressão contida em seu depoimento "atitude e conversas" quer deixar claro que os acusados Erney Felício Plessmann de Camargo, Luiz Hildebrando Pereira da Silva Thomaz Maack e Michael Pinkus Rabinovitch nunca negaram o inconformismo com o sistema político vigente e pregavam, e eram de opinião para uma modificação radical; que o acusado Thomaz Maack adria abertamente à violência como solução do problema brasileiro; que Erney Felício Plessmann de Camargo, Luiz Hildebrando Pereira da Silva e Michael Pinkus Rabinovitch, apesar de pregarem o inconformismo com o sistema político vigente não aderiam à violência como solução; que a atitude a que se refere o depoente em seu depoimento é o modo de reação mental dos acusados antes mencionados para os problemas políticos que angustiavam a Nação; que por excitação mental os denunciados antes referidos traziam nas conversas como constante problemas políticos tais como: reformas de base, representação de alunos nos órgãos diretivos, modificação da estrutura social e política; que ditos denunciados não se conformavam com a evolução dos acontecimentos; que o depoente não tem conhecimento nem nunca ouviu falar que os denunciados antes mencionados serviam-se da cátedra para divulgar aquela atitude mental, aquelas tendências a que antes o depoente se referiu; que no que se refere aos denunciados Pedro Henrique Saldanha,

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR
2.ª AUDITORIA DA 2.ª REGIÃO MILITAR
SÃO PAULO

1.057
BSP

Reinaldo Chiaverini, Júlio Pudles, Luiz Rey, Eduardo Manzano e Israel Nussenzweig, pode esclarecer a este Conselho que não tem conhecimento de qualquer atividade ou atitude comparável com as dos denunciados anteriormente mencionados; que o depoente não tem memória para esclarecer a este Conselho se alguma vez "ouviu dizer" qualquer coisa contra os acusados antes apontados; que o depoente não sabe de ciência própria nem por ouvir dizer que "as bandeiras" sempre foram destinadas a "comunistas"; que o depoente conhece Victor Nussenzweig e sabe que o mesmo foi para os E.E.U.U., beneficiado que fôra por uma bolsa de estudos; que o depoente e o Prof. Otto Bier, cooperaram na ida de Victor Nussenzweig, fornecendo-lhe uma carta de recomendação; que o depoente não tem conhecimento se o denunciado Israel Nussenzweig foi ou não alguma vez, beneficiado por bolsa de estudos, aos E.E.U.U.; que o depoente tem conhecimento que elementos do corpo docente compareceram à assembleia geral do corpo discente; que o depoente tem conhecimento que em ata da congregação da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo está registrado o fato; que o depoente quando chegou da viagem do exterior (31/3/64), e logo uns dias após procurou o amigo e o homem que respeita e admira, Prof. Luiz Hildebrando Pereira da Silva, para saber se realmente o comparecimento de elementos do corpo docente na assembleia do corpo discente era verdadeira, digo, se por convite, solicitação dos alunos ou iniciativa própria é que tinha ido a assembleia do corpo discente ao que o professor respondeu que fôra por iniciativa própria; que a expressão "espontâneo" usada em seu depoimento no IPM, se justifica pelo fato do Prof. Hildebrando ter comparecido à assembleia geral por iniciativa própria; que o depoente tem conhecimento da existência do manifesto que correu na Faculdade através de comentários de outras pessoas; que sabe por exemplo que tomou conhecimento de um manifesto contra a criação de uma comissão parlamentar de inquérito, que se destinava a apurar a razão porque em uma cartilha impressa na Universidade de Brasília que continha afirmações contra o sistema representativo; que de resto pode esclarecer o depoente ter tomado conhecimento, por comentários, de que outros manifestos corriam pela Faculdade referentes àqueles problemas políticos da atualidade; que o depoente não tem conhecimento se qualquer dos denunciados tenham tido qualquer atuação na confecção destes manifestos.

tos, como não tem qualquer conhecimento de que os denunciados tenham procurado angariar assinaturas para estas manifestos; que os denunciados Erney Felício Plesmann de Camargo, Thomaz Maack, Michael Pinkus Rabinovitch, Luiz Hildebrando Pereira da Silva, não eram inconformados devido ao estado de caos em que o país ia sendo levado mas sim devido a não aceleração do sistema de reforma política da Nação que cada um preconizava. Dada a palavra ao Dr. Promotor, às perguntas de S. Exa. o depoente respondeu: que o depoente não pode esclarecer se os denunciados antes mencionados estavam ou não de acordo com o esquema político traçado pelo governo Jango Goulart; que o depoente esclarece que o único indício que possa ter de que os acusados Erney Felício Plesmann de Camargo, Thomaz Maack, Luiz Hildebrando Pereira da Silva e Michael Rabinovitch, recebessem influência de algum partido político foi o encontro de várias páginas datilografadas contendo diversos comunicados periódicos da UA Internacional Comunista; que o depoente encontrou estas páginas no escritório do Dr. Thomaz Maack, quando trabalhava no Depto de Histologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; que tal fato ocorreu em fins de 1962, quando o Dr. Thomaz Maack se transferiu para a cátedra de Fisiologia deixando uma farta quantidade de material desta natureza incluindo dois rôlos de um filme; que mais tarde o depoente ouviu falar que dito filme se referia à Cuba; que o depoente destruiu todo o material encontrado no escritório do Profº Thomaz Maack, apenas conservando os dois rôlos de filme; que o depoente não pode esclarecer em que dia ocorreu aquela assembleia do corpo docente em que compareceram elementos do corpo docente; que o depoente soube por comentários que dita assembleia teve como objetivo tratar de assuntos políticos; que o depoente sabe por comentários que a assembleia resolveu fazer uma greve geral, sendo portanto contra a revolução; que o depoente sabe que dita assembleia foi realizada no anfiteatro da cátedra de Microbiologia, mas não sabe informar se os Drs. Júlio Puddas, Pedro Henrique Saldanha e Erney Felício Plesmann de Camargo fizeram uso da palavra; que o que sabe o depoente informar, pelos comentários de que tomou conhecimento, que quem usou da palavra naquela assembleia foi o Profº Luiz Hildebrando Pereira da Silva; que realmente o jornal "O Bisturi" deixou de ter um cunho universitário para ter, digo

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR
 2.ª AUDITORIA DA 2.ª REGIÃO MILITAR
 SÃO PAULO

1.058
[assinatura]

para se preocupar primordialmente de assuntos políticos, extra universitários; que o depoente tem conhecimento que os acusados Eduardo Manzano e Reinaldo Chiaverini deixaram de assinar uma moção de apoio à revolução; que o depoente é membro da congregação e assinou dita moção que foi aprovada pela congregação; que o depoente tem conhecimento que os Professores Isaias Raw e Alberto Carvalho da Silva não assinaram a moção, por divergirem da redação de um tópico final da mesma; que o depoente estava de acordo com os professores Isaias Raw e Alberto Carvalho da Silva, no que diz respeito a alteração do tópico final; que ao que se lembra o depoente o Prof. Isaias Raw e Prof. Alberto Carvalho da Silva, não assinaram a moção, tão somente por causa daquela redação, daquele último tópico, da citada moção; que o depoente soube por informações de terceiros de que tinha havido uma diligência policial na sede do Centro Acadêmico Osvaldo Cruz, onde foram apreendidos livros que se diziam subversivos; que dita diligência foi realizada após a revolução de 31 de março; Dada a palavra ao Dr. Roberto Dutra Vaz, defensor dos acusados Pedro Henrique Saldanha, Arnóbio Washington, Michael Pinkus Rabinovitch, Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Erney Felício Plesmann da Camargo, Luiz Ray e Júlio Pudles, às perguntas da S. Sa. o depoente respondeu: que o fato do Dr. Michael Pinkus Rabinovitch contribuir no mínimo mais de uma vez para atividades descritas na carta de fls. 232/233 como "o nosso orçamento (manifestos, jornal semanal, viagens especiais, etc) só de hoje a mais de trezentos mil cruzeiros por mês" levou o depoente a concluir após a consulta e ausculta da opinião de várias pessoas de grande responsabilidade universitária que havia uma finalidade subversiva nas atividades do Dr. Thomaz Maack e do Prof. Michael Pinkus Rabinovitch; que o depoente entende que este fato é atividade concreta pedida pelo advogado em sua pergunta; que o depoente não tem conhecimento da atividade concreta praticada por Luiz Hildebrando Pereira da Silva e Erney Felício Plesmann da Camargo. O que conhece dos mesmos são suas atitudes mentais já antes referidas; que o depoente tomou conhecimento que o Prof. Rabinovitch fornecia contribuições ao Dr. Thomaz Maack pela leitura da carta que está às fls. 232/233, carta esta cujo original se encontra em poder do depoente; que o depoente não pode informar a este Juízo o que quer dizer

e quais foram os "manifestos, jornal semanal, viagens especiais, etc...", que consta da carta de fls. 232/233; que é muito comum a falta de recursos adequados para o atendimento de todas as necessidades que decorrem da realização de investigações científicas na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; que realmente algumas vezes ocorre a contribuição privada de alguns professores com verba para suplementar as deficiências antes expostas. Dada a palavra ao Dr. Mário de Passos Simas, curador do acusado Thomaz Maack, às perguntas de S. Sã. o depoente respondeu:

que realmente o depoente conservou em seu poder na Faculdade de Medicina de quando Thomaz Maack deixou o departamento de Histologia até o dia em que fez entrega por solicitação à comissão de inquérito da Universidade de São Paulo, dos dois rôlos de filme a que antes se referiu; que o depoente tomou conhecimento que os dois rôlos de filme antes referidos continham filme sobre Cuba, quando da leitura da denúncia; que o depoente conservou aqueles dois rôlos de filme em seu poder, porque tinha a intenção de um dia vê-los, mas como sempre coisas mais importantes apareciam, o depoente foi postergando a curiosidade; que a carta a que se refere o depoente em seu depoimento e a que se referiu neste depoimento encontrava-se no meio de uma pilha de separatas que se encontravam em cima do canto esquerdo da escrivaninha do Dr. Michel Pinkus Rabinovitch; que separatas são cópias extras de trabalhos científicos tirados fora ou extra da impressão de livros ou revistas; que as cartas em que o Prof. Rabinovitch trata de diferenças pessoais com o depoente, também encontram-se em poder do depoente; que o depoente manteve aquela carta a que se referiu em seu depoimento prestado no inquérito e neste depoimento porque como tenha afastado os Professores Rabinovitch e Thomaz Maack do Dept. de Histologia manteve consigo a mesma a fim de que caso necessário, em ocasião oportuna, pudesse demonstrar clara e insofismavelmente as razões que o levaram a esta exclusão; que o depoente ignora as providências tomadas pelos professores Antonio Barros de Ulhoa Cintra e Eurico Bastos quando pelo depoente tomaram conhecimento da carta a que vem se referindo o depoente; que tanto o Prof. Thomaz Maack como o Prof. Rabinovitch continuaram na Faculdade mesmo após ter o Reitor e o Diretor da Faculdade tomado conhecimento daquela carta; que as afirmações que se contém no início deste depoimento e referentes aqueles quatro acusados cujas atitudes e conversas, tendências e ativi-

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR
2.ª AUDITORIA DA 2.ª REGIÃO MILITAR
SÃO PAULO

1.059
B/1

atividades denotavam ao depoente haver um clima de subversão na Faculdade de Medicina são do conhecimento do depoente através de inúmeras conversas que mantinha com todos aqueles quatro acusados; que realmente as conversas que mantinha com os quatro denunciados antes apontados eram informais; que a expressão "pregava" usada pelo depoente no decorrer deste depoimento foi usada no sentido de esposar, defender acaloradamente; Dada a palavra ao Dr. Eurico de Castro Parente, advogado do acusado Eduardo Manzano, às perguntas da S. Sã. o depoente respondeu: que realmente naquela assembleia da congregação quando foi aprovada uma moção de solidariedade à revolução de 31 de março, três eram os representantes do corpo discente; que o depoente tem impressão que os três alunos do corpo discente recusaram-se a assinar a moção; que a moção à que vem se referindo foi proposta pelo Prof.^º Edmundo Vasconcellos; que o depoente não pode afirmar se já fôra ou não antes redigida. Não viu entretanto o Prof.^º Vasconcellos redigi-la na hora; que o depoente participou da assembleia e não teve conhecimento anteriormente à assembleia do conteúdo da moção; que o depoente não sabe informar se qualquer outro participante da assembleia, da moção tomou conhecimento anteriormente; que realmente os representantes do corpo discente preferem em alguns casos ouvir primeiro os seus representados, isto é, os alunos, para depois votarem na congregação; que foi exatamente isto o que alegaram os representantes do corpo discente na ocasião; que o depoente não sabe informar se a Feira de Livros foi promovida pela Biblioteca da Faculdade; que o depoente não sabe informar se após aquela diligência a que se referiu em seu depoimento anteriormente, ainda permaneceu no Centro Acadêmico Osvaldo Cruz, que se diz promovida pela Biblioteca, a Feira de Livros; que não sabe porque raramente comparece no Centro Acadêmico, dado ao clima antagônico que havia à pessoa do depoente nos próprios do Centro; que o depoente não sabe informar em que local foram apreendidos os documentos de fls. 346/405; que o depoente no princípio de suas atividades profissionais na Faculdade, mais de uma vez foi chamado a fazer conferências no Centro Acadêmico Osvaldo Cruz e mais o depoente frequentava os próprios deste Centro com assiduidade; que o depoente deixou de ser convidado e deixou de comparecer ao Centro quando sentiu por parte do corpo discente antagonismo evidente e que teve como conse-

quência um incidente bastante desagradável com o corpo discente; que certa ocasião o depoente foi convidado a comparecer a uma inauguração no Centro Acadêmico (setor esportivo) e quando lá compareceu o depoente foi grosseiramente humilhado pelos estudantes; que o depoente não tem condições de precisar a época em que ocorreram êsse fatos; que o incidente antes narrado pelo depoente tem mais de 2 anos; que o depoente, após a revolução de 31 de março, esteve no Centro Acadêmico Osvaldo Cruz por duas vezes: a primeira para assistir a uma conferência do Dr. Paulo Duarte e uma segunda vez para acompanhar o Diretor da Divisão de Ensino Superior do Ministério da Educação; que o depoente não sabe informar se a Feira de Livros a que se referiu anteriormente foi ou não custeada pela Johnson & Johnson; que o depoente não sabe que livros, que panfletos, que revistas foram apreendidos naquela diligência a que se referiu anteriormente e de cuja notícia teve conhecimento por comentários. Dada a palavra à Dra. Esther de Figueiredo, advogado do acusado Israel Nussenzweig, às perguntas de S. SA. o depoente respondeu: que o depoente ao que sabe pode informar que o acusado Israel Nussenzweig não exerce atividades na Faculdade de Medicina, exercendo funções no Hospital das Clínicas; que realmente o Profº Israel Nussenzweig é médico clínico e dedica grande parte do seu tempo a pesquisas; que o depoente faz muito bom conceito, como médico, cientista e homem, do acusado Israel Nussenzweig; que é voz corrente o conceito antes feito pelo depoente do acusado Israel Nussenzweig, no círculo em que o depoente vive. Dada a palavra ao Dr. Dante Dalmento, advogado do acusado Reinaldo Chiaverini, S. SA. não formulou perguntas. E como nada mais disse e nem lhe foi perguntado, deu o Dr. Auditor por findo o presente depoimento, mandando lavrar êste auto, que depois de lido e achado conforme vai assinado na forma da lei. Eu, _____

Dezmon Daveli, Auxiliar de Escrivão, que o ditou e grafou; B. Benicio, Escrivão, que o subscrevi.-

Amo-aleu-aleu-aleu
Dezmon Daveli
B. Benicio